

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 30/09/2023	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	13
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	15
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	17
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	18
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 30/09/2023	20
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022	21
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	22
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	23
--------------------------	----

Notas Explicativas	30
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	123
---	-----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	124
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	125
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	127
---	-----

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	128
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	129
---	-----

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

130

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	545.100
Preferenciais	0
Total	545.100
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1	Ativo Total	11.320.799	11.894.829
1.01	Ativo Circulante	2.647.210	1.691.355
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	257.278	971.534
1.01.03	Contas a Receber	775.341	516.028
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	775.341	516.028
1.01.03.02.01	Dividendos a receber	775.341	516.028
1.01.06	Tributos a Recuperar	136.248	161.147
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	136.248	161.147
1.01.06.01.01	Imposto de renda e Contribuição social a compensar	109.233	99.731
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	27.015	61.416
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.478.343	42.646
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	1.341.689	0
1.01.08.03	Outros	136.654	42.646
1.01.08.03.01	Cauções e depósitos vinculados	0	350
1.01.08.03.02	Empréstimos a receber	61.312	0
1.01.08.03.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	49.726	8.918
1.01.08.03.04	Outros créditos	25.616	33.378
1.02	Ativo Não Circulante	8.673.589	10.203.474
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	660.590	627.006
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	4.222	4.197
1.02.01.03.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	4.222	4.197
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	656.368	622.809
1.02.01.10.03	Adiantamento para futuro aumento de capital	269.900	241.980
1.02.01.10.04	Cauções e depósitos vinculados	17.428	16.503
1.02.01.10.05	Empréstimos a receber	317.614	316.408
1.02.01.10.08	Outros créditos	51.426	47.918
1.02.02	Investimentos	7.898.306	9.459.903
1.02.02.01	Participações Societárias	7.888.654	9.450.419
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	9.652	9.484
1.02.03	Imobilizado	50.649	60.510
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	27.408	30.309
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	14.767	16.742
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	8.474	13.459
1.02.04	Intangível	64.044	56.055
1.02.04.01	Intangíveis	64.044	56.055
1.02.04.01.02	Intangível em andamento	52.999	45.268
1.02.04.01.03	Intangível em operação	11.045	10.787

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2	Passivo Total	11.320.799	11.894.829
2.01	Passivo Circulante	228.952	878.935
2.01.02	Fornecedores	19.691	42.471
2.01.03	Obrigações Fiscais	28.652	148.346
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	25.023	144.970
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	569	0
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	24.454	144.970
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.629	3.376
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	24.597	22.308
2.01.04.02	Debêntures	24.597	22.308
2.01.05	Outras Obrigações	156.012	665.810
2.01.05.02	Outros	156.012	665.810
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	5.405	558.012
2.01.05.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	49.726	8.918
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	100.881	98.880
2.02	Passivo Não Circulante	254.268	289.983
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	25.985
2.02.01.02	Debêntures	0	25.985
2.02.02	Outras Obrigações	25.178	32.163
2.02.02.02	Outros	25.178	32.163
2.02.02.02.03	Outros tributos a recolher	1.954	6.055
2.02.02.02.04	Outras contas a pagar	23.224	26.108
2.02.03	Tributos Diferidos	202.511	203.856
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	202.511	203.856
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	202.254	203.646
2.02.03.01.02	PIS e COFINS diferidos	257	210
2.02.04	Provisões	26.579	27.979
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	26.288	27.941
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	9.012	11.472
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	16.773	15.962
2.02.04.01.05	Outros	503	507
2.02.04.02	Outras Provisões	291	38
2.02.04.02.04	Provisão para passivo a descoberto	291	38
2.03	Patrimônio Líquido	10.837.579	10.725.911
2.03.01	Capital Social Realizado	6.002.716	5.502.716
2.03.02	Reservas de Capital	117.684	-184.531
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	0	-311.906
2.03.02.07	Ágio na incorporação de sociedade controladora	35.351	35.351
2.03.02.08	Resultado na alienação de ações em tesouraria	53.802	58.540
2.03.02.09	Opções de ações outorgadas	0	3.764
2.03.02.20	Outras Reservas de Capital	28.531	29.720
2.03.04	Reservas de Lucros	4.482.390	5.953.946
2.03.04.01	Reserva Legal	724.931	724.931
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	3.757.459	5.076.558
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	152.457
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	857.161	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-622.372	-546.220
2.03.08.01	Equivalência Patrimonial s/Resultados Abrangentes de Subsidiárias	-622.372	-546.220

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	747	4.748	742	3.104
3.03	Resultado Bruto	747	4.748	742	3.104
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	564.917	734.301	494.221	1.406.559
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-34.909	-109.825	-27.743	-89.907
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-34.909	-109.825	-27.743	-89.907
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-10.062	-605.704	-20.451	-29.515
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	609.888	1.449.830	542.415	1.525.981
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	565.664	739.049	494.963	1.409.663
3.06	Resultado Financeiro	34.501	128.613	26.579	33.731
3.06.01	Receitas Financeiras	32.302	137.352	23.030	55.729
3.06.02	Despesas Financeiras	2.199	-8.739	3.549	-21.998
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	600.165	867.662	521.542	1.443.394
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.076	-10.501	-7.107	-25.050
3.08.01	Corrente	-7.537	-13.203	-9.137	-26.952
3.08.02	Diferido	461	2.702	2.030	1.902
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	593.089	857.161	514.435	1.418.344
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	593.089	857.161	514.435	1.418.344
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,52366	1,57248	0,90186	2,48266
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,51866	1,59178	0,90437	2,47748

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	593.089	857.161	514.435	1.418.344
4.02	Outros Resultados Abrangentes	19.667	-76.152	51.187	114.432
4.02.05	Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias	19.667	-76.152	51.187	114.432
4.03	Resultado Abrangente do Período	612.756	781.009	565.622	1.532.776

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-137.370	-111.065
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-16.646	-54.169
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	867.662	1.443.394
6.01.01.03	Depreciações, amortizações e impairment	587.568	13.107
6.01.01.04	Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	8.328	15.491
6.01.01.05	Juros e atualizações monetárias dos contratos de mútuos	-33.614	-28.466
6.01.01.06	Tributos diferidos	1.357	29
6.01.01.07	Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativ	4.720	21.806
6.01.01.10	Provisão e atualização monetária para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	4.152	14.181
6.01.01.11	Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP	1.471	978
6.01.01.12	Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	-8.606	-4.676
6.01.01.13	Resultado de participações societárias	-1.449.830	-1.525.981
6.01.01.16	Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	-1.007	-617
6.01.01.18	Outros	1.153	-3.415
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-120.724	-56.896
6.01.02.03	Outros tributos compensáveis	-23.861	-8.687
6.01.02.04	Cauções e depósitos vinculados	432	-6.681
6.01.02.06	Outros ativos operacionais	-1.509	-2.797
6.01.02.07	Fornecedores	-22.780	-34.069
6.01.02.08	Outros tributos a recolher	-61.809	3.644
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social pagos	-5.864	-6.316
6.01.02.12	Provisões	-5.805	-1.442
6.01.02.14	Outros passivos operacionais	472	-548
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	677.626	1.090.112
6.02.02	Dividendos e Juros sobre o capital próprio recebidos	380.770	1.551.116
6.02.03	Adições ao imobilizado e intangível	-14.689	-10.029
6.02.04	Aumento de capital social em subsidiárias	-266.101	0
6.02.06	Adiantamento para futuro aumento de capital	-268.450	-450.975
6.02.07	Empréstimos a receber	-28.904	0
6.02.08	Redução de capital social em subsidiárias	875.000	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.254.512	-1.735.113
6.03.04	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-710.729	-1.193.928
6.03.05	Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos	-2.826	-2.013
6.03.06	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos, derivativos e debêntures	-24.499	-294.848
6.03.07	Pagamentos de encargos de dívidas líquido de derivativos	-3.917	-22.010
6.03.09	Recompra de ações em tesouraria	-519.829	-224.004
6.03.10	Títulos recebidos	7.288	1.690
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-714.256	-756.066
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	971.534	932.703
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	257.278	176.637

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 30/09/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.502.716	-184.531	5.953.946	0	-546.220	10.725.911
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.502.716	-184.531	5.953.946	0	-546.220	10.725.911
5.04	Transações de Capital com os Sócios	500.000	302.215	-1.471.556	0	0	-669.341
5.04.01	Aumentos de Capital	500.000	0	-500.000	0	0	0
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	7.898	0	0	0	7.898
5.04.08	Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	-1.190	0	0	0	-1.190
5.04.09	Dividendos adicionais - AGOE 11/04/2023	0	0	-152.457	0	0	-152.457
5.04.10	Cancelamento de ações em tesouraria	0	819.099	-819.099	0	0	0
5.04.15	Opções de ações outorgadas	0	-3.763	0	0	0	-3.763
5.04.18	Recuperação de ações em tesouraria	0	-519.829	0	0	0	-519.829
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	857.161	-76.152	781.009
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	857.161	0	857.161
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-76.152	-76.152
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	-76.152	-76.152
5.07	Saldos Finais	6.002.716	117.684	4.482.390	857.161	-622.372	10.837.579

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.502.716	42.300	6.260.565	0	-654.184	11.151.397
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.502.716	42.300	6.260.565	0	-654.184	11.151.397
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-226.328	-676.817	0	0	-903.145
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	-1.817	0	0	0	-1.817
5.04.08	Dividendos adicionais - AGO 05/04/2022	0	0	-676.817	0	0	-676.817
5.04.10	Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	-1.194	0	0	0	-1.194
5.04.11	Opções de ações outorgadas	0	-1.130	0	0	0	-1.130
5.04.12	Recompra de ações em tesouraria	0	-222.187	0	0	0	-222.187
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.418.344	114.432	1.532.776
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.418.344	0	1.418.344
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	114.432	114.432
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	114.432	114.432
5.07	Saldos Finais	5.502.716	-184.028	5.583.748	1.418.344	-539.752	11.781.028

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
7.01	Receitas	25.134	14.302
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.197	3.282
7.01.02	Outras Receitas	5.248	991
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	14.689	10.029
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-93.944	-70.331
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-57.930	-31.054
7.02.04	Outros	-36.014	-39.277
7.02.04.02	Outros custos operacionais	-36.014	-39.277
7.03	Valor Adicionado Bruto	-68.810	-56.029
7.04	Retenções	-590.465	-13.116
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-590.465	-13.116
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-659.275	-69.145
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.597.829	1.601.268
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.449.830	1.525.981
7.06.02	Receitas Financeiras	147.999	75.287
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	938.554	1.532.123
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	938.554	1.532.123
7.08.01	Pessoal	46.262	43.626
7.08.01.01	Remuneração Direta	38.391	34.602
7.08.01.02	Benefícios	4.036	4.636
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.835	4.388
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	25.941	48.332
7.08.02.01	Federais	24.582	47.193
7.08.02.02	Estaduais	46	-46
7.08.02.03	Municipais	1.313	1.185
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	9.190	21.821
7.08.03.01	Juros	8.739	21.998
7.08.03.02	Aluguéis	451	-177
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	857.161	1.418.344
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	857.161	1.418.344

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1	Ativo Total	36.636.986	37.001.192
1.01	Ativo Circulante	12.021.550	10.304.027
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.615.713	4.197.196
1.01.02	Aplicações Financeiras	123.067	1.952
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	123.067	1.952
1.01.02.03.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	123.067	1.952
1.01.03	Contas a Receber	4.075.878	4.577.383
1.01.03.01	Clientes	2.390.310	2.445.137
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.685.568	2.132.246
1.01.03.02.01	Dividendos a receber	60.743	71.004
1.01.03.02.02	Ativos da concessão	494.548	700.042
1.01.03.02.03	Compromissos futuros	1.065.051	1.347.737
1.01.03.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	63.188	13.463
1.01.03.02.05	Empréstimos a receber	2.038	0
1.01.04	Estoques	202.048	275.722
1.01.06	Tributos a Recuperar	476.508	695.239
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	476.508	695.239
1.01.06.01.01	Imposto de renda e Contribuição social a compensar	170.704	238.560
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	305.804	456.679
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	5.528.336	556.535
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	5.128.392	0
1.01.08.03	Outros	399.944	556.535
1.01.08.03.01	Cauções e depósitos vinculados	4.099	19.782
1.01.08.03.02	Ativos financeiros setoriais	18.893	80.687
1.01.08.03.03	Outros créditos	246.890	316.639
1.01.08.03.04	PIS e COFINS diferidos	130.062	139.427
1.02	Ativo Não Circulante	24.615.436	26.697.165
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	15.571.909	16.014.014
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	19.736	6.697
1.02.01.03.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	19.736	6.697
1.02.01.04	Contas a Receber	210.900	227.962
1.02.01.04.01	Clientes	210.900	227.962
1.02.01.07	Tributos Diferidos	428.772	645.648
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	290.527	558.280
1.02.01.07.02	PIS e COFINS diferidos	138.245	87.368
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	14.912.501	15.133.707
1.02.01.10.03	Outros tributos compensáveis	572.039	532.326
1.02.01.10.05	Cauções e depósitos vinculados	502.913	471.746
1.02.01.10.06	Ativo Financeiro Indenizável	6.928.215	5.706.847
1.02.01.10.07	Ativos da concessão	5.547.303	7.483.925
1.02.01.10.08	Ativos financeiros setoriais	91.126	72.641
1.02.01.10.09	Empréstimos a receber	19.316	14.689
1.02.01.10.10	Compromissos futuros	1.003.638	754.187
1.02.01.10.11	Instrumentos Financeiros Derivativos	203.678	66.824
1.02.01.10.12	Outros créditos	44.273	30.522
1.02.02	Investimentos	2.567.631	2.473.613

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1.02.02.01	Participações Societárias	2.510.841	2.409.755
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	56.790	63.858
1.02.03	Imobilizado	3.036.051	4.656.890
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.516.872	4.084.251
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	95.950	125.229
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	423.229	447.410
1.02.04	Intangível	3.439.845	3.552.648
1.02.04.01	Intangíveis	3.411.220	3.524.023
1.02.04.01.02	Intangível em Andamento	138.498	120.047
1.02.04.01.03	Intangível em Operação	3.272.722	3.403.976
1.02.04.02	Goodwill	28.625	28.625

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2	Passivo Total	36.636.986	37.001.192
2.01	Passivo Circulante	13.556.491	9.152.085
2.01.02	Fornecedores	1.425.756	1.486.113
2.01.03	Obrigações Fiscais	520.382	645.702
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	314.001	539.524
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	169.274	211.838
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	144.727	327.686
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	192.505	96.479
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	13.876	9.699
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	5.133.205	3.090.867
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2.634.656	1.678.112
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.548.372	1.528.136
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.086.284	149.976
2.01.04.02	Debêntures	2.498.549	1.412.755
2.01.05	Outras Obrigações	2.767.611	3.761.891
2.01.05.02	Outros	2.767.611	3.761.891
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	66.897	731.665
2.01.05.02.04	Encargos setoriais	112.670	110.439
2.01.05.02.05	Uso do bem público	44.457	46.082
2.01.05.02.06	Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.411	1.079
2.01.05.02.07	PIS e COFINS diferidos	193.296	161.454
2.01.05.02.08	Passivos financeiros setoriais	697.856	1.039.653
2.01.05.02.09	Ressarcimento por indisponibilidade	0	500
2.01.05.02.10	Compromissos futuros	855.986	1.120.243
2.01.05.02.11	Instrumentos Financeiros Derivativos	394.559	164.823
2.01.05.02.12	Outras contas a pagar	400.479	385.953
2.01.06	Provisões	144.997	167.512
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	114.914	112.946
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	79.452	79.566
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	1.771	2.646
2.01.06.01.07	Outras	33.691	30.734
2.01.06.02	Outras Provisões	30.083	54.566
2.01.06.02.04	Provisões para Passivos Ambientais	30.083	54.566
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	3.564.540	0
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	3.564.540	0
2.02	Passivo Não Circulante	10.967.828	15.953.348
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.149.830	10.949.569
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	990.688	3.127.081
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	263.334	2.035.347
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	727.354	1.091.734
2.02.01.02	Debêntures	5.159.142	7.822.488
2.02.02	Outras Obrigações	1.823.427	1.718.672
2.02.02.02	Outros	1.823.427	1.718.672
2.02.02.02.04	Imposto de renda e Contribuição social a recolher	253.523	272.352
2.02.02.02.05	Encargos setoriais	3.186	2.098

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2.02.02.02.06	Uso do bem público	448.429	484.370
2.02.02.02.07	Passivos financeiros setoriais	190.576	117.094
2.02.02.02.09	Compromissos futuros	767.990	524.899
2.02.02.02.10	Instrumentos Financeiros Derivativos	8.016	157.815
2.02.02.02.11	Outras contas a pagar	151.707	160.044
2.02.03	Tributos Diferidos	1.636.803	1.912.520
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.636.803	1.912.520
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.094.418	1.174.637
2.02.03.01.02	PIS e COFINS diferidos	542.385	737.883
2.02.04	Provisões	1.357.768	1.372.587
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.333.954	1.337.518
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	53.625	55.145
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	152.323	149.698
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	753.807	699.450
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	340.222	379.449
2.02.04.01.07	Outras	33.977	53.776
2.02.04.02	Outras Provisões	23.814	35.069
2.02.04.02.04	Provisões para Licenças Ambientais	14.667	19.516
2.02.04.02.06	Provisão para passivo a descoberto	9.147	4.070
2.02.04.02.07	Provisão para desmantelamento	0	11.483
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	12.112.667	11.895.759
2.03.01	Capital Social Realizado	6.002.716	5.502.716
2.03.02	Reservas de Capital	117.684	-184.531
2.03.02.04	Opções Outorgadas	0	3.764
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	0	-311.906
2.03.02.07	Ágio na incorporação de sociedade controladora	35.351	35.351
2.03.02.08	Resultado na alienação de ações em tesouraria	53.802	58.540
2.03.02.09	Outras Reservas de Capital	28.531	29.720
2.03.04	Reservas de Lucros	4.482.390	5.953.946
2.03.04.01	Reserva Legal	724.931	724.931
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	3.757.459	5.076.558
2.03.04.10	Lucros retidos à deliberar	0	152.457
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	857.161	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-622.372	-546.220
2.03.08.01	Equivalência Patrimonial s/ Resultados abrangentes das subsidiárias	-622.372	-546.220
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.275.088	1.169.848

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.737.404	13.129.800	4.588.617	12.764.867
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.244.229	-9.163.602	-3.167.708	-8.843.381
3.02.01	Custo com energia elétrica	-2.280.230	-6.252.500	-2.121.399	-6.046.527
3.02.02	Custo da produção da energia elétrica	-11.558	-99.743	-99.749	-207.663
3.02.03	Custo de operação	-389.328	-1.142.693	-370.742	-1.089.339
3.02.04	Custo do serviço prestado a terceiros	-563.113	-1.668.666	-575.818	-1.499.852
3.03	Resultado Bruto	1.493.175	3.966.198	1.420.909	3.921.486
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-261.494	-1.232.120	-259.321	-626.439
3.04.01	Despesas com Vendas	-40.733	-115.023	-42.393	-127.230
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-114.132	-445.612	-162.573	-496.854
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-114.132	-445.612	-162.573	-496.854
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-194.596	-890.650	-94.707	-171.152
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	87.967	219.165	40.352	168.797
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.231.681	2.734.078	1.161.588	3.295.047
3.06	Resultado Financeiro	-353.137	-1.130.525	-327.915	-1.093.894
3.06.01	Receitas Financeiras	101.859	512.309	83.066	479.785
3.06.02	Despesas Financeiras	-454.996	-1.642.834	-410.981	-1.573.679
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	878.544	1.603.553	833.673	2.201.153
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-227.384	-592.779	-263.755	-652.115
3.08.01	Corrente	-106.581	-403.421	-136.607	-472.149
3.08.02	Diferido	-120.803	-189.358	-127.148	-179.966
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	651.160	1.010.774	569.918	1.549.038
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	651.160	1.010.774	569.918	1.549.038
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	593.089	857.161	514.433	1.418.344
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	58.071	153.613	55.485	130.694
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,52366	1,57248	0,90186	2,48266

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,51866	1,59178	0,90437	2,47748

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	651.160	1.010.774	569.918	1.549.038
4.02	Outros Resultados Abrangentes	19.667	-76.152	51.187	114.432
4.02.01	Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego	18.896	-64.410	-13.130	77.966
4.02.02	Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias	-1	-30.292	-1.956	63.024
4.02.03	Hedge de fluxos de caixa	10.907	-5.075	93.650	-77
4.02.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-10.135	23.625	-27.377	-26.481
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	670.827	934.622	621.105	1.663.470
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	612.756	781.009	565.622	1.532.776
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	58.071	153.613	55.483	130.694

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.576.930	3.492.891
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.327.971	3.266.707
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.603.553	2.201.153
6.01.01.02	Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	114.875	126.942
6.01.01.03	Remuneração e valor justo do ativo financeiro indenizável	-375.284	-283.572
6.01.01.04	Tributos diferidos	7.814	9.786
6.01.01.05	Depreciações, amortizações e impairment	1.122.415	578.888
6.01.01.06	Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	60.067	75.801
6.01.01.07	Compromissos futuros	12.079	-63.319
6.01.01.09	Encargos de dívidas e var. monetárias e cambiais de mútuos, empréstimos, financiamentos e debêntures	1.385.938	1.203.620
6.01.01.10	Uso do bem público e Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP	7.852	62.472
6.01.01.11	Provisão para plano de benefícios pós-emprego	55.303	55.523
6.01.01.12	Provisão e atualização monetária para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	100.346	147.462
6.01.01.13	Ativos e passivos financeiros setoriais	-6.575	10.477
6.01.01.14	Instrumentos financeiros derivativos	4.948	19.278
6.01.01.15	Resultado de participações societárias	-219.165	-168.797
6.01.01.16	Remuneração dos Ativos da concessão	-602.531	-734.070
6.01.01.17	Encargos setoriais - provisão e atualização monetária	36.886	35.151
6.01.01.19	Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	-9.076	-30.799
6.01.01.20	Outros	28.526	20.711
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-751.041	226.184
6.01.02.01	Contas a receber	-261.103	165.158
6.01.02.02	Impostos e contribuições sociais compensáveis	16.404	429.795
6.01.02.04	Ativos financeiros setoriais	114.654	1.400.929
6.01.02.05	Ativos da concessão	484.205	334.468
6.01.02.06	Estoques	-166.789	98.704
6.01.02.07	Cauções e depósitos vinculados	-15.808	4.666
6.01.02.08	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	-231
6.01.02.09	Rendas a receber	2.313	-8.483
6.01.02.10	Outros ativos operacionais	28.979	116.245
6.01.02.11	Fornecedores	-24.276	-402.924
6.01.02.12	Passivos financeiros setoriais	-333.085	-979.509
6.01.02.13	Outros tributos e contribuições sociais	-65.944	-319.606
6.01.02.14	Benefícios pós-emprego	-65.470	-60.104
6.01.02.15	Encargos setoriais	-25.914	-51.044
6.01.02.16	Provisões	-97.745	-52.628
6.01.02.17	Imposto de renda e contribuição social pagos	-366.679	-207.039
6.01.02.18	Uso do bem público	-35.532	-33.330
6.01.02.19	Instrumentos financeiros derivativos	5.076	8.702
6.01.02.20	Outros passivos operacionais	55.673	-217.585
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.286.924	-3.802.815
6.02.03	Dividendos e Juros sobre o capital próprio recebidos	87.082	71.118
6.02.04	Aquisição de investimento	-12	-2.113.690

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
6.02.07	Adições ao Imobilizado e Intangível e ativo financeiro indenizável	-209.228	-122.347
6.02.08	Alienação de bens e direitos	11.000	0
6.02.09	Empréstimo a receber	-11.506	-117.393
6.02.10	Caixa e equivalentes de caixa - Investimentos alienados	-478.768	175.171
6.02.11	Títulos e valores mobiliários	-128.553	-299.251
6.02.12	Adições aos ativos da concessão	-1.556.939	-1.396.423
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.871.489	1.445.902
6.03.04	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-872.447	-1.361.251
6.03.05	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	832.419	4.560.587
6.03.06	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos, derivativos e debêntures	-1.458.191	-914.099
6.03.07	Pagamentos de encargos de dívidas líquido de derivativos	-829.471	-562.468
6.03.08	Cauções e depósitos vinculados	-24	3.539
6.03.09	Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos	-23.432	-25.832
6.03.12	Recompra de ações em tesouraria	-519.829	-224.052
6.03.14	Aumento de capital social em subsidiárias por não controladores	0	2.600
6.03.15	Liquidação de operações com derivativos	-514	-33.122
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-2.581.483	1.135.978
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.197.196	2.699.490
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.615.713	3.835.468

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 30/09/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	5.502.716	-184.531	5.953.946	0	-546.220	10.725.911	1.169.848	11.895.759
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.502.716	-184.531	5.953.946	0	-546.220	10.725.911	1.169.848	11.895.759
5.04	Transações de Capital com os Sócios	500.000	302.215	-1.471.556	0	0	-669.341	-48.373	-717.714
5.04.01	Aumentos de Capital	500.000	0	-500.000	0	0	0	0	0
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	7.898	0	0	0	7.898	0	7.898
5.04.08	Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	-1.190	0	0	0	-1.190	1.190	0
5.04.09	Dividendos adicionais - AGOE 11/04/2023	0	0	-152.457	0	0	-152.457	0	-152.457
5.04.10	Cancelamento de ações em tesouraria	0	819.099	-819.099	0	0	0	0	0
5.04.11	Dividendos destinados a não controladores	0	0	0	0	0	0	-49.563	-49.563
5.04.15	Opções de ações outorgadas	0	-3.763	0	0	0	-3.763	0	-3.763
5.04.18	Recompra de ações em tesouraria	0	-519.829	0	0	0	-519.829	0	-519.829
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	857.161	-76.152	781.009	153.613	934.622
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	857.161	0	857.161	153.613	1.010.774
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-76.152	-76.152	0	-76.152
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	-76.152	-76.152	0	-76.152
5.07	Saldos Finais	6.002.716	117.684	4.482.390	857.161	-622.372	10.837.579	1.275.088	12.112.667

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	5.502.716	42.300	6.260.565	0	-654.184	11.151.397	1.142.615	12.294.012
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.502.716	42.300	6.260.565	0	-654.184	11.151.397	1.142.615	12.294.012
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-226.328	-676.817	0	0	-903.145	-12.792	-915.937
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	-1.817	0	0	0	-1.817	0	-1.817
5.04.08	Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	-1.194	0	0	0	-1.194	1.194	0
5.04.09	Dividendos adicionais - AGO 05/04/2022	0	0	-676.817	0	0	-676.817	0	-676.817
5.04.11	Dividendos destinados a não controladores	0	0	0	0	0	0	-31.586	-31.586
5.04.15	Opções de ações outorgadas	0	-1.130	0	0	0	-1.130	0	-1.130
5.04.18	Recompra de ações em tesouraria	0	-222.187	0	0	0	-222.187	0	-222.187
5.04.19	Aumento/ Redução de Capital de subsidiárias	0	0	0	0	0	0	17.600	17.600
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.418.344	114.432	1.532.776	130.691	1.663.467
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.418.344	0	1.418.344	130.691	1.549.035
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	114.432	114.432	0	114.432
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	114.432	114.432	0	114.432
5.07	Saldos Finais	5.502.716	-184.028	5.583.748	1.418.344	-539.752	11.781.028	1.260.514	13.041.542

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
7.01	Receitas	17.668.164	17.827.462
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	14.851.147	15.485.549
7.01.02	Outras Receitas	2.717.412	2.299.002
7.01.02.01	Receita de construção	1.756.606	1.402.078
7.01.02.02	Atualização do Ativo financeiro indenizável	305.846	397.095
7.01.02.03	Remuneração dos Ativos da concessão	623.764	479.803
7.01.02.04	Outras Receitas	31.196	20.026
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	215.938	170.141
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-116.333	-127.230
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-9.758.478	-9.264.414
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-5.636.962	-5.593.402
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-826.357	-915.865
7.02.04	Outros	-3.295.159	-2.755.147
7.02.04.01	Encargos de uso da rede elétrica	-1.219.789	-1.053.557
7.02.04.02	Custo com construção da infraestrutura	-1.653.390	-1.425.806
7.02.04.03	Outros custos operacionais	-421.980	-275.784
7.03	Valor Adicionado Bruto	7.909.686	8.563.048
7.04	Retenções	-1.150.053	-601.147
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.150.053	-601.147
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	6.759.633	7.961.901
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	764.248	689.869
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	219.165	168.797
7.06.02	Receitas Financeiras	545.083	521.072
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	7.523.881	8.651.770
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	7.523.881	8.651.770
7.08.01	Pessoal	440.821	430.303
7.08.01.01	Remuneração Direta	319.257	305.476
7.08.01.02	Benefícios	93.943	94.256
7.08.01.03	F.G.T.S.	27.621	30.571
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.402.338	5.081.940
7.08.02.01	Federais	2.817.509	3.067.688
7.08.02.02	Estaduais	1.569.908	2.000.386
7.08.02.03	Municipais	14.921	13.866
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.669.948	1.590.489
7.08.03.01	Juros	1.657.404	1.583.926
7.08.03.02	Aluguéis	12.544	6.563
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.010.774	1.549.038
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	857.161	1.418.344
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	153.613	130.694

Comentário do Desempenho

1. Consolidado

1.1 Resultado Consolidado

Itens em R\$ mil ou %	Geração Hídrica	Geração Térmica	Distribuição	Trading	Transmissão	Holding	Clientes ²	Outros ³	Eliminações	Consolidado ⁴
	9M23	9M23	9M23	9M23	9M23	9M23	9M23	9M23	9M23	9M23
Receita Líquida¹	782.610	695.633	6.983.321	2.221.165	1.004.397	4.748	494.153	-	(698.453)	11.487.574
Receita de Construção	-	-	1.188.002	-	463.150	-	-	-	-	1.651.152
Margem Construção Transmissoras	-	-	-	-	(8.926)	-	-	-	-	(8.926)
Gastos Não-Gerenciáveis	(117.830)	(134.128)	(4.308.384)	(2.090.716)	-	-	(393.509)	-	695.783	(6.348.804)
Margem Bruta	664.780	561.505	2.674.937	130.449	995.471	4.748	100.644	-	(2.690)	5.129.844
Gastos Gerenciáveis⁵	(157.654)	(190.924)	(2.403.658)	(15.398)	(695.768)	(715.529)	(75.582)	(2.726)	(8.844)	(4.266.083)
PMSO	(40.018)	(76.465)	(694.855)	(13.451)	(234.670)	(118.976)	(59.202)	(2.353)	2.690	(1.237.300)
Provisões	(4.146)	(1.323)	(139.080)	(576)	(691)	(1.004)	(807)	-	-	(147.627)
Ganhos e Perdas na Desativação e Alienação de Bens	(550)	517	(103.383)	-	3.094	(5.083)	-	-	-	(105.405)
Ganho na Alienação de Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EBITDA	620.066	484.234	1.737.619	116.422	763.204	(120.315)	40.635	(2.353)	-	3.639.512
Depreciação e Amortização	(112.940)	(113.653)	(278.338)	(1.371)	(351)	(590.466)	(15.573)	(373)	(11.534)	(1.124.599)
Resultado das Participações Societárias	62.513	184	-	74.869	-	1.449.830	-	120.021	(1.488.252)	219.165
Resultado Financeiro Líquido	(61.681)	(110.623)	(527.937)	(58.547)	(278.349)	128.613	(1.902)	(220.099)	-	(1.130.525)
IR e Contribuição Social	(166.501)	(30.215)	(289.254)	(19.370)	(146.127)	(10.501)	(9.877)	75.054	4.012	(592.779)
Lucro Líquido Antes de Minoritários	341.457	229.927	642.090	112.003	338.377	857.161	13.283	(27.750)	(1.495.774)	1.010.774
Participações de Minoritários	(150.192)	-	-	-	(3.421)	-	-	-	-	(153.613)
Lucro Líquido do Exercício	191.265	229.927	642.090	112.003	334.956	857.161	13.283	(27.750)	(1.495.774)	857.161

Itens em R\$ mil ou %	Geração Hídrica	Geração Térmica	Distribuição	Trading	Transmissão	Holding	Clientes ²	Outros ³	Eliminações	Consolidado ⁴
	9M22	9M22	9M22	9M22	9M22	9M22	9M22	9M22	9M22	9M22
Receita Líquida¹	1.001.534	937.861	6.774.222	2.418.035	905.120	3.104	377.945	-	(1.006.944)	11.410.877
Receita de Construção	-	-	1.132.090	-	293.715	-	-	-	-	1.425.805
Margem Construção Transmissoras	-	-	-	-	(71.815)	-	-	-	-	(71.815)
Gastos Não-Gerenciáveis	(200.322)	(394.385)	(4.132.769)	(2.293.553)	-	-	(237.852)	-	1.004.691	(6.254.190)
Margem Bruta	801.212	543.476	2.641.453	124.482	833.305	3.104	140.093	-	(2.253)	5.084.872
Gastos Gerenciáveis⁵	(187.808)	(244.587)	(2.258.649)	(18.393)	(369.870)	(119.422)	(129.791)	(9.452)	(46.455)	(3.384.427)
PMSO	(54.413)	(96.857)	(648.206)	(15.729)	(73.995)	(76.729)	(117.252)	(9.026)	2.253	(1.089.954)
Provisões	(677)	(361)	(177.267)	(66)	(1.178)	(3.165)	(444)	-	-	(1.813.158)
Ganhos e Perdas na Desativação e Alienação de Bens	-	101	(79.736)	-	-	(26.350)	-	-	-	(105.985)
Ganho na Alienação de Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EBITDA	746.122	446.359	1.736.244	108.687	758.132	(103.140)	22.397	(9.026)	-	3.705.775
Depreciação e Amortização	(132.718)	(147.470)	(221.350)	(2.598)	(982)	(13.178)	(12.095)	(426)	(48.708)	(579.525)
Resultado das Participações Societárias	40.391	-	-	4.822	-	1.525.981	-	76.266	(1.478.663)	168.797
Resultado Financeiro Líquido	(140.726)	(29.766)	(410.984)	(59.138)	(300.808)	33.731	(13.804)	(172.399)	-	(1.093.894)
IR e Contribuição Social	(145.442)	(61.423)	(314.482)	(15.873)	(157.712)	(25.050)	(5.242)	61.384	11.725	(652.115)
Lucro Líquido Antes de Minoritários	367.627	207.700	789.428	35.900	298.630	1.418.344	(8.744)	(44.201)	(1.515.646)	1.549.038
Participações de Minoritários	(124.714)	-	-	-	(5.980)	-	-	-	-	(130.694)
Lucro Líquido do Exercício	242.913	207.700	789.428	35.900	292.650	1.418.344	(8.744)	(44.201)	(1.515.646)	1.418.344

Itens em R\$ mil ou %	Geração Hídrica	Geração Térmica	Distribuição	Trading	Transmissão	Holding	Clientes ²	Outros ³	Eliminações	Consolidado ⁴
	Var	Var	Var	Var	Var	Var	Var	Var	Var	Var
Receita Líquida¹	-21,9%	-25,8%	3,1%	-8,1%	11,0%	53,0%	30,7%	n.d.	-30,8%	0,7%
Receita de Construção	n.d.	n.d.	4,9%	n.d.	57,7%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	15,8%
Margem Construção Transmissoras	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-87,6%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-87,6%
Gastos Não-Gerenciáveis	-41,2%	-66,0%	4,2%	-8,8%	n.d.	n.d.	65,4%	n.d.	-30,7%	1,5%
Margem Bruta	-17,0%	3,3%	1,3%	4,8%	19,5%	53,0%	-28,2%	n.d.	19,4%	0,9%
Gastos Gerenciáveis⁵	-16,1%	-21,9%	6,4%	-16,3%	88,1%	499,2%	-41,8%	-71,2%	-81,0%	26,1%
PMSO	-26,5%	-21,1%	7,2%	-14,5%	217,1%	55,1%	-49,5%	-73,9%	19,4%	13,5%
Provisões	512,4%	266,5%	-21,5%	772,7%	-41,3%	-68,3%	81,8%	n.d.	n.d.	-19,4%
Ganhos/Perdas na Desativação/ Alienação de Bens	n.d.	411,9%	29,7%	n.d.	n.d.	-80,7%	n.d.	n.d.	n.d.	-0,5%
Ganho na Alienação de Investimento	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
EBITDA	-16,9%	8,5%	0,1%	7,1%	0,7%	16,7%	81,4%	-73,9%	n.d.	-1,8%
Depreciação e Amortização	-14,9%	-22,9%	25,7%	-47,2%	-64,3%	4380,7%	28,8%	-12,4%	-76,3%	94,1%
Resultado das Participações Societárias	54,8%	n.d.	n.d.	1452,7%	n.d.	-5,0%	n.d.	57,4%	0,6%	29,8%
Resultado Financeiro Líquido	-56,2%	271,6%	28,5%	-1,0%	-7,5%	281,3%	-86,2%	27,7%	n.d.	3,3%
IR e Contribuição Social	14,5%	-50,8%	-8,0%	22,0%	-7,3%	-58,1%	88,4%	22,3%	-65,8%	-9,1%
Lucro Líquido Antes de Minoritários	-7,1%	10,7%	-18,7%	212,0%	13,3%	-39,6%	n.d.	-37,2%	-1,3%	-34,7%
Participações de minoritários	20,4%	n.d.	n.d.	n.d.	-42,8%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	17,5%
Lucro Líquido do Exercício	-21,3%	10,7%	-18,7%	212,0%	14,5%	-39,6%	n.d.	-37,2%	-1,3%	-39,6%

1 Não considera receita de construção. 2 Considera EDP Smart Energia e EDP Smart Serviços. 3 Considera PCH Santa Leopoldina e EDP Ventures. 4 Considera eliminações intragrupo. 5 Gastos Gerenciáveis contemplam depreciação e amortização.

Comentário do Desempenho

1.1.1 Margem Bruta

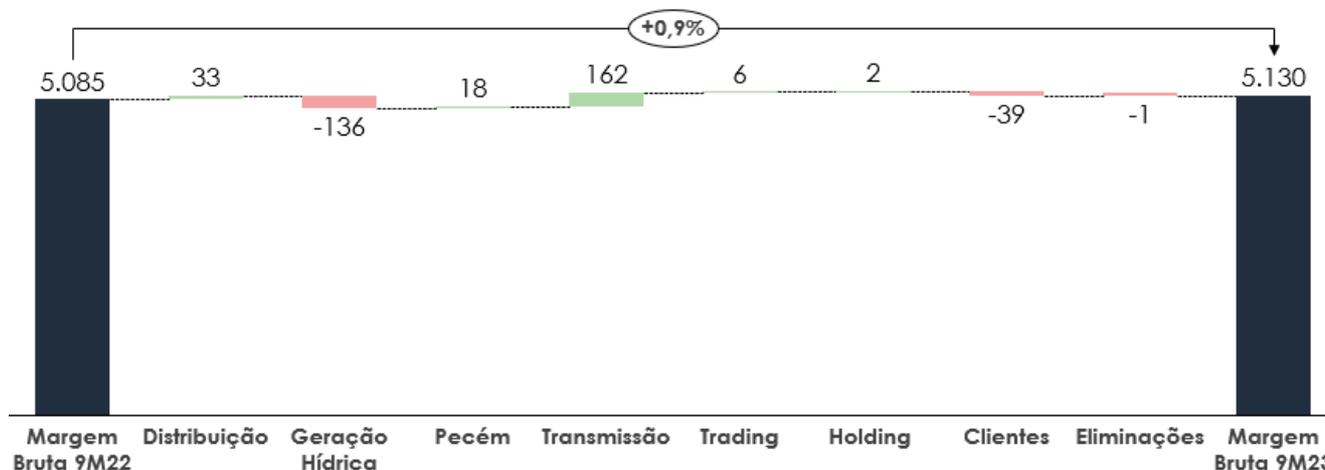
Itens em R\$ Mil ou %	Consolidado		
	9M23	9M22	Var
Receita Operacional Líquida	11.478.648	11.339.062	1,2%
Gastos Não Gerenciáveis	(6.348.804)	(6.254.190)	1,5%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(5.131.833)	(5.106.529)	0,5%
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(1.105.377)	(935.980)	18,1%
Outros	(111.594)	(211.681)	-47,3%
Margem Bruta	5.129.844	5.084.872	0,9%

Nota: Margem Bruta desconsidera Receita de Construção.

A Margem Bruta aumentou 0,9% no acumulado, decorrente de:

- (i) **Distribuição:** aumento de R\$ 33,5 milhões, decorrente do impacto de maior mercado e tarifa, além do aumento do VNR e da redução de perdas, minimizado pelos efeitos da sobrecontratação em ambas as distribuidoras;
- (ii) **Transmissão:** aumento de R\$ 162,2 milhões, decorrente da entrada em operação total de 4 lotes que foram energizados ao longo de 2022, além da incorporação da EDP Goiás ocorrida em fevereiro de 2022;
- (iii) **Hídrica:** redução de R\$ 136,4 milhões, em função da venda da UHE Mascarenhas concluída em dezembro de 2022;
- (iv) **Pecém:** aumento de R\$ 18,0 milhões, decorrente do reajuste da receita fixa ocorrida em novembro de 2022, além da redução de gastos não gerenciáveis, ocasionada pelo não despacho da usina;
- (v) **Trading:** redução de R\$ 6,0 milhões, devido ao maior giro e captura de valor com negociações em trading e clientes, além da redução da curva de preço de longo prazo das operações de energia; e
- (vi) **Clientes:** redução de R\$ 39,4 milhões, devido a entrada de novos contratos na modalidade de arrendamento financeiro em 2022, que permitem a contabilização integral do arrendamento, mitigado parcialmente pelo aumento de volume ocasionado pela migração de clientes do mercado cativo para o mercado livre.

Formação da Margem Bruta 9M23 (R\$ milhões)



1.1.2 Gastos Gerenciáveis

Ao longo do ano de 2023, a Companhia manteve seus gastos gerenciáveis estáveis em relação ao mesmo período do ano passado. Os Gastos Gerenciáveis foram impactados, principalmente, pela redução da rubrica de Materiais, decorrente da postergação das manutenções em Pecém, das reduções em veículos e infra e das manutenções prediais, que minimizaram o aumento na rubrica de Serviços de Terceiros, principalmente, nas manutenções das distribuidoras e serviços de TI (Outsourcing Infra + Aplicações).

Comentário do Desempenho

Quadro contábil conforme DFs:

Itens em R\$ Mil ou %	Consolidado		
	9M23	9M22	Var
Pessoal	(488.040)	(486.555)	0,3%
Material	(53.697)	(103.422)	-48,1%
Serviços de Terceiros	(447.396)	(412.102)	8,6%
Provisões	(147.627)	(183.158)	-19,4%
Outros	(248.167)	(87.875)	182,4%
Total PMSO com Provisões	(1.384.927)	(1.273.112)	8,8%
Total PMSO (excluindo Provisões)	(1.237.300)	(1.089.954)	13,5%
Ganhos e Perdas na Desativação e Alienação de Bens	(105.405)	(105.985)	-0,5%
Custo com Construção da Infraestrutura	(1.651.152)	(1.425.805)	15,8%
Depreciação e Amortização	(1.124.599)	(579.525)	94,1%
Gastos Gerenciáveis	(4.266.083)	(3.384.427)	26,1%
	9M23	9M22	Var
PMSO	(1.237.300)	(1.089.954)	13,5%
Contabilização do IFRS 16 (aluguéis)	(19.532)	(20.921)	-6,6%
Novos Negócios	133.678	126.829	5,4%
Custos com Receita Associada	143.245	68.371	109,5%
PMSO recorrente	(979.909)	(915.675)	7,0%

Nota: Novos negócios contempla Transmissão, EDP Smart Energia, EDP Ventures, EDP Smart Serviços e EDP Smart Soluções

O quadro abaixo reflete o PMSO, excluindo os efeitos não recorrentes.

Itens em R\$ Mil ou %	9M23	9M22	Var
Pessoal	(417.571)	(404.211)	3,3%
Material	(47.363)	(53.566)	-11,6%
Serviços de Terceiros	(394.024)	(364.215)	8,2%
Outros	(70.413)	(84.517)	-16,7%
Total PMSO	(929.371)	(906.508)	2,5%

Os principais itens que influenciaram o PMSO foram:

- (i) Pessoal – aumento de 3,3% (+R\$ 13,4 milhões) refletindo o reajuste dos dissídios coletivos em remunerações e benefícios;
- (ii) Material – redução de 11,6% (-R\$ 6,2 milhões) decorrente da postergação das manutenções em Pecém, das manutenções dos veículos, dos serviços de infra e manutenções prediais, principalmente nas distribuidoras;
- (iii) Serviços de Terceiros – aumento de 8,2% (+R\$ 29,8 milhões) decorrente do aumento nas manutenções das distribuidoras, das ações de combate a inadimplência, dos serviços de TI e outsourcing e das ações de relacionamento com cliente; e
- (iv) Outros – redução de 16,7% (-R\$14,1 milhões), decorrente da contabilização de crédito retroativo de PIS/COFINS.

A conta de **Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens**, reduziu R\$ 0,6 milhão, em linha com o mesmo período do ano anterior.

A conta da **Depreciação e Amortização** teve um impacto negativo de R\$ 545,1 milhões, decorrente da redução ao valor recuperável contabilizado em Pecém.

Comentário do Desempenho

1.1.3. Resultado das Participações Societárias

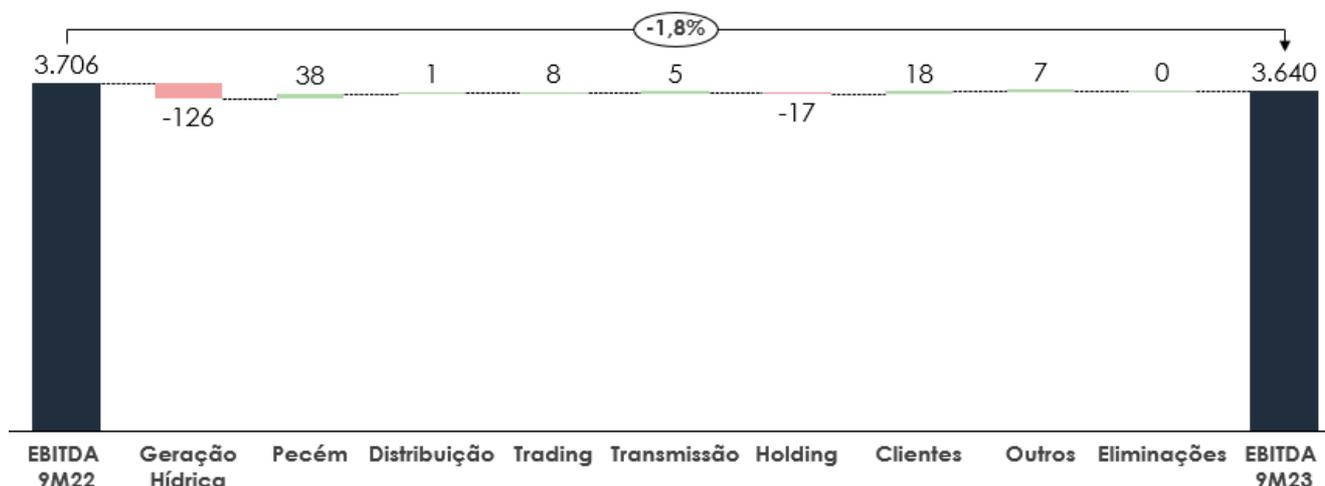
Itens em R\$ Mil ou %	9M23	9M22	Var
Santo Antônio do Jari (50%) ¹	61.686	45.459	35,7%
Cachoeira Caldeirão (50%) ¹	275	(526)	-152,3%
São Manoel (33,33%) ¹	(4.530)	(10.755)	-57,9%
Celesc (29,90%) ¹	165.800	134.162	23,6%
Outros ²	(4.066)	457	-989,7%
Resultado das Participações Societárias	219.165	168.797	29,8%

¹ Considera participação dos ativos e no caso da Celesc, a equivalência patrimonial utiliza as demonstrações financeiras com defasagem de um trimestre em relação à data apresentada das demonstrações financeiras da Companhia; ² Considera equivalência de Pecém TM, Pecém OM, Mabe e Blue Sol.

O aumento do Resultado das Participações Societárias reflete o maior resultado da Celesc, além do aumento da equivalência em Jari, decorrente dos reajustes anuais nos contratos de venda de energia.

1.1.4 EBITDA

Formação do EBITDA 9M23 (R\$ milhões)



O EBITDA foi de R\$ 3,6 bilhões, redução de 1,8%, conforme efeitos mencionados anteriormente.

Itens em R\$ Mil ou %	9M23	9M22	Var
EBITDA	3.639.512	3.705.775	-1,8%
Atualização do ativo financeiro indenizável - VNR	(305.846)	(283.649)	7,8%
EBITDA Societário Transmissão (IFRS)	(763.204)	(758.132)	0,7%
EBITDA Regulatório Transmissão	571.680	358.342	59,5%
EBITDA Ajustado Recorrente	3.142.142	3.022.336	4,0%
Resultado das Participações Societárias	219.165	168.797	29,8%
EBITDA conforme "Instrução CVM 527"	3.858.677	3.874.572	-0,4%

Nota: O EBITDA Regulatório da Transmissão pode sofrer alterações decorrente de ajustes de PIS/COFINS

O EBITDA Ajustado, pelos efeitos não recorrentes e não caixa, foi de R\$ 3,1 bilhões, aumento de 4,0%. Conforme instrução CVM 527, o EBITDA foi de R\$ 3,9 bilhões.

Comentário do Desempenho

1.1.5. Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ mil)	Consolidado		
	9M23	9M22	Var
Receita Financeira	512.309	479.785	6,8%
Juros e variações monetárias	489.648	466.190	5,0%
Outros	22.661	13.595	-153,7%
Despesa Financeira	(1.642.834)	(1.573.679)	4,4%
Encargos de Dívidas	(1.429.667)	(1.266.287)	12,9%
Outros	(213.167)	(307.392)	-11,2%
Total	(1.130.525)	(1.093.894)	3,3%

O resultado financeiro aumentou 3,3%, decorrente do aumento da receita financeira, impactado pelo aumento de juros e variações monetárias, além do aumento da despesa financeira, em decorrência do aumento dos encargos de dívidas, principalmente na rubrica de empréstimos e financiamentos.

1.1.6. Imposto de Renda e Contribuição Social (IR/CS)

	9M23	9M22	Var
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	1.603.553	2.201.153	-27,1%
Alíquota	34%	34%	
IR/CS	(545.208)	(748.392)	-27,1%
Adições/Exclusões			
Doações	(2.788)	(1.916)	45,5%
Impostos Diferidos N.Reconhecidos / (Adição)/reversão de diferenças perm.	(189.454)	22.370	-946,9%
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores	18.740	4.781	292,0%
Ajuste de Lucro Presumido	16.823	(8.457)	-298,9%
Resultados de Equivalência Patrimonial	74.515	30.460	144,6%
Juros sobre capital próprio	(14.263)	(12.007)	18,8%
Incentivos Fiscais (SUDAM / SUDENE/Outros)	60.775	63.969	-5,0%
Juros sobre as ações preferenciais	(8.904)	(664)	1241,0%
Outras	(3.015)	(2.259)	33,5%
Total	(592.779)	(652.115)	-9,1%
Alíquota Efetiva	-37,0%	-29,6%	-7,3%

O IR/CS foi de R\$ 592,8 milhões, redução de 9,1%, decorrente do menor resultado entre os períodos, além das adições e exclusões à base de cálculo, devido aos impostos diferidos não constituídos, reflexo da redução ao valor recuperável de Pecém que impactou o imposto corrente, sem reconhecimento do diferido nas informações contábeis intermediárias. Este não reconhecimento poderá ser objeto de reconhecimento futuro, conforme as revisões anuais das projeções de geração de lucros tributáveis. Não há prazo de prescrição para a utilização de tais créditos.

1.1.7. Lucro Líquido

O Lucro Líquido foi de R\$ 857,1 milhões, redução de R\$ 39,6%, impactado pela reclassificação de todos os ativos e passivos de Pecém como Ativo não circulante mantido para venda. De acordo com o CPC 31, para fins de registro contábil, deve-se mensurar os ativos mantidos para venda pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo menos despesas de venda.

1.2. Endividamento

1.2.1. Dívida Bruta

A Companhia atingiu Dívida Bruta de R\$ 11,4 bilhões em 30 de setembro, desconsiderando as dívidas dos ativos não consolidados, que representaram R\$ 1,2 bilhão. A Companhia realizou três captações de recursos em suas Controladas no período, sendo duas delas na EDP Espírito Santo, com o objetivo de reforçar o caixa e garantir capital de giro para suas operações, e a última na EDP Trading, com a finalidade de garantir o financiamento do projeto da EDP Litoral Sul (Lote Q).

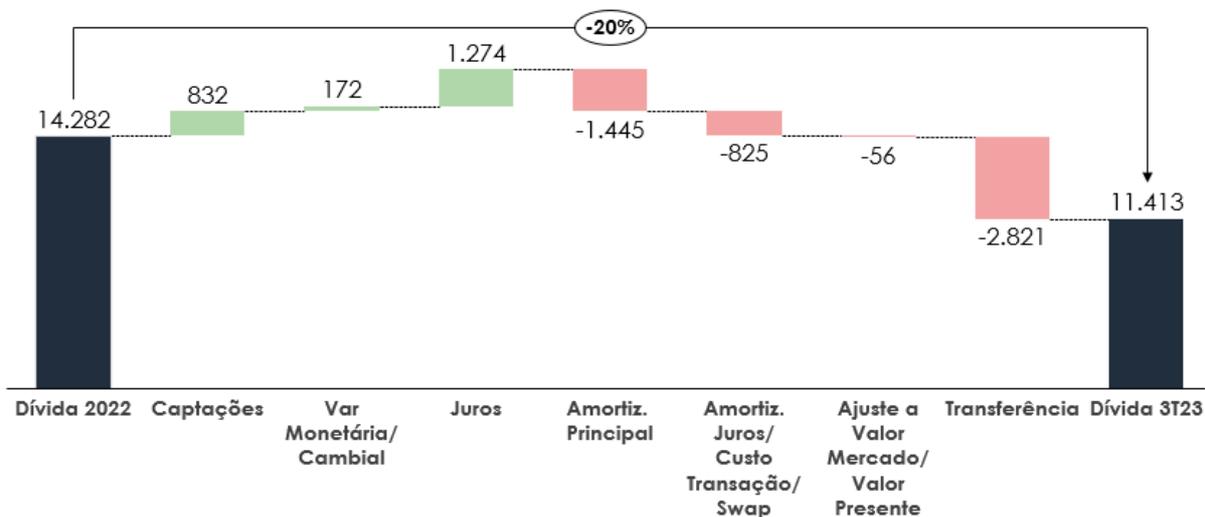
Comentário do Desempenho

Dívida Bruta por segmento (R\$ milhões)



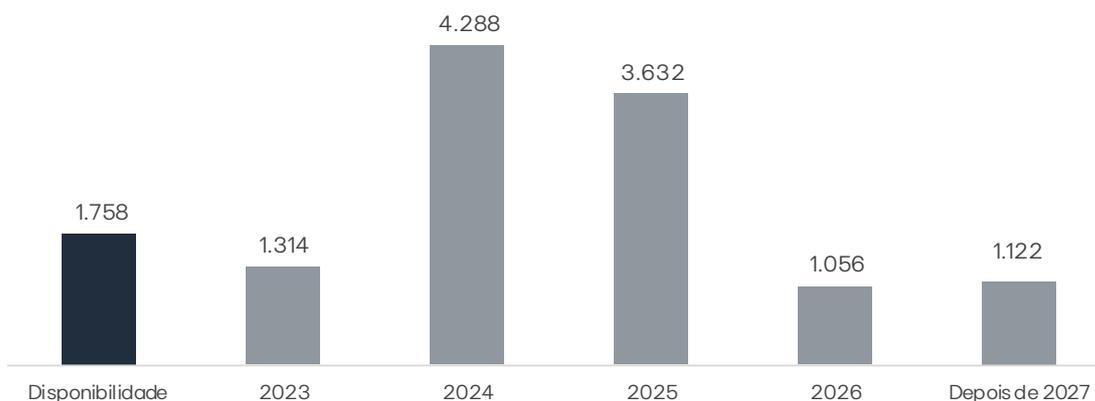
Nota: Não considera eliminações intragrupo de R\$ 1.602 milhões (considera os contratos de mútuo intragrupo e as ações preferenciais da Investco classificadas como dívida).

Composição da Dívida Bruta Consolidada (R\$ milhões)



Nota: Captações consideram os custos de transação com a emissão de debêntures.

Cronograma de Vencimento da Dívida¹ (R\$ milhões)

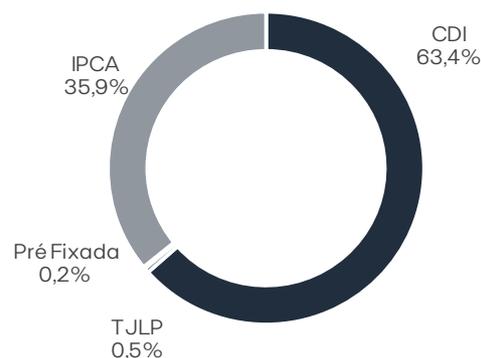


Nota: ¹Valores consideram principal + encargos + resultados de operações de hedge. Contempla amortização de derivativos.

Comentário do Desempenho

Dívida Bruta por Indexador em 30/09/2023

O custo médio da dívida encerrou o trimestre em 12,58% a.a., em comparação aos 12,38% a.a. no mesmo período de 2022, levando em consideração os juros capitalizados das dívidas e os encargos incorridos. O prazo médio da dívida atingiu 2,7 anos. Considerando as dívidas das empresas que a Companhia detém participação, o prazo médio seria de 3,1 anos e o custo médio seria de 12,4% a.a..



1.3. Variação do Imobilizado

Nota: Inseridos no CDI estão consideradas as captações em dólar com swap para CI

Total			
Variação do Imobilizado (R\$ mil)	9M23	9M22	Var
Distribuição	1.188.002	1.132.090	4,9%
EDP São Paulo	591.127	609.706	-3,0%
EDP Espírito Santo	596.875	522.384	14,3%
Geração	34.287	42.945	-20,2%
Enerpeixe	5.797	1.506	284,9%
Energest	-	902	-100,0%
Lajeado / Investco	5.008	831	502,6%
Pecém	23.482	39.706	-40,9%
Transmissão	475.275	299.065	58,9%
Solar	153.841	110.445	39,3%
Outros	17.216	12.246	40,6%
Total	1.868.621	1.596.791	17,0%
Geração não consolidado	16.596	7.950	108,8%
Total	1.885.217	1.604.741	17,5%

Nota: Os investimentos realizados nos segmentos Solar e Outros referem-se a visão caixa.

Os investimentos totalizaram R\$ 1,9 bilhão, aumento de 17,5%, principalmente nas distribuidoras e no segmento de transmissão.

Na Distribuição, os investimentos totalizaram R\$ 1,2 bilhão, aumento de 4,9%, sendo o maior investimento destinado a expansão do sistema elétrico na EDP ES, com crescimento de 16%. Já na EDP SP, os investimentos em combate às perdas se destacaram, apresentando aumento de 25% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Na Transmissão, os investimentos atingiram R\$ 475,3 milhões, aumento de 58,9%, devido ao avanço das obras na EDP Transmissão Norte e das obras de reforço e melhoria na EDP Goiás.

Na Geração, o total investido foi de R\$ 34,3 milhões, redução de 20,2%, decorrente dos investimentos em manutenções realizados em Pecém.

No segmento Solar, os investimentos foram de R\$ 153,8 milhões, crescimento de 39,3%, devido a entrega de projetos de geração distribuída.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



1 Contexto Operacional

A EDP - Energias do Brasil S.A. (Companhia, Controladora ou EDP - Energias do Brasil), sociedade anônima de capital aberto, constituída em 24 de julho de 2000, com sede no município de São Paulo, tem como objeto social: (i) participar em outras sociedades, como acionista ou quotista, bem como prestar serviços em negócios e empreendimentos do setor energético, no Brasil ou no exterior; (ii) gerir ativos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, em suas diversas formas e modalidades; (iii) estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, em suas diversas formas e modalidades; e (iv) prestar serviços em negócios do setor energético no Brasil ou no exterior.

A partir do dia 21 de agosto de 2023, as ações de emissão da Companhia deixaram de ser negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, denominada Novo Mercado (Nota 4.7).

A Companhia possui as seguintes participações nas controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas:

Empresas	Classificação	Consolidação	% Participação			
			30/09/2023		31/12/2022	
			Direta	Indireta	Direta	Indireta
Distribuição						
EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A. (EDP Espírito Santo)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A. (EDP São Paulo)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Geração						
Enerpeixe S.A. (Enerpeixe)	Controlada	integral	60,00	-	60,00	-
Investco S.A. (Investco)	Controlada	integral	-	40,78	-	40,78
Lajeado Energia S.A. (Lajeado)	Controlada	integral	55,86	-	55,86	-
Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (Porto do Pecém) (Nota 17.1)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Resende Engenharia e Assessoria Ltda. (Resende)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Companhia Energética do Jari - (CEJA)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00	-	50,00	-
Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. (Cachoeira Caldeirão)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00	-	50,00	-
Empresa de Energia São Manoel S.A. (São Manoel)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	33,334	-	33,334	-
Comercialização						
EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A. (EDP Trading)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Transmissão						
EDP Transmissão Aliança SC S.A. (EDP Transmissão Aliança)	Controlada	integral	90,00	-	90,00	-
EDP Transmissão Litoral Sul S.A. (EDP Transmissão Litoral Sul)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
EDP Transmissão SP-MG S.A. (EDP Transmissão SP-MG) (Nota 17.2)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Mata Grande Transmissora de Energia Ltda. (Mata Grande Transmissora) (Nota 17.2)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
EDP Transmissão Norte S.A. (EDP Transmissão Norte)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
EDP Transmissão Goiás S.A. (EDP Goiás)	Controlada	integral	-	99,9990	-	99,9989
EDP Transmissão Norte 2 S.A. (EDP Transmissão Norte 2)	Controlada	integral	100,00	-	-	-
Clientes						
EDP Smart Serviços S.A. (EDP Smart Serviços)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
EDP Smart Soluções S.A. (EDP Smart Soluções)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
EDP Smart Energia Ltda. (EDP Smart Energia)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
EDP Smart SPE V Ltda. (EDP Smart SPE V)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
EDP Smart SPE Ltda. (EDP Smart SPE)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
Nova Geração Solar Ltda. (Nova Geração Solar)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
Energia Solar I SPE Ltda. (Energia Solar I)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
Energia Solar II SPE Ltda. (Energia Solar II)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
Energia I SPE S.A. (Energia I)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
Energia II SPE S.A. (Energia II)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
Outros						
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc)	Coligada com influência significativa	por equivalência patrimonial	29,90	-	29,90	-
EDP Ventures Brasil S.A. (EDP Ventures)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Mabe Construções e Administração de Projetos Ltda. (Mabe)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00	-	50,00	-
Comercializadora de equipamentos e materiais Mabe Ltda. (Mabe Chile)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial pela Mabe Construções	-	50,00	-	50,00
Pequena Central Hidrelétrica SL S.A. (Santa Leopoldina)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A. (Pecém OM) (Nota 4.15)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	-	50,00	50,00	-
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A. (Pecém TM) (Nota 4.15)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	-	50,00	50,00	-
Blue Sol Participações S.A. (Blue Sol)	Coligada	por equivalência patrimonial	-	40,00	-	40,00

1.2 Estratégias ESG - Environmental, Social and Governance

A EDP - Energias do Brasil é uma companhia comprometida com a excelência ESG, que tem a Sustentabilidade como principal valor de uma estratégia integrada. Por isso, a visão de futuro da Grupo EDP - Energias do Brasil é guiada pelo Plano Estratégico 2021-2025, um compromisso ambicioso, que inclui uma aceleração do crescimento em energias renováveis, apoiado pela história de conquistas enquanto líderes da transição energética. O Plano Estratégico 2021-2025 é orientado por quatro eixos: liderança da transição energética, compromisso com a proteção do meio ambiente, geração de impacto social positivo e atuação sob uma estrutura de governança forte.

2 Outorgas

Nas concessões, registros e autorizações as companhias têm ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições constantes nos contratos de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

O Decreto nº 41.019/57 foi revogado pelo Decreto nº 10.810/21, os artigos 63 e 64 daquele decreto, que tratavam a respeito da necessidade de autorização do Órgão Regulador para retirada, alienação e cessão dos ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia, estão expressos na Resolução Normativa nº 948/2021 - Módulo IV - Desvinculação de Bens e Módulo VI - Constituição de Garantias. Os ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

Também é estabelecido que, extinta a concessão, a autorização ou o registro, operar-se-á, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente, dos bens e instalações vinculados à prestação dos serviços, procedendo-se os levantamentos e as avaliações necessárias pelo órgão regulador.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



A Resolução ANEEL nº 691/15 regulamenta a desvinculação dos ativos vinculados a concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à doação de interesse social ou alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

Em 30 de setembro de 2023 as controladas e controladas em conjunto da Companhia possuem o direito de explorar as seguintes outorgas de geração, transmissão e distribuição de energia:

Em operação

Empresas	Usina	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade instalada (MWm)	Energia assegurada (MWm) (Nota 4.4)	Início	Término	Prorrogação	Indenização
Distribuição										
EDP Espírito Santo		Serviço Público	Concessão	ES			17/07/1995	17/07/2025	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
EDP São Paulo		Serviço Público	Concessão	SP			23/10/1998	23/10/2028	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
Geração										
Cachoeira Caldeirão	UHE Cachoeira Caldeirão	Produtor Independente	Concessão	AP	219,00	123,30	29/05/2013	19/08/2048	Sem previsão de prorrogação na legislação atual	(ii)
CEJA	UHE Santo Antônio do Jari	Produtor Independente	Concessão	PA/AP	392,95	211,30	21/12/1987	28/10/2045	20 anos	(i)
Enerpeixe	UHE Peixe Angical	Produtor Independente	Concessão	TO	498,75	266,60	07/11/2001	11/05/2042	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
Investco	UHE Luiz Eduardo Magalhães	Produtor Independente	Concessão	TO	902,50	479,90	15/01/1998	22/09/2035	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
Porto do Pecém (Nota 17.1)	UTE Porto do Pecém I	Produtor Independente	Autorização	CE	720,27	645,30	01/07/2008	20/01/2044	Sem previsão de prorrogação na legislação atual	(iii)
São Manoel	UHE São Manoel	Produtor Independente	Concessão	PA	735,84	430,40	10/04/2014	09/12/2049	Sem previsão de prorrogação na legislação atual	(ii)

Transmissão

Operação comercial

Empresas	Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da linha	Início	Término	Prorrogação	Indenização
EDP Transmissão Aliança	484,5 km	Serviço Público	Concessão	SC	3 LT 525kV; 2 LT 230kV; SE 525/230kV	11/08/2017	11/08/2047	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)
EDP Transmissão SP-MG (Nota 17.2)	375 km	Serviço Público	Concessão	SP/MG	LT 500kV	11/08/2017	11/08/2047	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)
	744 km	Serviço Público	Concessão	GO	13 LT 230kV; 12 SE 230/138/69kV	01/01/2013	01/01/2043	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)
EDP Goiás	11 km	Serviço Público	Concessão	GO	1 LT 230kV; 2 SE 230kV	06/03/2015	06/03/2045	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)
	0 km (Compensador Estático)	Serviço Público	Concessão	GO	Compensador Estático	20/01/2016	20/01/2046	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)
EDP Transmissão Litoral Sul	142 km	Serviço Público	Concessão	SC/RS	3 LT 230kV; SE 230/69kV; SE 230/138/69kV	27/06/2016	27/06/2046	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)
Mata Grande Transmissora (Nota 17.2)	113 km	Serviço Público	Concessão	MA	LT 230kV	20/09/2018	20/09/2048	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)

Em fase de projeto/construção

Empresas	Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da linha	Início	Término	Prorrogação	Indenização
Transmissão									
EDP Transmissão Norte	360 km	Serviço Público	Concessão	AC/RO	LT 230kV; SE 230/69-13,8kV	30/09/2021	30/09/2051	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)
EDP Transmissão Norte 2	188 km	Serviço Público	Concessão	RO	LT 230kV; 2 SE 230kV	31/03/2023	31/03/2053	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)

(i) No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da própria Agência.

(ii) No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos posteriores, não previstos no projeto original e ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. O valor será apurado mediante auditoria própria do Poder Concedente.

(iii) Não existe previsão de indenização.

Adicionalmente, a coligada Celesc, na qual a Companhia possui participação minoritária com influência significativa, detém o controle das seguintes outorgas:

Empresas	Usina	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade instalada (MWm)	Energia assegurada (MWm)	Término da concessão
Distribuição							
Celesc Distribuição S.A. – Celesc D		Serviço Público	Concessão	SC			07/07/2045
Gás natural							
Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS		Serviço Público	Concessão	SC			28/03/2044
Geração							
	UHE Garcia	Produtor Independente	Concessão	SC	8,92	7,10	03/01/2053
	UHE Pery	Produtor Independente	Concessão	SC	30,00	14,08	07/07/2054
Celesc Geração S.A. – Celesc G	UHE: Palmeiras, Bracinho, Salto e Cedros	Produtor Independente	Concessão	SC	54,28	36,24	06/11/2053
	PCH Celso Ramos	Produtor Independente	Concessão	SC	13,92	6,77	(i)
	CGH: Caveiras, Ivo Silveira, Pirai, São Lourenço e Rio do Peixe	Produtor Independente	Concessão	SC	8,15	5,97	(i)
Total					115,27	70,16	

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Outros projetos de expansão de propriedade integral da coligada Celesc G estão em fase de revisão para ampliação e reativação conforme tabela a seguir:

Descrição	Localização	Final da concessão	Potência instalada (MW)	Acréscimo de potência (MW)	Potência final (MW)	Status
Usina Salto Weissbach	Blumenau/SC	06/11/2053	6,28	23,00	29,28	Análise EPE/ ANEEL
Usina Cedros Etapas 1 e 2	Rio dos Cedros/SC	06/11/2053	8,40	4,50	12,90	Revisão de Projeto Básico
Usina Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	06/11/2053	24,60	0,75	25,35	Revisão de Projeto Básico
CGH Marumim	São José/SC	(i)		1,00	1,00	Em construção
CGH Caveiras	Lages/SC	(i)	3,83	5,57	9,40	Licenciamento Ambiental
Total			43,11	34,82	77,93	

As informações apresentadas acima foram extraídas das informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2023, divulgadas ao mercado em 11 de agosto de 2023.

(i) Usinas com potência instalada inferior a 5MW estão dispensadas do ato de Concessão (Lei nº 13.360/16).

3 Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que ela e suas controladas possuem recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro (Nota 37.2.2.2.1). Adicionalmente, a Administração da Companhia e das controladas não têm conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia e suas controladas autorizou a emissão das informações contábeis intermediárias em 31 de outubro de 2023. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social em 31 de dezembro de 2022.

Algumas notas explicativas não estão sendo apresentadas devido as variações não serem relevantes comparadas às informações já divulgadas nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2022. Consequentemente, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais divulgadas à CVM em 27 de fevereiro de 2023. Segue abaixo a relação das notas explicativas nessa situação:

Número da nota explicativa em 31/12/2022	Título da nota explicativa	Justificativa
3.8	Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes	(b)
9.6	Parcelamentos	(b)
16.4	Prêmio de risco - GSF	(b)
16.9	Títulos a receber	(b)
18.1	Combinação de negócios - EDP Goiás	(a)
30	Uso do Bem Público - UBP	(b)
32.2	Destinação do lucro	(b)
32.6.1	Partes beneficiárias	(b)
36.3	SUDAM e SUDENE	(b)
38.1.1.1	Ativos financeiros	(c)
38.1.1.2	Passivos financeiros	(c)
38.1.2	Valor justo	(c)
38.1.2.1	Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros	(c)
41	Cobertura de seguros	(b)

(a) Nota explicativa idêntica à divulgada nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

(b) Não houve alteração no contexto da nota explicativa, sendo as variações dos valores referentes ao período findo em 30 de setembro de 2023 em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, consideradas imateriais pela Administração da Companhia.

(c) Não houve alteração no contexto da nota explicativa, desta forma, os textos não estão sendo apresentados.

3.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia e suas controladas estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

3.3 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto: (i) determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo (Nota 37.1.1); (ii) os ativos e passivos líquidos de benefício definido que são reconhecidos a valor justo, com limitação de reconhecimento do superávit atuarial (Nota 28); (iii) a marcação a mercado dos contratos de compromissos futuros (Nota 15); (iv) Propriedades para investimentos (Nota 22); (v) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 27); e (vi) Instrumentos financeiros derivativos (Nota 37.1.2).

3.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia e de suas controladas se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 3.7.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das informações contábeis intermediárias, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 3.7); Fornecimento não faturado (Nota 7.3); Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (Nota 7); Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD (Nota 7.10); Ativos e passivos financeiros setoriais (Nota 8); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias (Nota 10); Compromissos futuros (Nota 15); Ativo Financeiro Indenizável (Nota 20); Ativos da concessão (Nota 21); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 23 e 24); Planos de benefícios pós-emprego (Nota 28); Provisões para contingências (Nota 30.1); Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 30.2); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros.

3.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas, que operam no Brasil, é o Real e as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.6 Informações contábeis intermediárias consolidadas

As informações contábeis intermediárias consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, correlacionado ao IFRS 10, aprovado pela Deliberação CVM nº 112/22, abrangendo a Companhia e suas controladas (Nota 18).

As controladas diretas e indiretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e serão consolidadas até a data que cessar tal controle.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Controladora nas suas controladas.
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e as suas controladas, bem como das contas mantidas entre estas controladas.
- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais, nas demonstrações do resultado e nas demonstrações dos resultados abrangentes.
- As combinações de negócios são consideradas no momento da aquisição do controle de um negócio, sendo os montantes reconhecidos mensurados a valor justo com base em laudos de avaliação elaborados por avaliadores independentes.
- Consolidação de entidades com investimento inferior a 50%: a Companhia é controladora indireta da Investco, com 40,78% de participação, devido ao controle direto da Lajeado com 55,86% que, por sua vez, detém 73% do capital votante da Investco, assegurando o poder de controle das atividades da mesma, bem como, da sua consolidação integral nas informações contábeis intermediárias.
- Coligada com influência significativa: a Companhia detém 29,90% da participação no capital total e 33,11% de participação no capital votante da Celesc, possuindo 3 assentos no Conselho de Administração, 1 assento no Conselho Fiscal e 1 assento no Comitê de Auditoria Executivo (Nota 19.2) e 40% da participação no capital total da Blue Sol.
- As datas das informações contábeis intermediárias das controladas e controladas em conjunto utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial e para a consolidação coincidem com as da Companhia. Em relação à coligada Celesc, sociedade anônima com ações negociadas na B3 e que segue as normas da CVM, o cálculo de equivalência patrimonial utiliza o balancete da referida com dois meses de defasagem.
- Acordos de controle compartilhado: a Companhia detém 50% do direito a voto nos empreendimentos, Pecém TM, Pecém OM, Mabe, CEJA e Cachoeira Caldeirão e 33,334% em São Manoel. A Companhia detém o controle conjunto nestes empreendimentos pois, conforme os acordos contratuais, é requerido consenso unânime entre todas as partes dos acordos para todas as atividades relevantes.

Os acordos conjuntos da Companhia estão estruturados na forma de sociedades anônimas de capital fechado e, segundo os acordos contratuais, conferem à Companhia e às outras partes dos acordos direitos aos ativos líquidos das sociedades anônimas de capital fechado. Por essa razão, esses acordos são classificados como empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*) e não são consolidados nas informações contábeis intermediárias.

3.7 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia e de suas controladas revisam o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

• Ativos financeiros e Ativos contratuais

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Atualmente, a rubrica que apresenta saldos relevantes de redução ao valor recuperável é a de Contas a receber e, para mais informações sobre os critérios e premissas utilizadas nas estimativas dos valores, vide nota 7.10.

• Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Para o período findo em 30 de setembro de 2023 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no período citado, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável nas controladas. Em 2023 a Companhia registrou a provisão para redução ao valor recuperável do valor justo dos investimentos na controlada Porto do Pecém conforme nota 4.12.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



4 Eventos significativos no período

4.1 Liberações e captações de recursos

Durante o período de 9 meses de 2023, as controladas obtiveram os seguintes recursos:

Consolidado						
Empresa	Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
Em moeda nacional						
EDP Trading	BNDES	jul/23	nov/35	75.000	IPCA + 5,93% a.a.	Implantação da linha de Transmissão do Lote Q
Total em moeda nacional				<u>75.000</u>		
Em moeda estrangeira						
EDP Espírito Santo	4131 - ITAU SWAP	jul/23	jul/25	83.318 USD	USD + 6,788%	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida
EDP Espírito Santo	4131 - SCOTIABANK SWAP	ago/23	jul/25	60.815 USD	USD + 7,057%	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida
Total em moeda estrangeira				<u>144.133 USD</u>		

Para mais informações sobre os recursos recebidos acima, vide notas 27 e 37.1.2.

4.2 Medidas regulatórias para o setor elétrico com impactos na Companhia e suas controladas

Publicação	Descrição	Status
Revisão do Submódulo 2.3 do PRORET de 21 de fevereiro de 2022	A ANEEL concluiu em 21 de fevereiro de 2022, a primeira etapa da Tomada de Subsídios - TS 002/2022, que trata da revisão do Submódulo 2.3 dos PRORET, relativa à Base de Remuneração Regulatória (BRR) das distribuidoras de energia elétrica. Em suma, a tomada de subsídios propõe a revisão das componentes de custo que formam a Base de Remuneração e questiona quais fatores devem ser revisados na metodologia de cálculo. A Base de Remuneração consiste no montante de investimentos realizados pelas distribuidoras na prestação dos serviços e que será coberto pelas tarifas cobradas dos consumidores.	Foram recebidas contribuições, com as quais as controladas de distribuição contribuíram. A ANEEL encerrou a TS 002/2022 e deverá abrir a Consulta Pública - CP para dar continuidade ao tema em 2024.
REN nº 1.041 de 23 de setembro de 2022	A REN nº 1.041/2022, aprova novas versões dos Submódulos 7.4 e 9.4 dos PRORET, aplicáveis às concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica.	A REN altera a metodologia de cálculo da TUST, aprimorando o sinal locacional da componente tarifária, vigente desde julho de 2023. Essa norma impactou as controladas Cachoeira Caldeirão, CEJA, Enerpeixe e Lajeado após o fim do ciclo de estabilização da TUST.
DSP nº 453 de 27 de fevereiro de 2023	Em 27 de fevereiro de 2023, foi publicado o Despacho nº 453, que anuiu previamente o Contrato de Compra e Venda de Ativos a ser firmado entre a controlada EDP São Paulo e a controlada indireta EDP Goiás.	A operação da venda de torres de emergência entre as controladas EDP São Paulo e EDP Goiás foi aprovada pela ANEEL. Adicionalmente, houve adequação do pleito de anuência prévia para a operação de compra e venda de torres entre as referidas devido alteração no valor anuído.
DSP nº 848 de 4 de abril de 2023	Em 4 de abril de 2023 foi publicado o DSP nº 848, acatando parcialmente o pedido de pedidos de reconsideração da RAP ciclo 2022/2023 publicada na Resolução Homologatória nº 3.067, de 12 de julho de 2022.	Pleito da controlada EDP Transmissão Litoral Sul, acatado parcialmente, com o reconhecimento de R\$2.847. Os valores foram reconhecidos via Parcela de Ajuste na Resolução Homologatória - REH nº 3.216 (Nota 4.13).
REN nº 1.062 de 4 maio de 2023	Em 4 de maio de 2023 foi publicada a REN nº 1.062, alterando a REN nº 1.030/2023, que estabelece procedimentos relacionados à prestação e à remuneração de serviços ancilares. Com a alteração as usinas solares, fotovoltaicas e térmicas também podem prestar serviço ancilar de suporte de reativos e serem remuneradas a Tarifa de Serviços Ancilares - TSA.	A alteração possibilita que a controlada Porto do Pecém preste serviço ancilar de suporte de reativos e receba TSA.
REN nº 1.063 de 10 de maio de 2023	Em 10 de maio de 2023 foi publicada a REN nº 1.063, alterando a REN nº 846, de 11 de junho de 2019, com vistas a estabelecer procedimentos e critérios para a imposição de penalidades aos agentes do setor de energia associados à segurança de barragens de usinas hidrelétricas fiscalizadas pela ANEEL, de acordo com o que determina a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010.	As UHEs das controladas de geração terão que atender as exigências estabelecidas quanto à segurança de barragens ou poderão sofrer penalidades que podem chegar a 2% da receita das controladas de geração.
Portaria - PRT nº 2.283 de 12 de junho de 2023	A PRT foi publicada em 12 de junho de 2023, aprovando o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI e aprovar o projeto de transmissão de energia elétrica, correspondente ao Lote 02 do Leilão nº 02/2022-ANEEL (Contrato de Concessão nº 02/2023), de titularidade da controlada EDP Transmissão Norte 2.	A PRT entrou em vigor na data da publicação, possibilitando economia nos custos da obra em decorrência da isenção no pagamento de encargos na controlada.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Publicação	Descrição	Status
Consulta Pública - CP nº152 de 22 de junho de 2023	Em 22 de junho de 2023, por meio da PRT nº 737, o Ministério de Minas e Energia (MME) instaurou a CP nº152, com a divulgação da Nota Técnica nº 14/2023/SAER/SE, que apresentou proposta de diretrizes para o tratamento das concessões de distribuição de energia elétrica com vencimentos entre 2025 e 2031.	As contribuições dos interessados para o aprimoramento das diretrizes que trata da prorrogação das concessões foram recepcionadas pelo MME no período de 22 de junho de 2023 a 26 de julho de 2023. Após a conclusão da CP, pelo MME, a ANEEL deverá instaurar a consulta pública acerca das condições da prorrogação, com a disponibilização da minuta de contrato.
DSP nº 2.401 de 19 de julho de 2023	Em 19 de julho de 2023, foi publicado o Despacho Nº 2.401 que autoriza a controlada indireta EDP Transmissão Goiás, Contrato de Concessão nº 63/2001, a implantar as melhorias em instalação de transmissão sob sua responsabilidade e estabelecer os valores das correspondentes parcelas da Receita Anual Permitida.	O investimento estimado na EDP Goiás é de R\$31.359 com RAP de R\$4.963. Esses reforços serão implantados no Plano de Negócio - PN 2024.
Ato Declaratório - ADC nº 160 de 20 de julho de 2023	Em 20 de julho de 2023, foi publicado o ADC nº 160/23 que concede à controlada EDP Transmissão Norte 2, habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 2.121/2022.	O impacto estimado na controlada EDP Transmissão Norte 2 com o benefício REIDI é de R\$23.158.
Termo de Compromisso nº 15/2023 de 20 de julho de 2023	Em 20 de julho de 2023, foi publicado o Termo de Compromisso nº 15/2023 celebrado entre a controlada EDP Transmissão Aliança e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO, para a compensação Ambiental referente à implantação do empreendimento do lote 21 do leilão ANEEL nº 005/2016, em cumprimento ao disposto no artigo 36 da Lei nº 9.985/2000.	O valor destinado é de R\$914 fixado em fevereiro de 2019, com vigência até março 2024.
REN nº 2.832 de 16 de agosto de 2023	Em 16 de agosto de 2023, foi publicada a REN Nº 2.832 que autoriza a controlada indireta EDP Transmissão Goiás S.A, Contrato de Concessão nº 063/2001, a implantar os reforços em instalação de transmissão sob sua responsabilidade e estabelecer os valores das correspondentes parcelas da Receita Anual Permitida.	A controlada estima o investimento de R\$17.578 e RAP de R\$2.774. Pleito adicional aproximado de R\$13.358 referente às Conexões de Transformadores protocolados junto a ANEEL.
DSP nº 3.223 de 06 de setembro de 2023	Em 06 de setembro de 2023, foi publicado o DSP nº 3.223 que fixa a Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE.	Para a controlada EDP Espírito Santo foi definido valor da TFSEE Anual de R\$5.791.

4.3 Lei Complementar - LC nº 194

A Lei Complementar - LC nº 194, de 23 de junho de 2022 e o Ofício ANEEL nº 54, de 22 de julho de 2022, endereçado ao Confaz e COTEPE/ICMS, consideram, entre outras informações, a inclusão de energia elétrica como bem e serviço essencial e indispensável, trazendo limitadores da alíquota de ICMS para recolhimento, bem como outras providências.

A Administração das controladas de distribuição aplicou a redução da alíquota de ICMS nas transações abrangidas pela referida LC.

Em 10 de fevereiro de 2023 foi publicada, pelo Supremo Tribunal Federal, decisão na Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI nº 7195/DF concedendo pedido liminar para suspender os efeitos do artigo 2º da referida LC, no que tange à exclusão da incidência do ICMS sobre o valor relativo aos serviços de transmissão e distribuição bem como aquele correspondente aos encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica.

Os efeitos da decisão são imediatos a partir da data da publicação, mantendo-se, portanto, a aplicação da redução da alíquota do ICMS, mas restabelecendo a base de cálculo para incluir o valor relativo aos serviços de transmissão e distribuição bem como aquele correspondente aos encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica.

4.4 Portaria Normativa nº 709 de 30 de novembro de 2022

A partir de 1º de janeiro de 2023, as controladas e controladas em conjunto da Companhia estão em conformidade com as novas garantias físicas conforme Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas – UHEs Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional – SIN, aprovada pela Portaria Normativa nº 709/2022. Segue abaixo as novas garantias físicas:

	Energia assegurada (MWm)	
	2022	2023
Enerpeixe	280,5	266,6
Investco	505,1	479,9
CEJA	222,0	211,3
Cachoeira Caldeirão	129,7	123,3

4.5 Distribuidoras - Alteração no regime de tributação

A partir de 2023 as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo alteraram o regime de tributação, que anteriormente era apurado pelo Lucro Real Trimestral para Lucro Real Anual.

4.6 Porto do Pecém - Redução de capital

A controlada Porto do Pecém deliberou, em Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 31 de outubro de 2022, pela redução de seu capital social no montante de R\$875.000 por considerá-lo excessivo em relação ao seu objeto social, sem cancelamento de ações e mantendo-se inalterada a participação da Controladora no capital social. A eficácia da redução ficou condicionada ao: (i) recebimento da quitação e liberação das garantias do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 09.2.0354.1 e respectivos instrumentos acessórios, celebrados entre a controlada e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; e (ii) transcurso do prazo de 60 dias após a publicação da Assembleia, nos termos do artigo 174 da Lei das S.A.

A redução foi por meio de restituição à Companhia, em moeda corrente, no dia 26 de janeiro de 2023.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



4.7 Oferta Pública de Aquisição - OPA

OPA de Ações da Companhia

Em 02 de março de 2023, a Companhia divulgou Fato relevante que, na referida data recebeu, comunicação de sua acionista controladora EDP - Energias de Portugal S.A., informando que, conforme aprovado pelos órgãos societários competentes da EDP - Energias de Portugal S.A. e da EDP International Investments and Services, S.L., na qualidade de veículo ofertante, foi realizado, nesta data, protocolo perante a CVM de pedido de registro de oferta pública para aquisição de até a totalidade de ações ordinárias de emissão da Companhia, exceto por aquelas detidas, direta e indiretamente, pela EDP - Energias de Portugal S.A. e por aquelas atualmente mantidas em tesouraria, para fins de:

- (i) obtenção da conversão de registro da Companhia na CVM de emissora de valores mobiliários categoria "A" para "B", nos termos do artigo 9º e seguintes da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022; e
- (ii) saída da Companhia do segmento especial de listagem Novo Mercado da B3, se atingidos os respectivos quóruns regulamentares, conforme cada caso, nos termos da Resolução CVM 85 e do regulamento do Novo Mercado, com o objetivo de simplificação da estrutura corporativa e organizacional da EDP - Energias de Portugal S.A., conferindo assim maior flexibilidade na gestão financeira e operacional das suas operações no Brasil, e alinhado com a sua estratégia de foco em energias renováveis e redes de eletricidade.

O preço atribuído pela Companhia para cada ação objeto da OPA será de R\$24,00 por ação, a ser pago à vista e em moeda corrente nacional, equivalente a um prêmio de 22,26% sobre o preço de fechamento por ação do pregão de 01 de março de 2023, de R\$19,63. O Preço por Ação poderá ser ajustado, ainda, (i) por dividendos ou juros de capital próprio eventualmente declarados pela Companhia; ou (ii) em decorrência da aprovação de agrupamento ou desdobramento de ações de emissão da Companhia, de acordo, inclusive, com os termos que serão previstos no Edital da OPA.

A Companhia definiu a Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda., na qualidade de empresa avaliadora independente responsável pela elaboração do Laudo de Avaliação utilizando como data-base 31 de dezembro de 2022, nos termos do parágrafo 4º do artigo 4º da Lei das S.A., do artigo 9º e do inciso I, do artigo 22 da Resolução CVM 85.

Adicionalmente, em 01 de junho de 2023, a Companhia divulgou ao mercado, por meio de um fato relevante, no âmbito da OPA para fins de cancelamento de registro de companhia aberta na categoria A e conversão para categoria B e saída do Novo Mercado da B3, que na referida data, recebeu a comunicação de sua acionista controladora, EDP - Energias de Portugal S.A., na qualidade de controladora da EDP International Investments and Services S.L., sociedade ofertante da OPA, informando que, em 25 de maio de 2023, a CVM deferiu o pedido de registro da OPA e, desta forma, nos termos do artigo 14º, *caput*, da Resolução CVM nº 85, foi disponibilizado nesta data o Edital da OPA, que contém informações detalhadas sobre o procedimento da OPA e a data de realização do Leilão, que ocorreu no dia 11 de julho de 2023.

Ajuste do preço por Ação na OPA em razão de distribuição de dividendos

Conforme informado em 02 de março de 2023, a Companhia atribuiu o preço de R\$24,00 por ação objeto da OPA, sujeito a ajustes em razão de dividendos ou JSCP declarados pela Companhia antes da realização do leilão da OPA.

Considerando que, em 11 de abril de 2023, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia - AGOE a declaração de dividendos (exceto JSCP já declarados) no valor de R\$152.457, equivalente a R\$0,269366954 por ação, a serem pagos aos acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia na data-base da AGOE, o novo preço por ação da OPA passou a ser de R\$23,73 por ação.

Resultado do Leilão referente à OPA

Em 11 de julho de 2023, a Companhia comunicou ao mercado o resultado do Leilão que a controladora da Companhia adquiriu 185.169.240 ações ordinárias de emissão da Companhia, que representam 31,86% do seu capital social total. As ações foram adquiridas pelo preço de R\$23,73 totalizando o valor de R\$4.394.066. Com a liquidação do Leilão, que ocorreu em 14 de julho de 2023 resta em circulação 55.699.225 ações ordinárias de emissão da Companhia, que representam 9,58% do seu capital social total. Considerando a aquisição realizada no Leilão, a controladora da Companhia passou a deter 510.895.234 ações ordinárias de emissão da Companhia, que representam 87,91% do seu capital social total. Tendo sido alcançado o quórum para Conversão de Registro conforme previsto no artigo 22, inciso II, da Resolução CVM nº 85/2022 e no item 3.4 do edital da OPA e, consequentemente, o quórum para Saída do Novo Mercado conforme previsto no artigo 43, inciso II, do Regulamento do Novo Mercado da B3 e no item 3.5 do Edital, foram tomadas as medidas necessárias para a Conversão de Registro da Companhia e exclusão de negociação das suas ações da B3, sendo que as ações ordinárias de emissão da Companhia estão sendo negociadas no segmento básico da B3 a partir de 12 de julho de 2023 até a efetiva Conversão de Registro, que ocorreu no dia 21 de agosto de 2023.

Conversão do Registro de companhia aberta de Categoria "A" para "B" e Data de Corte do Resgate Compulsório das ações remanescentes em circulação da Companhia

Em 22 de agosto de 2023, a Companhia comunicou ao mercado por meio do Fato relevante que a CVM deferiu, em 21 de agosto de 2023, por meio do Ofício nº265/2023/CVM/SEP/GEA-1, a conversão do registro de categoria da Companhia, que passa a ser registrada como companhia aberta na categoria "B". Dessa forma, as ações de emissão da Companhia deixaram de ser negociadas na B3 a partir desta data.

Aprovação do Resgate Compulsório das ações remanescentes em circulação, após conclusão da OPA

Em 30 de agosto de 2023 a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral, que em assembleia geral de acionistas da Companhia realizada nesta data, o resgate compulsório das 21.494.341 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de 3,70% do seu capital social total, remanescentes em circulação, nos termos do item 9.1.1 do edital da OPA e do disposto no artigo 4º, parágrafo 5º, da Lei das S.A. O preço do resgate compulsório será idêntico ao preço por ação de R\$23,73, ajustado pela taxa SELIC acumulada, *pro rata temporis*, desde 14 de julho de 2023, data de liquidação da OPA, até a data do efetivo pagamento do preço do resgate.

O preço de resgate será pago aos acionistas da Companhia com base na posição acionária registrada em 29 de agosto de 2023, considerando que o último dia de negociação das ações de emissão da Companhia no ambiente de negociação da B3 foi em 21 de agosto de 2023. Considerando a aprovação do resgate compulsório, fica encerrado antecipadamente o período de três meses contados da data do Leilão para que os acionistas que desejassem vender suas ações objeto da OPA que não foram alienadas no Leilão, previsto no item 8.1.1 do edital da OPA e objeto do aviso aos acionistas divulgado em 11 de julho de 2023.

4.8 Encerramento do Programa de Recompra de Ações

Em 07 de março de 2023, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado, informando que diante do protocolo de pedido de registro de oferta pública para aquisição de ações da Companhia junto à CVM por sua acionista controladora, EDP - Energias de Portugal, S.A. (Nota 4.7), comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral o encerramento do programa de recompra de ações de emissão da Companhia aprovado pelo seu Conselho de Administração em 25 de outubro de 2021, conforme Fato relevante na data referida.

O Programa de Recompra teve como objetivo aplicar recursos disponíveis para maximizar a geração de valor para os acionistas, uma vez que, na visão da Administração da Companhia, o valor de negociação das ações da Companhia não refletia o real valor dos seus ativos combinado com a perspectiva de rentabilidade e geração de resultados futuros.

Por meio do Programa de Recompra, a Companhia recomprou 15.287.400 ações ordinárias de emissão da Companhia.

4.9 EDP Trading - Reestruturação societária

Em 14 de março de 2023 a controlada EDP Trading efetuou a transferência de controle acionário da companhia EDP Transmissão Norte 2 para EDP - Energias do Brasil, passando a totalidade das participações societárias, a valor contábil, o total de 1.000 ações ordinárias com valor nominal de R\$1,00 cada.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



4.10 Exclusão da negociação de ações ordinárias no Mercado de Valores Latinoamericanos (Latibex)

Em 27 de março de 2023, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que na presente data, foi apresentado requerimento ao Mercado de Valores Latinoamericanos (Latibex) para exclusão da negociação de ações ordinárias de emissão da Companhia (Nota 4.7).

A Companhia engajou o Banco Santander S.A. para a coordenação do processo de deslistagem da Latibex (Entidade Agente) e a Auriga Global Investor Sociedad de Valores S.A. como instituição intermediária (Especialista) como agente facilitador, àqueles investidores que tenham adquirido ações de emissão da Companhia na Latibex e que desejam aliená-las em momento anterior à exclusão da negociação na Latibex, que o desinvestimento de sua participação acionária seja realizado em condições de mercado, seguindo o valor de cotação praticado no segmento de bolsa de valores da B3.

4.11 Transmissoras - Conclusão dos reforços em transmissão

EDP Goiás

Conclusão do reforço da instalação de transmissão de energia elétrica para implantação do setor de 138kV - 230/138kV – (6+1R)x33,33 MVA na SE Itapaci, aprovado pela Resolução autorizativa nº 8.614 de 27 de fevereiro de 2020, desta forma houve o reconhecimento da RAP adicional de R\$12.190 (valor atualizado para o ciclo 2022/2023).

Conclusão do reforço da instalação na Xavantes em setembro de 2023, aprovado pela DSP nº 18 de 09 de janeiro de 2023, desta forma houve o reconhecimento da RAP adicional de R\$16.033 (valor atualizado para o ciclo 2023/2024).

EDP Transmissão Litoral Sul

Conclusão da instalação do 2º transformador 230/138-13,8kV, 150MVA na SE Tubarão Sul, aprovado pela Resolução autorizativa nº 9.975 de 11 de maio de 2021, desta forma houve o reconhecimento da RAP adicional de R\$3.296 (valor atualizado para o ciclo 2022/2023).

4.12 Redução no valor recuperável (impairment) da Porto do Pecém

Em junho de 2023 a Companhia reclassificou todos os ativos e passivos da controlada Porto do Pecém a ser vendida como "Ativo não circulante mantido para venda" (Nota 17.1). De acordo com o CPC 31 item 15, para fins de registro contábil, deve-se mensurar os ativos mantidos para venda pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda.

Para apuração do valor justo da Porto Pecém foi considerada a Abordagem de Mercado (*Market Approach*). Este método baseia-se nos preços praticados em transações efetivas e nas cotações de venda disponíveis para ativos similares na data de avaliação. Conforme definido pela norma o método utiliza preços e outras informações relevantes geradas por transações de mercado envolvendo ativos, passivos ou grupo de ativos e passivos – como, por exemplo, um negócio – idêntico ou comparável (Nota 33.6).

4.13 Transmissoras - Reajustes e revisão tarifárias

Em 04 de julho de 2023, foi homologada a Resolução Homologatória - REH nº 3.216, estabelecendo as Receitas Anuais Permitidas - RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024. A RAP foi reajustada considerando os efeitos do período do IPCA e e de alteração na componente de financiamento do WACC, conforme previsto no Contrato de Concessão. A parcela de reajuste inerente ao IPCA é considerada um componente de contraprestação variável e, portanto, com base no CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (Nota 32), foi efetuada a revisão deste componente no cálculo do Ativo de Contrato e os efeitos apropriados em Receitas. Com relação a alteração do WACC no processo de Revisão Tarifária Periódica - RTP das controladas EDP Transmissão Aliança e EDP Transmissão SP-MG, esta é considerada uma alteração contratual e seus efeitos apropriados em Outros Resultados em Despesas Operacionais (Nota 33). A RAP das controladas de transmissão de 2023 e 2022 estão demonstradas a seguir:

	RAP 2023 REH nº 3.216	RAP 2022 REH nº 3.067
EDP Transmissão Aliança	241.729	239.182
EDP Transmissão Litoral Sul	63.173	60.781
EDP Transmissão SP-MG	282.480	277.590
Mata Grande Transmissora	10.544	10.145
EDP Goiás (*)	340.111	289.005
	<u>938.037</u>	<u>876.703</u>

(*) A RTP de 2023 da RAP da controlada indireta EDP Goiás foi postergada em decorrência da decisão da Diretoria, consubstanciada no DSP nº 402/2023, impactando as transmissoras prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013.

4.14 EDP Espírito Santo - Reajuste Tarifário Anual

Em 01 de agosto de 2023 a ANEEL, em reunião pública ordinária da diretoria ocorrida nesta data, aprovou o Reajuste Tarifário Anual da controlada EDP Espírito Santo aplicado a partir de 07 de agosto de 2023.

O efeito médio percebido pelos consumidores será de 3,55%, sendo 0,46% o efeito médio para os consumidores atendidos em alta e média tensão e 4,80% o efeito médio para os consumidores atendidos em baixa tensão.

Durante o processo de reajuste tarifário, a ANEEL atualiza os custos regulatórios passíveis de gerenciamento pela distribuidora (Parcela "B"), enquanto os custos não gerenciáveis (Parcela "A") e os itens financeiros são atualizados com base na variação de preços verificada nos doze meses anteriores e da projeção para os doze meses subsequentes.

A Parcela "B" foi ajustada em -0,1%, ficando em linha com a homologada em 2022, resultando em R\$1.407. Essa atualização contou com o IGP-M de -7,72% apurado para o período tarifário e o Fator X de 0,86%.

Os itens que mais impactaram as novas tarifas foram: (i) a redução dos custos que remuneram a distribuidora (Parcela "B"); (ii) as geradoras (compra de energia); (iii) a elevação dos custos de transmissão e encargos setoriais; e (iv) fim de medidas de mitigação tarifária adotadas em 2022, tal como a reversão dos créditos de PIS e COFINS.

O ajuste dos itens financeiros incluído pela ANEEL neste processo foi de R\$10.738 negativo, referente à diferença entre os custos não gerenciáveis (energia, transporte e encargos) homologados e os efetivamente incorridos pela controlada EDP Espírito Santo no período tarifário de 2022 a 2023, além da reversão dos créditos residuais de PIS e COFINS no valor de R\$15.831.

4.15 Porto do Pecém - Reestruturação societária

O Grupo EDP - Energias do Brasil está reorganizando a estrutura societária de suas subsidiárias, permitindo uma maior eficiência operacional. A partir de 31 de maio de 2023 a controlada Porto do Pecém passou a deter o controle compartilhado das companhias Porto do Pecém Transportadora de Minérios e Pecém Operação e Manutenção.

A reestruturação societária está dividida em 2 partes:

(i) Transferência de controle acionário: Em 01 de agosto de 2023, a controlada Porto do Pecém, em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, aprovou o aumento de seu capital social no montante de R\$9.546, mediante a emissão de 11.252.689 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, mediante a transferência do controle acionário entre a Companhia e a controlada Porto do Pecém, a totalidade das participações societárias detidas na Porto do Pecém Transportadora de Minérios e Pecém Operação e Manutenção, sem gerar ganhos ou perdas entre as partes envolvidas, sendo: (i) 1.682.009 ações ordinárias de emissão da Porto do Pecém Transportadora de Minérios, sem valor nominal; e (ii) 3.526.683 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de emissão da Pecém Operação e Manutenção.

(ii) Absorção de prejuízos acumulados: A Porto do Pecém deliberou, em Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 01 de agosto de 2023, pela redução de seu capital social no montante de R\$506.167 por considerá-lo excessivo em relação ao seu objeto social, além da absorção integral dos prejuízos acumulados das demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022, sem cancelamento de ações e mantendo-se inalterada a participação da Controladora no capital social. A eficácia da redução ficou condicionada ao: (i) publicação do extrato da ata na versão impressa e digital do jornal "O Estado"; e (ii) transcurso do prazo de 60 dias após a publicação da Assembleia, nos termos do artigo 174 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



4.16 EDP - Energias do Brasil - Alienação de 80% do capital social da subsidiária Porto do Pecém

Em 20 de setembro de 2023 a Companhia assinou o contrato de compra e venda com as empresas Mercurio GF I Fundo De Investimento em Participações em Infraestrutura e Cactus Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia para formalizar a alienação de 80% do capital social da controlada Porto do Pecém, conforme apresentado na nota 17.1, detentora da usina térmica denominada Pecém I (UTE Pecém I) e das subsidiárias Porto do Pecém Transportadora de Minérios e Pecém Operação e Manutenção que estão situadas no estado do Ceará.

A operação está sujeita à verificação de condições precedentes usuais a esse tipo de transação, para efetivação do *closing*.

4.17 Investco - Ações preferenciais resgatáveis

A controlada indireta Investco com a assinatura do Sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 005/1997-ANEEL, que tem por objetivo formalizar a extensão do prazo de vigência da outorga da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães (Lajeado), nos termos da Resolução Autorizativa nº 12.255, de 5 de julho de 2022, e da Resolução Homologatória nº 2.932, de 14 de setembro de 2021. Desta forma os acionistas da Investco que são detentores das Ações preferencias resgatáveis de classes "A", "B" e "C" passam a ter direito a mais 32 parcelas de juros (Nota 27) e consequentemente a liquidação do Capital Social será no final do novo prazo de concessão (Nota 2).

5 Caixa e equivalentes de caixa

Nota	Controladora		Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento	1.681	31.680	159.559	215.211
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	5.1	255.498	939.845	1.284.173
Operações compromissadas lastreadas em Debêntures	5.2	90	171.926	119.355
Fundos de investimento	5.3	9	9	55
		255.597	939.854	1.456.154
		971.534	1.615.713	3.981.985
Total		257.278	971.534	1.615.713
		4.197.196		

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares. No caso dos fundos de investimento, o valor justo está refletido no valor de sua cota.

Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira. Em se tratando do fundo de investimento, não há concentração de risco em um único banco administrador ou gestor, tendo em vista que o risco é pulverizado nos ativos da carteira.

A exposição do Grupo EDP - Energias do Brasil a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 37.2.1.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de Caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

5.1 Certificados de Depósitos Bancários - CDB

Em 30 de setembro de 2023 as aplicações financeiras da Companhia e suas controladas estão remuneradas a taxas que variaram entre 75,00% e 104,50% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5.2 Operações compromissadas lastreadas em Debêntures

Em 30 de setembro de 2023, as operações compromissadas lastreadas em Debêntures são referentes a Companhia e às controladas, e foram remuneradas a taxas que variam entre 85,00% a 94,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5.3 Fundos de investimento

A partir de janeiro de 2018 a controlada EDP Espírito Santo constituiu um Fundo de Investimento Restrito denominado "Discos Renda Fixa Fundo de Investimento Longo Prazo", administrado pelo Itaú Unibanco S.A., com o objetivo de diversificar as opções de aplicações financeiras além de obter maior eficiência e melhor rentabilidade com menor nível de risco.

Este fundo possui liquidez diária e remuneração pós-fixada com sua carteira de ativos atrelada a Letras Financeiras do Tesouro – LFT, emitidas pelo Governo Brasileiro, ou Operações compromissadas lastreadas em Títulos Públicos Federais, considerados de baixíssimo risco e com alta liquidez. As cotas do fundo estão custodiadas junto ao administrador.

As operações compromissadas lastreadas em Títulos Públicos Federais são classificadas como Equivalentes de caixa, uma vez que possuem liquidez imediata com o emissor. A rentabilidade do fundo no período foi equivalente a 98,63% do CDI.

6 Títulos e valores mobiliários

Nota	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Fundos de Investimento	6.1	123.067	1.952	19.736
		6.697		
Total		123.067	1.952	19.736
				6.697

6.1 Fundos de investimento

O montante no Circulante refere-se, substancialmente, aos títulos da controlada EDP Espírito Santo e são decorrentes de aplicação financeira em fundo de investimento, pertencente à instituição financeira, com carteira, substancialmente, composta por LFTs, com rentabilidade equivalente a 98,63% do CDI. O montante no Não circulante refere-se, principalmente, aos títulos da Companhia e são decorrentes de aplicação em Cotas Subordinadas Júnior de fundo de investimento em direitos creditórios, veículo de securitização constituído para financiar a cadeia de fornecedores de empresas pertencentes ao Grupo Econômico da EDP- Energias do Brasil.

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



7 Contas a Receber

		Consolidado													
		Valores Correntes					Valores Renegociados								
		Corrente a Vencer		Corrente Vencida			PECLD (Nota 7.10)	Renegociada a Vencer		Renegociada Vencida		PECLD (Nota 7.10)	Saldo líquido em 30/09/2023	Saldo líquido em 31/12/2022	
Nota		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias		Mais de 360 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias				Mais de 60 dias
Circulante															
Consumidores															
	Fornecimento faturado	7.2													
	Residencial		278.886	315.818	60.294	63.367	346.543	(336.936)	27.160	71.888	22.534	86.417	(111.891)	824.080	726.666
	Industrial		63.374	20.155	2.602	4.790	46.510	(36.179)	1.626	2.116	854	6.276	(4.354)	107.770	97.190
	Comércio, Serviços e Outras Atividades		99.515	62.782	13.898	17.121	121.155	(99.053)	9.087	12.685	3.750	22.129	(29.008)	234.061	209.270
	Rural		40.144	21.920	6.516	5.869	36.480	(28.560)	3.852	6.381	1.655	4.740	(5.258)	93.739	88.913
	Poder Público														
	Federal		2.829	257	36	25	237	(120)		7		63	(2)	3.332	2.123
	Estadual		5.270	492	28	68	981	(240)	12	122	226	3	(34)	6.928	5.537
	Municipal		16.667	5.160	1.849	1.242	2.296	(993)	259	653	73	393	(79)	27.520	22.291
	Iluminação Pública		6.676	5.164	814	290	12.921	(8)	319	858	197	1.011		28.242	28.188
	Serviço Público		11.430	4.052	1.464	669	2.530	(552)	197	81	84	523	(372)	20.106	15.471
	Clientes livres		114.931	5.124	1.276	1.198	3.231	(3.231)						122.529	129.900
	Serviços Cobráveis		429	1.838	1.296	1.720	7.663	(5.048)						7.898	6.257
	Fornecimento não faturado	7.3	522.282					(3.440)						518.842	501.908
	(-) Arrecadação em processo de reclassificação		(25.889)											(25.889)	(18.075)
	Outros créditos	7.4	29.061		4	7	114	(18)						29.168	29.217
			<u>1.165.605</u>	<u>5.124</u>	<u>438.914</u>	<u>89.999</u>	<u>98.399</u>	<u>(514.378)</u>	<u>42.512</u>	<u>94.791</u>	<u>29.373</u>	<u>121.555</u>	<u>(150.998)</u>	<u>1.998.326</u>	<u>1.844.856</u>
Concessionárias															
	Suprimento de energia elétrica	7.5	202.459	478		421		(421)						202.937	401.319
	Energia de curto prazo	7.6	45.704											45.704	9.655
	Encargos de uso da rede elétrica	7.7	84.381	183			85	(2)	413					85.060	109.318
	Outros créditos		12.606											12.606	20.844
			<u>345.150</u>	<u>-</u>	<u>661</u>	<u>-</u>	<u>421</u>	<u>(423)</u>	<u>413</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>346.307</u>	<u>541.136</u>
Clientes															
	Eficiência energética		2.180	12.292	1	485	74	3.812	(4.127)					14.717	16.109
	Serviços de gerenciamento de assinaturas			240	37	6	43	64	(158)					232	657
	Dispêndios a reembolsar		2.952	3.422	1.216	1.419	233	82	(572)					8.752	8.104
	Geração de vapor		5.482											5.482	11.700
	Construção de usina solar													-	2.997
	Arrendamentos		7.279	5.241	476	1.156	241	242	(238)					14.397	10.976
	Outros clientes	7.9	1.366	153	536	72	116	142	(288)					2.097	8.602
			<u>19.259</u>	<u>21.348</u>	<u>2.266</u>	<u>3.138</u>	<u>707</u>	<u>4.342</u>	<u>(5.383)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>45.677</u>	<u>59.145</u>
	Total Circulante		<u>1.530.014</u>	<u>26.472</u>	<u>441.841</u>	<u>93.137</u>	<u>99.527</u>	<u>(520.184)</u>	<u>42.925</u>	<u>94.791</u>	<u>29.373</u>	<u>121.555</u>	<u>(150.998)</u>	<u>2.390.310</u>	<u>2.445.137</u>

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Nota	Consolidado								
		Valores correntes				Valores renegociados				
		Corrente a Vencer		Corrente Vencida		Renegociada a Vencer			Saldo líquido em 30/09/2023	Saldo líquido em 31/12/2022
		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Mais de 360 dias	PECLD (Nota 7.10)	Até 60 dias	Mais de 60 dias	PECLD (Nota 7.10)		
Não circulante										
Consumidores										
Fornecimento faturado										
Residencial					28.792	36.107	(31.945)	32.954	37.101	
Industrial			4.983	(3.213)	267	437	(299)	2.175	2.265	
Comércio, Serviços e Outras Atividades			18	(18)	8.784	7.370	(9.430)	6.724	9.417	
Rural					4.662	63	(1.225)	3.500	3.837	
Poder público										
Municipal					61	2.050	(57)	2.054	2.791	
Iluminação pública					174	84		258	2.302	
Serviço público					28	30	(15)	43	44	
(-) Ajuste a valor presente	7.8				(893)	(827)		(1.720)	(3.520)	
		-	-	5.001	(3.231)	41.875	45.314	(42.971)	45.988	54.237
Concessionárias										
Outros créditos		1.029			(119)			910	910	
		1.029	-	-	(119)	-	-	910	910	
Clientes										
Eficiência energética			15.317					15.317	19.206	
Dispêndios a reembolsar			10.196					10.196	11.041	
Arrendamentos			138.489					138.489	142.568	
		-	164.002	-	-	-	-	164.002	172.815	
Total Não circulante		1.029	164.002	5.001	(3.350)	41.875	45.314	(42.971)	210.900	227.962

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Os saldos de Contas a receber são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado ou a ser faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos tributos de responsabilidade tributária da Companhia e das controladas.

O saldo de Consumidores e Concessionárias refere-se, substancialmente, aos: (i) valores faturados de venda de energia elétrica a consumidores finais, concessionárias revendedoras e empresas comercializadoras, bem como a receita referente à energia fornecida e não faturada; (ii) valores a receber relativos à energia comercializada na CCEE; e (iii) encargos de uso da rede elétrica.

7.1 Características do Contas a receber

• Geração

O recebimento da venda de energia realizada pelas controladas de geração, com exceção da controlada Porto do Pecém, relacionadas a contratos bilaterais ocorre, substancialmente, com vencimento único no mês seguinte ao reconhecimento da receita. Já os contratos no ACR são desdobrados em três parcelas iguais com vencimentos nos dias 15 e 25 do mês seguinte ao reconhecimento da receita e no dia 5 do segundo mês subsequente ao reconhecimento.

Para a controlada Porto do Pecém, os contratos são desdobrados em três parcelas, sendo a primeira parcela com vencimento no dia 10 do mês seguinte ao reconhecimento da receita, a segunda no dia 20 do mês subsequente e a última parcela no dia 10 do segundo mês subsequente ao reconhecimento.

Quanto aos contratos de venda de energia no mercado de curto prazo, são liquidados conforme a regulamentação da CCEE, contudo, o prazo médio para a liquidação é de cerca de 45 dias após o reconhecimento da receita.

• Transmissão

A RAP remunera o investimento na Linha de Transmissão e os serviços de Operação e Manutenção. Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária. Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

• Distribuição

O prazo mínimo para o vencimento das faturas junto aos Consumidores das classes residencial, industrial, rural e comercial é após 5 dias úteis, contados da data da respectiva apresentação. Quando se tratar de consumidores das classes de poder público, iluminação pública e serviço público, o prazo mínimo para o vencimento é de 10 dias úteis. Contudo, a companhia oferece aos consumidores a opção de alteração da data de vencimento da fatura (6 opções de datas) ao longo do mês.

• Comercialização

Para as controladas de comercialização, parte substancial das vendas ocorre em contratos bilaterais. Dessa forma, a condição de pagamento é livremente negociada entre as partes, contudo, a maioria dos recebimentos ocorre no 6º dia útil posterior ao reconhecimento da receita.

• Clientes

Para as referidas controladas, o reconhecimento das receitas vinculadas à construção de usina solar e aos serviços de eficiência energética acontece durante toda a fase de construção do empreendimento pelo método de insumo e o recebimento pode ocorrer de duas formas: (i) com adiantamentos na fase de construção e o saldo restante no momento da entrega do empreendimento; e (ii) de forma parcelada ao longo de determinado período estabelecido em contrato.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado ou a ser faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente, pela taxa de financiamento de cada projeto, e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária.

Em relação à venda de vapor e ao serviço de gerenciamento de assinatura, a receita é reconhecida mediante medições mensais relativas à entrega de vapor para a produção de energia e conforme a prestação do serviço, respectivamente, sendo o recebimento de ambos programado para cerca de 30 dias após o reconhecimento da receita.

7.2 Distribuidoras - Fornecimento faturado

A variação observada no período refere-se ao aumento do consumo em 30 de setembro de 2023 frente ao consumo em 2022, sendo na controlada EDP Espírito Santo de 880.126MWh (585.057MWh em 31 de dezembro de 2022) e na controlada EDP São Paulo de 18.967.671MWh (22.666.805MWh em 31 de dezembro de 2022). Adicionalmente para a controlada EDP São Paulo houve impacto significativo do aumento da tarifa dos clientes livres que em 2023 ficou em média de R\$136 (cento e trinta e seis reais) e em 2022 era de R\$106 (cento e seis reais).

7.3 Distribuidoras - Fornecimento não faturado

A variação observada na rubrica refere-se às controladas de distribuição, sendo na controlada EDP Espírito Santo decorrente dos seguintes fatores: (i) o preço da energia que foi impactado pela bandeira tarifária em 2022, enquanto em 2023 não tivemos bandeira (Nota 32.8); (ii) a diminuição também se deve aos MWh apurados, sendo que 30 de setembro de 2023 foi positivo em 9.358MWh (10.855MWh negativo em 31 de dezembro de 2022) e na controlada EDP São Paulo devido à sazonalidade entre os meses, ocasionada pelo clima predominantemente quente, gerando um aumento significativo no consumo de energia, que em 30 de setembro de 2023 é de 393.583MWh (388.997MWh em 31 de dezembro de 2022).

7.4 Outros créditos - Consumidores

Do saldo em 30 de setembro de 2023 de R\$29.168 (R\$29.217 em 31 de dezembro de 2022), R\$12.692 (R\$12.692 em 31 de dezembro de 2022) refere-se ao saldo de Encargos de Capacidade Emergencial - ECE, vigente de março de 2002 a janeiro de 2006, e Encargos de Aquisição de Energia Elétrica Emergencial - EAEEE, vigente em janeiro e fevereiro de 2004, que estão sob discussão judicial. Considerando que estes valores constituem um montante a repassar à Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial - CBEE, a controlada EDP Espírito Santo possui um passivo em 30 de setembro 2023 no valor de R\$28.558 (R\$28.562 em 31 de dezembro de 2022) (Nota 29).

7.5 Concessionárias - Suprimento de Energia Elétrica

A redução de suprimentos de energia elétrica refere-se, substancialmente: (i) à controlada EDP Trading devido aos fatores associados ao cenário energético atual e preço do PLD em 2023 que é de R\$69,04MWh, gerando menor volatilidade, ocasionando a redução da liquidez de mercado; e (ii) às controladas EDP Espírito Santo e EDP São Paulo decorrente da redução da carga de energia elétrica comercializada no Mecanismo de Venda de Excedentes - MVE.

7.6 Concessionárias - Energia de curto prazo

O saldo refere-se às transações com energia elétrica e encargos realizadas no âmbito da CCEE. O aumento no período refere-se às controladas EDP Espírito Santo e EDP São Paulo devido às transações de MCSD diante de um cenário de sobra de energia em 2023, possibilitando a venda do excedente, enquanto que em 2022 as distribuidoras declararam déficit de energia.

7.7 Concessionárias - Encargos de uso da rede elétrica

A variação observada no período refere-se, principalmente, aos saldos das controladas EDP Transmissão SP-MG e Mata Grande Transmissora que foram transferidas para mantido para venda (Nota 17.2).

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



7.8 Ajuste a valor presente

Os saldos renegociados estão reconhecidos a valor presente considerando o montante a ser descontado, as datas de realização, as datas de liquidação e a taxa de desconto.

Para as controladas de distribuição o ajuste a valor presente, regulamentado pelo CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, foi calculado com base na taxa de remuneração de capital, aplicada pela ANEEL nas suas revisões tarifárias. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a taxa correspondente para as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo é de 12,26% a.a., afetando positivamente o resultado financeiro das distribuidoras em R\$1.800 (R\$1.774 negativamente em 2022).

Para as controladas EDP Smart Soluções e EDP Smart Serviços o ajuste a valor presente considera a taxa de retorno de cada projeto, afetando positivamente o resultado do período em R\$7.561 (R\$2.928 positivamente em 2022).

7.9 Outros clientes

A redução no período refere-se ao recebimento de faturas do cliente, pela venda de usinas.

7.10 Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD

	PECLD esperada		Consolidado		Saldo em 30/09/2023
	Saldo em 31/12/2022	Ao longo da vida	Revisão de risco (i)	Resultado de perdas	
			PECLD		
Consumidores					
Residencial	(453.829)	(72.729)	5.215	40.571	(480.772)
Industrial	(44.886)	(4.385)	(7.354)	12.580	(44.045)
Comércio, Serviços e Outras Atividades	(135.502)	(15.623)	(7.102)	20.718	(137.509)
Rural	(36.622)	(5.181)	3.575	3.185	(35.043)
Poder Público	(1.442)	(14)	(552)	483	(1.525)
Iluminação Pública	(15)	(206)	(66)	279	(8)
Serviço Público	(948)	(112)	114	7	(939)
Clientes livres	(3.010)		(221)		(3.231)
Serviços Cobráveis	(5.083)		17		(5.066)
Não faturado	(3.073)	(367)			(3.440)
	<u>(684.410)</u>	<u>(98.617)</u>	<u>(6.374)</u>	<u>77.823</u>	<u>(711.578)</u>
Concessionárias	(1.194)		652		(542)
Clientes	<u>(4.895)</u>	<u>(621)</u>	<u>133</u>		<u>(5.383)</u>
Total	<u>(690.499)</u>	<u>(99.238)</u>	<u>(5.589)</u>	<u>77.823</u>	<u>(717.503)</u>
Circulante	(640.824)				(671.182)
Não circulante	(49.675)				(46.321)

(i) A matriz de risco é avaliada anualmente, no entanto, o estudo poderá ser reavaliado caso a PECLD se comporte diferente do resultado esperado.

Seguem abaixo os percentuais de perdas esperadas, segregadas por classe de consumo, aplicados quando do reconhecimento inicial dos recebíveis:

	30/09/2023							
	EDP São Paulo				EDP Espírito Santo			
	Consumo regular		Consumo irregular		Consumo regular		Consumo irregular	
	Clientes ativos		Clientes ativos		Clientes ativos		Clientes ativos	
	Média e Alta tensão							
	Baixa tensão							
Residencial	1,19%	n/a	22,56%	n/a	1,79%	n/a	21,42%	n/a
Industrial	1,64%	0,23%	21,01%	8,51%	2,10%	0,82%	14,86%	7,37%
Comércio, Serviços e Outras Atividades	0,75%	0,86%	10,93%	1,84%	1,07%	0,72%	13,31%	n/a
Rural	0,47%	n/a	14,62%	n/a	1,08%	0,11%	7,50%	n/a
Poder Público	0,04%	n/a	4,51%	n/a	0,01%	0,00%	0,00%	n/a
Iluminação Pública	0,01%	n/a	n/a	n/a	0,13%	0,04%	4,55%	n/a
Serviço Público	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	0,18%	n/a	n/a
	31/12/2022							
	EDP São Paulo				EDP Espírito Santo			
	Consumo regular		Consumo irregular		Consumo regular		Consumo irregular	
	Clientes ativos		Clientes ativos		Clientes ativos		Clientes ativos	
	Média e Alta tensão							
	Baixa tensão							
Residencial	1,19%	n/a	22,56%	n/a	1,79%	n/a	21,42%	n/a
Industrial	1,64%	0,23%	21,01%	8,51%	2,10%	0,82%	14,86%	7,37%
Comércio, Serviços e Outras Atividades	0,75%	0,86%	10,93%	1,84%	1,07%	0,72%	13,31%	n/a
Rural	0,47%	n/a	14,62%	n/a	1,08%	0,11%	7,50%	n/a
Poder Público	0,04%	n/a	4,51%	n/a	0,01%	0,00%	0,00%	n/a
Iluminação Pública	0,01%	n/a	n/a	n/a	0,13%	0,04%	4,55%	n/a
Serviço Público	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	0,18%	n/a	n/a

Para fins de PECLD, a Administração das controladas de distribuição adotou como prática as seguintes premissas de mensuração:

- A aplicação mensal de matriz de inadimplência, com bases em análises de arrecadação;
- Período de carência entre perdas esperadas e a aplicação da matriz passou a ser de 4 meses;
- Revisão do risco de crédito do consumo irregular, com base nas informações históricas de clientes;
- Atualização do risco de crédito pelo cenário econômico atual considerando projeção dos parâmetros do indicador LCA regional para área de concessão; e
- Período de recebimento da carteira de recebíveis em 60 meses, que converge com o período regulatório para recuperação de crédito junto aos consumidores.

Para o período findo em 30 de setembro de 2023, não houve alteração nas premissas de mensuração.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 37.2.4.

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



8 Ativos e passivos financeiros setoriais

	Consolidado											
	Saldo em 31/12/2022	Apropriação	Amortização (I)	Atualização monetária	Saldo em 30/09/2023	Circulante		Valores em amortização		Valores em constituição		
						Não circulante	IRT (*) 2022	IRT (*) 2023	IRT (*) 2023	IRT (*) 2024	IRT (*) 2025	
CVA												
Compra de energia (ii)	(717.861)	(341.876)	439.939	(54.348)	(674.146)	(618.048)	(56.098)	4.707	(233.537)	(377.260)	(125.123)	57.067
Custo da Energia de Itaipu (iii)	354.021	(97.333)	(264.530)	19.447	11.605	27.327	(15.722)	(548)	28.611	665	(17.123)	
PROINFA (iv)	62.838	(30.061)	(64.077)	309	(30.991)	(30.779)	(212)	1.875	(6.413)	(26.198)	(255)	
Transporte Rede Básica (v)	118.887	100.268	(61.753)	11.860	169.262	127.709	41.553	(268)	34.979	89.435	45.116	
Transporte de Energia - Itaipu	17.578	14.428	(10.478)	1.579	23.107	16.461	6.646	40	5.725	10.126	7.216	
Encargos de Serviço do Sistema - ESS / Encargos de Energia de Reserva - EER	70.900	(6.914)	(122.907)	53.843	(5.078)	20.020	(25.098)	704	1.079	19.115	(25.976)	
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (vi)	183.002	(87.207)	(136.369)	18.397	(22.177)	(12.376)	(9.801)	6.035	23.405	(39.856)	(11.761)	
	<u>89.365</u>	<u>(448.695)</u>	<u>(220.175)</u>	<u>51.087</u>	<u>(528.418)</u>	<u>(469.686)</u>	<u>(58.732)</u>	<u>12.545</u>	<u>(146.151)</u>	<u>(323.973)</u>	<u>(127.906)</u>	<u>57.067</u>
Itens financeiros												
Sobrecontratação de energia (vii)	183.207	123.870	(4.970)	13.300	315.407	258.883	56.524	1.170	128.738	117.671	67.828	
Neutralidade da Parcela A (viii)	18.421	14.857	1.642	878	35.798	15.954	19.844	70	(5.238)	18.328	16.770	5.868
Ultrapassagem de demanda e Excedente de reativos (ix)	(168.713)	(90.975)	46.670	20.185	(192.833)	(97.678)	(95.155)	(3.125)	(28.232)	(66.321)		(95.155)
Risco Hidrológico (x)	(362.418)	(274.726)	270.109	(16.059)	(383.094)	(362.321)	(20.773)	(40.225)	(123.778)	(194.354)	(24.737)	
Outros (xi)	215.582	18.991	(136.007)	(61.947)	36.619	37.777	(1.158)	37.246	120	531	214	(1.492)
	<u>(113.921)</u>	<u>(207.983)</u>	<u>177.444</u>	<u>(43.643)</u>	<u>(188.103)</u>	<u>(147.385)</u>	<u>(40.718)</u>	<u>(4.864)</u>	<u>(28.390)</u>	<u>(124.145)</u>	<u>60.075</u>	<u>(90.779)</u>
PIS e COFINS												
PIS/ COFINS Nota Técnica nº 115/04	(8.839)	9.880			1.041	1.041					(10.519)	11.560
Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS	(970.024)	837	907.123	(869)	(62.933)	(62.933)		(45.418)	(17.515)			
	<u>(978.863)</u>	<u>10.717</u>	<u>907.123</u>	<u>(869)</u>	<u>(61.892)</u>	<u>(61.892)</u>	<u>-</u>	<u>(45.418)</u>	<u>(17.515)</u>	<u>-</u>	<u>(10.519)</u>	<u>11.560</u>
Total	<u>(1.003.419)</u>	<u>(645.961)</u>	<u>864.392</u>	<u>6.575</u>	<u>(778.413)</u>	<u>(678.963)</u>	<u>(99.450)</u>	<u>(37.737)</u>	<u>(192.056)</u>	<u>(448.118)</u>	<u>(78.350)</u>	<u>(22.152)</u>
Ativo Circulante	80.687				18.893	18.893						
Ativo Não circulante	72.641				91.126		91.126					
Passivo Circulante	1.039.653				697.856	697.856						
Passivo Não circulante	117.094				190.576		190.576					

(*) IRT - Índice de Reposicionamento Tarifário

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



As receitas das controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo são, basicamente, compostas pela venda da energia elétrica e pela sua entrega (transporte) por meio do uso da infraestrutura (rede) de distribuição. As receitas das concessionárias são afetadas pelo volume de energia entregue e pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita:

- Parcela "A" (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pelas distribuidoras, classificáveis como Parcela "A", são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e
- Parcela "B" (custos gerenciáveis): é composta pelos gastos na infraestrutura de distribuição e respectivo retorno pelo investimento e gastos com a operação e a manutenção. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho das distribuidoras, pois possui risco intrínseco do negócio por não haver garantia de neutralidade tarifária.

Os ativos e passivos financeiros setoriais referem-se aos valores originados da diferença entre os custos previstos pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário (Parcela "A"), e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito incondicional das controladas receberem caixa do Poder Concedente nos casos em que os custos previstos são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos são superiores aos custos efetivamente incorridos. São segregados entre ativo e passivo de acordo com o cronograma de homologação nas tarifas pela ANEEL nos próximos processos tarifários.

Nos reajustes tarifários a ANEEL recalcula os montantes efetivamente faturados e arrecadados, conforme regulamentações vigentes, com o objetivo de garantir a liquidação financeira desses montantes, sem prejuízo ao equilíbrio econômico-financeiro da concessão, reduzindo o risco de perdas a valores imateriais.

São homologados anualmente pela ANEEL e incorporados à tarifa de energia por meio de Reajustes ou Revisões Tarifárias que, na EDP Espírito Santo ocorre em 7 de agosto e na EDP São Paulo ocorre em 23 de outubro.

Os valores que compõem os ativos e passivos financeiros setoriais são:

- Conta de Compensação de Variação dos Valores de Itens da Parcela "A" – CVA: É composta da variação dos custos com a aquisição da energia elétrica, de conexão e de transmissão, além dos encargos setoriais. A CVA deve ser neutra em relação ao desempenho da distribuidora, ou seja, as variações apuradas são integralmente repassadas ao consumidor ou suportadas pelo Poder Concedente; e
- Itens financeiros: Referem-se a outros componentes financeiros que se constituem em direitos ou obrigações que também integram a composição tarifária, dentre eles: Sobrecontratação de energia; Neutralidade dos encargos setoriais; e a Exposição financeira no mercado de curto prazo por diferença de preços entre Submercados.

O processo de amortização se dá de forma mensal e corresponde ao recebimento/devolução por meio da aplicação das tarifas vigentes, homologadas nos últimos eventos tarifários. Para os Itens financeiros, os valores de amortização mensais correspondem a 1/12 avos dos montantes totais homologados pela ANEEL. Para a CVA, a amortização mensal é efetuada de acordo com a curva de mercado. Os valores em constituição referem-se à diferença entre os custos incorridos e os constantes na tarifa até a data do fechamento do mês de referência, a serem homologados nos próximos processos tarifários.

As distribuidoras reconhecem seus ativos e passivos financeiros setoriais com base no "OCPC 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral da Companhia de Energia Elétrica, emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade", de modo que os registros dos ativos e passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil, apresentam como contrapartida receita de venda de bens e serviços, no resultado do período, considerando a melhor estimativa da Companhia quanto ao montante financeiro a ser realizado como decorrência do cumprimento integral da obrigação de performance completada no período, bem como todos os fatos e circunstâncias existentes que suportam a transação.

8.1 Efeitos relevantes no período

O total de passivos setoriais líquidos dos ativos, em 31 de dezembro de 2022, somava um valor de R\$1.003.419, sendo que o total de passivos setoriais líquido dos ativos em 30 de setembro de 2023 equivale ao montante de R\$778.413. A variação no período, no montante de R\$225.006, foi causada pelos seguintes motivos:

- Amortização: No período, foi repassado aos consumidores no faturamento de energia o montante de R\$864.392 referente a passivos setoriais líquidos homologados pela ANEEL.
- Compra de Energia: A variação da apropriação referente aos valores de Compra de Energia deve-se a uma conjuntura de sazonalidade associada ao cenário energético de 2022 com relação ao cenário médio previsto para o ano tarifário das distribuidoras. Adicionalmente, cabe observar que no período de 2023 em razão das afluências registradas, houve redução do acionamento das usinas termoeletricas.
- Custo da energia de Itaipu: Os custos de energia elétrica de Itaipu atribuídos mensalmente às distribuidoras são valorados de acordo com o câmbio do dólar. No processo tarifário de 2022 da controlada EDP São Paulo, realizado em outubro do referido exercício, foi considerada uma premissa de R\$5,34 (R\$5,10 em 2021). No processo tarifário de 2023 da controlada EDP Espírito Santo, realizado em agosto do referido exercício, foi considerada uma premissa R\$4,97 (R\$5,34 em 2022). A partir do dia 07 de maio de 2023 ocorreu um reajuste no CUSE de Itaipu, passando de R\$12,67 para R\$16,71 e culminando em uma tarifa de repasse final de R\$16,19 para R\$20,23, para as distribuidoras. Além disso, outro fator que explica a variação verificada decorre da metodologia de cálculo da CVA, em que se compara mensalmente o preço da energia de Itaipu, assim como o preço dos demais contratos de energia com a Tarifa Média de Cobertura (TMC). A TMC é uma média ponderada dos preços dos contratos de energia da Companhia previstos para o seu ano tarifário. Portanto, o preço de energia de Itaipu verificado desde janeiro nas distribuidoras foi inferior à TMC, contribuindo para redução do saldo.
- PROINFA: A variação no período analisado decorre da redução do valor das quotas do PROINFA, quando comparado com a cobertura tarifária definida nos processos tarifários de 2022. A publicação das quotas do PROINFA de 2023 foi definida pela REH nº 3.147/22.
- Transporte rede básica: O saldo observado no período refere-se ao efeito do aumento das Tarifas de Transmissão (TUST) do ciclo 2023/2024, que remunera os custos de Rede Básica e outros de encargos de transmissão. As tarifas de transmissão do ciclo 2023/2024 foram definidas pela REH nº 3.217/23.
- Conta de Desenvolvimento Energético – CDE: A publicação das quotas da CDE a serem recolhidas pelas Distribuidoras em 2022 foram definidas pela Resolução Homologatória nº 3.004/22. Em 2023, as cotas homologadas pela REH nº 3.175/23 foram menores do que as consideradas na cobertura, ocasionando a redução do saldo no período (Nota 29.2).
- Sobrecontratação de energia: A sobrecontratação para o período está atrelada aos seguintes fatores: (i) saída de consumidores livres e especiais; (ii) aumento da Micro e Mini Geração distribuída – MMGD; (iii) aumento da alocação das cotas de Itaipu; e (iv) ausência de efetividade dos mecanismos de cessão de energia, devido à sobrecontratação generalizada das distribuidoras.
- Neutralidade da Parcela A: No período em análise houve um crescimento de mercado no qual EDP São Paulo está inserida em relação aos mercados de referência processos tarifários de 2022, levando a uma maior arrecadação dos Encargos setoriais. As diferenças serão repassadas aos consumidores no processo tarifário de 2023.
- Ultrapassagem de demanda e Excedente de reativos: Referem-se aos faturamentos realizados pelas distribuidoras, referente à parcela de ineficiência de utilização da rede de energia elétrica da Demanda e Reativos pelos consumidores de média e alta tensão. Esses valores faturados constituem passivo setorial, a serem revertidos nas tarifas no momento da Revisão Tarifária das distribuidoras.
- Previsão de Risco Hidrológico – Antecipação: Os valores em apropriação no exercício em análise referem-se à cobertura tarifária dos custos de Risco Hidrológico, prevista no processo tarifário anterior, que fazem frente aos custos do GSF para as usinas hidrelétricas de Itaipu, Cotas e Repactuação CCEAR. Essa previsão é baseada na expectativa de GSF para os próximos 12 meses, além do PLD de referência no momento do processo tarifário.
- Outros: O montante observado no período refere-se, substancialmente, às provisões de Bandeiras Tarifárias. No final do exercício de 2022 estava em vigência a Bandeira Verde que permanece vigente em 30 de setembro de 2023 (Nota 32.8).

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



9 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

		Controladora							
Nota	Saldo em 31/12/2022	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação tributos federais	Reclassificação	Transferência	Saldo em 30/09/2023	
Ativos compensáveis									
Imposto de renda e contribuição social a compensar	9.1	99.731	-	9.087	5.586	(56.764)	51.593	109.233	
Total Circulante		99.731	-	9.087	5.586	(56.764)	51.593	109.233	
Outros tributos compensáveis									
ICMS		25	16	-	-	-	-	41	
PIS e COFINS		412	584	-	-	-	(585)	411	
IRRF sobre aplicações financeiras		7.388	23.244	-	-	-	(11.282)	19.350	
IRRF sobre juros s/ capital próprio		49.129	6.294	-	-	-	(51.920)	3.503	
IR/CS retidos sobre faturamento		1.004	17	-	-	-	(826)	195	
Outros		3.458	-	-	-	-	57	3.515	
Total Circulante		61.416	30.155	-	-	-	(64.556)	27.015	
Passivos a recolher									
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	13.203	-	(278)	-	(12.356)	569	
Total Circulante		-	13.203	-	(278)	-	(12.356)	569	
Outros tributos a recolher									
PIS e COFINS		23.773	10.923	-	(23.611)	(8.743)	(607)	1.735	
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		3.627	5.201	-	(5.215)	-	407	4.020	
IRRF sobre juros s/ capital próprio	9.6	98.093	-	481	(44.000)	(48.021)	(5.665)	-	
Parcelamentos		12.012	-	481	(4.581)	-	(407)	7.912	
Encargos com pessoal		15.975	16.791	-	(16.796)	-	-	15.970	
Outros		921	601	-	(1.122)	-	-	400	
Total		154.401	33.516	481	(95.325)	(56.764)	(5.665)	30.037	
Circulante		148.346	-	-	-	-	-	28.083	
Não circulante		6.055	-	-	-	-	-	1.954	

		Consolidado								
Nota	Saldo em 31/12/2022	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação tributos federais	Reclassificação	Transferência	Transferência para Ativo Mantido para Venda (Nota 17)	Saldo em 30/09/2023
Ativos compensáveis										
Imposto de renda e contribuição social a compensar	9.2	337.794	-	23.024	204.174	(165.489)	-	(131.581)	(8.123)	259.799
Total		337.794	-	23.024	204.174	(165.489)	-	(131.581)	(8.123)	259.799
Circulante		238.560	-	-	-	-	-	-	-	170.704
Não circulante		99.234	-	-	-	-	-	-	-	89.095
Outros tributos compensáveis										
ICMS	9.4	420.824	112.074	(45)	7.787	-	(46.651)	(60.334)	-	433.655
PIS e COFINS	9.3	327.808	784.798	-	13.270	(83.232)	(733.123)	(33.468)	-	275.993
IRRF sobre aplicações financeiras		52.316	60.048	-	-	-	(54.148)	(7.891)	-	50.325
IRRF sobre juros s/ capital próprio		65.193	6.294	-	-	-	(67.984)	-	-	3.503
IR/CS retidos sobre faturamento		7.207	7.418	-	11	(60)	(2.523)	(789)	-	12.142
Outros		16.423	3.437	(1.287)	1	(1.920)	(2.829)	(695)	-	13.130
Total		889.771	974.069	(1.332)	13.282	8.605	(85.212)	(907.258)	(103.177)	788.748
Circulante		456.679	-	-	-	-	-	-	-	305.804
Não circulante		433.092	-	-	-	-	-	-	-	482.944
Passivos a recolher										
Imposto de renda e contribuição social a recolher		211.838	403.421	-	9.604	(162.503)	(38.875)	(249.974)	(4.237)	169.274
Total Circulante		211.838	403.421	-	9.604	(162.503)	(38.875)	(249.974)	(4.237)	169.274
Outros tributos a recolher										
ICMS	9.5	97.631	1.637.026	-	15	(1.494.809)	-	(46.662)	(696)	192.505
PIS e COFINS		88.908	1.299.429	-	-	(428.049)	(144.913)	(742.238)	(8.947)	64.190
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		15.558	87.734	-	43	(83.499)	(60)	441	(1.026)	19.191
IRRF sobre juros s/ capital próprio		150.795	-	-	-	(79.795)	(64.933)	(5.665)	(402)	-
Parcelamentos		319.430	-	-	17.585	(37.163)	-	-	-	299.852
Encargos com pessoal		31.243	140.483	-	5	(140.535)	(1.707)	(4)	(1.203)	28.282
Outros		2.651	602	-	-	(2.584)	-	-	(58)	611
Total		706.216	3.165.274	-	17.648	(2.266.434)	(211.613)	(5.665)	(788.865)	604.631
Circulante		433.864	-	-	-	-	-	-	-	351.108
Não circulante		272.352	-	-	-	-	-	-	-	253.523

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia e suas controladas apresentam os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia e suas controladas liquidem ou compensem o tributo em um único pagamento ou compensação.

9.1 Imposto de renda e contribuição social - Ativos Compensáveis - Controladora

Os valores registrados referem-se, em suma, ao imposto de renda decorrente de retenções na fonte e suas respectivas atualizações pela SELIC. A compensação desse saldo é feita, principalmente, com Imposto de renda retido na fonte sobre o JSCP declarado e PIS e COFINS sobre receitas financeiras.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



9.2 Imposto de renda e contribuição social - Ativos Compensáveis - Consolidado

O montante em 30 de setembro de 2023 de R\$259.799 refere-se, substancialmente, ao impacto da Lei nº 13.670/18, onde está vedada a compensação de débitos relativos às estimativas mensais do IRPJ e CSLL com créditos fiscais detidos pelos contribuintes no regime de Lucro Real.

9.3 PIS e COFINS - Ativos Compensáveis - Consolidado

Do saldo de R\$275.993, R\$93.146 refere-se à controlada Enerpeixe que realizou reapurações de PIS e COFINS pela mudança do regime cumulativo para não-cumulativo no período de setembro de 2011 a dezembro de 2015, gerando um crédito R\$134.244, sendo líquido das compensações até 30 de setembro de 2023 o montante de R\$87.898 (R\$83.439 em 31 de dezembro de 2022), onde houve atualizações monetárias de R\$24.953 (R\$20.371 em 31 de dezembro de 2022) e compensações no valor R\$71.300 (R\$71.300 em 31 de dezembro de 2022). Este crédito está sendo compensado com os respectivos débitos desses tributos, à medida que os faturamentos de energia elétrica são realizados.

9.4 ICMS - Ativos Compensáveis - Consolidado

Do montante em 30 de setembro de 2023 de R\$433.655 (R\$420.824 em 31 de dezembro de 2022), as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo apresentam saldo de R\$352.342 (R\$349.339 em 31 de dezembro de 2022), que incluem créditos de ICMS decorrentes de aquisição de bens no valor de R\$411.699 (R\$349.292 em 31 de dezembro de 2022) que, de acordo com o parágrafo 5º do artigo 20 da Lei Complementar nº 87/96, são compensados à razão de 1/48 avos por mês.

9.5 ICMS - Passivo a Recolher - Consolidado

Do montante em 30 de setembro de 2023 de R\$192.505 (R\$97.631 em 31 de dezembro de 2022), as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo apresentam saldo de R\$171.023 (R\$83.673 em 31 de dezembro de 2022), referente ao ICMS incidente sobre as faturas de energia elétrica.

9.6 IRRF sobre juros s/ capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. Na Controladora, o saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$98.093 foi relativo ao IRRF sobre JSCP deliberado no exercício de 2022 e foi liquidado em janeiro de 2023.

10 Tributos diferidos

	Controladora		Consolidado								
	Passivo		Ativo				Passivo				
	Não circulante		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		
	Nota	30/09/2023	31/12/2022								
PIS e COFINS	10.1	257	210	130.062	139.427	138.245	87.368	193.296	161.454	542.385	737.883
Imposto de renda e contribuição social	10.2	202.254	203.646			290.527	558.280			1.094.418	1.174.148
Imposto sobre serviços								1.411	1.079		489
Total		202.511	203.856	130.062	139.427	428.772	645.648	194.707	162.533	1.636.803	1.912.520

10.1 PIS e COFINS

O PIS e COFINS diferidos reconhecidos apresentam as seguintes naturezas:

	Controladora		Consolidado							
	Passivo		Ativo				Passivo			
	Não circulante		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	30/09/2023	31/12/2022								
Compromissos futuros (Nota 15)			130.062	139.427	138.245	87.368	149.400	160.470	163.587	112.169
Receitas sobre reconhecimento dos custos incorridos (CPC 47) na EDP Smart Soluções							1.288	984		448
Receita de construção nas controladas de transmissão							42.608		371.715	619.165
Atualização monetária dos depósitos judiciais	257	210							7.083	6.101
	257	210	130.062	139.427	138.245	87.368	193.296	161.454	542.385	737.883

10.2 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 109/22, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

10.2.1 Composição

Natureza dos créditos	Nota	Controladora			
		Passivo Não circulante		Resultado	
		30/09/2023	31/12/2022	Períodos de 9 meses findos em 30 de setembro	
				2023	2022
Prejuízos Fiscais				963	
Base Negativa da Contribuição Social				347	
				1.310	-
Diferenças Temporárias					
Compra vantajosa	10.2.1.1	151.230	151.230		
Mais valia		49.020	50.748	1.728	2.112
Outras		2.004	1.668	(336)	(210)
Total diferenças temporárias		202.254	203.646	1.392	1.902
Total		202.254	203.646	2.702	1.902

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Natureza dos créditos	Nota	Consolidado							
		Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado		Patrimônio Líquido	
		30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022	2023	2022	2023	2022
Períodos de 9 meses findos em 30 de setembro									
Prejuízos Fiscais	10.2.1.2	184.828	335.447			78.148	75.294		
Base Negativa da Contribuição Social	10.2.1.2	66.936	121.159			28.133	26.670		
		251.764	456.606	-	-	106.281	101.964	-	-
Diferenças Temporárias									
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD		294.969	279.372			16.043	24.177		
Benefício pós-emprego		133.942	126.870			7.072	(16.893)		
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		204.869	206.577			5.961	31.778		
Consumidores - ajuste a valor presente		585	1.197	5	5	(612)	604		
Gastos Pré-operacionais		3.790	20.509			(3.857)	7.351		
Compra vantajosa	10.2.1.1			151.230	151.230				
Mais valia		348	7.684	480.166	483.111	1.961	2.292		
Amortização / Depreciação mais valia - CPC 15 (R1)		4.554	4.554	(316.775)	(314.760)	6.865	11.998		
Uso do bem público - CPC 25		167.581	180.354	44.824	47.176	(10.421)	9.656		
Valor justo do Ativo Financeiro Indenizável - ICPC 01 (R1)				698.159	596.619	(101.540)	(96.440)		
Remuneração dos ativos da concessão				732.806	992.793	(171.078)	(227.705)		
PIS e COFINS sobre ativos da concessão		128.682	201.448			11.397	19.822		
Instrumentos financeiros - CPC 39		57.819	50.442	110.407	76.533	(28.223)	44.221	1.726	26
Benefícios pós-emprego - PSAP	10.2.1.3	(120.411)	(106.832)			(13.579)	15.346		
Benefício pós-emprego - Outros resultados abrangentes		266.846	244.947				52	21.899	(26.533)
Direito de concessão - GSF				130.123	136.834	6.711	11.158		
Licenças ambientais		7.262	10.944	15.569	9.799	(8.843)	310		
Compromissos futuros	15	986.211	833.621	1.137.414	988.930	4.106	(21.529)		
Arrendamentos - CPC 06 (R2)		31.665	54.180	25.387	47.032	(140)	(9.341)		
Reconhecimento de receita - Lucro Presumido				37.801	29.169	(12.420)	(4.107)		
Outras		26.072	36.107	67.369	50.581	4.105	(75.227)		
Total diferenças temporárias		2.194.784	2.151.974	3.314.485	3.295.052	(286.492)	(272.477)	23.625	(26.507)
Crédito fiscal do ágio incorporado	10.2.1.4	61.457	70.604			(9.147)	(9.453)		
Total bruto		2.508.005	2.679.184	3.314.485	3.295.052	(189.358)	(179.966)	23.625	(26.507)
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos		(2.220.065)	(2.120.904)	(2.220.065)	(2.120.904)				
Total		287.940	558.280	1.094.420	1.174.148				

10.2.1.1 Compra vantajosa

Os tributos diferidos sobre as compras vantajosas são decorrentes das aquisições: (i) R\$120.096 da Porto do Pecém; (ii) R\$29.457 da Celesc; e (iii) R\$1.677 da Mata Grande Transmissora. Os tributos sobre as compras vantajosas serão realizados quando da alienação destes investimentos.

10.2.1.2 Prejuízos fiscais e Base negativa da contribuição social

Conforme legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, até o limite de 30% do lucro tributável, não estando sujeitos a prazo prescricional.

10.2.1.3 Provisão para Déficit Previdenciário - PSAP

O crédito fiscal advindo da Provisão para Déficit Previdenciário - PSAP da EDP São Paulo, refere-se à parcela de benefícios excedente aos ativos relativos aos planos previdenciários do tipo Benefício definido, cuja provisão, em 31 de dezembro de 2001, foi efetuada em contrapartida ao Patrimônio líquido, dedutível por ocasião dos pagamentos mensais, com expectativa de finalização no exercício de 2028 (Nota 28.1.1.4).

10.2.1.4 Crédito fiscal do ágio incorporado

O crédito fiscal do ágio é proveniente:

- (i) na controlada EDP São Paulo: da incorporação, ocorrida no exercício de 2002, da parcela cindida da anterior controladora Enerpaulo - Energia Paulista Ltda., representada pelo ágio pago pela Enerpaulo quando da aquisição de ações de emissão da EDP São Paulo;
- (ii) na controlada EDP Espírito Santo: da incorporação, ocorrida em abril de 2005, da parcela cindida da Controladora, representada pelo ágio pago pelas incorporadas EDP 2000 Participações Ltda. e EDP Investimentos Ltda. quando da aquisição de ações de emissão da IVEN, na época controladora da EDP Espírito Santo; e
- (iii) na controlada Lajeado: da incorporação das controladas EDP Lajeado e Tocantins, ocorrida em novembro de 2009, representada pelo ágio pago pela Lajeado.

Os valores foram contabilizados de acordo com a Instrução CVM nº 78/22 e, conforme determinação da ANEEL, são amortizados pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão das controladas, o que resulta em realização anual média futura do crédito fiscal de R\$5.715 para a controlada EDP São Paulo até o ano de 2027, de R\$1.476 para a controlada EDP Espírito Santo até o ano de 2025 e de R\$3.622 para a controlada Lajeado até o ano de 2032.

10.2.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento de exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração das controladas e controladas indiretas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Lajeado, Investco, EDP Trading, EDP Smart Energia, EDP Smart Serviços, EDP Smart SPE V, Enerpeixe, EDP Transmissão Aliança, EDP Goiás e Santa Leopoldina elaboraram a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, as controladas estimam recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2023	2024	2025	2026	2027	2028 a 2030	A partir de 2031	Total Não circulante
214.010	431.703	454.976	401.597	514.087	337.806	153.826	2.508.005

A realização do ativo fiscal diferido está em consonância com as disposições do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

10.2.3 Créditos fiscais diferidos não reconhecidos

Em 30 de setembro de 2023 a Companhia e as controladas Lajeado, EDP Ventures, Resende, Nova Geração Solar, Energia Solar I e EDP Espírito Santo possuem créditos fiscais relativos a prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias não reconhecidos nas informações contábeis intermediárias no montante de R\$189.712 (R\$22.370 em 2022), tendo em vista as incertezas na sua realização. Este montante poderá ser objeto de reconhecimento futuro, conforme as revisões anuais das projeções de geração de lucros tributáveis. Não há prazo de prescrição para a utilização de tais créditos.

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



11 Partes relacionadas

Além dos valores do saldo dos dividendos a pagar e a receber (Nota 14) e de empréstimos a pagar (Nota 27), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladas e controladas em conjunto, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do período, estão apresentadas como segue:

	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Controladora											
				Ativo				Passivo				Receitas (Despesas)			
				Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais	Financeiras		
				30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022	Períodos de 9 meses findos em 30 de setembro			
										2023	2022	2023	2022		
Empréstimos a receber															
Contratos de mútuo - 3% a 100% do CDI															
EDP Trading	Controlada		02/10/2020 a 01/10/2024			116.246	105.711						10.536	8.346	
EDP Transmissão SP-MG	Controlada (***)		02/10/2020 a 01/10/2024			160.844	155.563						14.994	19.243	
EDP São Paulo	Controlada		27/02/2023 a 26/02/2025			35.362							205		
EDP Espírito Santo	Controlada		27/02/2023 a 26/02/2025										2.191		
Mata Grande Transmissora	Controlada (***)		11/08/2022 a 10/08/2024	61.312			55.134						5.526		
Blue Sol	Coligada		02/05/2023 a 31/10/2024			5.162							162		
				61.312	-	317.614	316.408	-	-	-	-	-	-	33.614	27.589
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC															
Mata Grande Transmissora	Controlada (***)		23/08/2017 a indeterminado				42.800								
EDP Transmissão Norte 2	Controlada		23/06/2023 a indeterminado			36.600									
EDP Ventures	Controlada		13/12/2019 a indeterminado			5.850	1.400								
EDP Smart Serviços	Controlada		07/12/2015 a indeterminado			227.200	197.750								
Santa Leopoldina	Controlada		25/11/2021 a indeterminado			200									
Resende	Controlada		14/05/2019 a indeterminado			50	30								
				-	-	269.900	241.980	-	-	-	-	-	-	-	
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 16)															
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (a)															
EDP São Paulo	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2027			805	292			505		(6.618)	(2.747)		
Energest	Controlada (**)		01/01/2019 a 31/12/2027										308		
EDP Trading	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2027			1.468	484			987	987	3.117	(4.055)		
Investco	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2027			453						715	678		
EDP Espírito Santo	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2027			2.115	1.569			400		10.496	9.464		
Porto do Pecém	Controlada (***)		01/01/2019 a 31/12/2027			1.369	188					5.909	2.540		
EDP Smart Soluções	Controlada		01/01/2020 a 01/01/2027				25						728		
EDP Smart Serviços	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2027			54				293		214	996		
Lajeado	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2027			462	276					1.175	1.465		
EDP Smart Energia	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2027			118	158					713	1.061		
EDP Transmissão Norte	Controlada		01/01/2022 a 31/12/2027			128	15					278	16		
EDP Transmissão SP-MG	Controlada (***)		01/01/2019 a 31/12/2027			193	136					1.184	1.728		
EDP Transmissão Litoral Sul	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2027			57	39					346	398		
EDP Transmissão Aliança	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2027			291	192					1.646	1.989		
EDP Goiás	Controlada (*)		01/01/2023 a 31/12/2027								11	(403)	(1.830)		
Mata Grande Transmissora	Controlada (***)		01/01/2022 a 31/12/2027			20	12					439	101		
EDP Smart SPE V	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2027			13				34		30	30		
CEJA	Controlada em conjunto		01/01/2018 a 31/12/2027			72	8			236	236	508	454		
Cachoira Caldeirão	Controlada em conjunto		01/01/2019 a 31/12/2027			65	5					424	403		
São Manoel	Controlada em conjunto		01/05/2018 a 31/12/2027			114	102			36		956	946		
Enrpeixe	Controlada		01/07/2018 a 31/12/2027			1.595					273	2.025	1.206		

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Controladora

Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo								Passivo				Receitas (Despesas)			
			Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais		Financeiras		Operacionais		Financeiras	
			30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
			Períodos de 9 meses findos em 30 de setembro															
Compartilhamento do serviços de infraestrutura (b)																		
EDP São Paulo	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026										59	60	2.258	1.699			
Energest	Controlada (**)	01/01/2015 a 31/12/2026														28		
EDP Trading	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026			162	45								420	397			
Investco	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026			46									237	202			
Porto do Pecém	Controlada (***)	01/01/2015 a 31/12/2026			169	66								824	632			
Lajeado	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026			38	14								202	184			
EDP Espírito Santo	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026			590	245								2.920	2.103			
EDP Smart Serviços	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026			100	44								481	319			
EDP Transmissão SP-MG	Controlada (***)	01/01/2015 a 31/12/2026			29	13								154	141			
EDP Transmissão Litoral Sul	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026			7	3								35	28			
EDP Transmissão Aliança	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026			30	14								159	145			
EDP Transmissão Norte	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026			6	1								21	1			
Mata Grande Transmissora	Controlada (***)	01/01/2022 a 31/12/2026			2	1								10	7			
EDP Goiás	Controlada (*)	01/01/2022 a 31/12/2026			25	9							40	120	130			
EDP Smart Soluções	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026				21									248			
Enerpeixe	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026									116	15			116			
EDP Smart SPE V	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026			7	13							72	44	55			
EDP Smart Energia	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026			45	17								235	285			
Opções de ações outorgadas pela Companhia (Nota 11.2.1)																		
EDP São Paulo	Controlada	15/06/2017 a 30/06/2026				554								361	352			
Energest	Controlada (**)	15/06/2017 a 30/06/2026													(104)			
EDP Trading	Controlada	15/06/2017 a 30/06/2026				67								23				
EDP Espírito Santo	Controlada	15/06/2017 a 30/06/2026				547								102	768			
Porto do Pecém	Controlada (***)	15/06/2017 a 30/06/2026				337								338	433			
EDP Transmissão SP-MG	Controlada (***)	18/06/2020 a 30/06/2026				32								31	(11)			
EDP Smart Serviços	Controlada	06/06/2018 a 30/06/2026				4								6	223			
Contrato de prestação de serviços (c)																		
EDP Portugal	Controladora	Indeterminado	7.626	10.881				67.214	61.894	1.348	1.238	(14.465)	(6.399)		1.898	9.805		
EDP Renováveis	Parte Relacionada	Indeterminado													184			
EDP Valor	Parte Relacionada	Indeterminado						6.401	5.804			(974)	(865)					
Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice (d)																		
EDP Espírito Santo	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2023			1.718	2.912								7.357	9.732			
Mata Grande Transmissora	Controlada (***)	01/02/2022 a 31/12/2023			337	41					21			439	189			
EDP Transmissão Norte	Controlada	01/02/2022 a 31/12/2023			311	50					12			406	247			
EDP Transmissão SP-MG	Controlada (***)	01/01/2019 a 31/12/2023			500	110					37			762	716			
EDP Transmissão Aliança	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2023			609	213					53			894	786			
EDP Goiás	Controlada (*)	01/02/2022 a 31/12/2023			688						33			1.493	(684)			
Energest	Controlada (**)	01/01/2019 a 31/12/2023													281			
EDP Smart Soluções	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2023				417									821			
Lajeado	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2023			499	141					18			730	503			
Porto do Pecém	Controlada (***)	01/01/2019 a 31/12/2023			2.527	708					177			3.958	3.942			
EDP Smart Serviços	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2023				215					46			739	798			
EDP São Paulo	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2023				5.754								7.166	11.553			
EDP Trading	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2023			909	596					106			1.691	2.350			
Enerpeixe	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2023				3									708			
Investco	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2023			866									1.530	1.458			
EDP Smart SPE V	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2023			14						33			30	27			
EDP Smart Energia	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2023			314	5					30			302	120			
EDP Transmissão Litoral Sul	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2023			422	154					20			626	553			
			7.626	10.881	20.362	16.867		73.615	67.698	4.638	2.932	44.819	51.280	1.898	9.805			
			68.938	10.881	607.876	575.255		73.615	67.698	4.638	2.932	44.819	51.280	35.512	37.394			

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Consolidado										Receitas (Despesas)				
				Ativo				Passivo				Operacionais		Financeiras				
				Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Períodos de 9 meses findos em 30 de setembro						
				30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022	2023	2022	2023	2022			
Empréstimos a receber																		
Contratos de mútuo - 3% a 100% do CDI																		
Blue Sol	Coligada		02/05/2023 a 31/10/2024			5.162											162	
Blue Sol	Coligada		01/01/2019 a 01/12/2023	2.038													135	
				2.038	-	5.162	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	297	-
Contas a receber (Nota 7)																		
Suprimento de energia elétrica																		
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto		01/01/2017 a 31/12/2046	2.112										6.476				
São Manoel	Controlada em conjunto		01/01/2017 a 31/12/2046		3.664													
Central Eólica Baixa do Feijão I	Parte Relacionada		01/01/2017 a 31/12/2046														20	
Central Eólica Baixa do Feijão II	Parte Relacionada		01/01/2017 a 31/12/2046														22	
Central Eólica Baixa do Feijão III	Parte Relacionada		01/01/2017 a 31/12/2046														21	
Central Eólica Baixa do Feijão IV	Parte Relacionada		01/01/2017 a 31/12/2046														50	
Central Eólica Jaú	Parte Relacionada		01/01/2017 a 31/12/2046														21	
Central Eólica Aventura I	Parte Relacionada		01/01/2017 a 31/12/2046															
Encargo de uso da rede																		
CEJA	Controlada em conjunto		09/02/2019 a 10/02/2047	53	64												494	
São Manoel	Controlada em conjunto		09/02/2019 a 10/02/2047	214	194												1.612	
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto		09/02/2019 a 10/02/2047	33	35												213	
				2.412	3.957	-	-	-	-	-	-	-	-	8.951	-	-	-	-
Fornecedores (Nota 25)																		
Suprimento de energia elétrica																		
CEJA	Controlada em conjunto	209.02	01/01/2015 a 31/12/2044					833	749					(5.256)	(4.894)			
CEJA	Controlada em conjunto	207.66	01/01/2015 a 31/12/2044					1.199						(7.762)	(7.416)			
São Manoel	Controlada em conjunto	142,03	26/04/2018 a 31/12/2047					259	213					(1.324)	(1.242)			
São Manoel	Controlada em conjunto		01/05/2018 a 31/12/2038					4.105	4.355					(36.556)				
Central Eólica Aventura I	Parte Relacionada		01/01/2023 à 31/12/2023												(111)			
Central Eólica Aventura II	Parte Relacionada		01/01/2023 à 31/12/2023											2.497				
Central Eólica Aventura III	Parte Relacionada		01/01/2023 à 31/12/2023											2.940				
Central Eólica Aventura IV	Parte Relacionada		01/01/2023 à 31/12/2023											1.220				
Central Eólica Aventura V	Parte Relacionada		01/01/2023 à 31/12/2023											1.782				
Central Eólica Pereira Barreto I	Parte Relacionada		01/10/2021 a 31/12/2036					1.606	1.597					(13.677)				
Central Eólica Pereira Barreto II	Parte Relacionada		01/10/2021 a 31/12/2036					1.606	1.597					(13.062)				
Central Eólica Pereira Barreto III	Parte Relacionada		01/10/2021 a 31/12/2036					1.625	1.615					(12.567)				
Central Eólica Pereira Barreto IV	Parte Relacionada		01/10/2021 a 31/12/2036					1.625	1.615					(12.531)				
Central Eólica Pereira Barreto V	Parte Relacionada		01/10/2021 a 31/12/2036					1.385	1.378					(11.050)				
Central Eólica Jerusalém I	Parte Relacionada		01/01/2023 à 31/12/2023					6.433						(17.640)				
Central Eólica Jerusalém II	Parte Relacionada		01/01/2023 à 31/12/2023											(10.424)				
Central Eólica Jerusalém III	Parte Relacionada		01/01/2023 à 31/12/2023											(13.621)				
Central Eólica Jerusalém IV	Parte Relacionada		01/01/2023 à 31/12/2023											(12.766)				
Central Eólica Jerusalém V	Parte Relacionada		01/01/2023 à 31/12/2023											(11.709)				
Central Eólica Jerusalém VI	Parte Relacionada		01/01/2023 à 31/12/2023											(6.677)				
Central Eólica Monte Verde I	Parte Relacionada		01/01/2023 à 31/12/2023					8.951						(24.547)				
Central Eólica Monte Verde II	Parte Relacionada		01/01/2023 à 31/12/2023					888						(4.856)				
Central Eólica Monte Verde IV	Parte Relacionada		01/01/2023 à 31/12/2023					3.703						(15.798)				
Central Eólica Monte Verde V	Parte Relacionada		01/01/2023 à 31/12/2023					22.469						(10.717)				
EDP Renováveis	Parte Relacionada		01/12/2023 a 31/12/2038											(5.033)				
Prestação de serviços																		
Pecém OM	Controlada em conjunto		Indeterminado					387	387					(3.921)				
				-	-	-	-	57.074	21.945	-	-	-	-	(251.605)	(13.552)	-	-	-

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Consolidado												
			Ativo				Passivo				Receitas (Despesas)				
			Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais		Financeiras		
			30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022	Períodos de 9 meses findos em 30 de setembro				
										2023	2022	2023	2022		
Compromissos futuros															
São Manoel	Controlada em conjunto	01/05/2018 a 31/12/2038	2.043					25.766	50.018	21.199			(38.025)	37.748	
EDP Renováveis	Parte Relacionada	01/12/2023 a 31/12/2038						74.054	50.656	156.524	79.889		(100.033)	48.051	
Central Eólica Aventura II	Parte Relacionada	01/12/2022 a 31/12/2022												5.543	
Central Eólica Aventura III	Parte Relacionada	01/12/2022 a 31/12/2022												6.528	
Central Eólica Aventura IV	Parte Relacionada	01/12/2022 a 31/12/2022												1.302	
Central Eólica Aventura V	Parte Relacionada	01/12/2022 a 31/12/2022												8.899	
Central Eólica Srmn I	Parte Relacionada	01/1/2023 a 31/12/2023												5.030	
Central Eólica Jerusalém I	Parte Relacionada	01/1/2023 a 31/12/2023						9.455	36.809				27.353	21.289	
Central Eólica Monte Verde I	Parte Relacionada	01/7/2023 a 31/12/2023						5.416	8.896		796		4.275	2.348	
Central Eólica Monte Verde IV	Parte Relacionada	01/7/2023 a 31/12/2023						5.907	9.688				3.779	5.398	
Central Eólica Monte Verde V	Parte Relacionada	01/7/2023 a 31/12/2023						3.938	6.457				2.520	3.599	
Central Eólica Barreto I	Parte Relacionada	01/10/2021 a 31/12/2036						43.582	39.102	85.764	46.218		(44.027)	79.770	
			2.043	-	-	-	-	168.118	171.152	292.306	148.102		(144.158)	225.505	
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 16)															
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (a)															
CEJA	Controlada em conjunto	01/01/2018 a 31/12/2027											72	8	
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto	01/01/2019 a 31/12/2027											65	5	
São Manoel	Controlada em conjunto	01/05/2018 a 31/12/2027											114	102	
Prestação de serviços - Backoffice															
Pecém TM	Controlada em conjunto	01/05/2015 a 01/05/2025												87	
Pecém OM	Controlada em conjunto	01/05/2015 a 01/05/2025											127		
Mabe	Controlada em conjunto	01/05/2015 a 01/05/2025											1.311		
Contrato de prestação de serviços (c)															
EDP Portugal	Controladora	Indeterminado	7.626	10.881				67.214	63.509	1.348	1.238	(14.465)	(6.399)	1.898	9.805
EDP Valor	Parte Relacionada	Indeterminado						6.401	5.804			(974)	(865)		
CEJA	Controlada em conjunto	01/06/2022 a 01/06/2023	52	348										455	842
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto	01/06/2022 a 01/06/2023	52	348										455	246
São Manoel	Controlada em conjunto	01/06/2022 a 01/06/2023	195	340										496	243
Elebrás	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	133											77	57
Cenaeeel	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	49											39	11
Central Eólica Baixa do Feijão I	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024												33	59
Central Eólica Baixa do Feijão II	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	11											33	64
Central Eólica Baixa do Feijão III	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024												33	62
Central Eólica Baixa do Feijão IV	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	11											33	60
Central Eólica Jáú	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024												109	164
Central Eólica Aventura I	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	10											31	59
Central Eólica Aventura II	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	17											6	17
Central Eólica Aventura III	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	21											21	21
Central Eólica Aventura IV	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	24											25	24
Central Eólica Aventura V	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	24											25	24
Central Eólica Srmn I	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	28											28	27
Central Eólica Srmn II	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	25											25	24
Central Eólica Srmn III	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	28											28	27
Central Eólica Srmn IV	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	28											28	27
Central Eólica Srmn V	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	19											19	21
Central Eólica Pereira Barreto I	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	30	47										46	34
Central Eólica Pereira Barreto II	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	30	47										46	34
Central Eólica Pereira Barreto III	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	30	47										46	34
Central Eólica Pereira Barreto IV	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	30	47										46	34
Central Eólica Pereira Barreto V	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	26	41										40	29
Central Eólica Jerusalém I	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	21											26	
Central Eólica Jerusalém II	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	21											26	
Central Eólica Jerusalém III	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	21											26	
Central Eólica Jerusalém IV	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	21											26	

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



		Consolidado												
		Ativo				Passivo				Receitas (Despesas)				
		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais		Financeiras		
		Períodos de 9 meses findos em 30 de setembro												
Preço praticado (R\$/MWh)		30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022	2023	2022	2023	2022	
Central Eólica Jerusalém V	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	21									26		
Central Eólica Jerusalém VI	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	24									29		
Central Eólica Monte Verde I	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	41									58		
Central Eólica Monte Verde II	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	33									58		
Central Eólica Monte Verde III	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	29									51		
Central Eólica Monte Verde IV	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	23									40		
Central Eólica Monte Verde V	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	17									29		
Central Eólica Monte Verde VI	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	23									40		
Central Eólica Boqueirão I	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	25									37		
Central Eólica Boqueirão II	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	23									33		
Compartilhamento do serviços de infraestrutura (b)														
EDP Renováveis	Parte Relacionada	29/07/2015 a 31/12/2023			18	18								
Contrato revenda de carvão												345.592		
EDP Espanha	Parte Relacionada	01/05/2022 a 31/12/2022												
			8.853	13.584	356	133	73.615	69.313	1.620	1.474	(10.823)	343.416	1.898	9.805
			15.346	17.541	5.518	133	298.807	262.410	293.926	149.576	(397.635)	555.369	2.195	9.805

(*) Em 07 de fevereiro de 2022, a Companhia adquiriu a controlada EDP Goiás.

(**) Em 07 de dezembro de 2022, a Companhia alienou a controlada Energest e, conseqüentemente, a partir desta data a mesma não é mais consolidada.

(***) A Porto do Pecém, EDP Transmissão SP-MG e Mata Grande Transmissora encontram-se como Ativos e Passivos não circulantes mantidos para venda (Nota 17).

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

Os avais e fianças concedidos e recebidos pela Companhia estão demonstrados na nota de Garantias (Nota 38.2).

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

(a) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a Companhia e as partes relacionadas EDP Espírito Santo, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão SP-MG (***) , EDP Transmissão Litoral Sul, EDP Goiás (*), Mata Grande Transmissora (***) , EDP Transmissão Norte, Porto do Pecém (***) , Investco, Lajeado, Enerpeixe, EDP Trading e EDP Smart Energia. O contrato possui vigência até dezembro de 2027, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 459 de 1º de março de 2023.

(b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: Os instrumentos têm por objetivo o rateio dos gastos com a locação de imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações.

Em 2021, foi assinado contrato de compartilhamento de Infraestrutura relacionados a atual sede da EDP - Energias do Brasil. O contrato celebra o compartilhamento entre a Companhia e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Energest (**), EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG (***) . O contrato tem vigência até 31 de dezembro de 2026.

Em 2023 foram assinados dois contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à unidade da EDP São Paulo localizada em São José dos Campos. Esses contratos celebram o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura entre a controlada EDP São Paulo e partes relacionadas EDP Trading, Porto do Pecém (***) , Investco, Lajeado e EDP Smart Energia, bem como entre a EDP - Energias do Brasil e EDP Espírito Santo, EDP Goiás (*), EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Norte, Mata Grande Transmissora (***) , EDP Transmissão SP-MG (***) e EDP Transmissão Litoral Sul. Os contratos tem vigência até 31 de dezembro de 2023 e não necessitaram de anuência prévia da ANEEL devido aos valores anuais desembolsados pelas empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica serem inferiores ao limite que exige a aprovação prévia da Agência reguladora, conforme estabelece a REN nº 948/21.

A partir de 07 de fevereiro de 2022 foram firmados aditivos com objetivo de incluir a EDP Goiás(*) como parte dos contrato.

Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

(c) Contratos de Prestação de serviços

Os órgãos responsáveis pelo controle e respectiva supervisão destes contratos são o Comitê de Governança Corporativa e Partes Relacionadas, o Conselho de Administração e uma área interna da Companhia dedicada à apuração e conferência dos serviços importados e exportados.

Todo serviço importado ou exportado é submetido a uma análise criteriosa que exige interação da área dedicada à apuração e conferência com as demais áreas internas da Companhia que importaram e exportaram o serviço. São averiguados se o tempo despendido nas atividades, o número de pessoas beneficiadas e o volume de negócios agregado demonstram o efetivamente aplicado pelos colaboradores para realizar as atividades em questão.

EDP Portugal

Os montantes referem-se a contratos de prestação de serviços de consultoria e apoio a gestão celebrado mutuamente entre a Companhia e seu acionista controlador EDP – Energias de Portugal S.A. Estes contratos têm como objetivo: (i) o compartilhamento de custos, estrutura, conhecimento e tecnologia, possibilitando, assim, uma maior sinergia entre as empresas do grupo; (ii) evitar eventual capacidade ociosa de pessoal; (iii) reduzir os custos de contratação de determinados serviços em relação à média do mercado; e (iv) impedir o acesso de terceiros a questões estratégicas ou informações de tecnologia própria das contratantes.

EDP Goiás (*), Enerpeixe, Investco, Lajeado, Cachoeira Caldeirão, CEJA, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão SP-MG (***) e EDP Transmissão Litoral Sul

Os contratos têm por objetivo a prestação de serviços aos processos de operação da usina, das linhas, subestações e equipamentos associados, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações.

Foram anuídos pela ANEEL os seguintes Despachos, relacionados à celebração do contrato de Prestação de serviços, referente à operação remota na modalidade "Tempo Real", em regime de turnos contínuos de 24 horas, durante os 7 dias da semana, pelo prazo de 36 meses: (i) Despacho nº 1.962, de 3 de julho de 2020 com a EDP Transmissão Aliança no valor global do contrato de R\$1.726; (ii) Despacho nº 3.036, de 22 de outubro de 2020 com a EDP Transmissão SP-MG (***) no valor global do contrato de R\$1.785; e (iv) Despacho nº 588, de 03 de março de 2021 com a EDP Transmissão Litoral Sul no valor global do contrato de R\$1.573.

Com a transferência dos ativos do Centro de Operação da Geração e Transmissão (COGT), da EDP Trading para a EDP Goiás, esses contratos foram encerrados para serem celebrados com a EDP Goiás (*), no lugar da EDP Trading. A transferência dos ativos do COGT e dos contratos de prestação de serviços de operação remota foram aprovados pela ANEEL em 15 de dezembro de 2022 por meio do Despacho nº 3.588/2022.

(d) Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *BackOffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve as seguintes partes relacionadas: EDP - Energias do Brasil e suas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest (**), Investco, Lajeado, Porto do Pecém (***) , EDP Transmissão Aliança e EDP Transmissão SP-MG (***) . O contrato mantém o critério de rateio regulatório.

Em 10 de dezembro de 2019 este contrato foi anuído pela ANEEL, por meio do Despacho nº 3.399.

Em 2022 foi firmado o aditivo com a inclusão das empresas Mata Grande Transmissora (***) , EDP Transmissão Norte e EDP Goiás (*) como partes do contrato. O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima e são dispensados de anuência prévia da ANEEL, uma vez que os valores de desembolso das empresas participantes se enquadram nos limites de dispensa. O contrato de compartilhamento de atividades de *BackOffice* tem vigência até 31 de dezembro de 2023.

Com a alienação pela controladora EDP - Energias do Brasil, da companhia Energest (**) em dezembro de 2022 foi firmado aditivo, mantendo a mesma vigência do contrato anterior, onde ela foi excluída do compartilhamento.

(*) Em 07 de fevereiro de 2022, a Companhia adquiriu a EDP Goiás.

(**) Em 07 de dezembro de 2022, a Companhia alienou a controlada Energest e, consequentemente, a partir desta data a mesma não é mais consolidada.

(***) A Porto do Pecém, EDP Transmissão SP-MG e Mata Grande Transmissora encontram-se como Ativos e Passivos não circulantes mantidos para venda (Nota 17).

11.1 Controladora direta e final

A controladora final da Companhia é a EDP – Energias de Portugal S.A., que exerce controle por meio de suas controladas EDP International Investments and Services, S.L. e a EDP IS - Investimentos e Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda.

11.2 Remuneração dos administradores

11.2.1 Ações outorgadas pela Companhia

Entre os anos de 2016 e 2022, a Companhia instituiu os planos um a seis, de remuneração baseados em ações, com características semelhantes, os quais concedem outorga futura de suas ações aos seus beneficiários. Dentre eles, encontram-se gestores e diretores estatutários e não estatutários das controladas, sendo estimado no resultado de 2023 da Companhia o montante de R\$361 (R\$1.661 em 2022) a ser reembolsado pelas controladas no momento da outorga. A outorga das ações dos planos III, V e VI foram antecipadas em maio de 2023 devido ao cumprimento do regulamento do plano, referente a OPA (Nota 4.7).

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



11.2.2 Remuneração total do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária paga pela Companhia

	Períodos de 9 meses findos em 30 de setembro							
	2023				2022			
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Remuneração (a)	9.526	1.334	178	11.038	6.487	1.325	178	7.990
Benefícios de curto prazo (b)	157			157	153			153
Benefícios - Previdência privada	173			173	66			66
Remuneração baseada em ações (Nota 11.2.3)	11.993			11.993	3.474			3.474
Total	21.849	1.334	178	23.361	10.180	1.325	178	11.683

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais (não aplicável ao Conselho Fiscal).

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

Em relação às ações outorgadas, o montante relativo a diretores estatutários da Companhia, estimado no resultado de 2023, é de R\$3.386 (R\$1.680 em 2022). Os montantes estimados apenas são considerados como remuneração da diretoria estatutária no quadro acima quando da efetiva outorga das ações da Companhia.

11.2.3 Remuneração baseada em ações

As ações do Plano de Remuneração III, V e VI foram exercidas, conforme nota 31.2.2.1.

12 Estoques

	Nota	Consolidado	
		30/09/2023	31/12/2022
Matéria prima e insumos para produção de energia	12.1		
Carvão			129.345
Diesel			3.648
Cal			245
Outros		110	3.248
		110	136.486
Material de almoxarifado	12.1	59.974	93.821
Resíduos e sucatas		56.577	57.039
Kit fotovoltaico		4.992	673
Estoque de Produtos em Elaboração	12.2	94.087	2.035
Outros		80	44
(-) Perda estimada na realização dos estoques		(13.772)	(14.376)
		201.938	139.236
Total		202.048	275.722

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão estão classificados nas rubricas de: (i) Ativos da concessão, nas controladas de distribuição, pelo montante, em 30 de setembro de 2023, de R\$171.018 (R\$94.275 em 31 de dezembro de 2022); e (ii) Imobilizado, nas controladas de geração, serviços e transmissão, pelo montante, em 30 de setembro de 2023, de R\$49.285 (R\$74.007 em 31 de dezembro de 2022).

12.1 Matéria prima e insumos para produção de energia e Material de almoxarifado

A variação observada na rubricas, refere-se, principalmente, aos saldos da controlada Porto do Pecém que foram transferido para mantido para venda (Nota 17.1).

12.2 Estoque de Produtos em Elaboração

O aumento no período refere-se à controlada EDP Smart Serviços decorrente da aquisição de painéis solares para aplicação na construção dos projetos de geração solar.

13 Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Controladora						Saldo em 30/09/2023
		Saldo em 31/12/2022	Adição	Atualização	Resgate	Baixas	Saldo em 30/09/2023	
Depósitos judiciais	30	16.461	198	1.007	(65)	(215)	17.386	
Outros cauções		392			(350)		42	
Total		16.853	198	1.007	(415)	(215)	17.428	
Circulante		350					-	
Não circulante		16.503					17.428	
Consolidado								
	Nota	Saldo em 31/12/2022	Adição	Atualização	Resgate	Baixa (Nota 13.3)	Ativo mantido para venda (Nota 17)	Saldo em 30/09/2023
Depósitos judiciais	13.1, 13.2 e 30	465.031	43.307	32.116	(14.767)	(10.266)	(34.902)	480.519
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures		17.243	68	1.659	(44)			18.926
Outros cauções	13.4	9.254	3.508	530	(5.725)			7.567
Total		491.528	46.883	34.305	(20.536)	(10.266)	(34.902)	507.012
Circulante		19.782						4.099
Não circulante		471.746						502.913

13.1 Depósitos judiciais - Adição

O saldo de R\$43.307 no consolidado refere-se, substancialmente: (i) R\$2.816 ao depósito judicial por cumprimento de condenação para a controlada EDP São Paulo após sentença proferida. Atualmente a Companhia aguarda julgamento do recurso; (ii) R\$2.034 à oferta à título de indenização prévia, para possibilitar a imissão provisória da controlada EDP São Paulo na posse das áreas para execução dos trabalhos necessários à construção da Subestação Água Chata; (iii) R\$12.786 refere-se ao cumprimento de sentença, após o laudo pericial homologado desfavorável para a controlada EDP São Paulo, no qual resultou na mudança de risco possível para provável (Nota 30.1.1.2).

13.2 Depósitos judiciais - Resgate

O montante refere-se, substancialmente, à controlada EDP Espírito Santo decorrente do levantamento favorável, ocasionando a substituição do depósito judicial por seguro garantia nos autos da ação cautelar ajuizada objetivando a suspensão do crédito tributário.

Notas Explicativas

Notas explicativas



Período findo em 30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

13.3 Depósitos judiciais - Baixa

O saldo de R\$10.266 no consolidado refere-se, substancialmente, às baixas de depósitos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas decorrente de casos encerrados.

13.4 Outros cauções- Adição e Resgate

As movimentações de adições de R\$3.508 e resgates de R\$5.725 no Consolidado referem-se, substancialmente, às aplicações em papéis com vencimento, ocasionando aplicações e resgate dentro do ciclo em que os montantes estão caucionados.

14 Dividendos – Ativos e Passivos

Os dividendos e os JSCP a pagar são reconhecidos em contrapartida do Patrimônio líquido nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral. Os dividendos a receber das controladas, coligadas e controladas em conjunto são registrados como ativo nas informações contábeis intermediárias da Companhia, em consonância com a prática contábil do passivo anteriormente descrita.

Os créditos de JSCP são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida ao patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito. Para o JSCP a receber, são inicialmente registrados em receitas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida ao investimento.

Controladora

Foi aprovada em AGOE, realizada em 11 de abril de 2023, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, com distribuição de R\$1.021.437, a ser distribuído da seguinte forma: (i) constituição de Reserva Legal no valor de R\$51.072; (ii) Juros sobre capital próprio no valor total bruto de R\$651.239, imputáveis aos dividendos já contabilizados em 31 de dezembro de 2022; (iii) dividendos no valor de R\$152.457; e (iv) R\$166.669 em Reserva de Retenção de Lucros, com a finalidade de investimentos, conforme orçamento de capital, para o exercício de 2023. Os JSCP e dividendos foram pagos sem ajuste aos acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia em 24 de maio de 2023.

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos a receber e a pagar do período:

Controladora					
Ativo	Saldo em 31/12/2022	Dividendos Adicionais	JSCP	Recebimentos	Saldo em 30/09/2023
EDP Trading	13.242	37.413			50.655
EDP São Paulo	131.312	381.782			513.094
EDP Espírito Santo	129.916				129.916
Lajeado	47.392	96.135		(143.527)	-
EDP Smart Energia	1.171			(1.171)	-
EDP Transmissão Aliança	22.712	47.933		(49.712)	20.933
EDP Transmissão SP-MG	37.029			(37.029)	-
Pecém TM	105	314		(419)	-
Pecém OM	35	104		(139)	-
CEJA	27.560	33.935		(61.495)	-
Celesc	43.305	6.809	35.658	(25.029)	60.743
Porto do Pecém	62.249			(62.249)	-
	516.028	604.425	35.658	(380.770)	775.341

Controladora					
	Saldo em 31/12/2022	Adicionais	JSCP	Pagamentos	Saldo em 30/09/2023
Passivo					
Acionistas não controladores	239.438	64.717	5.665	(304.415)	5.405
EDP International Investments and Services, S.L.	179.120	49.332		(228.452)	-
Serviços, Sociedade Unipessoal Lda.	139.454	38.408		(177.862)	-
	558.012	152.457	5.665	(710.729)	5.405

Consolidado					
Ativo	Saldo em 31/12/2022	Dividendos adicionais	JSCP	Recebimentos	Saldo em 30/09/2023
Pecém TM	104	314		(418)	-
Celesc	43.305	6.809	35.658	(25.029)	60.743
Pecém OM	35	104		(139)	-
CEJA	27.560	33.935		(61.495)	-
	71.004	41.162	35.658	(87.081)	60.743

Consolidado						
	Saldo em 31/12/2022	Dividendos adicionais	JSCP	Partes beneficiárias	Pagamentos	Saldo em 30/09/2023
Passivo						
CEB Lajeado	7.980	8.859			(16.839)	-
Paulista Lajeado Energia	2.794	3.100			(5.894)	-
Eletrobras	151.960			25.266	(120.877)	56.349
Governo do Tocantins	3.451	7.001			(10.452)	-
Celesc Geração	4.656	5.326			(7.656)	2.326
Acionistas não controladores	242.250	64.717	5.670		(304.415)	8.222
EDP IS - Investimentos e Serviços, Sociedade	179.120	49.332			(228.452)	-
EDP International Investments and Services, S.L.	139.454	38.408			(177.862)	-
	731.665	176.743	5.670	25.266	(872.447)	66.897

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



15 Compromissos futuros - Marcação a mercado de Instrumento Financeiro Derivativo

EDP Trading

Os contratos celebrados pela controlada EDP Trading visam a comercialização de energia elétrica de acordo com os requisitos das Regras de Comercialização, regulamentadas pela ANEEL, aplicáveis a todos os agentes registrados na CCEE. Essas transações são mantidas para recebimento ou entrega até a data de liquidação da operação prevista no contrato, de acordo com os requisitos contratuais de compra e venda, que tem o objetivo também de comercializar com outros agentes.

Isto posto, a controlada avalia seus contratos, sob a ótica do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, sendo que eles não se destinam apenas à entrega da energia ("uso próprio", conforme termo utilizado pelo CPC 48), mas para a geração de valor na intermediação financeira, no que se refere à compra e venda de item não financeiro (energia), podendo ser quitados pelo seu valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro. Portanto, a controlada reconhece de forma integral as curvas compradas e vendidas de energia de seu portfólio (no limite da venda). Estes contratos de compromissos futuros são mensurados ao valor justo pela utilização de curva de *forward* com as melhores informações disponíveis e observáveis, assim sendo, considerado no resultado a Marcação a Mercado (MtM) de Instrumento Financeiro Derivativo.

Nesta mensuração, são consideradas as sensibilidades do PLD, sendo avaliado o portfólio de operações contendo curvas *forward* de preço de energia, representada pela Dcide (empresa do setor para cálculo de curvas futuras de preço da energia), além do direito dos clientes de usar de forma flexível o consumo, sob o mesmo preço. O resultado destes contratos é determinado a partir do diferencial, para cada prazo, entre os preços dos contratos bilaterais de compra e venda de energia e a respectiva valorização por marcação a mercado utilizando curvas de preço *forward*. A metodologia adotada é um VaR (*Value at Risk*) com 95% de confiança que considera uma curva *forward* de preços de mercado, a exposição do portfólio (diferença entre compra e venda) e a volatilidade e liquidez observadas no mercado livre para cada período.

No período findo em 30 de setembro de 2023, a realização do valor justo dos referidos contratos, por meio da liquidação entre compra e venda de energia, gerou despesa líquida de R\$30.581 (R\$35.292 receita líquida em 2022) registrada no resultado do período de 2023.

EDP Smart Energia

A EDP Smart Energia celebra os contratos de comercialização de energia elétrica de acordo com os requisitos das Regras de Comercialização, regulamentadas pela ANEEL, aplicáveis a todos os agentes registrados na CCEE. Este perfil de agente fica responsável por toda operação de seus representados no mercado livre de energia, desde a migração para o ACL até a gestão de todos os procedimentos relacionados à sua operacionalização, entre eles modelagem, medição, contabilização, obrigações financeiras, entre outros.

Neste sentido, a controlada também avalia seus contratos sob a ótica do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, julgando que os mesmos se destinam também à entrega da energia para a geração de valor na intermediação financeira, no que se refere à compra e venda de item não financeiro (energia), podendo ser quitados pelo seu valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro. Portanto, a controlada passou a reconhecer de forma integral as curvas compradas e vendidas de energia de seu portfólio (no limite da venda). Estes contratos de compromissos futuros também são mensurados de acordo com os preços de referência de compra do dia, e os demais riscos são transferidos à EDP Trading, uma vez que ela sofre exposição ao mercado. Assim sendo, as margens da controlada EDP Smart Energia são fixadas e sua exposição é mensurada pela EDP Trading através da utilização de curva de *forward* com as melhores informações disponíveis e observáveis, assim sendo, considerado no resultado a marcação a mercado de Instrumento Financeiro.

No período findo em 30 de setembro de 2023, a realização do valor justo dos referidos contratos, por meio da liquidação entre compra e venda de energia, gerou receita líquida de R\$19.620 (R\$22.170 receita líquida em 2022) registrada no resultado do período de 2023.

16 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar – Passivo

Nota	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Outros créditos - Ativo								
Adiantamentos	16.1	300	181		18.519	42.752		
Descontos tarifários	16.2				82.299	84.936		
Modicidade tarifária - baixa renda	16.3						8.058	8.060
Bens destinados à alienação/desativação			2.203		7.987	14.393		
Serviços em curso					7.571	19.030	495	528
Serviços prestados a terceiros		287	4		68.481	60.153	839	95
Convênios de arrecadação					1.628	1.972	22	23
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	11	7.626	10.881	20.362	16.867	8.853	13.584	356
Rendas a receber					4.593	5.217		
Prêmio de risco - GSF					2.750	2.750	12.369	14.435
Despesas pagas antecipadamente	17	606	457		12.243	27.436	1.456	1.056
Títulos a receber		989	3.329	26.194	28.004			
Outros		15.808	16.323	4.870	3.047	31.966	44.416	20.678
Total		25.616	33.378	51.426	47.918	246.890	316.639	44.273
Outras contas a pagar - Passivo								
Adiantamentos recebidos - alienação de bens e direitos					4.802	3.171		
Contribuição de iluminação pública	16.4				27.134	31.641		
Credores diversos - consumidores e concessionárias	16.5				87.334	58.559		
Folha de pagamento		839	1.955		5.926	15.338	4.351	3.821
Modicidade tarifária - baixa renda	16.3				448	448	9.810	9.810
Arrecadação de terceiros a repassar					16.781	18.478		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	11	73.615	67.698	4.638	2.932	73.615	69.313	1.620
Arrendamentos e aluguéis	16.8	3.594	3.693	13.445	14.857	24.505	31.079	93.496
Obrigações Sociais e Trabalhistas	16.6	17.467	22.093			115.221	120.219	
Reserva para reversão e amortização	16.7					1.448	1.945	4.859
Parcela de ajuste	16.9					17.963	16.033	9.388
Outros		5.366	3.441	5.141	8.319	25.302	19.729	28.183
Total		100.881	98.880	23.224	26.108	400.479	385.953	151.707

16.1 Adiantamentos

A redução no Consolidado refere-se principalmente: (i) à controlada EDP Espírito Santo devido à baixa de R\$11.600 relativo aos abatimentos dos adiantamentos efetuados para clientes da controlada; e (ii) R\$10.458 refere-se, à controlada Porto do Pecém que foi, transferido para mantido para venda (Nota 17.1).

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



16.2 Descontos tarifários

Refere-se a descontos aplicados a clientes nas tarifas de unidades consumidoras, conforme regulamentação da ANEEL, por meio de resoluções específicas. Os descontos são aplicados de acordo com a classificação da atividade de cada unidade consumidora e procuram contemplar residências de famílias com baixa renda inscritas no Cadastro Único do Governo Federal, estímulo à melhoria da produção agrícola, assim como descontos para serviços públicos essenciais, como é o caso das unidades de água, esgoto e saneamento.

Ao mesmo tempo em que determina o percentual de desconto a ser aplicado nos faturamentos mensais das unidades consumidoras, a regulamentação também estabelece o direito das controladas de serem ressarcidas dos respectivos montantes por meio do mecanismo da subvenção econômica, com recursos originários da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, conforme Lei nº 10.438/02.

Por meio da Lei nº 13.360/16, a partir de maio de 2017, a gestão e o repasse dos recursos são de responsabilidade da CCEE.

A ANEEL homologou os valores a serem repassados para as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, por meio das seguintes Resoluções Homologatórias:

Resolução Homologatória	Competências	Valor mensal
EDP Espírito Santo		
ANEEL nº 3.091/22	Ago/22 a Jul/23	23.660
ANEEL nº 3.241/23	Ago/23 a Jul/24	25.272
EDP São Paulo		
ANEEL nº 2.964/21	Out/21 a Set/22	11.521
ANEEL nº 3.129/22	Out/22 a Set/23	14.239

Segue abaixo a composição dos descontos tarifários:

	Consolidado			Saldo em 30/09/2023
	Saldo em 31/12/2022	Descontos tarifários	Ressarcimento	
Subsídio Baixa Renda	26.725	126.962	(123.151)	30.536
Subsídio Carga Fonte Incentivada - Res. nº 77/04	59.132	263.520	(269.411)	53.241
Subsídio Geração Fonte Incentivada - Res. nº 77/04	1.325	7.696	(7.024)	1.997
Subsídio Rural	17.456	21.756	(21.459)	17.753
Subsídio Irrigante/Aquicultor - Res. nº 414/10	(23.970)	39.230	(36.229)	(20.969)
Subsídio Água/Esgoto/Saneamento - Despacho nº 3.629/11	7.476	2.029	(5.979)	3.526
Subsídio Distribuição - TUSD fio B	(3.208)	1.029	(1.002)	(3.181)
Subsídio SCEE (MMGD)		(604)		(604)
	84.936	461.618	(464.255)	82.299

Adicionalmente, demonstramos abaixo a abertura por parcela de desconto tarifário:

	EDP Espírito Santo	EDP São Paulo	Saldo em 30/09/2023	Saldo em 31/12/2022
Parcela mensal	23.654	12.641	36.295	34.660
Parcela de ajustes homologados	19.572	21.145	40.717	25.596
Parcela de ajustes a homologar	(21.200)	(4.053)	(25.253)	(2.045)
Saldo subsídio baixa renda	14.489	16.051	30.540	26.725
	36.515	45.784	82.299	84.936

16.3 EDP São Paulo - Modicidade tarifária – baixa renda

Através do Termo de Notificação nº 1.091/05, a Comissão de Serviços Públicos de Energia - CSPE, atual Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP, determinou a correção do critério de cadastramento do equipamento de medição instalados em unidades consumidoras residenciais conectadas à rede de distribuição pelo sistema delta a três fios, alterando a classificação de bifásicas para monofásicas, com efeito retroativo a 2002.

As unidades consumidoras, apesar de estarem conectadas por meio do sistema monofásico a três fios, estavam classificadas como bifásicas, situação que impedia o faturamento mensal na condição de residencial baixa renda. Depois de inúmeras negociações com ANEEL e ARSESP, entre os períodos de 2008 e 2009, a controlada EDP São Paulo providenciou a revisão dos faturamentos classificando as unidades consumidoras como residencial Baixa Renda, quando foram identificados os valores a devolver aos consumidores até então faturados sem o benefício da tarifa social.

Conforme acordado com ANEEL e ARSESP, a restituição de valores aos consumidores teve início a partir do faturamento de março de 2009 até 30 de setembro de 2023, foi restituído o montante de R\$19.549 (R\$19.507 em 31 de dezembro de 2022), restando um saldo a restituir no montante de R\$10.207 (R\$10.258 em 31 de dezembro de 2022), envolvendo unidades consumidoras ainda ativas e inativas do cadastro de faturamento da controlada.

Como o acordo com a ANEEL e ARSESP estabeleceu que as restituições seriam realizadas mediante compensação nos faturamentos mensais, as unidades consumidoras inativas no cadastro resultam em dificuldades intransponíveis para a controlada, com vistas a identificar a atual localização do cliente para efetuar a devolução.

A regulamentação prevê o direito de a controlada reaver valores faturados na condição de baixa renda a título de subvenção econômica, líquidos dos referidos impostos e deduções previstas, cujo saldo em 30 de setembro de 2023 é de R\$8.060 (R\$8.060 em 31 de dezembro de 2022), valor este que, ainda conforme acordado com a ANEEL, deve ser recebido à medida em que as devoluções aos consumidores fossem validadas pela ARSESP e homologadas pela ANEEL.

Diante da impraticabilidade cadastral de identificar os consumidores com direito ao crédito, a controlada EDP São Paulo encaminhou a correspondência CT-EDP-SP-063-2022, de 04 de agosto de 2022, à ARSESP, sugerindo que como o faturamento original das unidades consumidoras foi realizado considerando a tarifa cheia da classe residencial, enquanto que, para a restituição, a controlada EDP São Paulo recalculou o faturamento das mesmas unidades consumidoras aplicando a tarifa da classe residencial baixa renda, restando o saldo a devolver de R\$10.255, que seja processado no DMR – Diferença mensal de Receita, de maneira que a controlada EDP São Paulo possa receber o montante de R\$7.148, a título de subvenção econômica, enquanto que a diferença, no montante de R\$3.107 seria transferida para a conta de modicidade tarifária.

A controlada EDP São Paulo continua na expectativa de uma resposta da ARSESP.

16.4 Contribuição de Iluminação Pública

Refere-se à Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - CIP das controladas de distribuição, que tem por finalidade os serviços de projeto, implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública. É cobrada dos consumidores, em conformidade com o estabelecido por lei municipal, arrecadada pelas distribuidoras e repassadas mensalmente às Prefeituras, conforme previsto no artigo 149-A da Constituição Federal.

16.5 Credores diversos - consumidores e concessionárias

O aumento dos credores diversos refere-se, substancialmente, ao impacto causado pelos ingressos de MWh atrelados aos Micro e Minigeradores – MMGD na compra de energia ocasionando um aumento significativo em 2023 de R\$29.469 (R\$13.666 em 31 de dezembro de 2022) na controlada EDP Espírito Santo e R\$10.261 (R\$6.016 em 31 de dezembro de 2022) EDP São Paulo.

16.6 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de 13º salário, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



16.7 Reserva para reversão e amortização

Refere-se a recursos derivados da Reserva para reversão e amortização, constituída até 31 de dezembro de 1971 nos termos do regulamento do Serviço Público de Energia Elétrica - SPEE (Decreto Federal nº 41.019/57 revogado pelo Decreto nº 10.810/21)), aplicado pela controlada EDP São Paulo na expansão do SPEE. Sobre o fundo para reversão, são cobrados juros de 5% a.a. sobre o valor da reserva, pagos mensalmente. A amortização do principal aguardava determinações do Poder Concedente.

O Decreto Lei nº 9.022/17 determinou que as Concessionárias, que possuíam recursos correspondentes ao fundo de reversão, deveriam amortizar integralmente seus débitos até 31 de dezembro de 2026, junto à CCEE.

As amortizações foram iniciadas em janeiro de 2018 e o montante relativo ao principal e juros, das próximas 12 parcelas, foram transferidos do Não circulante para o Circulante.

16.8 Arrendamentos e Aluguéis

Em conformidade com o CPC 06 (R2) a Companhia e suas controladas efetuaram o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis conforme demonstrado abaixo:

	Controladora						Saldo em 30/09/2023
	Saldo em 31/12/2022	Pagamentos	Transferências	AVP	Reversão	Saldo em 31/12/2022	
Edifícios	2.106	(1.550)	1.528		(77)	2.007	
Veículos	1.587	(1.276)	1.276			1.587	
Total Circulante	3.693	(2.826)	2.804	-	(77)	3.594	
Edifícios	11.161		(1.528)	989	(79)	10.543	
Veículos	3.696		(1.276)	482		2.902	
Total Não circulante	14.857	-	(2.804)	1.471	(79)	13.445	
	18.550	(2.826)	-	1.471	(156)	17.039	

	Consolidado						Saldo em 30/09/2023
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Pagamentos	Transferências	AVP	Reversão	
Terrenos	5.388	566	(2.267)	3.904	170	(2.592)	5.169
Edifícios	16.139	1.115	(13.397)	12.166	23	(610)	14.760
Equipamentos de informática	161		(129)	43	4		79
Máquinas e equipamentos	6.145		(5.026)	4.407	17	(5.543)	-
Veículos	3.246	1.133	(2.613)	3.031		(300)	4.497
Total Circulante	31.079	2.814	(23.432)	23.551	214	(6.453)	24.505
Terrenos	28.222	1.965		(3.904)	653	(1.746)	25.190
Edifícios	70.857	1.886		(12.166)	6.523	(3.205)	62.265
Equipamentos de informática	77			(43)	6		40
Máquinas e equipamentos	11.115			(4.407)	1.449	(8.157)	-
Veículos	7.459	977		(3.031)	1.063	(467)	6.001
Total Não circulante	117.730	4.828	-	(23.551)	9.694	(11.829)	93.496
	148.809	7.642	(23.432)	-	9.908	(18.282)	118.001

Os montantes registrados no passivo encontram-se ajustados a valor presente pelas taxas que representam o custo de financiamento dos respectivos bens arrendados.

As taxas acima referidas, bem como o vencimento dos referidos arrendamentos e aluguéis consideram o fluxo futuro de pagamentos, conforme abaixo:

	Controladora			
	Edifícios		Veículos	
	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)
2023	537	11,07%	421	13,81%
2024	1.470	11,07%	1.166	13,81%
Total Circulante	2.007		1.587	
2024	472	11,07%	370	13,81%
2025	1.768	11,07%	1.364	13,81%
2026	1.592	11,07%	1.168	13,81%
2027	1.433	11,07%		
2028	1.291	11,07%		
2029 até 2041	3.987	11,07%		
Total Não circulante	10.543		2.902	

	Consolidado							
	Terrenos		Edifícios		Equipamentos de informática		Veículos	
	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)
2023	861	9,41%	4.047	8,56%	43	6,98%	1.085	10,63%
2024	4.308	9,41%	10.713	8,56%	36	6,98%	3.412	10,63%
Total Circulante	5.169		14.760		79		4.497	
2024	773	9,41%	3.447	8,57%	40	6,98%	1.083	10,63%
2025	2.888	9,41%	12.664	8,50%			2.653	10,36%
2026	2.590	9,41%	10.700	8,41%			2.262	10,04%
2027	2.322	9,41%	7.742	8,48%			3	6,91%
2028	2.084	9,41%	6.272	8,50%				
2029 até 2041	14.533	9,41%	21.440	8,50%				
Total Não circulante	25.190		62.265		40		6.001	

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



O direito potencial de PIS/COFINS a recuperar, embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento, estão demonstrados a seguir:

Fluxos de caixa	Controladora		Consolidado	
	Nominal	Com AVP	Nominal	Com AVP
Contraprestação do arrendamento	12.099	17.039	193.291	118.001
PIS/COFINS potencial (9,25%)	(1.119)	(1.576)	(17.879)	(10.915)

Os contratos de arrendamentos e aluguéis foram registrados em contrapartida da rubrica do Imobilizado como "Ativos de direito de uso" (Nota 23.1.2).

16.9 Parcela de ajuste

O saldo total no Consolidado de R\$27.351 (R\$27.531 em 31 de dezembro de 2022) no Circulante e Não circulante, refere-se à estimativa da Parcela de Ajuste - PA correspondente ao ciclo 2023/2024 para as transmissoras, a qual reflete as diferenças entre os duodécimos da RAP, estabelecida pela ANEEL, e os valores dos Avisos de Crédito - AVC, emitidos pelo ONS. A PA é calculada pela ANEEL ao final do ciclo corrente e aplicada nos próximos doze meses, sendo o valor homologado juntamente com o novo valor de receita da controladas, após o processo de RTA ou RTP, conforme data definida em contrato de concessão (Nota 4.13).

17 Ativos e Passivos não circulantes mantidos para venda

Ativos e Passivos não circulantes mantidos para venda são registrados nas respectivas rubricas e foram mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo, líquido das despesas de venda.

Em 2023 ocorreu a classificação dos ativos Porto do Pecém (Nota 17.1), EDP Transmissão SP-MG e Mata Grande Transmissora (Nota 17.2) como mantidos para venda.

Por não se qualificarem como operações descontinuadas, nenhuma alteração foi efetuada na apresentação da demonstração do resultado, com exceção das depreciações e amortizações que não são consideradas entre a assinatura do contrato de compra e venda e a conclusão da alienação, conforme previsto no CPC 31.

17.1 Porto do Pecém - Controlada integral

A Administração da Companhia visa estrategicamente a alienação da participação no investimento da controlada Porto do Pecém. Portanto, a partir de 30 de junho de 2023, os ativos e passivos relativos foram apresentados nos grupos de não circulante mantidos para venda.

O montante registrado na respectiva rubrica foram mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo, líquido das despesas de venda conforme nota 4.12.

Em 20 de setembro de 2023 a Companhia assinou o contrato de compra e venda com as empresas Mercurio GF I Fundo De Investimento em Participações em Infraestrutura e Cactus Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (Nota 4.16).

Por referirem-se a ativos cuja alienação do controle é altamente provável, todos os ativos e passivos foram classificados em linha separada do balanço.

17.1.1 Balanço patrimonial

Porto do Pecém			Porto do Pecém		
ATIVO	30/09/2023	31/12/2022	PASSIVO	30/09/2023	31/12/2022
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	375.988	1.233.100	Fornecedores	51.330	109.270
Concessionárias	145.205	146.786	Imposto de renda e Contribuição social a recolher	4.162	22.153
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	4.695	10.652	Outros tributos a recolher	9.166	17.381
Outros tributos compensáveis	97.632	114.834	Dividendos		62.249
Títulos e valores mobiliários		1.952	Empréstimos e financiamentos	317.048	318.289
Estoques	171.937	201.677	Provisões	5.881	5.425
Outros créditos	24.049	40.424	Outras contas a pagar	20.696	23.528
Total do Ativo Circulante	819.506	1.749.425	Total do Passivo Circulante	408.283	558.295
Não circulante			Não circulante		
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	3.392	3.392	Tributos diferidos	21	15
Tributos diferidos	261.976	267.452	Empréstimos e financiamentos	875.702	1.105.936
Cauções e depósitos vinculados	1.908	1.941	Provisões	18.029	22.819
Outros créditos	263	89	Outras contas a pagar	16.301	16.772
	267.539	272.874		910.053	1.145.542
Investimentos	9.730		Patrimônio Líquido		
Imobilizado	1.583.564	1.678.240	Capital social	1.503.545	2.368.999
Intangível	12.236	13.063	Reservas de lucros	146.934	292.601
Total do Ativo Não circulante	1.873.069	1.964.177	Outros resultados abrangentes		(1)
			Prejuízos acumulados	(276.240)	(651.834)
Total do Ativo	2.692.575	3.713.602	Total do passivo e patrimônio líquido	2.692.575	3.713.602

17.1.2 Informações sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa

	Porto do Pecém	
	Períodos de 9 meses findos em 30 de setembro	
	2023	2022
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	479.549	478.319
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento	(20.917)	(334.176)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento	(1.315.744)	1.356.192
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(857.112)	1.500.335

17.2 Alienação de 100% do capital social da EDP Transmissão SP- MG e Mata Grande Transmissora

A Administração da Companhia visa estrategicamente a alienação de 100% de participação nos investimentos das controladas EDP Transmissão SP-MG e Mata Grande Transmissora. Portanto, a partir de setembro de 2023, os ativos e passivos relativos foram apresentados nos grupos de não circulante mantidos para venda.

Os montantes registrados nas respectivas rubricas foram mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo, líquido das despesas de venda.

Por referirem-se a ativos cuja alienação do controle é altamente provável, todos os ativos e passivos foram classificados em linha separada do balanço.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



17.2.1 Balanço Patrimonial

	EDP			
	Transmissão SP-MG		Mata Grande Transmissora	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
ATIVO				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	97.680	57.114	5.100	689
Concessionárias	33.623	32.854	1.121	987
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	29	27	7	10
Outros tributos compensáveis	5.416	4.178	126	120
Estoques	123	324	56	
Ativos da concessão	241.198	243.225	6.296	6.223
Outros créditos	1.648	1.618	964	941
Total do Ativo Circulante	379.717	339.340	13.670	8.970
Não circulante				
Ativos da concessão	2.418.258	2.364.065	116.697	110.555
Outros créditos	30.991	32.769	2.063	1.893
	2.449.249	2.396.834	118.760	112.448
Imobilizado	646	762	35	27
Intangível	876	650	414	285
Total do Ativo Não circulante	2.450.771	2.398.246	119.209	112.760
Total do Ativo	2.830.488	2.737.586	132.879	121.730
PASSIVO	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Circulante				
Fornecedores	2.293	1.993	1.058	1.438
Imposto de renda e Contribuição social a recolher			75	85
Outros tributos a recolher	2.666	5.572	98	126
Tributos diferidos	22.515		230	
Dividendos		37.029		
Debêntures	614.465	618.143		
Empréstimos e financiamento			61.312	
Provisões	11.217	16.161	405	153
Outras contas a pagar	15.364	4.653	392	213
	668.520	683.551	63.570	2.015
Não circulante				
Tributos diferidos	469.847	456.312	8.048	7.859
Debêntures	1.013.570	988.576		
Empréstimos e financiamento	160.844	155.563		55.135
Adiantamento para futuro aumento de capital				42.800
Provisões	52.239	47.133	3.388	2.992
Outras contas a pagar	6.061	7.132	526	122
	1.702.561	1.654.716	11.962	108.908
Patrimônio Líquido				
Capital social	33.001	33.001	60.330	17.530
Reservas de lucros	366.318	366.318		
Lucros (Prejuízos) Acumulados	60.088		(2.983)	(6.723)
Total do passivo e patrimônio líquido	2.830.488	2.737.586	132.879	121.730

17.2.2 Informações sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa

	EDP			
	Transmissão SP-MG		Mata Grande Transmissora	
	Períodos de 9 meses findos em 30 de setembro			
	2023	2022	2023	2022
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	206.054	108.834	5.552	(9.331)
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento	(2.667)	(66.914)	(1.140)	(23.282)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento	(162.821)	(58.329)	(1)	2.618
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	40.566	(16.409)	4.411	(29.995)

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



18 Investimentos e Provisão para passivo a descoberto

Nas demonstrações financeiras da Controladora os investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa, são avaliadas por equivalência patrimonial.

• Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia está exposta ou tem direito de determinar as políticas financeiras e operacionais para obter retornos variáveis decorrentes de suas atividades.

• Coligadas e Controladas em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

Os investimentos do Grupo EDP - Energias do Brasil em coligadas e *joint ventures* incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e a participação em Outros resultados abrangentes é reconhecida diretamente contra o Patrimônio líquido da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou controladas em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo EDP - Energias do Brasil e suas coligadas e controladas em conjunto são eliminados na proporção da participação do Grupo EDP - Energias do Brasil. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas e controladas em conjunto são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo EDP - Energias do Brasil.

• Combinação de negócios

Uma combinação de negócios ocorre por meio de um evento em que a Companhia ou suas controladas adquirem o controle de um novo ativo (negócio), independente da sua forma jurídica. No momento da aquisição a companhia adquirente deverá reconhecer e mensurar os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e as participações societárias de não controladores à valor justo, que resultará no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) ou em um ganho proveniente de compra vantajosa, sendo o ganho alocado ao resultado do período. Os custos gerados pela aquisição dos ativos deverão ser alocados diretamente ao resultado na medida que são incorridos.

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



18.1 Movimentação dos Investimentos e da Provisão para passivo a descoberto

	Controladora										
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas / Amortizações	Equivalência patrimonial	Dividendos / JSCP	Outros resultados abrangentes	Outras	Transferência (Notas 4.15 e 17)	Saldo em 30/09/2023	% Participação direta	
										30/09/2023	31/12/2022
Investimentos											
EDP São Paulo	982.597			347.860	(381.782)	(26.360)			922.315	100,00	100,00
EDP Espírito Santo	1.369.219			294.230		(16.151)			1.647.298	100,00	100,00
Lajeado	228.828			116.884	(96.136)				249.576	55,86	55,86
Lajeado (Mais Valia)	87.494			(1.997)			(1.190)		84.307	55,86	55,86
Mata Grande Transmissora (Nota 17.2)	10.611	42.800		3.740				(57.151)	-	100,00	100,00
EDP Transmissão Aliança	519.116			30.776	(47.931)				501.961	90,00	90,00
EDP Transmissão SP-MG (Nota 17.2)	399.321			60.088				(459.409)	-	100,00	100,00
EDP Transmissão Norte 2	-	3.501		1.305					4.806	100,00	-
Enerpeixe	392.695			6.092					398.787	60,00	60,00
EDP Trading	389.018			112.003	(37.393)				463.628	100,00	100,00
EDP Smart Energia	58.259			21.958					80.217	100,00	100,00
CEJA	519.145			66.728	(33.935)				551.938	50,00	50,00
CEJA (Mais Valia)	147.901			(5.042)					142.859	50,00	50,00
Cachoeira Caldeirão	279.850			315					280.165	50,00	50,00
Cachoeira Caldeirão (Mais Valia)	1.359			(40)					1.319	50,00	50,00
Porto do Pecém (Nota 17.1)	1.995.413	9.546	(875.000)	269.525				(1.399.484)	-	100,00	100,00
Pecém TM (Nota 4.15)	5.432		(5.554)	436	(314)				-	-	50,00
Pecém OM (Nota 4.15)	3.705		(3.992)	391	(104)				-	-	50,00
Resende	21.165			(14)					21.151	100,00	100,00
EDP Smart Serviços	305.210	353.750		(8.675)		(3.350)			646.935	100,00	100,00
Celesc(*)	861.207			165.800	(48.782)	(30.291)			947.934	29,90	29,90
São Manoel	589.126			(4.530)					584.596	33,334	33,334
EDP Ventures	34.178	11.500		(6.898)					38.780	100,00	100,00
Santa Leopoldina	186.745	96.500		(20.852)					262.393	100,00	100,00
Energia Solar II	1								1	100,00	100,00
Energia I	1								1	100,00	100,00
Energia II	1								1	100,00	100,00
	<u>9.387.597</u>	<u>517.597</u>	<u>(884.546)</u>	<u>1.450.083</u>	<u>(646.377)</u>	<u>(76.152)</u>	<u>(1.190)</u>	<u>(1.916.044)</u>	<u>7.830.968</u>		
Direito de Concessão (Nota 18.1.1)											
EDP São Paulo	8.383		(1.094)						7.289		
Enerpeixe	1.606		(88)						1.518		
Lajeado	52.833		(3.954)						48.879		
	<u>62.822</u>	<u>-</u>	<u>(5.136)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>57.686</u>		
Total dos Investimentos	<u>9.450.419</u>	<u>517.597</u>	<u>(889.682)</u>	<u>1.450.083</u>	<u>(646.377)</u>	<u>(76.152)</u>	<u>(1.190)</u>	<u>(1.916.044)</u>	<u>7.888.654</u>		

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Controladora								% Participação direta		
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas / Amortizações	Equivalência patrimonial	Dividendos / JSCP	Outros resultados abrangentes	Outras	Transferência (Notas 4.15 e 17)	Saldo em 30/09/2023	30/09/2023	31/12/2022
Provisão para passivo a descoberto											
Mabe	(38)	-	-	(253)	-	-	-	-	(291)	50,00	50,00
Total de Provisão para passivo a descoberto	(38)	-	-	(253)	-	-	-	-	(291)		
Investimento líquido	9.450.381	517.597	(889.682)	1.449.830	(646.377)	(76.152)	(1.190)	(1.916.044)	7.888.363		

(*) O montante de R\$947.934 refere-se ao investimento na Celesc no período findo em 31 de julho de 2023.

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2022	Equivalência patrimonial	Dividendos/ JSCP	Outros resultados abrangentes	Transferência (Nota 4.15)	Saldo em 30/09/2023
Investimentos						
EDP - Energias do Brasil						
Celesc	861.207	165.800	(48.782)	(30.291)		947.934
Pecém TM (Nota 4.15)	5.432	521	(314)		(5.639)	-
Pecém OM (Nota 4.15)	3.705	490	(104)		(4.091)	-
CEJA	519.145	66.728	(33.935)			551.938
CEJA (Mais Valia)	147.901	(5.042)				142.859
Cachoeira Caldeirão	279.850	315				280.165
Cachoeira Caldeirão (Mais Valia)	1.359	(40)				1.319
São Manoel	589.126	(4.530)				584.596
EDP Trading						
BBCE	1.498					1.498
EDP Goiás						
Sicoob Juriscredcelg	532					532
Total dos Investimentos	2.409.755	224.242	(83.135)	(30.291)	(9.730)	2.510.841
Provisão para passivo a descoberto						
EDP Ventures						
Blue Sol	(4.032)	(4.824)				(8.856)
Mabe	(38)	(253)				(291)
Total de Provisão para passivo a descoberto	(4.070)	(5.077)	-	-	-	(9.147)
Investimento líquido	2.405.685	219.165	(83.135)	(30.291)	(9.730)	2.501.694

18.1.1 Direito de concessão

Conforme o ICPC 09, os Direitos de concessão são classificados como investimentos na controladora. Para fins de consolidação, estão classificados como Intangível (Nota 24.1.3).

Notas explicativas

**Período findo em 30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**



18.2 Participação direta dos investimentos

Companhia	Ações/Quotas possuídas pela Companhia (Mil)				% de participação da Companhia				Ativos totais		Passivos (Circulantes e Não circulantes)		Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		Receitas		Resultado líquido do período	
	30/09/2023		31/12/2022		30/09/2023		31/12/2022		30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022	2023	2022	2023	2022
	Ordinárias / Quotas	Preferenciais	Ordinárias / Quotas	Preferenciais	Capital social integralizado	Capital volante	Capital social integralizado	Capital volante										
EDP São Paulo	39.091.735		39.091.735		100,00	100,00	100,00	100,00	6.752.307	6.595.606	5.829.992	5.613.009	922.315	982.597	4.414.640	4.160.936	347.860	374.776
EDP Espírito Santo	5.876		5.876		100,00	100,00	100,00	100,00	6.908.390	6.169.013	5.261.092	4.799.794	1.647.298	1.369.219	3.756.683	3.745.376	294.230	414.652
Energest (**)															166.898			105.179
Lajeado	113.690		113.690		55,86	100,00	55,86	100,00	1.405.784	1.429.438	590.470	738.389	815.314	691.049	558.659	551.395	252.667	220.003
CEJA	12.897		12.897		50,00	50,00	50,00	50,00	1.781.235	1.826.467	677.350	788.168	1.103.885	1.038.299	248.896	231.178	133.456	103.244
Enerpeixe	499.951		499.951		60,00	60,00	60,00	60,00	1.714.639	1.745.146	1.049.993	1.090.654	664.646	654.492	178.295	232.867	10.154	(17.030)
Cachoeira Caldeirão	364.000		364.000		50,00	50,00	50,00	50,00	1.385.955	1.397.133	825.623	837.430	560.332	559.703	129.581	122.369	629	(954)
EDP Trading	32.606		32.606		100,00	100,00	100,00	100,00	3.884.343	3.579.882	3.420.735	3.190.864	463.608	389.018	2.221.165	2.418.035	112.003	35.900
EDP Smart Energia	4.531		4.531		100,00	100,00	100,00	100,00	1.094.025	728.456	1.013.807	670.196	80.218	58.260	414.458	241.241	21.958	14.688
EDP Smart Serviços	10		10		100,00	100,00	100,00	100,00	1.000.136	764.392	353.200	459.181	646.936	305.211	152.291	84.896	(8.675)	(23.432)
Porto do Pecém (Nota 17.1)	2.380.251		2.368.998		100,00	100,00	100,00	100,00	2.692.575	3.713.602	1.318.336	1.703.837	1.374.239	2.009.765	695.633	937.861	229.927	207.700
Pecém TM (Nota 4.15)			1.682				50,00	50,00		15.730		3.822		10.681		19.948		2.958
Pecém OM (Nota 4.15)			3.527				50,00	50,00		9.807		1.533		7.301		5.884		569
São Manoel	803.341		803.341		33,334	33,334	33,334	33,334	3.766.619	3.812.428	2.012.865	2.045.086	1.753.754	1.767.342	330.286	308.199	(13.588)	(32.264)
Mabe	283.076		283.076		50,00	50,00	50,00	50,00	2.277	4.060	2.860	4.137	(583)	(77)			(506)	(858)
Resende	21.573		21.573		100,00	100,00	100,00	100,00	21.202	21.216	51	51	21.151	21.165			(14)	(13)
EDP Transmissão Aliança	148.051		148.051		90,00	90,00	90,00	90,00	2.590.729	2.527.678	2.032.995	1.950.882	557.734	576.796	284.769	271.264	34.196	59.802
EDP Transmissão SP-MG (Nota 17.2)	33.001		33.001		100,00	100,00	100,00	100,00	2.830.488	2.737.586	2.371.081	2.338.267	459.407	399.319	324.913	415.329	60.088	123.620
EDP Transmissão Norte 2	1				100,00	100,00			45.092		40.286		4.806		37.669		1.305	
Celesc(*)	5.141	6.391	5.141	6.391	29,90	33,11	29,90	33,11	3.417.178	3.105.004	215.987	221.828	3.201.191	2.883.176			654.078	361.025
EDP Ventures	6.501		6.501		100,00	100,00	100,00	100,00	54.462	40.355	15.681	6.176	38.781	34.179			(6.898)	(2.362)
Mata Grande																		
Transmissora (Nota 17.2)	8.830		8.830		100,00	100,00	100,00	100,00	132.879	121.730	75.532	110.923	57.347	10.807	13.842	30.168	3.740	(1.504)
Santa Leopoldina	10		10		100,00	100,00	100,00	100,00	2.521.030	2.348.873	2.258.637	2.162.128	262.393	186.745			(20.852)	(41.839)

(*) Os montantes patrimoniais referem-se às informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2023 e às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 e de resultado às informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2023 e 2022 respectivamente.

(**) Em 07 de dezembro de 2022, a Companhia alienou a controlada Energest e, conseqüentemente, a partir desta data a mesma não é mais consolidada.

18.3 Reconciliação das informações financeiras dos Investimentos

Segue abaixo a reconciliação dos principais saldos de investimento:

	EDP São Paulo		EDP Espírito Santo		Lajeado		Enerpeixe		EDP Smart Serviços		EDP Transmissão Aliança		São Manoel		Celesc	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2022	31/12/2021
Patrimônio líquido - Saldo inicial	982.597	1.290.518	1.369.219	1.382.908	691.049	699.732	654.492	665.773	305.210	124.092	576.796	343.172	1.767.342	1.811.052	2.837.295	2.586.668
Aumento de Capital									305.210	124.092	576.796	343.172	1.767.342	1.811.052	2.837.295	2.586.668
Distribuição de dividendos aos acionistas	(381.782)	(861.468)		(587.849)	(103.136)	(288.594)										
Luco líquido (prejuízo) do período	347.860	525.249	294.230	560.493	227.401	279.744	10.154	(11.281)	(8.675)	(34.782)	34.196	87.313	(13.588)	(43.710)	433.033	540.562
Outros resultados abrangentes	(26.360)	28.298	(16.151)	13.667		167			(3.350)	(1.000)						(137.261)
Patrimônio líquido - Saldo final	922.315	982.597	1.647.298	1.369.219	815.314	691.049	664.646	654.492	646.935	305.210	557.734	576.796	1.753.754	1.767.342	3.171.154	2.837.295
Percentual de participação societária - %	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	55,86%	55,86%	60,00%	60,00%	100,00%	100,00%	90,00%	90,00%	33,334%	33,334%	29,90%	29,90%
Participação nos investimentos	922.315	982.597	1.647.298	1.369.219	455.454	386.037	398.787	392.695	646.935	305.210	501.961	519.116	584.596	589.126	947.934	848.254
Partes Beneficiárias					(252.150)	(252.150)										
Benefício Fiscal					56.244	56.244										
Resultados Acumulados					(9.972)	38.697										
Saldo contábil do investimento na Controladora	922.315	982.597	1.647.298	1.369.219	249.576	228.828	398.787	392.695	646.935	305.210	501.961	519.116	584.596	589.126	947.934	848.254
Participação dos não controladores	-	-	-	-	565.738	462.221	265.859	261.797	-	-	55.773	57.680	1.169.158	1.178.216	2.223.220	1.989.041

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



19 Divulgação em outras Entidades

Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 45 - Divulgação em Outras Entidades, as demonstrações financeiras condensadas relativas a cada um dos empreendimentos controlados em conjunto relevantes e coligada estão apresentadas a seguir. Os investimentos destes empreendimentos são contabilizados utilizando o método da equivalência patrimonial e os valores apresentados nas informações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com as IFRS.

19.1 Empreendimentos controlados em conjunto (Joint venture)

Todas as informações apresentadas abaixo representam 100% dos saldos dos empreendimentos controlados em conjunto que, na avaliação da Companhia, são considerados relevantes.

CEJA

A CEJA é a detentora do direito da concessão da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari (UHE Jari), com sede no município de São Paulo - SP.

Cachoeira Caldeirão

A Cachoeira Caldeirão é a detentora do direito de concessão da Usina Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão, com sede na cidade de Ferreira Gomes no estado do Amapá.

São Manoel

A São Manoel é a detentora do direito de concessão da Usina Hidrelétrica São Manoel, com sede na cidade do Rio de Janeiro.

Mediante substituição do consórcio construtor da UHE São Manoel, ocorrida em janeiro de 2017, a Administração projetou que haveria um incremento no montante total previsto para a construção da UHE São Manoel, uma vez que gastos adicionais seriam demandados junto às novas empresas para a conclusão da construção dentro do cronograma esperado.

Devido ao ocorrido, em 31 de dezembro de 2016, a São Manoel procedeu o teste de recuperabilidade dos ativos para constatar se esse potencial incremento no valor total do ativo seria recuperável. Com base em premissas que vão desde a base de determinação do valor recuperável, até a taxa de desconto, a São Manoel, no exercício de 2016, entendendo que usou as melhores estimativas disponíveis para o cálculo, identificou uma perda no valor recuperável do ativo UHE São Manoel no valor de R\$460.236, registrada em contrapartida da rubrica Outras despesas operacionais, no resultado daquele exercício.

Adicionalmente, a São Manoel avalia a obrigação de indenizar a cargo da Pan Seguros S.A., seguradora que emitiu apólice de seguro garantia em favor da São Manoel, com início de cobertura a partir de julho de 2014. A São Manoel contratou parecer jurídico junto a consultores especializados o qual conclui que a São Manoel possui direito ao recebimento da indenização visto que o seguro possui como objetivo garantir a execução, em regime de empreitada total, a preço fixo, dos fornecimentos de materiais e equipamentos, montagem, serviços de engenharia e obras civis, na modalidade "Turn Key" pleno, para a implantação do empreendimento. O limite de indenização pela apólice é R\$429.555.

Em agosto de 2018, a Pan Seguros S.A. encerrou o procedimento de regulação do sinistro e negou cobertura securitária à São Manoel. Em razão disso, em janeiro de 2019, foi ajuizada ação de cobrança pela São Manoel em face da seguradora. Em outubro de 2019, foi proferida sentença desfavorável à São Manoel, diante desta decisão, foi interposto recurso de Apelação, o qual aguarda julgamento. O prognóstico de perda permanece classificado como "possível" pelos assessores jurídicos da São Manoel.

A São Manoel monitora trimestralmente a ocorrência de eventos que possam alterar significativamente o teste de recuperabilidade. Nos exercícios 2022, 2021, 2020, 2018 e 2017 a companhia procedeu com a revisão do teste de recuperabilidade dos ativos, não identificando a necessidade de reversão ou complemento ao valor registrado no exercício de 2016.

No entanto, em 2019, a Administração da São Manoel, por meio de testes de sensibilidade, alterações regulatórias, e análise de indicadores, identificou indicativos de que o cálculo de valor recuperável da usina poderia estar subavaliado, tendo efeito sobre o lançamento de *impairment* reconhecido em 2016. Os indicadores identificados vão desde a homologação da nova Garantia Física, até fatores de melhora no cenário macroeconômico, componentes para desconto de fluxo de caixa na avaliação de investimentos, utilizados para cálculo do valor recuperável.

Após realizadas as análises de indicadores e performedo o teste de recuperabilidade, utilizando as fontes internas e externas de informação previstas no CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a São Manoel procedeu com o registro da reversão no montante de R\$111.191.

Em 30 de setembro de 2023 a Administração da São Manoel efetuou a análise da situação patrimonial e financeira e concluiu que o valor registrado de ativos não financeiros no período, considerando o acima exposto, é recuperável, não tendo constituído valor adicional ou reversão.

19.1.1 Demonstrações financeiras condensadas

Balanco Patrimonial

Ativo	São Manoel		CEJA		Cachoeira Caldeirão	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	232.563	119.396	232.087	249.812	110.661	104.832
Consumidores e Concessionárias	61.830	52.429	43.449	43.684	28.299	21.596
Outros créditos	57.688	114.609	26.979	27.192	11.609	39.461
	352.081	286.434	302.515	320.688	150.569	165.889
Não circulante						
Imposto de renda e Contribuição social a compensar			7.671	7.317		
Tributos diferidos	337.641	330.688			85.160	83.810
Outros créditos	78.451	120.538	26.591	31.052	77.430	45.702
	416.092	451.226	34.262	38.369	162.590	129.512
Imobilizado	2.936.455	3.008.837	1.003.948	1.013.139	1.061.625	1.090.143
Intangível	61.991	65.931	440.510	454.271	11.171	11.589
Total do Ativo	3.766.619	3.812.428	1.781.235	1.826.467	1.385.955	1.397.133
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	27.083	30.142	87.541	112.897	6.114	11.778
Debêntures	25.498	27.896			32.708	40.300
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	75.606	70.686	54.228	54.098	33.888	33.644
Provisões	11.524	18.699	3.890	2.510	1.843	1.812
Outras contas a pagar	10.295	11.164	14.065	75.348	5.098	3.614
	150.006	158.587	159.724	244.853	79.651	91.148
Não circulante						
Tributos diferidos	9	34	125.252	113.754	15	6
Debêntures	272.171	264.889			169.425	162.813
Empréstimos e financiamentos	1.521.366	1.549.013	354.074	390.266	531.754	544.308
Uso do bem público	55.782	54.393	31.023	33.143	13.487	13.164
Provisões	10.811	16.565	7.203	6.143	30.036	25.274
Outras contas a pagar	2.720	1.605	74	9	1.255	717
	1.862.859	1.886.499	517.626	543.315	745.972	746.282
Patrimônio líquido	1.753.754	1.767.342	1.103.885	1.038.299	560.332	559.703
Total do passivo e patrimônio líquido	3.766.619	3.812.428	1.781.235	1.826.467	1.385.955	1.397.133

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Demonstração do Resultado

	São Manoel		CEJA		Cachoeira Caldeirão	
	Períodos de 9 meses findos em 30 de setembro					
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Receitas	330.286	308.199	248.896	231.178	129.581	122.369
Custo da produção e serviço de energia elétrica	(212.086)	(214.289)	(92.247)	(71.293)	(78.119)	(69.504)
Despesas e Receitas operacionais	(10.152)	(9.643)	(2.091)	(15.969)	(3.610)	(2.753)
Resultado financeiro	(128.589)	(133.097)	2.842	(23.383)	(47.109)	(51.513)
Imposto de renda e contribuição social correntes					(1.464)	(927)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	6.953	16.566	(23.944)	(17.289)	1.350	1.374
Resultado líquido do período	(13.588)	(32.264)	133.456	103.244	629	(954)

19.1.2 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas e depósitos vinculados a litígios – Circulante e Não circulante

19.1.2.1 Risco de perda provável

	CEJA						Cachoeira Caldeirão		São Manoel					
	Passivo			Ativo			Passivo		Ativo					
	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Pagamentos	Reversão	Atualização monetária	Saldo em 30/09/2023	Depósito Judicial 30/09/2023	31/12/2022	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Pagamentos	Reversão	Atualização	Saldo em 30/09/2023
Trabalhistas	3.150	174	(788)	(31)	377	2.882	467	146	3.442	460	(94)	(369)	364	3.803
Cíveis	55			(35)	(9)	11	3		839	74		(138)	5	780
Fiscais	31				1	32	87		4.281	534	(94)	(507)	369	4.583
Outros	635				12	647								
Total Não circulante	3.871	174	(788)	(66)	381	3.572	557	146						

Cachoeira Caldeirão

Dentre as ações cíveis destacam-se demandas envolvendo desapropriações e relativas ao evento de passagem de água ocorrido na abertura contratada na enseadeira da UHE Cachoeira Caldeirão onde, em 7 de maio de 2015, devido a cheia do rio Araguari, a Cachoeira Caldeirão realizou a abertura controlada na enseadeira na margem esquerda para permitir a passagem das águas do rio. Na sequência desse procedimento de segurança e de manobras executadas por outras usinas da região, verificou-se um alagamento parcial da cidade de Ferreira Gomes, a jusante da barragem.

Mediante o ocorrido, em 18 de maio de 2015, a Cachoeira Caldeirão assinou junto ao Ministério Público do Estado do Amapá um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, sem presunção de culpa, com o objetivo de promover a indenização em caráter emergencial das famílias e comerciantes atingidos pelo alagamento.

Os Ministérios Público, Estadual e Federal ajuizaram ação de Medida Cautelar com intuito de apurar, por meio de perícia judicial, a causa e os responsáveis pelo ocorrido em face da UHE Ferreira Gomes, UHE Coaracy Nunes, Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá - Imap e da Cachoeira Caldeirão.

Os reclamantes alegam terem sido impactados pelo alagamento, demandando a aplicação dos termos do TAC, adicionais aos previamente assinados pela Cachoeira Caldeirão, qual seja indenização em R\$20 para residências e R\$35 para estabelecimentos comerciais.

Em relação às referidas ações, a Cachoeira Caldeirão interps recurso, que foi admitido pelo colégio recursal do Amapá, que suspendeu parte das ações em trâmite no Juizado Especial Cível, até decisão final no Supremo Tribunal Federal - STF. Contudo, no mês de março de 2019, a Cachoeira Caldeirão participou do mutirão de acordos promovido pelo Tribunal de Justiça do Amapá, em conjunto com o juízo da Comarca de Ferreira Gomes, encerrando parte dos processos judiciais em andamento. O recurso da Cachoeira Caldeirão não foi conhecido pelo STF, desta forma parte das ações suspensas voltaram a tramitar. Ainda encontram-se suspensas ações com pedidos de danos morais.

A Cachoeira Caldeirão havia acionado sua seguradora para reembolso das indenizações e despesas gerais decorrentes do evento e, em 13 de agosto de 2018, encerrou-se o processo de regulação do seguro apurando-se como indenização para Cachoeira Caldeirão, já líquida de franquia, o valor de R\$28.000.

19.1.2.2 Risco de perda possível

	São Manoel		CEJA				Cachoeira Caldeirão			
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo		Ativo	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Trabalhistas	5.756	6.299	10	8	247	233				
Cíveis	5.950	5.247	39.950	35.234	1		9.717	9.336	6	1
Fiscais	12.204	11.555	1.389	923		81	17.411	16.304		
Total	23.910	23.101	41.349	36.165	248	314	27.128	25.640	6	1

CEJA

Cíveis

A CEJA, conjuntamente com outros agentes do setor, em outubro de 2014, ajuizaram ação judicial em trâmite na 2ª Vara Federal do Distrito Federal, em face da União Federal, visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/13, editada pela União, que instituiu rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica de parte dos custos incorridos com a excessiva utilização de energia proveniente de fontes térmicas (petróleo, carvão e gás), em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema – ESS).

Em 04 de novembro de 2014 foi concedida liminar para suspender os efeitos das disposições previstas nos artigos 2º e 3º e no anexo da Resolução CNPE nº 03/13. Em 05 de setembro de 2017 foi publicada decisão julgando procedente os pedidos das autoras. A CEJA aguarda decisão do recurso interposto pela União. Em 30 de setembro de 2023 o valor estimado da causa é de R\$39.949 (R\$35.234 em 31 de dezembro de 2022) e com base nos relatórios de contabilização da CCEE.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Cachoeira Caldeirão

Fiscais

Ação judicial movida pela Cachoeira Caldeirão em face da Receita Federal do Brasil, na qual discute a não homologação dos pedidos de compensações de créditos de retenções na fonte (IRRF), envolvendo o montante de R\$R\$15.065 em 30 de setembro de 2023 (R\$14.074 em 31 de dezembro de 2022). Atualmente aguarda o julgamento.

São Manoel

Cíveis

A São Manoel é parte em ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal - MPF, sob a alegação de supostas irregularidades no licenciamento ambiental para a construção da UHE São Manoel, quanto ao não cumprimento das condicionantes relativas ao componente indígena.

Na ação o MPF requer em sede de liminar a suspensão do licenciamento. Em virtude da complexidade do pedido, não é possível estimar o valor econômico envolvido, pois os reflexos de eventual suspensão do licenciamento vão variar de acordo com o valor do investimento já realizado pela São Manoel para a construção do empreendimento. Apesar dos argumentos sólidos da defesa, a São Manoel e seus assessores jurídicos classificam a ação com risco possível em virtude da tendência protetiva da matéria ambiental. Atualmente a ação aguarda julgamento do recurso interposto pelo MPF.

Fiscais

Ação judicial movida pela São Manoel em face da Receita Federal do Brasil, na qual discute a não homologação dos pedidos de compensações de créditos de retenções na fonte (IRRF), envolvendo o montante de R\$8.582 em 30 de setembro de 2023 (R\$8.024 em 31 de dezembro de 2022). A São Manoel aguarda o julgamento.

19.1.3 Compromissos contratuais e Garantias

19.1.3.1 Compromissos contratuais

Em 30 de setembro de 2023, os empreendimentos controlados em conjunto apresentam os compromissos contratuais, não reconhecidos nas informações contábeis intermediárias, apresentados pelo seu montante total.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal de suas atividades operacionais atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente que representam a taxa média de financiamento para a construção dos empreendimentos.

	São Manoel		CEJA		Cachoeira Caldeirão	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Responsabilidades com locações operacionais				239	26	405
Obrigações de compra						
Compra de Energia	741		8.538	9.111	63.769	68.080
Encargos de conexão e Transporte de Energia	51					
Materiais e serviços	75.093	90.577	24.843	36.684	27.668	32.950
Prêmio de risco - GSF			79.694	79.694		
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.088.482	1.113.360	104.430	125.072	320.165	348.387
	1.164.367	1.203.937	217.505	250.800	411.628	449.822

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 30 de setembro de 2023, ou seja, sem projeção dos índices de correção e não estão ajustados a valor presente.

	São Manoel		CEJA		Cachoeira Caldeirão	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Responsabilidades com locações operacionais				230	25	408
Obrigações de compra						
Compra de Energia	776		9.897	10.383	74.336	77.551
Encargos de conexão e Transporte de Energia	50					
Materiais e serviços	79.510	91.158	26.960	37.891	31.313	36.400
Prêmio de risco - GSF			241.616	241.616		
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.471.405	1.708.463	131.426	160.618	449.308	516.270
	1.551.741	1.799.621	409.899	450.738	554.982	630.629

19.1.3.2 Garantias

Garantias	Tipo de Garantias	São Manoel		CEJA		Cachoeira Caldeirão	
		30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos	(i) Depósito Cauçionado; (ii) Fiança Bancária; (iii) Fiança Corporativa; (iv) Penhor de ações; e (v) Penhor de Direitos	1.610.890	1.635.009	408.602	444.724	567.284	579.761
Debêntures	(i) Fiança Bancária; e (ii) Fiança Corporativa	308.375	304.976			202.336	203.360
Ações judiciais	(i) Depósito caucionado; (ii) Fiança bancária; e (iii) Seguro garantia.					46.765	
Executante construtor	Seguro garantia	823	823				
Outros	Recebíveis			2.819	2.741	1.779	1.730
		1.920.088	1.940.808	411.421	447.465	818.164	784.851

19.2

Coligada

A Companhia detém 6.390.720 ações preferenciais, acrescidas a 5.140.868 ações ordinárias, totalizando 11.531.588 ações, que representam 29,90% do capital social total da Celesc.

A Celesc é uma sociedade anônima por ações de capital aberto, de economia mista que atua desde 1955 nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia. Durante esse período, consolidou-se como uma das maiores empresas do setor elétrico brasileiro, com reconhecimento nacional e internacional pela qualidade dos seus serviços e por suas ações nos campos técnico, econômico, ambiental e social. Em 2006, atendendo ao modelo preconizado pela legislação do setor elétrico nacional, a Celesc foi estruturada como *Holding* , com duas subsidiárias integrais: a Celesc Geração S.A., que conta com 12 usinas operacionais com 127,51MW de capacidade e a Celesc Distribuição S.A., que atende mais de 3,3 milhões de clientes, para 285 municípios, além de parte do município de Rio Negro, no Paraná. Além disso, possui a controlada em conjunto Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS que atua no segmento de distribuição de gás natural canalizado.

As informações apresentadas abaixo representam 100% dos saldos da Celesc, extraídas das: (i) informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2023, divulgadas ao mercado em 11 de agosto de 2023; e (ii) demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, divulgadas ao mercado em 29 de março de 2023, que, na avaliação da Companhia, são considerados relevantes para divulgação. A Companhia avaliou os eventos societários divulgados ao mercado pela Celesc entre 1º de janeiro e 30 de setembro de 2023 e não identificou eventos relevantes a serem ajustados nas informações contábeis intermediárias utilizadas para cálculo da equivalência patrimonial.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



19.2.1 Demonstrações financeiras individuais condensadas

Balanco Patrimonial

Ativo	30/06/2023	31/12/2022	Passivo	30/06/2023	31/12/2022
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	48.418	48.205	Dividendos e JCP a Pagar	175.224	157.602
Tributos a recuperar	46.805	44.331	Obrigações Fiscais	9.273	34.799
Dividendos a receber	195.361	209.296	Outros passivos circulantes	3.621	3.974
Outros ativos circulantes	174	623		188.118	196.375
	290.758	302.455			
Não circulante			Não circulante		
Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	208	217	Provisões	27.869	25.453
Outros ativos não circulantes	79.797	77.443	Outros passivos não circulantes		
	80.005	77.660		27.869	25.453
			Patrimônio líquido	3.201.191	2.883.176
Investimentos	3.042.723	2.720.813	Total do passivo e patrimônio líquido	3.417.178	3.105.004
Imobilizado	5	138			
Intangível	3.687	3.938			
Total do Ativo	3.417.178	3.105.004			

Demonstração do Resultado

	30/06/2023	30/06/2022
Despesas e Receitas operacionais	208.035	(10.963)
Resultado das participações societárias	446.135	374.227
Resultado financeiro	(92)	(2.239)
Resultado líquido do exercício	654.078	361.025

19.2.2 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas e depósitos vinculados a litígios – Não circulante

19.2.2.1 Risco de perda provável

	30/06/2023		31/12/2022	
	Passivo	Ativo Depósito Judicial	Passivo	Ativo Depósito Judicial
Trabalhistas		4.771	2.298	4.686
Cíveis	528	1.898	575	3.027
Fiscais	23.983	49.889	19.222	47.578
Regulatórias	3.358	23.222	3.358	22.111
Total Não circulante	27.869	79.780	25.453	77.402

19.2.2.1.1 Trabalhistas

Estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de pagamento de horas extras, principalmente aquelas decorrentes de violação aos intervalos intrajornada e interjornadas, bem como revisão de base de cálculo de verbas salariais, adicionais, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

19.2.2.1.2 Cíveis

Estão relacionadas as ações cíveis em geral, tendo como objeto, em síntese, ressarcimento de danos (materiais e/ou morais) decorrente de: suspensão indevida do fornecimento de energia elétrica, inscrições dos nomes dos consumidores junto aos órgãos de proteção de crédito, danos elétricos, produção de aves, acidentes envolvendo terceiros.

19.2.2.1.3 Fiscais

Estão relacionadas às contingências de ordem tributária na esfera federal, relativas a recolhimento de COFINS e Contribuição Previdenciária, e na esfera municipal, associadas às notificações fiscais expedidas pela Prefeitura de Florianópolis para exigência de ISS.

19.2.2.1.4 Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas às notificações realizadas pela ANEEL, ARES ou CCEE em processos administrativos punitivos decorrentes de eventos já ocorridos, cuja liquidação poderá resultar em entrega de recursos pelas transgressões contratuais ou regulatórias do setor elétrico. Também constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Celesc D discute com outros agentes setoriais (concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME) matérias atinentes à aplicação da regulação setorial.

20 Ativo financeiro indenizável

	Consolidado					
	Valor líquido em 31/12/2022	Transferência dos ativos da concessão	Valor justo (Nota 20.1)	Baixas	Reclassificação	Valor líquido em 30/09/2023
Ativo financeiro indenizável	5.706.847	950.683	305.846	(24.889)	(10.272)	6.928.215
Total Não circulante	5.706.847	950.683	305.846	(24.889)	(10.272)	6.928.215

As controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo apresentam saldo no ativo não circulante referente a crédito a receber do Poder Concedente ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados, originados da bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1). Estes ativos financeiros são avaliados a valor justo com base no Valor Novo de Reposição - VNR dos ativos vinculados à concessão, revisado a cada quatro anos por meio do laudo de avaliação da Base de Remuneração Regulatória - BRR, conforme estabelecido no contrato de concessão.

O método do VNR estabelece que cada ativo é valorado, a preços atuais, por todos os gastos necessários para sua substituição por idêntico, similar ou equivalente que efetue os mesmos serviços e tenha a mesma capacidade do ativo existente. A aplicação deste método se dá pela utilização do Banco de Preços Referenciais, do Banco de Preços da empresa ou de Orçamento Referencial.

O Banco de Preços Referenciais representa os custos médios regulatórios, por agrupamento, de componentes menores e custos adicionais, conforme definido no Anexo V dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, submódulo 2.3.

O Banco de Preços da empresa é definido como o banco formado com base em informações da própria empresa, podendo ser aplicado unicamente para os equipamentos principais ou também para os componentes menores e custos adicionais.

O Orçamento Referencial representa o valor de um bem ou suas partes constituintes por meio da comparação de dados de mercado relativos a outros de características similares, aplicado exclusivamente sobre Edificações, obras civis e benfeitorias.

O Ativo financeiro indenizável é ajustado: (i) por atualização do IPCA de acordo com a Resolução Normativa nº 1.003/22; e (ii) por adições e baixas de itens da infraestrutura conforme regulamentação da ANEEL.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Estes ativos serão reversíveis ao Poder Concedente no final da concessão e os efeitos da mensuração a valor justo são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Nesse sentido, a avaliação é validada mediante fiscalização da ANEEL e ocorre a partir de inspeções em campo da infraestrutura da concessão, seguindo metodologia e critérios de avaliação de bens, considerados elegíveis, das concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, com o objetivo restabelecer o nível eficiente dos custos operacionais e da base de remuneração regulatória das concessionárias.

20.1 Valor justo

Do montante de R\$305.846 na rubrica de valor justo, R\$95.000 refere-se ao ajuste realizado por meio do laudo de avaliação, devido à revisão tarifária da controlada EDP São Paulo que homologada em 23 de outubro de 2023 (Nota 41.2), e que foi composto através da variação entre a base blindada do ciclo anterior mais a base incremental, comparada ao montante levantado pela empresa avaliadora.

21 Ativos da concessão

	Consolidado											
	Valor líquido em 31/12/2022	Transferência para o Intangível	Transferência para o Ativo financeiro indenizável	Adições (Nota 33)	Remuneração	RAP	Juros Capitalizados	Margem de Construção	Ganhos/Perdas da RTP e RT (Nota 4.13) (**)	Transferência do Ativo Mantido para Venda (Nota 17.2.1)	Outros (*)	Valor líquido em 30/09/2023
Distribuição (Nota 21.1)	1.048.666	(285.463)	(950.683)	1.173.432			14.570				(3.596)	996.926
Transmissão	7.135.301			463.150	623.764	(531.618)		77.609	31.323	(2.782.449)	27.845	5.044.925
	8.183.967	(285.463)	(950.683)	1.636.582	623.764	(531.618)	14.570	77.609	31.323	(2.782.449)	24.249	6.041.851
Circulante	700.042											494.548
Não circulante	7.483.925											5.547.303

(*) R\$27.845 apresentado na coluna de Outros refere-se ao reconhecimento do PIS e COFINS que incidem nas adições dos ativos da concessão das controladas de transmissão; e R\$3.596 refere-se ao saldo de reclassificação e reversão das controladas de distribuição.

(**) RTP - Revisão Tarifária Periódica e RT - Reajuste Tarifário.

21.1 Distribuição

Referem-se ao direito contratual das concessionárias de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão mensurados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável.

Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico e na Deliberação CVM nº 101/22, que aprova o pronunciamento técnico CPC 20 (R1), os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nos Ativos da concessão, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras. A taxa média mensal aplicada no período para determinar o montante dos encargos financeiros passíveis de capitalização foi de 1,117% para a controlada EDP São Paulo e 1,2371% para a controlada EDP Espírito Santo, que representam a taxa efetiva do empréstimo conforme regras previstas do PRORET submódulo 2.4 e Resolução Normativa ANEEL nº 897/20.

Quando da conclusão da construção da infraestrutura, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho exigida pelo CPC 47, sendo os referidos ativos bifurcados como Ativo financeiro indenizável (Nota 20) ou como Intangível (Nota 24), conforme a forma de remuneração.

21.1.1 Adições

A distribuição nos montantes de investimentos das distribuidoras estão destacadas a seguir:

	EDP Espírito Santo	EDP São Paulo
Instalação de sistemas de medição, expansão de linhas, subestações e redes de distribuição para ligação de novos clientes	49%	29%
Melhoria da rede, substituição de equipamentos e de medidores, tanto obsoletos quanto depreciados, além do recondução de redes em final de vida útil	23%	15%
Telecomunicações, informática e outras atividades, tais como infraestrutura e projetos comerciais	15%	12%
Combate a perdas	13%	44%
	100%	100%

21.2 Transmissão

Os ativos da concessão de transmissão da controlada EDP Goiás estão relacionados aos contratos de concessão de serviço público e são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão.

No entanto, os bens vinculados aos contratos de uso de bem público sob o regime de produtor independente de energia elétrica são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, limitados ao prazo da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil.

A depreciação é calculada sobre os bens do ativo imobilizado em serviço, pelo método linear, tomando por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, como determina a Resolução Normativa ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, às taxas constantes na tabela anexa à mesma Resolução, as quais refletem a vida útil estimada dos bens.

Para as demais transmissoras do Grupo EDP - Energias do Brasil os ativos contratuais incluem os valores a receber referentes aos serviços de implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo os mesmos mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto vigente quando da formalização do contrato de concessão, conforme CPC 47.

O modelo de ativo financeiro estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do CPC 47. Nesse sentido, as transmissoras reconhecem receita de construção da infraestrutura da concessão com margem proporcional ao avanço da obra pelo método do custo, considerando cumprimento da performance requerida pelo contrato de concessão.

Com isso, o ativo tem a natureza de “ativo de contrato” até a emissão mensal da permissão de faturamento da RAP pelo ONS, quando o montante correspondente é reclassificado para o Ativo Financeiro. Isto porque as transmissoras ainda detêm obrigações contratuais de desempenho a cumprir durante a concessão. Além da Receita de Construção da Infraestrutura da Concessão, a RAP contém a função de remunerar o serviço de O&M e quitar parcela da Receita de Juros. A formação do ativo contratual das transmissoras é uma estimativa contábil, sendo as premissas utilizadas pela Companhia apresentadas na nota 32.

No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União.

Recebimento de RAP

O recebimento de RAP refere-se à antecipação das obras.

Reajuste e Revisão tarifária

Conforme mencionado na nota 4.13, foi homologado o reajuste e revisão tarifária das controladas de transmissão.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



22 Propriedades para investimentos

O montante em 30 de setembro de 2023 refere-se, substancialmente, à controlada EDP Goiás adquirida em 2022, atinente aos Imóveis inservíveis à concessão da Celg Distribuição S.A., repassados à controlada indireta EDP Goiás, com anuência da CELGPAR, de acordo com o CPC 28 – Propriedade para Investimento, de operações realizadas anteriormente a aquisição da controlada pela Companhia. O montante foi ajustado ao valor justo com base no referido CPC, pois foram considerados inservíveis à concessão da Celg Distribuição S.A., e repassados à EDP Goiás, conforme acordo de cisão ocorrido.

23 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do período.

O Decreto nº 41.019/57 foi revogado pelo Decreto nº 10.810/21, os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, que tratavam a respeito da necessidade de autorização do Órgão Regulador para retirada, alienação e cessão dos ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia, estão expressos pela Resolução Normativa nº 948/2021 - Módulo IV - Desvinculação de Bens e Módulo VI - Constituição de Garantias. Os ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015.

A taxa de depreciação considera o prazo de vida útil dos bens, entretanto, para os ativos não indenizáveis pelo Poder Concedente ao final da concessão/autorização, a depreciação é registrada considerando o prazo remanescente de concessão/autorização.

No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados às usinas hidrelétricas passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

23.1 Composição do Imobilizado

Nota	Controladora							
	30/09/2023				31/12/2022			
	Taxa anual média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa anual média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	7,58	24.797	(6.698)	18.099	12,50	24.797	(5.256)	19.541
Máquinas e equipamentos	12,87	28.225	(23.571)	4.654	11,52	28.225	(22.482)	5.743
Veículos	14,29	1.245	(1.065)	180	10,00	1.245	(1.023)	222
Móveis e utensílios	6,25	7.460	(2.985)	4.475	8,67	7.460	(2.657)	4.803
Total do Imobilizado em serviço		61.727	(34.319)	27.408		61.727	(31.418)	30.309
Ativos de direito de uso	23.1.2							
Edificações, obras civis e benfeitorias	9,01	13.423	(2.522)	10.901	9,81	13.580	(1.596)	11.984
Veículos	19,54	6.089	(2.223)	3.866	20,00	6.089	(1.331)	4.758
Total Ativos de direito de uso		19.512	(4.745)	14.767		19.669	(2.927)	16.742
Imobilizado em curso								
Administração		8.474	-	8.474		13.459	-	13.459
Total do Imobilizado em curso		8.474	-	8.474		13.459	-	13.459
Total Imobilizado		89.713	(39.064)	50.649		94.855	(34.345)	60.510

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Consolidado									
	30/09/2023					31/12/2022				
	Nota	Taxa anual média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa anual média de depreciação %	Custo histórico	Impairment (Nota 23.1.3)	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço										
Geração										
Terrenos			168.938		168.938		186.960			186.960
Reservatórios, barragens e adutoras		1,77	1.764.390	(654.035)	1.110.355		1.764.390		(600.466)	1.163.924
Edificações, obras civis e benfeitorias		3,11	678.552	(285.515)	393.037		948.804	(1.278)	(330.463)	617.063
Máquinas e equipamentos		9,37	1.830.371	(1.272.485)	557.886		5.851.840	(1.202.849)	(2.824.872)	1.824.119
Veículos		24,10	2.768	(2.720)	48		4.703		(4.054)	649
Móveis e utensílios		5,74	5.916	(3.558)	2.358		5.875	(359)	(2.482)	3.034
			4.450.935	(2.218.313)	2.232.622		8.762.572	(1.204.486)	(3.762.337)	3.795.749
Sistema de Transmissão de Conexão										
Edificações, obras civis e benfeitorias		3,38	2.993	(1.597)	1.396		2.993		(1.522)	1.471
Máquinas e equipamentos		3,52	172.332	(91.010)	81.322		202.137		(97.091)	105.046
			175.325	(92.607)	82.718		205.130	-	(98.613)	106.517
Administração										
Edificações, obras civis e benfeitorias		8,63	29.917	(8.262)	21.655		40.224		(8.569)	31.655
Máquinas e equipamentos		9,19	205.029	(73.873)	131.156		186.540		(78.571)	107.969
Veículos		10,97	4.507	(3.349)	1.158		9.991		(4.935)	5.056
Móveis e utensílios		6,94	11.620	(4.926)	6.694		12.395		(4.816)	7.579
			251.073	(90.410)	160.663		249.150	-	(96.891)	152.259
Atividades não vinculadas à concessão										
Terrenos			85		85		85			85
Edificações, obras civis e benfeitorias		9,64	58.972	(18.188)	40.784		47.625		(14.374)	33.251
			59.057	(18.188)	40.869		47.710	-	(14.374)	33.336
Atividades vinculadas à concessão										
Veículos	23.1.1		-	-	-		(5.176)		1.566	(3.610)
			-	-	-		(5.176)	-	1.566	(3.610)
Total do Imobilizado em serviço			4.936.390	(2.419.518)	2.516.872		9.259.386	(1.204.486)	(3.970.649)	4.084.251
Ativos de direito de uso	23.1.2									
Terrenos		4,85	34.118	(4.401)	29.717		35.927		(3.638)	32.289
Edificações, obras civis e benfeitorias		11,35	91.620	(34.058)	57.562		96.234		(29.528)	66.706
Equipamentos de informática		5,50	291	(16)	275		291		(16)	275
Máquinas e equipamentos			1.409	(1.409)	-		41.158		(24.774)	16.384
Veículos		25,38	18.872	(10.476)	8.396		17.909		(8.334)	9.575
Total Ativos de direito de uso			146.310	(50.360)	95.950		191.519	-	(66.290)	125.229
Imobilizado em curso										
Geração			57.720		57.720		183.292			183.292
Administração			30.360		30.360		25.939			25.939
Terrenos			903		903		871			871
Edificações, obras civis e benfeitorias					-		7			7
Máquinas e equipamentos			306.189		306.189		180.727			180.727
Outros			28.057		28.057		56.574			56.574
Total do Imobilizado em curso			423.229	-	423.229		447.410	-	-	447.410
Total Imobilizado			5.505.929	(2.469.878)	3.036.051		9.898.315	(1.204.486)	(4.036.939)	4.656.890

23.1.1 Atividades vinculadas à concessão

Refere-se ao desenvolvimento do primeiro ônibus elétrico brasileiro movido totalmente a energia solar, projetado pela montadora BYD em parceria com área de Pesquisa & Desenvolvimento - P&D da controlada Porto do Pecém. Em 2023 foi transferido para ativo mantido para venda (Nota 17.1).

23.1.2 Ativos de direito de uso

Referem-se aos ativos decorrentes da aplicação do CPC 06 (R2) (Nota 16.8). Os principais ativos reconhecidos possuem as seguintes características:

- **Terrenos:** refere-se, substancialmente, a terrenos destinados a projetos de construção de usinas com contratos de arrendamento operacional.
- **Edificações, obras civis e benfeitorias:** Referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguel relativos: (i) às sedes das empresas pertencentes ao Grupo EDP - Energias do Brasil; e (ii) às lojas de atendimento presencial aos consumidores localizadas nos municípios onde as distribuidoras possuem suas concessões.
- **Equipamentos de informática:** Refere-se ao contrato de aluguel de notebooks e desktops utilizados pelos colaboradores, incluindo sua manutenção.
- **Máquinas e equipamentos:** Referem-se, substancialmente, à controlada Porto do Pecém e correspondem ao aluguel de máquinas para movimentação e empilhamento do carvão armazenado no pátio.
- **Veículos:** Refere-se, substancialmente, ao contrato de aluguel dos veículos de frota utilizados pelos colaboradores para locomoção na prestação dos serviços e também dos veículos executivos utilizados pela alta gestão.

23.1.3 Impairment

O montante refere-se ao *impairment* reconhecido no exercício de 2022 da controlada Porto do Pecém.

23.2 Movimentação do Imobilizado

	Controladora					Valor líquido em 30/09/2023
	Valor líquido em 31/12/2022	Ingressos	Depreciação	Baixas (Nota 23.2.2)	Reversão	
Imobilizado em serviço						
Edificações, obras civis e benfeitorias	19.541		(1.442)			18.099
Máquinas e equipamentos	5.743		(1.089)			4.654
Veículos	222		(42)			180
Móveis e utensílios	4.803		(328)			4.475
Total do Imobilizado em serviço	30.309	-	(2.901)	-	-	27.408
Ativos de direito de uso						
Edificações, obras civis e benfeitorias	11.984		(927)		(156)	10.901
Veículos	4.758		(892)			3.866
Total Ativos de direito de uso	16.742	-	(1.819)	-	(156)	14.767
Imobilizado em curso						
Edificações, obras civis e benfeitorias	769					769
Máquinas e equipamentos	12.690	1.115		(6.100)		7.705
Total do Imobilizado em curso	13.459	1.115	-	(6.100)	-	8.474
Total do Imobilizado	60.510	1.115	(4.720)	(6.100)	(156)	50.649

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Consolidado											
	Valor líquido em 31/12/2022	Ingressos (Nota 23.2.1)	Transferência para imobilizado em serviço e ativos de concessão	Transferência para ativo financeiro indenizável	Depreciação	Baixas (Nota 23.2.2)	Transferência do Ativo Mantido para Venda (Nota 17)	Reclassificação	Reversão	Outros	Valor líquido em 30/09/2023
Imobilizado em serviço											
Terrenos	187.045						(18.021)				169.024
Reservatórios, barragens e adutoras	1.163.924				(35.496)						1.128.428
Edificações, obras civis e benfeitorias	683.440		3.792	3.756	(32.297)		(200.904)	6.795		(2.170)	462.412
Máquinas e equipamentos	2.037.134		81.113		(132.498)	(3.826)	(1.233.017)	(1.220)		(1.739)	745.947
Veículos	2.095				(427)		(294)				1.374
Móveis e utensílios	10.613		727		(249)	(13)	(1.111)			(280)	9.687
Total do Imobilizado em serviço	4.084.251	-	85.632	3.756	(200.967)	(3.839)	(1.453.347)	5.575	-	(4.189)	2.516.872
Ativos de direito de uso											
Terrenos	32.289	2.531			(765)				(4.338)		29.717
Edificações, obras civis e benfeitorias	66.706	3.001			(6.903)		(2.936)		(2.306)		57.562
Equipamentos de informática	275										275
Máquinas e equipamentos	16.384				(3.841)		(12.543)				-
Veículos	9.575	2.110			(2.637)		(652)				8.396
Total Ativos de direito de uso	125.229	7.642	-	-	(14.146)	-	(16.131)	-	(6.644)	-	95.950
Imobilizado em curso											
Terrenos	19.836										19.836
Edificações, obras civis e benfeitorias	852		(2.170)							2.170	852
Máquinas e equipamentos	141.738	33.814	(38.586)			(6.100)	(86.326)	6.850		1.760	53.150
Adiantamento a fornecedores	3.328						(1.104)	(2.235)			(11)
A reatear	1.326										1.326
Outros	43.077	7.390	(2.349)			(2.052)	(27.337)	(5.156)		280	13.853
Ativos destinados a arrendamentos operacionais											
Terrenos	871							32			903
Máquinas e equipamentos	180.734	137.309	(42.527)					20.434		10.239	306.189
Outros	37.640	2.332						(5.127)		(10.260)	24.585
Adiantamento a fornecedores	18.008							(15.462)			2.546
Total do Imobilizado em curso	447.410	180.845	(85.632)	-	-	(8.152)	(114.767)	(664)	-	4.189	423.229
Total do Imobilizado	4.656.890	188.487	-	3.756	(215.113)	(11.991)	(1.584.245)	4.911	(6.644)	-	3.036.051

23.2.1 Ingressos - Máquinas e equipamentos

O valor de ingressos em máquinas e equipamentos no Consolidado refere-se, substancialmente: (i) R\$15.781 da controlada EDP Smart Serviços relativo ao avanço das obras dos projetos de geração solar e projetos de inovação, mobilidade elétrica e aquisição de computadores; e (ii) R\$132.481 da EDP Smart SPE V concernente ao avanço das obras dos projetos de geração distribuída.

23.2.2 Baixas

Do montante de R\$11.991 no Consolidado, R\$6.100 refere-se à Controladora e decorre dos gastos com os projetos descontinuados das controladas Santa Leopoldina, Resende e perdas com leilões de transmissão.

24 Intangível

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

As servidões permanentes estão registradas pelo custo de aquisição e não são amortizadas, com exceção da controlada Porto do Pecém, que amortiza suas servidões permanentes pelo prazo de autorização.

Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

24.1 Composição do Intangível

	Controladora							
	30/09/2023				31/12/2022			
	Taxa anual média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxa anual média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Administração								
Software	20,00	43.514	(32.469)	11.045	20,00	39.899	(29.112)	10.787
Total do Intangível em serviço		43.514	(32.469)	11.045		39.899	(29.112)	10.787
Intangível em curso								
Geração		35		35				-
Administração		52.964		52.964		45.268		45.268
Total do Intangível em curso		52.999		52.999		45.268		45.268
Total do Intangível		96.513	(32.469)	64.044		85.167	(29.112)	56.055

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Consolidado									
	30/09/2023					31/12/2022				
	Nota	Taxa anual média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxa anual média de amortização %	Custo histórico	Impairment (Nota 23.1.3)	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço										
Distribuição										
Direito de concessão - Infraestrutura	24.1.1	4,65	5.203.019	(3.894.512)	1.308.507	4,65	5.011.504		(3.675.520)	1.335.984
Direito de concessão - Outros	24.1.3	3,82	38.143	(30.854)	7.289	3,82	38.143		(29.758)	8.385
			5.241.162	(3.925.366)	1.315.796		5.049.647	-	(3.705.278)	1.344.369
Geração e Transmissão										
Software		20,61	2.129	(1.549)	580	16,73	2.465	(336)	(1.307)	822
Servidão permanente		38,23	1.224	(517)	707	38,23	1.224		(270)	954
Direito de concessão - Licenças ambientais		14,53	44.707	(35.456)	9.251	22,16	75.243		(54.876)	20.367
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	24.1.2	3,65	241.527	(109.689)	131.838	3,27	241.526		(102.773)	138.753
Direito de concessão - Outros	24.1.3	3,58	1.576.081	(781.238)	794.843	3,58	1.654.410	(78.329)	(733.916)	842.165
			1.865.668	(928.449)	937.219		1.974.868	(78.665)	(893.142)	1.003.061
Sistema de Transmissão de Conexão										
Servidão permanente			21	-	21	3,22	1.151		(365)	786
			21	-	21		1.151	-	(365)	786
Administração										
Software		23,04	71.878	(50.392)	21.486	18,95	71.079		(47.891)	23.188
Outros		3,31	33.154	(9.813)	23.341	3,31	33.154		(8.856)	24.298
			105.032	(60.205)	44.827		104.233	-	(56.747)	47.486
Transmissão										
Software		20,00	2.315	(854)	1.461	20,00	691		(645)	46
Direito de concessão - Licenças ambientais			2.508	-	2.508					-
Direito de concessão - Outros	24.1.3	4,33	1.053.863	(82.973)	970.890	4,33	1.053.863		(45.635)	1.008.228
			1.058.686	(83.827)	974.859		1.054.554	-	(46.280)	1.008.274
Total do Intangível em serviço			8.270.569	(4.997.847)	3.272.722		8.184.453	(78.665)	(4.701.812)	3.403.976
Intangível em curso										
Geração			17.822	-	17.822		17.785			17.785
Administração			120.676	-	120.676		102.262			102.262
Total do Intangível em curso			138.498	-	138.498		120.047	-	-	120.047
Atividades não vinculadas à concessão										
Ágio na incorporação de sociedade controladora	24.1.4	4,23	940.511	(752.601)	187.910	4,23	940.511		(726.091)	214.420
(-) Provisão para manutenção de dividendos	24.1.4	4,23	(940.511)	752.601	(187.910)	4,23	(940.511)		726.091	(214.420)
			-	-	-		-	-	-	-
Goodwill	24.1.5									
Blue Sol			22.477	-	22.477		22.477			22.477
EDP Smart Soluções			6.148	-	6.148		37.952		(31.804)	6.148
			28.625	-	28.625		60.429	-	(31.804)	28.625
Total do Intangível			8.437.692	(4.997.847)	3.439.845		8.364.929	(78.665)	(4.733.616)	3.552.648

24.1.1 Direito de concessão - Infraestrutura

Referem-se ao direito das controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura, originados da bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1). Estão registrados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável.

A amortização é registrada com base na vida útil estimada de cada bem, limitada ao prazo final da concessão. As taxas de amortização utilizadas são as determinadas pela ANEEL, responsável por estabelecer a vida útil dos ativos de distribuição do setor elétrico, e estão previstas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico.

24.1.2 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado às UHEs das controladas Investco e Enerpeixe. É constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o Uso do bem público até o final do contrato de concessão, registrados em contrapartida do passivo. A amortização será até o término do contrato de concessão das controladas.

	Consolidado		
	Saldo em 31/12/2022	Amortização	Saldo em 30/09/2023
Investco	16.615	(1.081)	15.534
Enerpeixe	122.138	(5.834)	116.304
	138.753	(6.915)	131.838

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



24.1.3 Direito de concessão - Outros

Nota	Consolidado		
	Custo	Amortização	Total
Distribuição			
EDP São Paulo	38.143	(30.854)	7.289
	38.143	(30.854)	7.289
Transmissão			
EDP Transmissão Litoral Sul	63.851	(3.326)	60.525
EDP Goiás	1.053.863	(82.973)	970.890
	1.117.714	(86.299)	1.031.415
Geração			
Lajeado	164.827	(115.939)	48.888
Enerpeixe	3.837	(2.319)	1.518
Porto do Pecém	106.855	(106.855)	-
Investco	787.263	(486.065)	301.198
Total Geração	1.062.782	(711.178)	351.604
Extensão de prazo - GSF			
Enerpeixe	216.841	(27.953)	188.888
Lajeado	229.338	(38.172)	191.166
Investco	3.269	(609)	2.660
Total Extensão de prazo - GSF	449.448	(66.734)	382.714
Total	2.668.087	(895.065)	1.773.022

Referem-se à diferença entre o custo total de aquisição do investimento e o seu valor justo, deduzidas das despesas de amortização. A amortização é linear de acordo com o prazo da concessão.

24.1.4 Ágio - Incorporação de Sociedade Controladora e Provisão para manutenção de dividendos

Refere-se à parcela cindida do ágio incorporado nas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo e Lajeado, decorrente da aquisição de ações das mencionadas companhias, o qual foi contabilizado de acordo com as Instrução CVM nº 70/22 e ICPC 09 e, conforme determinação da ANEEL, está sendo realizado pela curva da expectativa de resultados futuros dentro do prazo de concessão das controladas. Conseqüentemente ao registro, foi reconhecido um crédito fiscal (Nota 10.2.1.4).

A constituição da provisão para manutenção dos dividendos visa ajustar o valor do ágio pago ao valor do benefício fiscal esperado por sua amortização e, conseqüentemente, ajustar o fluxo de dividendos futuros das controladas, para que este não seja afetado negativamente pela despesa incorrida na amortização contábil do ágio.

A provisão tem o objetivo de reduzir o valor do ágio ao seu montante líquido (representativo do efetivo benefício fiscal), parcela que possui substância econômica que lhe permite ser considerada um ativo em contrapartida da Reserva Especial de Ágio, no Patrimônio líquido.

24.1.5 Goodwill

O *goodwill* é o valor excedente do custo da combinação de negócios em relação à participação da empresa adquirente sobre o valor justo dos ativos e passivos da adquirida, ou seja, o excedente é a parcela paga a maior pela empresa adquirente devido à expectativa de geração de lucros futuros pela empresa adquirida. Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores a determinação do *goodwill* inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida e o *goodwill* é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. O *goodwill* apurado sobre investimento adquirido com prazo indefinido, não deve ser amortizado, porém é objeto de análise de redução ao valor recuperável.

24.2 Movimentação do Intangível

	Controladora						Valor líquido em 30/09/2023			
	Valor líquido em 31/12/2022	Ingressos (Nota 24.2.1)	Transferência para intangível em serviço	Amortização	Baixas	Valor líquido em 31/12/2022				
Intangível em serviço										
Software	10.787	-	3.615	(3.357)	-	11.045				
Total do intangível em serviço	10.787	-	3.615	(3.357)	-	11.045				
Intangível em curso										
Outros Intangíveis em curso	45.268	13.574	(3.615)	-	(2.228)	52.999				
Total do intangível em curso	45.268	13.574	(3.615)	-	(2.228)	52.999				
Total do Intangível	56.055	13.574	-	(3.357)	(2.228)	64.044				
Consolidado										
	Valor líquido em 31/12/2022	Ingressos (Nota 24.2.1)	Transferência para intangível em serviço	Transferências dos ativos da concessão	Amortização	Transferência do Ativo Mantido para Venda (Nota 17)	Baixas (Nota 24.2.2)	Reclassificação	Outros	Valor líquido em 30/09/2023
Intangível em serviço										
Software	24.056	25	10.717	-	(7.746)	(2.847)	-	-	(678)	23.527
Servidão permanente	1.740	-	-	-	(274)	(738)	-	-	-	728
Direito de concessão - Licenças ambientais	20.367	1.142	1.366	-	(6.460)	(4.656)	-	-	-	11.759
Direito de concessão - Infraestrutura	1.335.984	-	-	285.463	(295.294)	-	(21.095)	3.449	-	1.308.507
Direito de concessão - Uso do Bem Público	138.753	-	-	-	(6.915)	-	-	-	-	131.838
Direito de concessão - Outros	1.858.778	-	-	-	(85.756)	-	-	-	-	1.773.022
Outros intangíveis em serviço	24.298	-	-	-	(957)	-	-	-	-	23.341
Total do intangível em serviço	3.403.976	1.167	12.083	285.463	(403.402)	(8.241)	(21.095)	3.449	(678)	3.272.722
Intangível em curso										
Outros Intangíveis em curso	120.047	35.457	(12.083)	-	-	(5.285)	(2.228)	1.912	678	138.498
Total do Intangível em curso	120.047	35.457	(12.083)	-	-	(5.285)	(2.228)	1.912	678	138.498
Goodwill	28.625	-	-	-	-	-	-	-	-	28.625
Total do Intangível	3.552.648	36.624	-	285.463	(403.402)	(13.526)	(23.323)	5.361	-	3.439.845

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



24.2.1 Ingressos

O total de ingresso de R\$36.604 refere-se, principalmente: (i) R\$13.574 da Controladora concernente à renovação de licenças de software e migração; (ii) R\$7.894 da controlada EDP Smart Serviços relativo ao desenvolvimento da plataforma comercial e vendas, além da renovação de licenças de software; e (iii) R\$4.855 da controlada indireta EDP Goiás atinente à instalação de firewalls e adequações de infraestrutura de TI e de telecomunicações.

24.2.2 Baixas - Consolidado

O saldo de R\$23.323 refere-se, principalmente, às baixas de postes, condutores, medidores e transformadores de distribuição nas controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo.

25 Fornecedores

	Nota	Controladora		Consolidado	
		Circulante		Circulante	
		30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Suprimento de energia elétrica (i)	25.1			737.906	725.436
Energia livre				40.718	40.631
Encargos de uso da rede elétrica	25.2			188.044	171.345
Operações CCEE				64.684	60.643
Materiais e serviços	25.3	19.606	42.471	377.907	488.058
Materiais e serviços (Risco sacado)	25.4	85		16.497	
Total		19.691	42.471	1.425.756	1.486.113

(i) O valor total de garantias de compras de energia em 30 de setembro de 2023 é de R\$194.721 (R\$260.121 em 31 de dezembro de 2022) na Controladora e R\$422.875 (R\$468.907 em 31 de dezembro de 2022) no Consolidado.

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

25.1 Suprimento de energia elétrica

A variação observada no período refere-se, principalmente: (i) à controlada EDP Espírito Santo referente ao aumento do custo na contratação de energia decorrente da maior tarifa de repasse da potência contratada de Itaipu Binacional de US\$ 16,19/kW ao mês em 2022 para US\$ 20,23/kW ao mês em 2023, associada ao aumento dos montantes correspondentes às cotas-partes a serem consideradas no rateio de energia elétrica, quando comparado a 2022; e (ii) à controlada EDP São Paulo decorrente da maior demanda, principalmente no mês de setembro de 2023, ocasionando o aumento na contratação de energia.

25.2 Encargos de uso da rede elétrica

A variação observada no período refere-se, principalmente, à controlada EDP São Paulo decorrente do aumento dos MWh da rede básica, que em 2023 a média é de 3.379MWh, enquanto em 2022 era de 2.919MWh.

25.3 Materiais e serviços

A redução de R\$110.151 observada na rubrica decorre, substancialmente, da liquidação de fornecedores no período de 2023, conforme a seguir:

- (i) redução na Controladora decorrente da liquidação dos serviços de assessoria financeira, consultorias de TI e projetos estratégicos, renovação de licenças de softwares e eventos corporativos;
- (ii) redução na controlada EDP Transmissão Litoral Sul devido à quitação dos serviços de obras civis e montagem eletromecânica em virtude da entrada em operação do lote;
- (iii) redução na controlada EDP São Paulo oriunda da liquidação em janeiro de 2023 referente à aquisição de equipamentos medidores, dispositivos elétricos, cabos e serviços de engenharia; e
- (iv) redução na controlada EDP Goiás decorrente da liquidação em 2023 relativo à aquisição dos ativos do COG.

25.4 Materiais e serviços (Risco sacado)

O montante de R\$85 na Controladora e R\$16.497 no Consolidado em 30 de setembro de 2023 refere-se ao convênio que a Companhia e as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo detêm com um fundo de direitos creditórios que auxilia na gestão de seus compromissos com seus fornecedores. Esta operação permite ao fornecedor transferir seus direitos ao fundo em vista de antecipar seus fluxos de caixa, sem qualquer linha de crédito associada.

Os saldos mantidos nesta rubrica são os que já foram faturados e antecipados pelo fornecedor. Estes montantes antecipados permanecem na rubrica de fornecedores até a efetiva liquidação da obrigação da Companhia com o fundo, uma vez que esta operação não altera em valores, prazos, preços, condições acordadas ou encargos financeiros.

Notas explicativas
Período findo em 30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



26 Debêntures
26.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente Fiduciário	Empresa	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Controladora																		
												30/09/2023				31/12/2022														
												Encargos		Principal		Encargos		Principal												
Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total																						
Moeda Nacional																														
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP - Energias do Brasil	Instrução CVM nº 160/22	48.066	1	48.066	3ª Série da 4ª emissão em 15/09/2015	15/09/2015 a 15/09/2024	Destinada a investimentos em projetos da Companhia	IPCA + 8,2608% a.a. até 14/03/2016 IPCA + 8,7608% a.a. a partir de 15/03/2016 (6)	Amortizações anuais a partir de setembro de 2022 e juros semestral			2.565	22.068		24.633	3.571		18.800	26.013	48.384									
(-) Custos de emissão	EDP - Energias do Brasil				(16.347)		15/09/2015 a 15/09/2024			Amortização mensal				(36)		(36)			(63)	(28)	(91)									
Total													2.565	22.032	-	24.597	3.571	-	18.737	25.985	48.293									
													Consolidado																	
Agente Fiduciário	Empresa	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	30/09/2023				31/12/2022														
												Encargos		Principal		Encargos		Principal												
												Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total										
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 160/22	190.000	1	190.000	7ª emissão em 15/08/2018	15/08/2018 a 15/07/2025	Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica	IPCA + 5,91%	Principal anual a partir de agosto/2023 e juros semestral			2.749	131.166	32.976	166.891	6.791		82.239	112.463	201.493									
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(2.941)		15/08/2018 a 15/07/2025			Amortização mensal				(351)	(127)	(478)				(807)	(807)									
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 160/22	300.000	1	300.000	8ª emissão em 30/03/2019	09/04/2019 a 30/03/2024	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	106,90% do CDI a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral			1.883	300.000		301.883	10.267			300.000	310.267									
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo						09/04/2019 a 30/03/2024			Amortização mensal				(270)		(270)				(268)	(268)									
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 160/22	500.000	1	500.000	10ª emissão em 12/02/2021	12/02/2021 a 15/07/2025	Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica	IPCA + 3,26%	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral			4.059		568.897	572.956	8.586			577.179	585.765									
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(9.559)		12/02/2021 a 15/07/2025			Amortização mensal					(3.363)	(3.363)				(4.796)	(4.796)									
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 160/22	400.000	1	400.000	11ª emissão em 04/08/2021	04/08/2021 a 15/07/2025	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,25% a.a.	Principal no final do contrato e juros semestral			11.654		400.000	411.654	26.575			400.000	426.575									
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(1.399)		04/08/2021 a 15/07/2025			Amortização mensal					(642)	(642)				(904)	(904)									
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 160/22	270.000	1	270.000	12ª emissão em 25/05/2022	25/05/2022 a 25/05/2027	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,20% a.a.	Principal anual a partir de maio/2025 e juros semestral			13.445		270.000	283.445	3.760			270.000	273.760									
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(1.399)		25/05/2022 a 25/05/2027			Amortização mensal					(629)	(629)				(806)	(806)									
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 160/22	260.000	1	260.000	9ª emissão em 15/08/2018	15/08/2018 a 15/08/2025	Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica	IPCA + 5,91%	Principal anual a partir de agosto/2023 e juros semestral			13.946	200.659	16.614	231.219	19.513		178.670	140.404	338.587									
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(3.948)		15/08/2018 a 15/08/2025			Amortização mensal				(471)	(245)	(716)				(1.138)	(1.138)									
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 160/22	200.000	1	200.000	10ª emissão em 30/03/2019	09/04/2019 a 30/03/2024	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	106,60% do CDI a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral				200.000		200.000	6.825			200.000	206.825									
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo						09/04/2019 a 30/03/2024			Amortização mensal				(194)		(194)				(215)	(215)									
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 160/22	700.000	1	700.000	11ª emissão em 12/02/2021	12/02/2021 a 15/01/2026	Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica	IPCA + 3,91%	Principal anual a partir de janeiro/2025 e juros semestral			6.615		801.106	807.721	14.393			750.932	765.325									
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(4.001)		12/02/2021 a 15/01/2026			Amortização mensal					(1.191)	(1.191)				(1.615)	(1.615)									

Notas explicativas
Período findo em 30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Agente Fiduciário	Empresa	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Consolidado								
												30/09/2023			31/12/2022					
												Principal			Principal					
												Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 160/22	350.000	1	350.000	12ª emissão em 04/08/2021	04/08/2021 a 20/07/2026	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,25% a.a.	Amortizações anuais a partir de julho de 2024 e juros semestral		9.595	117.284	233.333	360.212	22.649		350.000	372.649	
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(1.234)		04/08/2021 a 20/07/2026			Amortização mensal			(291)	(943)	(1.234)			(798)	(798)	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 160/22	450.000	1	450.000	13ª emissão em 20/12/2021	20/12/2021 a 20/12/2026	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,38% a.a.	Amortizações anuais a partir de dezembro de 2024 e juros semestral		18.210		450.000	468.210	2.002		450.000	452.002	
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(1.944)		20/12/2021 a 20/12/2026			Amortização mensal				(1.132)	(1.132)			(1.479)	(1.479)	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 150/22	450.000	1	450.000	14ª emissão em 25/05/2022	25/05/2022 a 25/05/2027	Refinanciar e alongar prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,20% a.a.	Principal anual a partir de maio/2025 e juros semestral		22.408		450.000	472.408	6.267		450.000	456.267	
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(1.944)		25/05/2022 a 25/05/2027			Amortização mensal				(1.012)	(1.012)			(1.237)	(1.237)	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP - Energias do Brasil	Instrução CVM nº 160/22	48.066	1	48.066	3ª Série da 4ª emissão em 15/09/2015	15/09/2015 a 15/09/2024	Destinada a investimentos em projetos da Companhia	IPCA + 8,2608% a.a. até 14/03/2016 IPCA + 8,7608% a.a. a partir de 15/03/2016 (ii)	Amortizações anuais a partir de setembro de 2022 e juros semestral		2.565	22.068		24.633	3.571	18.800	26.013	48.384	
(-) Custos de emissão	EDP - Energias do Brasil				(16.347)		15/09/2015 a 15/09/2024			Amortização mensal			(36)		(36)		(63)	(28)	(91)	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Lajeado	Instrução CVM nº 160/22	150.000	1	150.000	5ª emissão em 21/06/2021	21/06/2021 a 17/06/2024	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	CDI + 1,05% a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral		6.182	150.000		156.182	901		150.000	150.901	
(-) Custos de emissão	Lajeado				(608)		21/06/2021 a 17/06/2024			Amortização mensal			(148)		(148)			(296)	(296)	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Lajeado	Instrução CVM nº 160/22	200.000	1	200.000	6ª emissão em 05/05/2022	05/05/2022 a 05/05/2025	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	CDI + 1,45% a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral		11.811		200.000	211.811	4.327		200.000	204.327	
(-) Custos de emissão	Lajeado						05/05/2022 a 05/05/2025			Amortização mensal				(341)	(341)			(494)	(494)	
Simplific Pavarini Distribuído	Enepeixe	Instrução CVM nº 160/22	255.000	1	255.000	3ª emissão em 23/11/2018	23/11/2018 a 23/11/2023	Alongamento da dívida.	112,48% do CDI a.a.	Principal em parcela única em novembro/2023 e juros semestral		13.359	255.000		268.359	3.962	255.000		258.962	
(-) Custos de emissão	Enepeixe				(510)		23/11/2018 a 23/11/2023			Amortização mensal			(24)		(24)		(93)		(93)	
Simplific Pavarini Distribuído	Enepeixe	Instrução CVM nº 160/22	275.000	1	275.000	4ª emissão em 30/03/2021	30/03/2021 a 20/03/2026	Capital de giro	CDI + 1,75% a.a.	Principal anual a partir de março/2025 e juros semestral		1.050		275.000	276.050	11.307		275.000	286.307	
(-) Custos de emissão	Enepeixe				(1.084)		30/03/2021 a 20/03/2026			Amortização mensal				(474)	(474)			(651)	(651)	
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	EDP Transmissão Aliança	Instrução CVM nº 160/22	1.200.000	1	1.200.000	1ª emissão em 15/10/2018	15/10/2018 a 15/10/2028	Implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 21 do leilão 05/2016-ANEEL	IPCA + 6,7200% a.a.	Principal semestral a partir de abril/2023 e juros semestral	a. Fianças Corporativas da EDP - Energias do Brasil e da Celesc proporcionais às suas participações acionárias; b. Depósitos caucionados.	49.612	59.867	1.487.218	1.596.697	23.063	92.163	1.425.340	1.540.566	
(-) Custos de emissão	EDP Transmissão Aliança				(56.660)		15/10/2018 a 15/10/2028			Amortização mensal			(6.750)	(15.903)	(22.653)		(6.863)	(20.962)	(27.825)	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Transmissão SP-MG	Instrução CVM nº 160/22	800.000	1	800.000	2ª emissão em 15/07/2019	15/07/2019 a 15/07/2039	Implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 18 do leilão 05/2016-ANEEL	IPCA + 4,45% a.a.	Principal semestral a partir de julho/2022 e juros semestral	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil				-	26.019	60.841	1.025.714	1.112.574	
(-) Custos de emissão	EDP Transmissão SP-MG				(56.278)		15/07/2019 a 15/07/2039			Amortização mensal					-		(4.247)	(37.138)	(41.385)	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Transmissão SP-MG	Instrução CVM nº 160/22	525.000	1	525.000	3ª emissão em 05/11/2021	05/11/2021 a 05/11/2023	Implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 18 do leilão 05/2016-ANEEL	CDI + 1,10% a.a.	Principal no final e juros semestral	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil				-	11.088	525.000		536.088	
(-) Custos de emissão	EDP Transmissão SP-MG				(1.266)		05/11/2021 a 05/11/2023			Amortização mensal					-		(558)		(558)	

Notas explicativas
Período findo em 30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Agente Fiduciário	Empresa	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Consolidado								
												30/09/2023			31/12/2022					
												Encargos	Principal		Encargos	Principal				
	Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante	Total														
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Santa Leopoldina	Instrução CVM nº 160/22	700.000	1	700.000	1ª emissão em 19/01/2022	19/01/2022 a 17/01/2024	(i) compra de ações de emissão da CELG Transmissão S/A - CELG T (ii) capital de giro da Emissora	CDI + 1,52% a.a.	Principal e juros no final	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	181.962	700.000		881.962	93.285		700.000	793.285	
(-) Custos de emissão	Santa Leopoldina		(404)				19/01/2022 a 17/01/2024			Amortização mensal			(65)		(65)			(210)	(210)	
Total geral												371.105	2.127.444	5.159.142	7.657.691	211.866	93.285	1.200.889	7.729.203	9.235.243

(i) Conforme cláusula 4.2.3.2. da escritura da emissão, que prevê um aumento de 0,3% na taxa anual face um abaixamento de pelo menos dois níveis no *rating* da emissora frente ao da data da emissão. Em 25 de fevereiro de 2016 o *rating* da EDP Espírito Santo foi rebaixado pela agência Moody's da nota "Aa1.br" em escala local e "Baa3" em escala global para a nota "Aa2.br" em escala local e "Ba2" em escala global.

(ii) Conforme cláusula 9.1. da escritura da emissão, que prevê um aumento de 0,5% no *spread* anual face um abaixamento de pelo menos dois níveis no *rating* da emissora frente ao da data da emissão. Em 25 de fevereiro de 2016 o *rating* da Companhia foi rebaixado pela agência Moody's da nota "Aa3.br" em escala local e "Ba2" em escala global para a nota "A2.br" em escala local e "Ba3" em escala global.

As debêntures são demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, a exceção das 10ª e 11ª emissões da EDP Espírito Santo e EDP São Paulo respectivamente, que estão mensuradas a valor justo considerando opção irrevogável de mensuração no reconhecimento inicial decorrente de contratação de derivativo de *swap*, com a finalidade de evitar descasamento de mensuração entre os instrumentos financeiros e das 7ª e 9ª emissões das controladas de distribuição, mensuradas a valor justo considerando expediente de aplicação de *hedge* de valor justo.

Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financiamento na demonstração de fluxo de caixa.

O valor total referente às garantias das debêntures mencionados acima em 30 de setembro de 2023 na Companhia é de R\$3.985.253 (R\$3.828.458 em 31 de dezembro de 2022) e no consolidado R\$2.478.659 (R\$3.982.513 em 31 de dezembro de 2022).

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



26.2 Movimentação das debêntures

	Controladora								
	Valor líquido em 31/12/2022	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 30/09/2023		
Circulante									
Principal	18.800	(24.499)		26.013		1.754		22.068	
Juros	3.571	(3.917)	2.911					2.565	
Custo de transação	(63)			(28)	55			(36)	
	22.308	(28.416)	2.911	25.985	55	1.754		24.597	
Não circulante									
Principal	26.013			(26.013)				-	
Custo de transação	(28)			28				-	
	25.985	-	-	(25.985)	-	-		-	
	Consolidado								
	Valor líquido em 31/12/2022	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Ajuste a valor de mercado	Transferência para Passivo Mantido para Venda (Nota 17.2)	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 30/09/2023
Circulante									
Principal	1.212.713	(280.868)		1.658.402		(574.440)		120.237	2.136.044
Juros	211.866	(572.084)	682.516	93.285		(44.478)			371.105
Custo de transação	(11.824)			(14.066)		4.453	12.837		(8.600)
	1.412.755	(852.952)	682.516	1.737.621	-	(614.465)	12.837	120.237	2.498.549
Não circulante									
Principal	7.803.045			(1.658.402)	34.218	(1.047.344)		53.627	5.185.144
Juros	93.285			(93.285)					-
Custo de transação	(73.842)			14.066		33.774			(26.002)
	7.822.488	-	-	(1.737.621)	34.218	(1.013.570)	-	53.627	5.159.142

26.3 Vencimento das parcelas

Vencimento	Controladora	Consolidado
Circulante		
2023		503.096
2024	24.597	1.995.453
	24.597	2.498.549
Não circulante		
2024		195.769
2025		2.910.041
2026		1.122.020
2027		308.830
2028		622.482
	-	5.159.142
Total	24.597	7.657.691

As emissões realizadas pela Companhia e suas controladas não são conversíveis em ações.

As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto a totalidade das cláusulas pode ser consultada no prospecto ou na escritura da emissão:

Em 30 de setembro de 2023 a Companhia e as controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Lajeado, Enerpeixe, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão SP-MG e Santa Leopoldina encontram-se em pleno atendimento de todas as obrigações previstas no contrato de emissão de debêntures.

EDP - Energias do Brasil

• Para a 4ª emissão:

- (i) Descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, não sanada no período estipulado pela Escritura de Emissão;
- (ii) Descumprimento, de qualquer obrigação referente ao principal e/ou à remuneração, não sanadas no período estipulado;
- (iii) Pedido de autofalência;
- (iv) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, autofalência, decretação de falência, liquidação ou dissolução da Companhia ou pelas Controladas Relevantes - EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Enerpeixe, ou qualquer controlada cuja receita represente mais de 20% da receita consolidada da Companhia, bem como pedido de falência não elidido no prazo legal;
- (v) Descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro da Dívida Líquida Consolidada em relação ao EBITDA Consolidado nas datas de apuração, qual seja 31 de dezembro de cada ano, não superior a 3,5;
- (vi) Protesto de título contra a Emissora e/ou suas Controladas Relevantes, cujo valor individual, ou agregado, ultrapasse R\$75.000, desde que não tenha sido comprovado pela Emissora ao Agente Fiduciário, que foi contestado de boa-fé e/ou não tenha sido sanado em 30 dias contados de sua intimação;
- (vii) Arresto, sequestro, penhora ou qualquer outra constrição de bens e/ou direitos, ou vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora e/ou de suas Controladas Relevantes, com valor, individual ou agregado, superior a R\$75.000, ou seu equivalente em outras moedas;
- (viii) Fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer outra forma de reorganização societária (inclusive incorporação e/ou incorporação de ações) da Emissora, salvo se: (a) divulgado pela Emissora por meio de fato relevante ou comunicado ao mercado até a data da Escritura de Emissão; (b) por determinação legal ou regulatória; (c) concedida anuência prévia dos titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas - AGD especialmente convocada para tal finalidade; ou (d) não provocar alteração do *rating* da Emissão para uma nota inferior a: (aa) "AA-" (duplo A menos) pela Standard & Poors Ratings do Brasil Ltda.; (bb) "Aa3.br" pela Moody's; ou (cc) "AA-" (duplo A menos) pela Fitch Ratings Brasil Ltda.;
- (ix) Notificação de pagamento oriunda de decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva contra a Emissora e/ou de suas Controladas Relevantes, com valor, individual ou agregado, superior a R\$75.000, ou seu equivalente em outras moedas; e

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



(x) Venda, cessão, locação ou qualquer forma de alienação ou promessa de alienação total ou parte relevante de ativos da Emissora e/ou de suas Controladas Relevantes, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$75.000, sem aprovação prévia dos titulares das Debêntures que representem, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação, reunidos em AGD especialmente convocada para tal finalidade, ressalvada a alienação de ativos ou projetos, individualmente considerados, desde que não tenha sido divulgado pela Emissora por meio de fato relevante ou comunicado ao mercado e que tenham capacidade instalada individual, atual ou futura, de até 70MW, e de forma que afete substancial e adversamente a condição econômica e/ou financeira da Emissora.

Controladas

EDP São Paulo

(i) EDP São Paulo (9ª e 10ª emissões): descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida/EBITDA ajustado¹, não superior a 3,5 na data de apuração, que é 31 de dezembro de cada ano;

(ii) EDP São Paulo (11ª emissão): descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida/EBITDA ajustado^(*), não superior a 3,5 na data de apuração, que é 31 de dezembro de cada ano, para os anos de 2021, 2022, 2023 e 2024; e não superior a 4,0 na data de apuração, de 2025 até o vencimento;

(iii) EDP São Paulo (12ª, 13ª e 14ª emissões): Descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida ajustada²/EBITDA ajustado, em 31 de dezembro de cada ano, e não superior a 4,0 na data de apuração; e

(iv) EDP São Paulo (11ª emissão) celebrar contratos de mútuos pela Emissora, na qualidade de mutuante, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas de, no mínimo, 2/3 das debêntures em circulação, com quaisquer sociedades, em valor individual ou agregado superior a R\$200.000.

EDP Espírito Santo

(i) EDP Espírito Santo (7ª e 8ª emissões): descumprimento, pela Emissora, da manutenção do índice financeiro Dívida líquida em relação ao EBITDA ajustado^(*) na data de apuração, 31 de dezembro de cada ano, sendo não superior a 3,5;

(ii) EDP Espírito Santo (10ª e 11ª emissões): descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida ajustada²/EBITDA ajustado¹, não superior a 4,0 na data de apuração, que é 31 de dezembro de cada ano;

(iii) EDP Espírito Santo (10ª emissão): celebrar contratos de mútuos pela Emissora, na qualidade de mutuante, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas de, no mínimo, 2/3 das debêntures em circulação, com quaisquer sociedades, em valor individual ou agregado superior a R\$200.000; e

(iv) EDP Espírito Santo (12ª emissão): A Companhia deverá realizar o resgate antecipado obrigatório da totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento delas ("Resgate Antecipado Obrigatório"), caso o poder concedente não tenha se manifestado formalmente sobre a prorrogação do Contrato de Concessão da Emissora até 17 de outubro de 2024 (inclusive) ("Não Renovação da Concessão"), sendo certo que o prazo máximo para realização do Resgate Antecipado Obrigatório será até 17 de janeiro de 2025.

EDP São Paulo e EDP Espírito Santo

(i) EDP São Paulo (12ª e 13ª emissões) e EDP Espírito Santo (11ª emissão): celebrar contratos de mútuos pela Emissora, na qualidade de mutuante, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas de, no mínimo, 2/3 das debêntures em circulação, com quaisquer sociedades, em valor individual ou agregado superior a R\$100.000;

(ii) EDP São Paulo (14ª emissão) e EDP Espírito Santo (12ª emissão): celebrar contratos de mútuos pela Emissora, na qualidade de mutuante, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas de, no mínimo, 2/3 das debêntures em circulação, com quaisquer sociedades, em valor individual ou agregado superior a (a) até 31 de dezembro de 2025 (inclusive), R\$ 100.000 e (b) após 31 de dezembro de 2025 (exclusive), R\$ 200.000 (duzentos milhões de reais); e

(iii) EDP São Paulo (14ª emissão) e EDP Espírito Santo (12ª emissão): não atendimento, pela Emissora, em qualquer momento durante a vigência das Debêntures, do índice financeiro obtido pela divisão Dívida Líquida / EBITDA Ajustado menor ou igual a 4,0 (quatro inteiros) ("Índice Financeiro"), a ser acompanhado em 31 de dezembro de cada ano.

Enerpeixe

(i) Enerpeixe (3ª e 4ª emissões): não observância, pela Emissora, do índice financeiro Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,5 vezes, a ser apurado anualmente, em 31 de dezembro de cada ano;

(ii) Enerpeixe (4ª emissão): redução de capital social da controlada para valor inferior a R\$50.000 até 2022, para valor inferior a R\$ 30.000 a partir de 2023 e para valor inferior a R\$ 10.000 a partir de 2025, exceto se para absorção de prejuízos ou em caso de aprovação pelos Debenturistas; e

(iii) Enerpeixe (4ª emissão): declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora no mercado local ou internacional em montante superior a R\$85.000.

Lajeado

(i) Lajeado (5ª emissão): descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro da Dívida Líquida em relação ao EBITDA, não superior a 3,5 vezes nas datas de apuração, qual seja 31 de dezembro de cada ano;

(ii) Lajeado (5ª emissão): descumprimento de sentença condenatória final transitada em julgado em ação judicial cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$75.000, sem que esteja em curso eventual ajuizamento, de boa-fé, pela controlada de medidas judiciais visando suspender ou reverter os efeitos;

(iii) Lajeado (5ª emissão): inadimplemento de sentença judicial, ou decisão administrativa, e/ou decisão arbitral contra a controlada cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$75.000, considerando o período de doze meses anteriores ao respectivo inadimplemento, sem que esteja em curso eventual ajuizamento de medidas judiciais visando suspender ou reverter os efeitos da referida sentença judicial ou decisão administrativa, ou decisão arbitral; e

(iv) Lajeado (6ª emissão): inadimplemento de sentença judicial, ou decisão administrativa, e/ou decisão arbitral contra a Companhia cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$100.000, considerando o período de doze meses anteriores ao respectivo inadimplemento, sem que esteja em curso eventual ajuizamento de medidas judiciais visando suspender ou reverter os efeitos da referida sentença judicial ou decisão administrativa, ou decisão arbitral.

EDP Transmissão Aliança

(i) EDP Transmissão Aliança (1ª emissão): manutenção de Dívida Líquida por EBITDA igual ou inferior a 3,5 vezes da EDP - Energias do Brasil, apurado semestralmente nos meses de junho e dezembro.

EDP Transmissão SP-MG

(i) EDP Transmissão SP-MG (2ª e 3ª emissões): manutenção de Dívida Líquida por EBITDA igual ou inferior a 3,5 vezes da EDP - Energias do Brasil, apurado anualmente em dezembro.

EDP Transmissão Aliança e EDP Transmissão SP-MG

(i) EDP Transmissão Aliança (1ª emissão) e EDP Transmissão SP-MG (2ª emissão): vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da emissora ou da interveniente garantidora cujo valor individual ou agregado ultrapasse R\$75.000, caso não sanado em 10 dias, ou caso protesto foi efetuado por erro ou má-fé, ou tenha sido cancelado, ou teve sua exigibilidade suspensa por medida judicial.

Santa Leopoldina

(i) Santa Leopoldina (1ª emissão): não atendimento, pela Emissora, em qualquer momento durante a vigência das Debêntures, do índice financeiro obtido pela divisão Dívida Líquida / EBITDA Ajustado menor ou igual a 4,0 (quatro inteiros), a ser acompanhado em 31 de dezembro de cada ano.

¹ O EBITDA ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais".

² A Dívida Líquida ajustada não considera em seu cálculo as operações de mútuos com partes relacionadas.

Notas explicativas
Período findo em 30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



27 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas
27.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Instituição	Empresa	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Consolidado							
											30/09/2023			31/12/2022				
											Encargos		Principal	Encargos		Principal	Total	
Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total										
Moeda nacional																		
BNDES - FINEM / Nº 14.2.1238.1	EDP São Paulo	296.785	28/12/2014	253.733	28/12/2014 a 16/12/2024	Programa de investimentos de 2013 a 2015	Dívida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	TJLP a TJLP + 3,05% a.a., IPCA + TR(iii) + 3,05% a.a. e Pré de 6,00% a.a.	Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal. Principal e juros anuais. (iv)	a. Depósitos caucionados; b. Fiança Corporativa da EDP Energias do Brasil.	34	11.383	2.846	14.263	59	12.332	10.433	22.824
(-) Custo de transação	EDP São Paulo		28/12/2014	(1.134)	28/12/2014 a 16/12/2024				Amortização mensal do custo de transação			(5)	(1)	(6)		(8)	(3)	(11)
Notas Promissórias (5ª Emissão)	EDP São Paulo	300.000	19/07/2019	300.000	19/07/2019 a 17/07/2024	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro.	Dívida líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	106,58% do CDI	Principal e juros com parcela única ao final do contrato		115.507	300.000	415.507		75.637		300.000	375.637
(-) Custo de transação	EDP São Paulo		19/07/2019	(507)	19/07/2019 a 17/07/2024				Amortização mensal do custo de transação			(20)	(20)				(158)	(158)
BNDES - FINEM / Nº 17.2.0295.1	EDP São Paulo	399.733	05/09/2017	158.600	05/09/2017 a 15/06/2025	Programa de investimentos no triênio de 2016 a 2018	Dívida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	TJLP + 2,96% a.a. IPCA + 3,23% a.a.	a)Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal; b)Principal e juros anuais.	a. Cessão fiduciária de no mínimo 130% do valor do saldo devedor; b. Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	1.174	42.840	32.176	76.190	2.969	40.909	67.292	111.170
(-) Custo de transação	EDP São Paulo		05/09/2017	(3.498)	05/09/2017 a 15/06/2025				Amortização mensal do custo de transação			(184)	(190)	(374)		(265)	(177)	(442)
BNDES - FINEM / Nº 14.2.1237.1	EDP Espírito Santo	270.924	28/12/2014	249.593	28/12/2014 a 16/12/2024	Programa de investimentos de 2013 a 2015	Dívida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	TJLP a TJLP + 3,05% a.a., IPCA + TR(iii) + 3,05% a.a. e Pré de 6,00% a.a.	Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal. Principal e juros anuais. (iv)	a.Depósitos caucionados; b. Fiança Corporativa da EDP Energias do Brasil	34	11.382	2.846	14.262	58	10.019	12.746	22.823
BNDES - FINEM / Nº 17.2.0296.1	EDP Espírito Santo	354.078	05/09/2017	174.093	05/09/2017 a 15/06/2025	Programa de investimentos no triênio de 2016 a 2018	Dívida líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	TJLP + 2,96% a.a. IPCA + 3,23% a.a.	a)Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal; b)Principal e juros anuais.	a. Cessão fiduciária de no mínimo 130% do valor da prestação vincenda do mês subsequente; b. Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	1.909	41.217	39.639	82.765	3.832	41.523	75.378	120.733
(-) Custo de transação	EDP Espírito Santo		05/09/2017	(2.676)	05/09/2017 a 15/06/2025				Amortização mensal do custo de transação			(172)	(30)	(202)		(211)	(114)	(325)
MFUG - Cédula de Câmbio	EDP Espírito Santo	300.000	15/01/2021	300.000	15/01/2021 a 17/01/2023	Capital de Giro	Dívida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 1,13% a.a.	Principal em parcela única no final e Juros em parcelas semestrais	Nota Promissória					19.904	300.000		319.904
Notas Promissórias (2ª Emissão)	EDP Espírito Santo	350.000	30/11/2021	350.000	30/11/2021 a 30/11/2023	Capital de Giro	Dívida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 4,0, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 1,20% a.a.	Principal e juros com parcela única ao final do contrato		95.285	350.000	445.285	51.463	350.000		401.463	
(-) Custo de transação	EDP Espírito Santo		30/11/2021	(734)	30/11/2021 a 30/11/2023				Amortização mensal do custo de transação			(56)	(56)		(310)		(310)	
Notas Comerciais (1ª Emissão)	Porto do Pecém	1.500.000	20/09/2022	1.500.000	20/09/2022 a 11/07/2027	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e usos gerais corporativos	Dívida líquida em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,0, apurado semestralmente	CDI + 2,40% a.a.	Principal e juros mensais	a. Cessão fiduciária de recebíveis e conta vinculada b. Caixa mínimo seja igual ou superior ao montante total de R\$75.000.000,00 apurado semestralmente c. Manter Conta Reserva de 1 PMT					12.360	309.882	1.112.070	1.434.312
(-) Custo de transação	Porto do Pecém	(10.714)	20/09/2022	(10.714)	20/09/2022 a 11/07/2027				Amortização mensal do custo de transação							(3.953)	(6.134)	(10.087)
Ações recebíveis cumulativa (v)	Investco					Ações preferenciais resgatáveis "A", "B" e "C"			Dividendos anuais e pagamento do principal ao término da concessão		2.309	22.706	37.223	62.238	7.550	20.396	43.678	71.624
MFUG - Cédula de Câmbio	EDP Smart Soluções	82.000	20/08/2018	82.000	20/08/2018 a 22/08/2023	Capital de Giro	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado trimestralmente em Março, Junho, Setembro e Dezembro.	CDI + 0,45% a.a	Principal semestral a partir de agosto/2020 e juros semestral	a. Nota Promissória e b. Aval EDP - Energias do Brasil					1.134	23.428		24.562
MFUG - Cédula de Câmbio	EDP Trading	200.000	05/04/2021	200.000	05/04/2021 a 08/03/2024	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 1,24% a.a.	Principal no final e juros parcelas anuais	Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	16.397	200.000	216.397	21.211		200.000		221.211
MFUG - Cédula de Câmbio	EDP Trading	100.000	09/09/2021	100.000	09/09/2021 a 09/03/2023	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 0,99% a.a.	Principal a partir 09/09/2022 em parcelas semestrais e juros parcelas semestrais	Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.					2.175	50.000		52.175

Notas explicativas
Período findo em 30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Instituição	Empresa	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Consolidado									
											30/09/2023			31/12/2022						
											Encargos		Principal	Encargos		Principal	Total	Encargos		Principal
Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total								
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP Trading	250.000	12/11/2021	250.000	12/11/2021 a 13/11/2023	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul	Divida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 1,165% a.a.	Principal no final e juros parcelas anuais	Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	32.479		250.000		282.479	4.728		250.000		254.728
BNDES / N° 21.2.0390.1	EDP Trading	250.000	30/11/2021	75.000	30/11/2021 a 15/12/2035	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul	Da EDP - Dívida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5 de 2021 até 2024, 4,00 de 2025-2027, 4,25 de 2028-2030, 4,50 de 2031-2035, apurado anualmente em Dezembro.	IPCA + 5,927366% a.a.	Juros no período de carência trimestral até 09/2022, após segue mensal. Principal e juros mensais a partir de 09/2022	a Fiança Corporativa da EDP Energias do Brasil	182		11.022	62.636	73.840					-
(-) Custo de transação	EDP Trading		30/11/2021		30/11/2021 a 15/12/2035				Amortização mensal do custo de transação				(387)	(2.122)	(2.509)					-
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP Trading	50.000	08/03/2022	50.000	08/03/2022 a 08/03/2024	Capital de Giro	Divida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 1,24% a.a.	Principal no final e juros parcelas anuais	Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	4.098		50.000		54.098	5.825			50.000	55.825
COB BRASIL - 511600554	EDP Goiás	53.581	26/09/2018	53.387	26/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,225%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	285		5.664	28.591	34.540	379		4.853	33.037	38.269
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(547)	26/09/2018	(547)	26/09/2018 a 01/10/2030				Amortização mensal do custo de transação				(46)	(268)	(314)			(45)	(323)	(368)
COB BRASIL - 511600555	EDP Goiás	9.132	26/09/2018	7.414	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 5,163%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	16		411	2.500	2.927	32		411	2.808	3.251
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(125)	26/09/2018	(125)	28/09/2018 a 01/10/2030				Amortização mensal do custo de transação				(7)	(44)	(51)			(7)	(50)	(57)
COB BRASIL - 511600556	EDP Goiás	6.260	26/11/2020	4.521	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 5,163%	Principal semestral a partir de maio/2021 e juros semestral	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	27		674	4.099	4.800	53		674	4.607	5.334
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(85)	26/09/2018	(85)	28/09/2018 a 01/10/2030				Amortização mensal do custo de transação				(10)	(64)	(74)			(10)	(73)	(83)
COB BRASIL - 511600557	EDP Goiás	8.309	26/09/2018	7.923	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,225%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	25		720	4.382	5.127	56		720	4.922	5.698
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(113)	26/09/2018	(113)	28/09/2018 a 01/10/2030				Amortização mensal do custo de transação				(9)	(58)	(67)			(9)	(68)	(77)
COB BRASIL - 511600561	EDP Goiás	8.508	28/09/2018	8.038	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 5,163%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	29		731	4.445	5.205	57		731	4.993	5.781
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(116)	28/09/2018	(116)	28/09/2018 a 01/10/2030				Amortização mensal do custo de transação				(10)	(60)	(70)			(10)	(69)	(79)
COB BRASIL - 511600669	EDP Goiás	13.383	28/03/2019	13.207	28/03/2019 a 01/04/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,694%	Juros trimestrais até abril/2020 a partir de maio/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	23		571	3.761	4.355	48		571	4.190	4.809
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(183)	28/03/2019	(183)	28/03/2019 a 01/04/2031				Amortização mensal do custo de transação				(8)	(54)	(62)			(7)	(55)	(62)
COB BRASIL - 511600670	EDP Goiás	6.406	28/03/2019	6.284	28/03/2019 a 01/04/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,694%	Juros trimestrais até abril/2020 a partir de maio/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	48		1.201	7.904	9.153	100		1.201	8.805	10.106
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(87)	28/03/2019	(87)	28/03/2019 a 01/04/2031				Amortização mensal do custo de transação				(15)	(101)	(116)			(15)	(115)	(130)
COB BRASIL - 511600682	EDP Goiás	7.004	09/04/2019	6.968	09/04/2019 a 01/05/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,454%	Juros trimestrais até maio/2020 a partir de junho/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	25		633	4.233	4.891	53		633	4.636	5.322
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(96)	09/04/2019	(96)	09/04/2019 a 01/05/2031				Amortização mensal do custo de transação				(7)	(49)	(56)			(8)	(60)	(68)
COB BRASIL - 511600785	EDP Goiás	11.992	27/06/2019	10.282	27/06/2019 a 01/07/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,356%	Juros trimestrais até set/2020 a partir de out/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	38		948	6.486	7.472	82		993	7.227	8.302
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(164)	27/06/2019	(164)	27/06/2019 a 01/07/2031				Amortização mensal do custo de transação				(13)	(98)	(111)			(14)	(109)	(123)
Total moeda nacional											269.924	22.706	1.276.448	240.628	1.811.706	134.128	96.033	1.394.008	1.939.314	3.563.483

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Instituição	Empresa	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Consolidado										
											30/09/2023			31/12/2022							
											Encargos		Principal		Encargos		Principal		Total	Total	
											Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante			
Moeda estrangeira																					
4131 Itaú - SWAP	EDP Smart Serviços	25.565 USD	08/04/2022	25.565 USD	08/04/2022 a 25/03/2023	Capital de Giro		USD + 3,733% a.a.	Principal e Juros em parcela única no final			-	3.679		133.969			137.668			
4131 Scotiabank - SWAP	Santa Leopoldina	150.000 USD	14/01/2022	150.000 USD	14/01/2022 a 16/01/2024	(i) compra de ações de emissão da CELG Transmissão S/A - CELG T (ii) capital de giro da Emissora		USD + 1,6175% a.a.	Principal no final e Juros anual			8.675	740.634	749.309	12.308		732.050	744.358			
4131 Itaú - SWAP	Santa Leopoldina	64.941 USD	01/02/2022	64.941 USD	01/02/2022 a 16/01/2024	(i) compra de ações de emissão da CELG Transmissão S/A - CELG T (ii) capital de giro da Emissora		USD + 2,933% a.a.	Principal e Juros em parcela única no final			15.149	321.826	336.975	8.593		351.091	359.684			
4131 Itaú - SWAP	EDP Espírito Santo	83.318 USD	18/07/2023	83.318 USD	18/07/2023 a 07/07/2025	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida		USD + 6,788% a.a.	Juros semestral e Principal parcela única no final			5.789	415.160	420.949				-			
4131 Scotiabank - SWAP	EDP Espírito Santo	60.815 USD	30/08/2023	60.815 USD	30/08/2023 a 14/07/2025	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida		USD + 7,0570% a.a.	Juros semestral e Principal parcela única no final			1.805	304.600	306.405				-			
Total moeda estrangeira												23.824	7.594	1.062.460	719.760	1.813.638	15.987	8.593	133.989	1.083.141	1.241.710
Total geral												293.748	30.300	2.340.908	960.388	3.625.344	150.115	104.626	1.527.997	3.022.455	4.805.193

Para melhor apresentação, os saldos de derivativos estão demonstrados na nota 37.1.2.

(i) O EBITDA Ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais".

(ii) O EBITDA Ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais" e com outras rubricas não operacionais que tenham efeito no caixa.

(iii) Equivalerá ao resultado da interpolação linear das taxas internas de retorno observadas no mercado secundário das Notas do Tesouro Nacional Série B (NTN-B), aplicável ao prazo médio de amortização de cada parcela dos Subcréditos B e D.

(iv) Os subcréditos A, C, E e F possuem juros e amortizações mensais, e os subcréditos B e D possuem juros e amortizações anuais.

(v) Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela controlada indireta Investco no montante original de R\$157.335, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social. Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º do estatuto social da Investco, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos. O saldo em 30 de setembro de 2023 de R\$97.327 (R\$111.833 em 31 de dezembro de 2022) contempla o montante original e os juros até 2035 (término da concessão), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Investco na data de avaliação das ações. Devido à suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Investco não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39.

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva ou valor justo, exceto para as controladas EDP Smart Serviços e Santa Leopoldina, cujas dívidas em moeda estrangeira são demonstrados pelo valor justo na data de 30 de setembro de 2023, sendo classificado tal devido ao fato de terem, no reconhecimento inicial, sido mensurados ao valor justo por meio do resultado, e o resultado líquido, incluindo juros, reconhecidos no resultado.

A Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas e no período findo em 30 de setembro de 2023 as mesmas encontram-se em conformidade nos respectivos contratos de empréstimos e financiamentos.

As operações de empréstimos em moeda estrangeira foram reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado e a forma de realização é marcação a mercado.

Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financiamento na demonstração de fluxo de caixa.

O valor total referente às garantias de empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, mencionados acima, em 30 de setembro de 2023 na Companhia é de R\$3.178.349 (R\$3.648.650 em 31 de dezembro de 2022) e no consolidado R\$1.979.048 (R\$3.948.651 em 31 de dezembro de 2022).

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



27.2 Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Consolidado										
	Valor líquido em 31/12/2022	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Ajuste a valor presente	Ajuste a valor de mercado	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Transferência para Passivo Mantido para Venda (Nota 17)	Valor líquido em 30/09/2023
Circulante											
Principal	1.532.869		(902.627)		2.080.240		(23.056)		(35.688)	(309.881)	2.341.857
Juros	150.115		(270.075)	311.253	112.564					(10.109)	293.748
Custo de Transação	(4.872)	(427)			(2.914)			4.322		2.942	(949)
	<u>1.678.112</u>	<u>(427)</u>	<u>(1.172.702)</u>	<u>311.253</u>	<u>2.189.890</u>	<u>-</u>	<u>(23.056)</u>	<u>4.322</u>	<u>(35.688)</u>	<u>(317.048)</u>	<u>2.634.656</u>
Não circulante											
Principal	3.029.963	835.000			(2.080.240)	(6.455)	30.608		33.962	(879.311)	963.527
Juros	104.626			41.709	(112.564)	(3.471)					30.300
Custo de Transação	(7.508)	(2.154)			2.914					3.609	(3.139)
	<u>3.127.081</u>	<u>832.846</u>	<u>-</u>	<u>41.709</u>	<u>(2.189.890)</u>	<u>(9.926)</u>	<u>30.608</u>	<u>-</u>	<u>33.962</u>	<u>(875.702)</u>	<u>990.688</u>

27.3 Vencimento das parcelas

Vencimento	Consolidado		
	Nacional	Estrangeira	Total
Circulante			
2023	810.692		810.692
2024	737.680	1.086.284	1.823.964
	<u>1.548.372</u>	<u>1.086.284</u>	<u>2.634.656</u>
Não circulante			
2024	25.228	7.594	32.822
2025	83.521	719.760	803.281
2026	18.705		18.705
2027	18.549		18.549
2028 até 2031	60.764		60.764
2033 até 2035	56.567		56.567
	<u>263.334</u>	<u>727.354</u>	<u>990.688</u>
Total	<u>1.811.706</u>	<u>1.813.638</u>	<u>3.625.344</u>

28 Benefícios pós-emprego

As controladas mantêm planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e outros benefícios pós-emprego, compostos por assistência médica, seguro de vida, Auxílio de Incentivo a Aposentadoria - AIA e outros benefícios a aposentados.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 110/22, a contabilização dos passivos oriundos de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência das controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Investco e EDP Goiás contrataram atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Crédito Unitário Projetado, sendo as últimas efetuadas para a data-base de 30 de setembro de 2023.

As controladas reconhecem as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação, na data das informações contábeis intermediárias, é maior que o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no período em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no período em que ocorrem, integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano, conforme legislação vigente e regulamento do plano.

A controlada EDP Goiás, através da Fundação CELG de Seguros e Previdência (ELETRA), oferece aos seus empregados o Plano Misto de Benefícios, instituído a partir de setembro de 2000, na característica de CD, durante o período de acumulação e de benefício definido na fase de pagamento. A referida controlada tem responsabilidade no plano original de benefício definido, pelos custos das variações atuariais respectivas, tanto na fase de acumulação quanto na fase de pagamento de benefícios. No plano misto, a responsabilidade durante a fase de acumulação é variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva acumulada em conta coletiva para o beneficiário da renda vitalícia, a controlada assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipóteses de sobrevivência.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do período em que os serviços são prestados.

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
PSAP Bandeirante	36.839	36.839	186.792	172.698
Auxílio Incentivo à aposentadoria - AIA	202	202	14	
Assistência médica e seguro de vida	42.378	42.378	566.565	526.339
Contribuição definida	33	147	436	413
	<u>79.452</u>	<u>79.566</u>	<u>753.807</u>	<u>699.450</u>

28.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão

São administrados pela Enerprev, entidade fechada de previdência complementar patrocinada pelas empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil e cadastrados no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios - CNPB na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. Tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia e de suas controladas, sendo assegurados os direitos e deveres dos participantes, assistidos e pensionistas, previstos nos regulamentos.

Os planos da controlada EDP Goiás são administrados pela Eletra - Fundação Celg de Seguros e Previdência, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal a complementação dos benefícios concedidos pela previdência oficial aos seus empregados.

28.1.1 Planos de Benefício definido e Contribuição variável

EDP São Paulo

Os planos estão estruturados na modalidade "Saldado, Benefício definido e Contribuição variável", encontram-se fechados para novas adesões, e possuem as seguintes características:

(i) Plano PSAP Bandeirante – Grupo de Custeio BSPPS: Corresponde aos benefícios proporcionais dos empregados, calculados com base no tempo de serviço até março de 1998, enquanto esteve vigente. Possui a característica do tipo Benefício definido, que concede Benefício saldado, na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano, apuradas pelo atuário da Enerprev, é da EDP São Paulo; e

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



(ii) Plano PSAP Bandeirante – Grupos de Custeio BD e CV:

- Grupo de Custeio BD - vigente após 31 de março de 1998: Plano do tipo Benefício definido, que concede renda vitalícia reversível em pensão, relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998, na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e de entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado (inclusive o acumulado até 31 de março de 1998) e, portanto, não incluem apenas o tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano, apuradas pelo atuário da Enerprev, é paritária entre a controlada e os participantes.

- Grupo de Custeio CV: Implantado junto com a modalidade BD vigente após 31 de março de 1998 que, até a concessão da renda (vitalícia ou financeira), reversível (ou não) em pensão, é do tipo Contribuição variável, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a controlada. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo Benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial à controlada. O participante pode escolher também a opção de renda financeira, não gerando, neste caso, responsabilidade atuarial para a EDP São Paulo.

A EDP São Paulo contribuiu para estes grupos de custeio, no período com o montante de R\$847 (R\$753 em 2022).

EDP Espírito Santo

- Plano Escelsos I estruturado na modalidade de Benefício definido (vigente para adesões até 31 de maio de 1998): O Plano de custeio é sustentado por contribuições da patrocinadora, que correspondem ao dobro das contribuições dos participantes limitado a 7% da folha de salários. Concede renda vitalícia reversível em pensão, na base de até 100% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade.

- Plano Escelsos II estruturado na modalidade de Contribuição variável (vigente para adesões até 1º de novembro de 2006): O Plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme o regulamento do plano. É um plano previdenciário que, até a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é do tipo Contribuição variável, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a EDP Espírito Santo. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, se for essa a escolha do participante, é que o plano previdenciário pode passar a ser do tipo Benefício definido e, portanto, gerando responsabilidade atuarial à EDP Espírito Santo. O participante pode escolher também a opção de renda financeira, não gerando responsabilidade atuarial para a EDP Espírito Santo.

EDP Espírito Santo

- Plano Escelsos II estruturado na modalidade de Contribuição variável (vigente para adesões até 1º de novembro de 2006): O Plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme o regulamento do plano. É um plano previdenciário que, até a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é do tipo Contribuição variável, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para as controladas. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, se for essa a escolha do participante, é que o plano previdenciário pode passar a ser do tipo Benefício definido e, portanto, gerando responsabilidade atuarial às controladas. O participante pode escolher também a opção de renda financeira, não gerando responsabilidade atuarial para a controlada.

EDP Goiás

- Plano Misto de Benefícios estruturado na modalidade de Benefício definido (instituído em setembro de 2000): A EDP Goiás tem responsabilidade no plano original de benefício definido, pelos custos das variações atuariais respectivas, tanto na fase de acumulação quanto na fase de pagamento de benefícios. No plano misto, a responsabilidade da EDP Goiás na fase de acumulação é variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva acumulada em conta coletiva para o beneficiário da renda vitalícia, a EDP Goiás assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipóteses de sobrevivência. Os planos da EDP Goiás possuem as seguintes características:

(i) CelgPrev - Grupo de custeio CV: É um plano do tipo misto: uma parte do tipo Contribuição Definida, também conhecido como CD, para as suplementações de aposentadoria por tempo de serviço ou de contribuição, por idade ou especial, que nada mais é do que uma poupança individual, onde serão investidos dois tipos de contribuições: as realizadas pela patrocinadora e as que você faz. O benefício que você pode receber ao se aposentar dependerá do volume de contribuições, do tempo de pagamento e dos resultados dos investimentos.

A outra parte é do tipo benefício definido, para os benefícios de invalidez e pensão por morte, onde se garante o cálculo do benefício por uma fórmula, previamente estabelecida no Regulamento do CelgPrev.

(ii) Eletra01 – Grupo de Custeio BD: Neste conjunto de benefícios, temos 7 (sete) espécies de suplementações, sendo 6 (seis) de aposentadorias, 1 (uma) de pensão, 1 (uma) de auxílio-doença.

A Fundação oferece aos aposentados e pensionistas o abono anual, que é uma 13ª parcela, paga em dezembro, sendo prevista a proporcionalidade nos casos em que o benefício iniciou no decorrer do exercício.

Os benefícios da Eletra do plano BD são reajustados no mês de maio, pela variação do INPC acumulado no período anterior, recebendo, os benefícios iniciados após o mês de maio do ano anterior, reajustes proporcionais de acordo com a sua data de início do benefício.

28.1.1.1 Avaliação atuarial

Uma série de premissas podem ter sua realização diferente do calculado na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos planos ou da legislação aplicável a planos de previdência.

As obrigações dos planos são calculadas utilizando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos do governo do tipo NTN-B. Desta forma, caso a rentabilidade dos ativos dos planos seja diferente da rentabilidade do tipo Tesouro IPCA+ (antiga NTN-B) com *duration* similar ao do benefício, haverá um ganho ou perda atuarial aumentando ou diminuindo o déficit/superávit atuarial destes benefícios.

As práticas de investimento dos planos se pautam pela busca e manutenção de ativos líquidos e dotados de rentabilidade necessária para cumprir estas obrigações no curto, médio e longo prazo, mantendo um equilíbrio entre os ativos e os compromissos do passivo com o objetivo de gerar uma liquidez compatível com o crescimento e a proteção do capital, visando garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as necessidades ditas pelos fluxos atuariais futuros.

Foi publicada em 21 de fevereiro de 2017 a Resolução nº 24 da PREVIC que dispõe sobre o reconhecimento de submassas nos planos de benefícios. De acordo com a referida resolução, caracteriza-se como submassa um grupo de participantes ou assistidos vinculados a um plano de benefícios e que tenham identidade de direitos e obrigações homogêneos entre si, porém heterogêneos em relação aos demais participantes e assistidos do mesmo plano.

Com base neste conceito, para a EDP São Paulo a avaliação atuarial realizada em 30 de setembro de 2023 identificou que cada grupo de custeio do plano PSAP Bandeirante (BSPS, BD e CV) representaria uma submassa no plano e, por sua vez, deveriam ser controlados de forma segregada, resultando em uma posição superavitária para a submassas de custeio BD e custeio CV nos montantes de R\$87.569 e R\$9.423 respectivamente e uma posição deficitária para a submassas de custeio BSPS nos montantes de R\$224.061, resultando em um montante líquido deficitário atualizado de R\$127.069.

Para a EDP Espírito Santo, a avaliação atuarial realizada na data-base 30 de setembro de 2023 demonstrou que, nos Planos do tipo Benefício definido, o valor presente das obrigações atuariais, líquido do valor justo dos ativos, apresenta-se superavitário. O superávit possui restrição no seu reconhecimento decorrente de premissas estabelecidas no CPC 33 (R1).

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



28.1.1.2 Conciliação dos ativos e passivos atuariais EDP São Paulo

	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrições de reconhecimento do ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(1.249.973)	1.137.743	(97.307)	(209.537)
Custo do serviço corrente	704			704
Custo dos juros	(78.139)	71.132	(7.269)	(14.276)
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no Patrimônio Líquido	(60.126)	12.303	7.884	(39.939)
Contribuições pagas pela controlada		39.417		39.417
Contribuições pagas pelos empregados	(927)	927		-
Benefícios pagos pelo plano	57.353	(57.353)		-
Saldos em 30 de setembro de 2023	(1.331.108)	1.204.169	(96.692)	(223.631)

A perda atuarial no valor presente das obrigações no montante de R\$39.939, apurada na avaliação atuarial efetuada em 30 de setembro de 2023, decorrente dos efeitos da redução na taxa de desconto considerando a situação atual de mercado e ao retorno dos ativos do plano inferior a projeção realizada no estudo atuarial de 2022, considerando os efeitos inflacionários do exercício.

As contribuições da EDP São Paulo esperadas neste plano para os próximos 12 meses é de R\$36.839.

O saldo de perda atuarial em 30 de setembro de 2023, líquido de Imposto de renda e Contribuição social, é de R\$233.866 (R\$207.506 em 31 de dezembro de 2022).

EDP Espírito Santo

	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrições de reconhecimento do ativo	Ativo reconhecido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(181.310)	320.433	(140.782)	
Custo do serviço corrente	(43)			(43)
Custo dos juros	(13.722)	24.306	(10.654)	(70)
Ganhos/(perdas) atuariais	(15.090)	12.476	11.872	9.258
Saldos em 30 de setembro de 2023	(210.165)	357.215	(139.564)	9.145

Devido à situação superavitária destes planos, não há contribuições esperadas da EDP Espírito Santo para os próximos 12 meses.

Para estes planos o saldo de ganho atuarial, líquido de imposto de renda e contribuição social, em 30 de setembro de 2023 é de R\$9.258 (ganho atuarial de R\$136 em 31 de dezembro de 2022).

EDP Goiás

	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Ativo reconhecido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(3.026)	4.062	1.036
Custo do serviço corrente	9		9
Custo dos juros	(795)	763	(32)
Saldos em 30 de setembro de 2023	(3.812)	4.825	1.013

As contribuições da EDP Goiás esperadas neste plano para os próximos 12 meses é de R\$19.411.

28.1.1.3 Despesas líquidas

Os efeitos da revisão das avaliações atuariais reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes, ambos em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego são os seguintes:

	Períodos de 9 meses findos em 30 de setembro				
	EDP São Paulo		EDP Espírito Santo		EDP Goiás
	2023	2022	2023	2022	2023
Custo do serviço					
Custo do serviço corrente	(704)	(768)	43	40	(9)
Custo dos juros	14.276	18.873	70	62	32
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado	13.572	18.105	113	102	23
Remuneração do valor líquido do passado de benefício definido					
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em despesa financeira líquida)	(12.303)	14.697	(12.476)	774	
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência	(13.919)	(12.063)	3.688	1.735	
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas financeiras	74.045	(68.486)	11.402		
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	(7.884)	20.716	(11.872)	(2.717)	
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	39.939	(45.136)	(9.258)	(208)	-
Total	53.511	(27.031)	(9.145)	(106)	23

28.1.1.4 Confissão de dívida - Enerprev e EDP São Paulo

A EDP São Paulo, com o objetivo de equacionar o déficit atuarial da sua submassa BSPS e diminuir o risco de futuros déficits, formalizou instrumento jurídico com a Enerprev decorrente de déficit atuarial, calculado conforme diretrizes da Resolução CGPC nº 26/2008 e suas alterações. O acordo original estava sendo liquidado financeiramente em 240 meses com base em percentual sobre a folha de salários, contados a partir de setembro de 1997. Em 22 de agosto de 2016, a EDP São Paulo e a Enerprev firmaram o 2º aditivo do termo de compromisso entre as empresas, destacando a alteração do prazo da liquidação (que estava prevista para encerrar-se em setembro de 2017) para 143 parcelas, sendo a primeira em setembro de 2016. Desde dezembro de 2016 o saldo devedor e o valor da prestação mensal são apurados uma vez por ano na época da avaliação atuarial da Enerprev, posicionada em dezembro, considerado o valor e o prazo remanescente da dívida. As premissas atuariais utilizadas pela EDP São Paulo atendem ao disposto no CPC 33 (R1) enquanto que as premissas atuariais utilizadas pela Enerprev atendem a Resolução CGPC nº 18/2006 e Instrução Previc nº 7/2013.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Segue abaixo conciliação entre os dois métodos de avaliação atuarial:

	30/09/2023	31/12/2022
Valor presente das obrigações do plano	(1.172.787)	(1.091.652)
Valor justo dos ativos do plano	1.045.718	978.852
Superávit	(127.069)	(112.800)
Superávit irrecuperável	(96.992)	(97.607)
Total registrado submassa BSPS - CPC 33 (Nota 28.1.1.1)	(224.061)	(210.407)
Contrato de confissão de dívida e ajuste de reserva matemática - Resolução CGPC nº26/2008	(234.817)	(255.734)
Diferença entre premissas (*)	(10.756)	(45.327)

(*) O montante de R\$10.756 (R\$45.327 em 31 de dezembro de 2022) é decorrente da diferença de premissas e metodologias utilizadas pela EDP São Paulo para fins de atendimento à Deliberação CVM nº 110/22 e aquelas utilizadas pela Enerprev (administradora do plano de benefícios) para fins de atendimento à Resolução nº 26/08 e suas alterações do Conselho Nacional de Previdência Complementar e tende a ser eliminada ao longo do tempo com a maturação do plano.

28.1.2 Planos de Contribuição definida

• Grupo EDP - Energias do Brasil

A Companhia e as demais empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil são patrocinadoras do Plano Energias do Brasil administrado pela Enerprev, o qual encontra-se aberto para adesão de novos participantes. Neste plano, o participante pode contribuir com o percentual fixo de 1% até 7% do salário de contribuição, no qual o percentual da contribuição das patrocinadoras em seu favor no referido plano também ocorrerá na mesma proporção, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para as patrocinadoras. Os participantes poderão ainda participar com contribuições voluntárias mensais, que equivalem a um percentual de sua livre escolha aplicado sobre o seu salário de contribuição, ou anuais, por meio de um valor único a escolha do participante. Este tipo de contribuição é feito adicionalmente à contribuição básica, sem a proporcional contribuição das patrocinadoras.

Na qualidade de patrocinadoras deste plano a Companhia contribuiu no período com R\$978 (R\$411 em 2022) e as controladas contribuíram no período com o montante de R\$5.688 (R\$3.203 em 2022).

Em 30 de setembro de 2023 este plano tem a adesão de 138 colaboradores (138 em 31 de dezembro de 2022) da Companhia e 1.838 (1.759 em 31 de dezembro de 2022) das suas controladas.

• EDP Goiás

O plano prevê a acumulação de reservas individualizadas, por recolhimento mensal de quotas pelos ativos pela patrocinadora, com base compulsória de 2% sobre os salários, acrescidas de contribuições facultativas definidas pelos participantes em que a patrocinadora acompanha até o limite de 20% dos salários. Há ainda, contribuições extraordinárias do participante sem contrapartida da patrocinadora. O saldo de quotas acumulado na data de concessão do benefício é transformado em renda vitalícia. Os aportes patronais são mantidos em conta coletiva até a data da concessão, quando se transformam em nominativos aos beneficiários. Os benefícios do plano são os seguintes:

- Suplementação de aposentadoria;
- Suplementação de aposentadoria por invalidez;
- Suplementação de pensão; e
- Suplementação do abono anual.

Na qualidade de patrocinadora destes tipos de planos, a controlada EDP Goiás contribuiu no período com R\$679.

Em 30 de setembro de 2023 este plano tem a adesão de 45 colaboradores (45 em 31 de dezembro de 2022).

28.2 Auxílio Incentivo à Aposentadoria (AIA), Assistência médica, Seguro de vida e Outros benefícios a aposentados: Benefício Definido

• Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA (EDP Espírito Santo): Benefício aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1981, pagável por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, independentemente do motivo de desligamento. O AIA garante um pagamento em forma de pecúlio, cujo valor foi calculado considerando, para cada empregado, a proporcionalidade do tempo de contribuição ao INSS até 31 de outubro de 1996, da remuneração e o benefício do INSS em 31 de outubro de 1996;

• Assistência médica, seguro de vida e outros benefícios a aposentados (EDP Espírito Santo - vigente aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1990 e aposentados nas controladas): Cobertura vitalícia com despesas de assistência médica, odontológica, medicamentos, seguro de vida e, nos casos comprovados de existência de dependente especial, correspondente a 50% do piso salarial das controladas; e

• Assistência médica (Investco): De acordo com a Lei nº 9.656/98, os empregados que pagam contribuição mensal fixa para o plano de assistência médica têm o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um tempo determinado conforme previsto na legislação aplicável aos planos de assistência à saúde. O modelo de assistência médica da Investco de abril de 2005 até dezembro de 2011 atendia a essa condição.

28.2.1 Avaliação atuarial

Uma série de premissas podem ter sua realização diferente da calculada na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos benefícios ou da legislação aplicável a estes.

A maior parte das obrigações dos benefícios consistem na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos. Estes benefícios são sensíveis à inflação, sendo que uma inflação maior que o previsto nesta avaliação levará a um maior nível de obrigações.

As avaliações atuariais realizadas nas datas-bases 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 demonstraram uma obrigação presente para estes Planos do tipo Benefício Definido.

28.2.2 Movimentação dos passivos atuariais

	EDP Espírito Santo		Investco
	Valor presente das obrigações	Valor justo dos ativos do plano	Valor presente das obrigações
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(567.754)		(1.165)
Custo do serviço corrente	(979)		(37)
Custo dos juros	(40.490)		(89)
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no Patrimônio Líquido	(33.729)		(33.729)
Contribuições pagas pela controladas		35.084	35.084
Saldos em 30 de setembro de 2023	(642.952)	35.084	(1.291)

A perda atuarial no montante de R\$33.729 na EDP Espírito Santo, apurada na avaliação atuarial efetuada em 30 de setembro de 2023, foi decorrente, principalmente, da redução na taxa de desconto de mercado utilizado no valor presente do fluxo de pagamento de benefícios previsto no estudo atuarial.

Para estes planos, acumulado desde o início da obrigação, o saldo de perda atuarial líquido de imposto de renda e contribuição social em 30 de setembro de 2023 na EDP Espírito Santo é de R\$283.487 (R\$267.336 em 31 de dezembro de 2022).

Devido à situação superavitária destes planos, não há contribuições esperadas da EDP Espírito Santo para os próximos 12 meses e sem pagamento para Investco.

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

28.2.3 Despesas líquidas

Os efeitos da revisão das avaliações atuariais reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes, ambos em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego são os seguintes:

Nota	Períodos de 9 meses findos em 30 de setembro			
	EDP Espírito Santo		Investco	
	2023	2022	2023	2022
Custo do serviço				
Custo do serviço corrente	34	979	1.245	37
Custo dos juros		40.490	36.958	89
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado		41.469	38.203	126
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido				
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência		301	93	1
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas financeiras		33.428	(31.945)	(77)
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes		33.729	(31.852)	(76)
Total		75.198	6.351	58

29 Encargos setoriais

As obrigações a recolher, referem-se a encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, como segue:

Nota	Consolidado							Saldo em 30/09/2023
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos	Transferências	Ativo mantido para venda (Nota 17)		
Pesquisa e desenvolvimento e Programa de eficiência energética (P&D e PEE)	29.1	53.785	88.481	2.841	(90.884)	4.884	(7.323)	51.784
Conta de desenvolvimento energético - CDE	29.2	21.429	1.400.628		(1.390.458)	(4.884)		26.715
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH		6.330	19.581		(21.785)			4.126
Encargos tarifários (ECE/ EAEEE)		31.454			(5)			31.449
Bandeiras tarifárias (CCRBT)		(3.131)			3.131			-
Outros encargos		2.670	21.549		(22.107)		(330)	1.782
Total		112.537	1.530.239	2.841	(1.522.108)	-	(7.653)	115.856
Circulante		110.439						112.670
Não circulante		2.098						3.186

29.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D e Programa de eficiência energética - PEE

Os valores das obrigações a serem aplicadas nos programas de P&D e PEE registrados pela Companhia, são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC para as obrigações de investimento pela Companhia e por IGP-M para os montantes destinados ao PROCEL até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio das Resoluções Normativas ANEEL nº 897/20 e os programas de PEE são regulamentados por meio da Resolução Normativa nº 920/21.

Por meio do Despacho nº 904 de 31 de março de 2021, a ANEEL regulamentou o Artigo 1º da Lei nº 14.120/21 que destina os recursos não utilizados de P&D e PEE, geridos pela ANEEL para a CDE.

O saldo líquido em 30 de setembro de 2023 no montante de R\$51.784 (R\$53.785 em 31 de dezembro de 2022), contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes a esses programas.

29.2 Conta de desenvolvimento energético - CDE

A CDE é destinada à promoção do desenvolvimento energético no território nacional, seguindo em cumprimento a programação determinada pelo Ministério de Minas e Energia - MME, e gerido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Os montantes referem-se aos valores repassados à referida Conta, anuídos pela ANEEL. Em 2021, foi determinado pela ANEEL, via RNE nº 885/21 a destinação de parte dos recursos de CDE à Conta COVID.

Os valores a repassar à CDE, anuídos pela ANEEL estão demonstrados na tabela abaixo:

	EDP São Paulo			EDP Espírito Santo		
	Montante total	Valor cota mensal	Competência	Montante total	Valor cota mensal	Competência
Despacho - ANEEL nº 939/21						
CDE Conta-covid	141.415	11.785	A partir do processo tarifário ordinário de 2021	87.916	7.326	A partir do processo tarifário ordinário de 2021
Resolução Homologatória - ANEEL nº 3.175/23						
CDE - Encargo de uso	987.485	82.612	Janeiro de 2023 a Março de 2023	616.053	51.538	Janeiro de 2023 a Março de 2023
		82.183	Abril de 2023 a Dezembro de 2023		51.271	Abril de 2023 a Dezembro de 2023
CDE - GD				35.662	2.972	A partir do processo tarifário ordinário de 2023
Despacho - ANEEL nº 510/23						
CDE - Escassez hídrica				24.904	2.075	A partir do processo tarifário ordinário de 2023
Despacho - ANEEL nº 1.120/23 (*)						
CDE - Eletrobras	15.907			12.292		

(*) O Despacho ANEEL nº 1.120 de 24 de abril de 2023 aprova os valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE referentes aos valores aportados pela Eletrobras ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº15, de 2021, a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, até 02 de maio de 2022, nas contas correntes vinculadas ao repasse da Modicidade Tarifária da CDE; e (ii) as distribuidoras inadimplentes com suas obrigações intrasetoriais terão seus repasses retidos até a adimplência dos débitos, nos termos do Submódulo 5.2 do PRORET.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



30 Provisões

	Nota	Controladora		Consolidado			
		Não circulante		Circulante		Não circulante	
		30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias	30.1	26.288	27.941	35.462	33.380	580.147	638.068
Licenças Ambientais	30.2			30.083	54.566	14.667	19.516
Desmantelamento	17.1						11.483
Total		26.288	27.941	65.545	87.946	594.814	669.067

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

30.1 Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e depósitos vinculados a litígios

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das informações contábeis intermediárias. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos.

30.1.1 Risco de perda provável

A Administração da Companhia e de suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue.

		Controladora									
		Passivo					Ativo				
		Saldo em	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualização	Saldo em	Depósito Judicial			
		31/12/2022				monetária	30/09/2023	30/09/2023	31/12/2022		
Trabalhistas	30.1.1.1	11.472	235	(2.371)	(929)	605	9.012	4.360	2.536		
Cíveis	30.1.1.2	15.962	2.767	(3.423)	(1.076)	2.543	16.773	10.068	8.729		
Outros	30.1.1.5	507	10	(11)	(3)		503				
Total Não circulante		27.941	3.012	(5.805)	(2.008)	3.148	26.288	14.428	11.265		

		Consolidado									
		Passivo					Ativo				
		Saldo em	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualização	Saldo em	Depósito Judicial			
		31/12/2022				monetária	30/09/2023	30/09/2023	31/12/2022		
Trabalhistas	30.1.1.1	149.698	22.477	(24.516)	(17.008)	23.379	152.323	55.672	42.261		
Cíveis	30.1.1.2	382.095	52.818	(75.743)	(16.140)	52.486	(53.521)	341.995	153.285	125.611	
Fiscais	30.1.1.3	55.145	4.780	(2.548)	(3.743)	(9)	53.625	32.394	29.649		
Regulatórios	30.1.1.4	30.733				2.956	33.689				
Outros	30.1.1.5	53.777	2.805	(1.812)	(552)	3.610	(23.851)	33.977			
Total		671.448	82.880	(104.619)	(37.443)	82.422	(79.079)	615.609	241.351	197.521	
Circulante							35.462				
Não circulante							580.147	241.351	197.521		

O valor total referente às garantias de provisões prováveis na Companhia e no Consolidado é de R\$53.763 em 30 de setembro de 2023 (R\$82.108 em 31 de dezembro de 2022).

30.1.1.1 Trabalhistas

EDP - Energias do Brasil, EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Goiás, EDP Smart Soluções e EDP Litoral Sul

Referem-se a diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e equiparação salarial.

Em 4 de agosto de 2015, por meio do julgamento do processo de arguição de inconstitucionalidade nº 479-60.2011.5.04.0231, o Pleno do Tribunal Superior do Trabalho decidiu que os débitos trabalhistas devem ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. O índice seria utilizado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT para a tabela de atualização monetária da Justiça do Trabalho (Tabela Única). Desta forma, o índice de correção desses débitos, que era a Taxa Referencial - TR, passaria a ser o IPCA-E.

O novo índice deveria ser aplicado em todas as ações trabalhistas que envolvem entes públicos e privados que discutem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009, que ainda não foram executadas ou houve o trânsito em julgado. Todavia, em 14 de outubro de 2015, o Ministro do Supremo Tribunal Federal - STF deferiu liminar para suspender os efeitos da decisão proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho - TST.

Em ato contínuo, em 05 de dezembro de 2017, a 2ª Turma do STF, por maioria dos votos, julgou improcedente a ação ajuizada pela Federação Nacional dos Bancos - FENABAN contra a decisão do TST nos autos do processo ArgInc-479-60.2011.5.04.0231, que determinava a aplicação do IPCA-E como índice de correção monetária dos débitos trabalhistas. Na decisão questionada pela FENABAN, o TST declarou que o uso da TR como índice de correção na Justiça do Trabalho era inconstitucional, ficando, em consequência, revogada a liminar anteriormente deferida, e determinou a adoção do IPCA-E determinado pelo IBGE, para calcular os débitos.

Em março de 2018 os Embargos Declaratórios foram julgados no TST e, neste sentido, a Companhia e suas controladas entenderam, por ora, que a decisão do STF deveria ser aplicada a partir de seus efeitos modulatórios e não sobre todo o processo, logo, a aplicação do IPCA-E deveria ocorrer a partir de 25 de março de 2015. Cabe recurso ao tema.

Desta forma, desde dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas passaram a atualizar todos os processos trabalhistas por meio do IPCA-E.

Em dezembro de 2020, o plenário do Supremo Tribunal Federal decidiu que a correção monetária de débitos trabalhistas deve ser feita pelo IPCA-E e pela taxa SELIC, mais favoráveis aos trabalhadores. O entendimento firmado pela Corte abrange também os depósitos recursais realizados em conta judicial.

Os processos que ainda estejam na fase de conhecimento, independentemente da prolação de sentença, deverão observar, de forma retroativa, a aplicação dos dois índices da seguinte forma: a aplicação do IPCA-E na fase prejudicial e, a partir da citação do processo, a taxa SELIC. A decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal encerra discussões travadas nos TRTs e TST sobre o índice de correção aplicável na Justiça do Trabalho, e tais índices devem ser aplicados enquanto não for aprovado projeto de Lei pelo Congresso Nacional sobre o tema.

Neste sentido, a Companhia e suas controladas a partir de 1º de janeiro de 2021 passaram a aplicar os referidos índices de correção das seguintes formas: (i) processos em andamento com atualização da nova forma de cálculos em fase de liquidação do processo; e (ii) processos novos com aplicação dos índices desde o cadastramento no sistema EDP Legal, o qual deverá ser incluído já com o correto valor atualizado pelo índice IPCA-E para que o sistema realize as atualizações mensais pós citação pela taxa SELIC.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



30.1.1.2 Cíveis

EDP São Paulo e EDP Espírito Santo

Referem-se, principalmente, a pedidos de restituição dos valores pagos a título de majoração tarifária, efetuados pelos consumidores industriais em decorrência da aplicação das Portarias DNAEE nº 38/86 e nº 45/86 - Plano Cruzado, que vigoraram de fevereiro a novembro daquele ano. Os valores originais estão atualizados de acordo com a sistemática praticada no âmbito do Poder Judiciário. O saldo em 30 de setembro de 2023 para a EDP São Paulo é de R\$103.766 (R\$90.036 em 31 de dezembro de 2022) e para a EDP Espírito Santo é de R\$8.006 (R\$6.839 em 31 de dezembro de 2022), destacando-se o seguinte processo para a EDP São Paulo:

- Processo nº 2000.001.127615-0, em trâmite na 10ª Vara Cível do Foro Central da Comarca do Rio de Janeiro, movido pela White Martins que discute a existência de reflexos decorrentes da vigência das Portarias nº 38/86 e nº 45/86 do extinto DNAEE, nas tarifas de consumo de energia elétrica, relativo ao período de setembro de 2000 em diante. No mês de abril de 2010, a EDP São Paulo cumpriu determinação judicial de substituição da garantia processual existente, de carta-fiança por depósito bancário no montante de R\$60.951 e, em junho de 2011, foi efetuado o complemento do depósito judicial no valor de R\$10.627. A EDP São Paulo apresentou diversas manifestações e recursos visando a suspensão da execução do montante, bem como para reverter a determinação de desconto do percentual de 16,66% nas faturas mensais da White Martins, até que, em 8 de junho de 2011, foi autorizado o levantamento, em pagamento, do valor de R\$60.951 depositado inicialmente, sem prestação de caução. No dia 10 de junho de 2011, a White Martins realizou o levantamento do referido depósito atualizado monetariamente no montante de R\$66.806. Não obstante o levantamento do referido depósito, permanece depositado judicialmente o montante de R\$10.627, havendo ainda recursos pendentes perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e no Superior Tribunal de Justiça - STJ discutindo a questão. Atualmente, foi realizada nova perícia no âmbito do cumprimento de sentença. O registro contábil foi efetuado de forma a apresentar a redução do depósito judicial em contrapartida de uma redução da provisão constituída para esta contingência. O saldo remanescente em 30 de setembro de 2023 é de R\$70.696 (R\$64.640 em 31 de dezembro de 2022).

EDP São Paulo

Ação De Cobrança nº 0002000-33.2001.8.26.0100, promovida pela Fundação CESP em face das empresas cindidas da Eletropaulo, para haver a importância total de R\$1.642 de 30 de outubro de 2000, referente à parte que lhes caberia em face do plano de suplementação de aposentadorias e pensão para os empregados da Funcesp - o valor refere-se à reavaliação atuarial anual do plano referido ocorrido no exercício encerrado em 31 de dezembro de 1997. O montante estimado em 30 de setembro de 2023 é de R\$38.937 (R\$34.342 em 31 de dezembro de 2022). Atualmente a EDP São Paulo aguarda julgamento do recurso.

- Processo originário 0121427-48.2006.8.26.0100 que tramitou perante a 28ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo, finalizado este processo passou a tramitar o Cumprimento de sentença nº. 0041606-43.2016.8.26.0100 em tramite perante a 28ª Vara Cível. Trata-se de Cumprimento de sentença que visa que a Companhia realize o pagamento de R\$1.894 (valor histórico de 2012). A Companhia apresentou recurso para discutir o valor da condenação através do Agravo de Instrumento e em 03 de maio de 2022 foi publicada a decisão determinando a intimação da seguradora para que depositasse nos autos o valor objeto da apólice no total de R\$8.381. Evitando a execução da apólice de seguro a EDP São Paulo optou por depositar o valor discutido no processo a título de garantia, passando o caso de possível para provável em razão do dispêndio dos valores. Em 30 de setembro de 2023 o valor é de R\$11.899 (R\$10.495 em 31 de dezembro de 2022). Atualmente a EDP São Paulo aguarda julgamento do recurso.

EDP Espírito Santo

A EDP Espírito Santo é parte em causas referente a pedidos de responsabilidade civil por eletropressão, onde ocorreu acidentes provocados pela exposição acidental a carga elétrica. O montante estimado em 30 de setembro de 2023 é de R\$9.595 (R\$5.980 em 31 de dezembro de 2022). Aguarda-se julgamento dos processos.

Processos relacionados a desapropriação e constituição de servidão administrativa para a construção de empreendimentos no Estado. Na grande maioria dos processos discute-se apenas o valor indenizatório decorrente da desapropriação e permanecem aguardando julgamento ou decisão final. O montante estimado em 30 de setembro de 2023 é de R\$31.842 (R\$28.172 em 31 de dezembro de 2022).

Ação de indenização nº 0000526-91.2003.8.08.0024, ora em fase de cumprimento de sentença, em trâmite perante a 6ª Vara Cível da Comarca de Vitória/ES, na qual pretendeu a Transalfa a condenação da Companhia ao pagamento (i) dos valores constantes nos contratos para cada viagem contratada e não fornecida pela concessionária e, (ii) lucros cessantes, devidos em razão da rescisão unilateral imotivada do contrato, em quantia a ser arbitrada pelo Juízo. Iniciado o procedimento de liquidação de sentença pela Transalfa em 10 de fevereiro de 2014, o qual se encontra em fase pericial. O valor atualizado em 30 de setembro de 2023 é de R\$17.460 (R\$15.898 em 31 de dezembro de 2022), sendo integralmente liquidado em julho de 2023.

Investco

A Investco possui provisionado em 30 de setembro de 2023 o montante de R\$9.573 (R\$15.832 em 31 de dezembro de 2022) que refere-se:

(i) Indenizações

Indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Investco, cujo montante provisionado em 30 de setembro de 2023 é de R\$4.093 (R\$2.989 em 31 de dezembro de 2022).

(ii) Desapropriações

Referem-se a indenizações a título de desapropriações propostas pela Investco para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Investco e o valor pretendido pelo expropriado, cujo montante provisionado em 30 de setembro de 2023 é de R\$5.479 (R\$12.843 em 31 de dezembro de 2022). Em junho de 2023, a controlada obteve êxito em 5 processos, resultando na redução de contingências cíveis no montante de R\$2.470. O saldo dos Depósitos judiciais, relacionados a estes processos, em 30 de setembro de 2023 é de R\$11.124 (R\$13.138 em 31 de dezembro de 2022) estão registrados no Imobilizado em curso - Outros (Nota 23).

EDP Transmissão Aliança

Referem-se, em sua totalidade, a processos relativos a indenizações a título de desapropriações propostas pela controlada para a construção da linha de transmissão. O montante estimado em 30 de setembro de 2023 é de R\$27.908 (R\$ 27.349 em 31 de dezembro de 2022).

Definição STF sobre os limites da coisa julgada

Referem-se, em sua totalidade, a processos relativos a indenizações a título de desapropriações propostas pela controlada para a construção da linha de transmissão. O montante estimado em 30 de setembro de 2023 é de R\$48.868 (R\$47.074 em 31 de dezembro de 2022).

30.1.1.3 Fiscais

Enerpeixe

Refere-se a processo administrativo no âmbito da Receita Federal do Brasil - RFB, que visa a cobrança de IRPJ e CSLL apurados nos períodos de 2014 a 2016 por suposta falta de recolhimento. O valor atualizado em 30 de setembro de 2023 é de R\$2.445 (R\$2.305 em 31 de dezembro de 2022). A Enerpeixe apresentou defesa administrativa e aguarda julgamento.

EDP São Paulo

Em 30 de setembro de 2023, o valor da contingência é de R\$11.962 (R\$11.398 em 31 de dezembro de 2022), em razão da reavaliação de provas do processo judicial, no qual discute-se ao direito aos créditos de ICMS utilizados pela EDP São Paulo no período de julho a dezembro de 2003, referente a valores de "Anulação/Devolução de Venda de Energia Elétrica". Foi efetuada a provisão parcial do valor total da contingência, e a segregação da classificação de risco. A EDP São Paulo apresentou defesa e aguarda julgamento. O valor em risco sofre acréscimo expressivo em razão dos critérios de atualização da Lei Estadual nº 13.918/09, além dos honorários exigidos pela Procuradoria Estadual na fase judicial.

Mandado de Segurança em face da Receita Federal, objetivando o afastamento da base de cálculo da COFINS prevista pela Lei nº 9.718/98. Em 2009 foi feita adesão ao REFIS, para liquidação parcial dos débitos (1999), mantendo a discussão dos demais temas relativos aos períodos de 2000 e 2001, entretanto, a Companhia obteve decisão parcialmente favorável, restando devido a União o valor relativo a discussão da majoração da alíquota no montante de R\$6.971 em 30 de setembro de 2023 (R\$ 6.748 em 31 de dezembro de 2022). O processo aguarda decisão sobre a conversão parcial do depósito em favor da União, para quitação dos débitos.

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

EDP Espírito Santo

• Refere-se à ação judicial movida pela Receita Federal, objetivando a cobrança de PIS e COFINS dos períodos de 2002 e 2005, em razão do não processamento das retificações das declarações decorrentes da recomposição tarifária extraordinária, conforme orientações do parecer COSIT nº 26/02. Em razão do indeferimento da perícia nos autos, foi proferida decisão desfavorável no Tribunal Superior, ocasionando o provisionamento da contingência. Em 30 de setembro de 2023 o valor atualizado é de R\$29.557 (R\$28.640 em 31 de dezembro de 2022). A EDP Espírito Santo apresentou recurso e aguarda julgamento.

• Processo judicial entre a controlada EDP Espírito Santo e a Receita Federal, o qual discute, a multa aplicada pela entrega em atraso da DCTF relativo ao primeiro trimestre de 2003 e estimativas de IRPJ do mesmo exercício. Em 30 de setembro de 2023 o valor foi baixado, em razão do pagamento integral da contingência (R\$3.039 em 31 de dezembro de 2022). No âmbito do STJ, foi mantida a decisão desfavorável, razão pela qual o débito foi quitado. Atualmente, o processo aguarda extinção e arquivamento.

30.1.1.4 Regulatórios

EDP São Paulo e EDP Espírito Santo

Referem-se a autos de infração editados pela ANEEL ou outros órgãos reguladores que encontram-se em fase de recurso pelas controladas de distribuição.

EDP São Paulo

Dentro do contexto de Fiscalização Responsiva, as Agências Reguladoras estabelecem acordos com as concessionárias para o desenvolvimento de planos de ações específicos, que objetivam a melhoria e a conformidade do serviço prestado pelas empresas. A ARSESP - Agência Reguladora do Estado de São Paulo e a controlada EDP São Paulo definiram Plano de Resultados para melhoria de indicadores de qualidade do fornecimento de energia elétrica da EDP São Paulo, que foi acompanhado ao longo do ano de 2021, a partir do processo de fiscalização ANEEL nº48500.004490/2022-22. O processo de fiscalização resultou no Auto de Infração 0015/2022-SFE, registrando a Não Conformidade em decorrência de a EDP São Paulo ter ultrapassado em 2021 os limites regulatórios estabelecidos em 14 conjuntos de unidades consumidoras no indicador DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora e em 6 conjuntos de unidades consumidoras no indicador FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora, sendo que os indicadores regulatórios globais de DEC e FEC na controlada EDP São Paulo foram registrados abaixo do limite estabelecido para o mesmo ano. O montante de penalidade estimado em 30 de setembro de 2023 é de R\$13.438 (R\$13.438 em 31 de dezembro de 2022), representando uma redução de 25,81%. A controlada EDP São Paulo protocolou recurso administrativo, e aguarda avaliação de mérito pela ANEEL.

30.1.1.5 Outros

EDP São Paulo

Em 30 de setembro de 2023, o valor total é de R\$4.423 (R\$2.714 em 31 de dezembro de 2022). A provisão foi constituída de acordo com o Termo de Restituição, no qual atribuiu responsabilidade a controlada EDP São Paulo em favor da EnerPrev, em caso de desembolso relacionado ao processo judicial nº 0021584-06.2001.4.03.6100 em nome Fundação CESP em face da União Federal, no qual discute as regras de imunidade e isenção quanto ao recolhimento de contribuições sociais do período de 1995 a 1999, o mesmo foi parcialmente classificado com perda provável pelos patronos da ação. A reversão de parte do valor se deu em razão da liberação da garantia nos autos do processo judicial.

30.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Nota	Controladora				Consolidado			
		Saldo em		Ativo		Saldo em		Ativo	
				Depósito Judicial				Depósito Judicial	
		30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Trabalhistas	30.1.2.1	3.078	3.300	292	278	110.574	121.889	9.571	9.888
Cíveis	30.1.2.2	187.145	166.507	1.139	1.097	1.252.689	1.620.426	19.925	16.464
Fiscais	30.1.2.3	42.693	49.218	1.162	1.085	2.191.935	2.321.753	117.684	108.228
Regulatórios	30.1.2.4					12.298	12.298	552	552
Total		232.916	219.025	2.593	2.460	3.567.496	4.076.366	147.732	135.132

O valor total referente às garantias de provisões possíveis na Companhia é de R\$786.953 em 30 de setembro de 2023 (R\$729.410 em 31 de dezembro de 2022) e no consolidado R\$786.953 (R\$740.364 em 31 de dezembro de 2022).

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível, destacam-se as seguintes:

30.1.2.1 Trabalhistas

EDP - Energias do Brasil, EDP Espírito Santo, EDP São Paulo, EDP Goiás, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Litoral Sul, EDP Smart Serviços e EDP Smart Soluções

Referem-se a diversas ações que, de maneira geral, versam sobre horas extras, equiparação salarial, responsabilidade subsidiária/solidária envolvendo empresas prestadoras de serviços, indenização por danos morais/materiais decorrentes de doenças/acidentes de trabalho, dentre outros.

30.1.2.2 Cíveis

EDP - Energias do Brasil

• Processo nº 1109675-81.2014.8.26.0100, em trâmite na 20ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo, movido pela Montcalm Montagens Industriais S.A. contra as empresas MABE Construção e Administração de Projetos LTDA, Pecém II Geração de Energia S.A, Eneva S.A. e EDP - Energias do Brasil, que discute suposto desequilíbrio contratual em subcontratação realizada pela MABE, para prestação de serviços de montagem de equipamento relacionadas à implantação da UTE Pecém II, empresa do grupo econômico da Eneva S.A. A Montcalm, alega que as empresas possuem responsabilidade subsidiária pelos inadimplementos contratuais, em razão de suposta sucessão contratual e sucessão empresarial. Atualmente o processo encontra-se em fase pericial. O valor estimado em 30 de setembro de 2023 é de R\$83.050 (R\$73.248 em 31 de dezembro de 2022).

Investco

• Referem-se, em sua grande maioria, às ações descritas na nota 30.1.1.2 - Indenizações e Desapropriações, no montante em 30 de setembro de 2023 de R\$102.954 (R\$131.748 em 31 de dezembro de 2022). A redução refere-se, principalmente, à decisão favorável à Companhia em um processo de ação indenizatória de mineração, que foi estimado em R\$34.383 em dezembro de 2022.

EDP Espírito Santo e EDP São Paulo

• Ação civil pública nº 26725-92.2009.4.01.3800, em trâmite na 3ª Vara Federal Cível de Belo Horizonte, movida pela Associação de Defesa de Interesses Coletivo - ADIC, que pleiteia indenização por danos materiais em razão de reajuste tarifário (Parcela "A"). Nesta demanda, foi proferida decisão que determinou a exclusão das concessionárias do polo passivo da ação, sendo mantida tão somente a ANEEL. O processo encontrava-se suspenso até que, em 27 de novembro de 2013, o STJ considerou o Juízo da 3ª Vara Federal Cível de Belo Horizonte como competente para julgar todas as demandas coletivas que discutem a questão da Parcela "A". Em 05 de abril de 2017, foi proferida sentença extinguindo o feito também em relação a ANEEL. Após julgamento que extinguiu o processo sem resolução do mérito, atualmente aguarda-se decisão do recurso da parte autora. A ação tramita apenas em face da ANEEL. O valor estimado em 30 de setembro de 2023 da EDP Espírito Santo é de R\$146.485 (R\$129.197 em 31 de dezembro de 2022) e da EDP São Paulo é de R\$329.173 (R\$290.324 em 31 de dezembro de 2022).

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



- Mandado de segurança nº 0002173-26.2014.4.01.3400, em trâmite na 22ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, impetrado por Santo Antônio Energia S.A. - SAESA contra ato da Diretoria da ANEEL, objetivando suspender as obrigações de recomposição de lastro e potência e de pagamento dos encargos pelo uso do sistema de transmissão, bem como a aplicação de eventuais penalidades pelo descumprimento do cronograma da obra. Em 26 de fevereiro de 2014 foi deferido em parte o pedido de antecipação de tutela, que gerou impactos às distribuidoras de energia. Em face da referida decisão, as controladas, por meio da ABRADEE, ajuizaram o pedido de suspensão da decisão perante o STJ, que foi deferido. Atualmente aguarda-se decisão de recurso. O valor estimado em 30 de setembro de 2023 da EDP Espírito Santo é de R\$27.341 (R\$24.114 em 31 de dezembro de 2022) e da EDP São Paulo é de R\$30.316 (R\$26.738 em 31 de dezembro de 2022).

EDP Espírito Santo, EDP São Paulo, Lajeado, Investco e Enerpeixe

- Ação Ordinária nº 0028271-48.2014.4.01.3400, em trâmite na 13ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, também proposta pela SAESA contra a ANEEL com pedido de liminar para não aplicação, durante o período de motorização da UHE Santo Antônio, do Mecanismo de Redução de Energia Assegurada - MRA. A liminar não foi concedida em primeira instância. Em sede de agravo, o TRF deferiu o pedido de antecipação de tutela formulado pela SAESA, conferindo efeito retroativo, que passou a ter eficácia desde o início de março de 2012. As controladas e a ANEEL protocolaram junto ao STJ pedidos de Suspensão de Liminar os quais foram deferidos. Em 18 de março de 2015 o recurso proposto pela SAESA foi rejeitado pela corte especial do STJ. Em 26 de setembro de 2018 foi proferida sentença julgando improcedentes os pedidos da SAESA. Atualmente aguarda-se decisão de recurso. O valor estimado consolidado em 30 de setembro de 2023 é de R\$39.987 (R\$35.268 em 31 de dezembro de 2022).

EDP Espírito Santo

- Ação de Repetição de Indébito nº 0031324-59.2008.8.08.0024 proposta pela Vale do Rio Doce - CVRD em que se pleiteia a condenação da EDP Espírito Santo e da Empresa de Luz e Força Santa Maria S/A a devolução do valor correspondente à majoração tarifária instituída pelas Portarias nº 38/86 e nº 45/86 do DNAEE, durante o período do congelamento, qual seja, de fevereiro a novembro de 1986, bem como dos supostos reflexos de tal aumento nas tarifas posteriores. Após a realização de perícia, em 12 de junho de 2014 foi proferida sentença julgando a ação extinta em relação à Empresa Luz e Força Santa Maria S/A e procedente em relação à EDP Espírito Santo, condenando esta última a restituir os valores pagos pela companhia Vale do Rio Doce no período de congelamento de preços. Em face da referida decisão, foram interpostos recursos de Apelação pelas partes ao Tribunal de Justiça do Espírito Santo. Os recursos da EDP Espírito Santo e da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. foram providos, e o recurso da companhia Vale do Rio Doce foi rejeitado. A companhia Vale do Rio Doce então interpôs Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça, com posterior interposição de Agravo, o qual aguarda admissão e julgamento. O valor estimado em 30 de setembro de 2023 é de R\$32.075 (R\$28.290 em 31 de dezembro de 2022).

EDP São Paulo

- Ação de Cobrança nº 0187728-40.2007.8.26.0100, ajuizada pela EDP São Paulo no ano de 2007 visando: (i) a condenação da RTR a restituir R\$11.260 arrecadados e não repassados; (ii) a desconsideração da personalidade jurídica da RTR para condenar seus sócios e seus administradores, solidariamente à RTR, ao pagamento da mencionada quantia; (iii) a inclusão do Lemon Bank no polo passivo da ação; e (iv) consequentemente, a declaração de responsabilidade solidária do Lemon Bank quanto aos atos ilícitos praticados, condenando-o a devolver, solidariamente, a quantia acima mencionada. O valor acrescido de juros e correção monetária ultrapassa os R\$12.500. Em 2014, a EDP São Paulo firmou acordo com o Lemon Bank, atual Banco Bracce, no qual as partes concordaram em (i) autorizar o levantamento do valor de R\$9,5 milhões em favor da distribuidora; (ii) autorizar o levantamento do saldo remanescente do depósito judicial em favor do Lemon Bank; e (iii) extinguir a ação em relação ao Lemon Bank e prosseguir a demanda tão somente em face da RTR Serviços Financeiros e seus sócios. Em 13 de outubro de 2020, foi proferida sentença julgando a ação improcedente. Aguarda-se julgamento do recurso de apelação protocolado, tendo em vista o prognóstico de reversão de julgamento de mérito em favor da controlada. O valor estimado em 30 de setembro de 2023 é de R\$133.687 (R\$117.909 em 31 de dezembro de 2022).

- Ação Anulatória de ato administrativo nº 1031550-21.2017.8.26.0577, em trâmite perante a 10ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, na qual pretendeu a EDP São Paulo a anulação dos autos de infração originários dos processos administrativos nº 119354/2014 e nº 119464/2014, bem como declarar a inconstitucionalidade das leis municipais nº 7.451/2007 e nº 8.766/2012, caso os pleitos anteriores não sejam atendidos a redução das multas para R\$ 10. Em 29 de outubro de 2018 foi proferida sentença que julgou procedente a demanda para declarar incidentalmente a inconstitucionalidade do artigo 1º, §2º, §3º e §4º, da Lei Municipal nº 7.451/2007, com as correlatas alterações posteriores pelas Leis nº 8.766/2012 e nº 9.559/2017, bem como declarar a nulidade dos autos de infração mencionados na inicial e do julgamento dos recursos apresentados nos processos administrativos nº 119354/2014 e nº 119364/2014. Irresignados, a Prefeitura de São José dos Campos, quanto a procedência da ação, e a EDP São Paulo, quanto ao valor dos honorários fixados, apresentaram recursos de apelação, sendo que estes foram tempestivamente contra arazoados. Ato contínuo, o processo foi remetido e acabou por julgar procedente, por votação unânime, os apelos, reduzindo apenas o valor da multa e majorando o valor dos honorários advocatícios.

A EDP São Paulo apresentou os competentes Recursos Especiais e Extraordinários sendo que estes foram inadmitidos, razão pela qual interpusse os competentes Agravos de Instrumento de Despacho Denegatório de Recurso Especial e Extraordinário que após terem sido remetidos ao STJ, seguem conclusos com o Ministro Relator para julgamento. Houve uma redução no valor, uma vez que o acórdão da Apelação, que inicialmente reformou a sentença, reduziu a multa para 1/3 do valor inicialmente arbitrado. Quanto ao risco, o ARExt da controlada provido para determinar o retorno dos autos ao TJSP para julgar a Apelação de acordo com o entendimento do STF, favorável à EDP São Paulo (inconstitucionalidade da Lei Municipal, que fundamentou a atuação da Concessionária). O valor estimado em 30 de setembro de 2023 é de R\$15.612 (R\$106.610 em 31 de dezembro de 2022).

30.1.2.3 Fiscais

EDP - Energias do Brasil (Controladora e Consolidado)

- A Companhia possui discussão administrativa relativa à não homologação de compensações diversas e ao não reconhecimento pela Receita Federal do Brasil - RFB de saldo negativo de IRPJ, apurado nos anos calendários de 1999/2001, originado de empresa incorporada (Magistra Participações S.A.), que totalizam em 30 de setembro de 2023 o valor de R\$24.822 (R\$23.989 em 31 de dezembro de 2022). O processo aguarda julgamento na esfera administrativa.

EDP São Paulo e EDP Espírito Santo

- Ação Judicial objetivando assegurar o direito da inclusão de débitos de PIS e COFINS dos períodos de 2015 e 2017 para a EDP São Paulo e inclusão de débitos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL dos períodos de 2015 e 2016 para a EDP Espírito Santo, no Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) instituído pela Receita Federal do Brasil, os quais estão sendo regularmente pagos. Contudo, não constavam no sistema no momento da consolidação realizada em dezembro de 2018, envolvendo o montante em 30 de setembro de 2023 de R\$39.987 (R\$37.912 em 31 de dezembro de 2022) para a EDP São Paulo e R\$161.987 para a EDP Espírito Santo (R\$153.527 em 31 de dezembro de 2022). Atualmente aguardam o julgamento.

EDP São Paulo

- Autos de infração lavrados pela Receita Federal, objetivando a cobrança de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL do exercício de 2017, incidentes sobre as perdas não técnicas de energia elétrica. O montante atualizado até 30 de setembro de 2023 é de R\$139.333 (R\$129.066 em 31 de dezembro de 2022). A EDP São Paulo apresentou defesa e aguarda o julgamento.

- Discussão na esfera judicial sobre créditos de ICMS utilizados pela Companhia no período de julho a dezembro de 2003, referente a valores de "Anulação/Devolução de Venda de Energia Elétrica" no montante atualizado em 30 de setembro de 2023 de R\$139.366 (R\$132.741 em 31 de dezembro de 2022). A EDP São Paulo apresentou defesa e aguarda julgamento. O valor em risco sofre acréscimo expressivo em razão dos critérios de atualização da Lei Estadual nº 13.918/09 além dos honorários exigidos pela Procuradoria Estadual na fase judicial.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



- Discussões administrativas e judiciais relativas à utilização de crédito de ICMS, com origem no estorno de débito de notas fiscais canceladas (2007, 2012 e 2015) e crediamento de ativo imobilizado (2014 a 2019). Em dezembro de 2022 e 2021 houve novas adições de auto de infração, referente a novas autuações recebidas objetivando a cobrança de ICMS relativa à utilização de crédito de ICMS pela aquisição de bens integrados ao ativo imobilizado, com base no coeficiente de crediamento e forma de escrituração das notas (2016 a 2020) totalizando o montante de R\$206.671 em 30 de setembro de 2023 (R\$222.585 em 31 de dezembro de 2022). A redução da contingência se deu em razão do encerramento com êxito, de um dos processos judiciais. Os demais casos, a EDP São Paulo apresentou as defesas e aguarda o julgamento.
- Discussões administrativas relativas à suposta isenção indevida de ICMS nas faturas dos clientes classificados como rurais (2013, 2014) em 30 de setembro de 2023 o valor é de R\$11.296 (R\$10.646 em 31 de dezembro de 2022). A EDP São Paulo apresentou as defesas e aguarda o julgamento.
- Discussão Judicial em face da Receita Federal, objetivando o cancelamento dos débitos originários do processo administrativo nº 19515.720336/2014-24, o qual manteve a cobrança dos débitos compensados com crédito decorrente de saldo negativo de CSLL da empresa cindida (Eletropaulo) do exercício de 2011, envolvendo o montante de R\$38.383 em 30 de setembro de 2023 (R\$36.512 em 31 de dezembro de 2022). A EDP São Paulo aguarda o julgamento da ação judicial.
- Discussão judicial decorrente de execução fiscal ajuizada pela União Federal, objetivando a cobrança de CSLL, relativa ao ano-calendário de 2009, que foi compensada com saldo de base negativa de CSLL de exercícios anteriores, acumulada pela empresa cindida AES Eletropaulo, que envolve o montante atualizado em 30 de setembro de 2023 de R\$45.260 (R\$41.480 em 31 de dezembro de 2022). A EDP São Paulo apresentou defesa e aguarda o julgamento.
- Discussões administrativas envolvendo o montante atualizado até 30 de setembro de 2023 de R\$102.470 (R\$111.285 em 31 de dezembro de 2022), referentes às compensações não homologadas de créditos decorrentes de pagamento a maior efetuados em 2001 com relação ao IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, em consequência da aplicação do Parecer COSIT 26/02 (impostos sobre RTE). A EDP São Paulo apresentou as defesas, tendo incluído alguns dos processos no Programa de redução de litigiosidade fiscal da Receita Federal, que resultou na redução da contingência. Os demais casos aguardam julgamento.
- Medida judicial relativa à COFINS do período de 1993 a 1995, em litisconsórcio com a Eletropaulo. A questão versa sobre o direito ao aproveitamento da anistia trazida pelas Medidas Provisórias nºs 1858-6 e 1858-8, concedida aos contribuintes que deixaram de recolher tributos por entendê-los indevidos. No julgamento de 2ª Instância, foi confirmado parcialmente o direito à anistia, excluindo-se a parcela atinente aos encargos do Decreto-Lei nº 1.025/69. O valor atualizado até 30 de setembro de 2023 é de R\$80.841 (R\$79.266 em 31 de dezembro de 2022). Atualmente o processo aguarda julgamento de recurso nos Tribunais Superiores.
- Autuações de prefeituras que exigem o pagamento de multa por suposto descumprimento de obrigações acessórias relacionadas à instalação de postes de energia elétrica bem como taxas de fiscalização de obras em logradouros públicos e preço público. O valor atualizado até 30 de setembro de 2023 é de R\$165.289 (R\$134.301 em 31 de dezembro de 2022). O aumento expressivo no valor da contingência, se deu em razão da alteração de risco para possível de alguns processos, os quais discutem a taxa de fiscalização de obras. A EDP São Paulo apresentou as defesas, as quais aguardam julgamento.
- Discussões administrativas relativas à não homologação pela Receita Federal, dos créditos decorrentes de saldo negativo de IRPJ e CSLL relativos aos ano-calendários de 2016 e 2017, envolvendo o montante em 30 de setembro de 2023 de R\$15.663 (R\$14.631 em 31 de dezembro de 2022). A EDP São Paulo apresentou defesa e aguarda o julgamento.
- Discussões administrativas relativas à não homologação pela Receita Federal, dos créditos de PIS e COFINS recolhidos a maior nos exercícios de 2015 e 2016, envolvendo o montante em 30 de setembro de 2023 de R\$19.847 (R\$18.334 em 31 de dezembro de 2022). A EDP São Paulo apresentou defesa e aguarda julgamento.
- Processo administrativo relativo a homologação parcial pela Receita Federal, dos créditos decorrentes do Mandado de Segurança nº 0001568-45.2012.4.03.6100, que por decisão definitiva assegurou a possibilidade de deduzir, do lucro tributável, as despesas decorrentes do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), afastando o limite imposto pelo Decreto nº 5/91, envolvendo o montante em 30 de setembro de 2023 de R\$18.002. A EDP São Paulo apresentou defesa e aguarda julgamento.
- Ação Judicial objetivando assegurar o direito da inclusão de débitos de PIS e COFINS dos períodos de 2015 e 2017, no Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) instituído pela Receita Federal do Brasil, os quais estão sendo regularmente pagos, contudo, não constavam no sistema no momento da consolidação realizada em dezembro de 2018, envolvendo o montante de R\$39.987 em 30 de setembro de 2023 (R\$37.912 em 31 de dezembro de 2022). A EDP São Paulo aguarda o julgamento.

EDP Espírito Santo

- Discussão administrativa relativa ao auto de infração lavrado pela Receita Federal, objetivando a cobrança de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL dos períodos de 2014 e 2015, incidentes sobre as perdas não técnicas de energia elétrica. O montante do processo atualizado até 30 de setembro de 2023 é de R\$181.932 (R\$200.269 em 31 de dezembro de 2022). A EDP Espírito Santo apresentou defesa e aguarda julgamento.
 - A fiscalização do INSS lavrou notificações de cobrança da contribuição previdenciária versando sobre: (i) a desconsideração de autônomos e também de outras pessoas jurídicas, argumentando a existência de vínculo empregatício entre esses prestadores de serviços e a controlada EDP Espírito Santo; e (ii) a sua incidência sobre pagamentos realizados aos segurados empregados a título de PLR e bolsa de estudos. Devido o encerramento de dois processos houve uma redução no montante, essas notificações atualizadas até 30 de setembro de 2023 importam em R\$8.943 (R\$8.955 em 31 de dezembro de 2022) e atualmente aguardam decisão administrativa.
 - Diversas Prefeituras: A controlada EDP Espírito Santo discute administrativa e judicialmente a cobrança de ISSQN supostamente incidente sobre os serviços relacionados à atividade de fornecimento de energia elétrica. Inclui também a exigência do pagamento sobre o espaço ocupado pelo sistema de posteamento das redes de energia elétrica e iluminação pública. Esses processos atualizados até 30 de setembro de 2023 totalizam o montante de R\$132.446 (R\$124.041 em 31 de dezembro de 2022). Deste montante, destaca-se o valor de R\$104.185 (R\$99.898 em 31 de dezembro de 2022) decorrente da lavratura de 122 autos de infração pelo município de Vitória objetivando a cobrança do ISSQN do período de março de 2011 a fevereiro de 2016. A EDP Espírito Santo apresentou as defesas administrativas e judiciais, as quais aguardam julgamento.
 - Discussões administrativas e judiciais relativas às compensações não homologadas pela Receita Federal, com respaldo em créditos reconhecidos judicialmente, bem como de saldo negativo de IRPJ e CSLL, e decorrentes de pagamento a maior de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS efetuados em 2001 em consequência da aplicação do Parecer COSIT 26/02 (impostos sobre RTE), que somam em 30 de setembro de 2023 o valor de R\$77.616 (R\$85.798 em 31 de dezembro de 2022). A redução da contingência se deu em razão da alteração do prognóstico de risco de um dos processos. Adicionalmente, a EDP Espírito Santo apresentou as defesas, obteve êxito em alguns dos processos e os demais casos aguardam julgamento.
 - Auto de infração lavrado pela Receita Federal, objetivando a cobrança de PIS e COFINS em razão dos créditos utilizados como insumos no período de 2017 e 2018. O montante atualizado em 30 de setembro de 2023 é de R\$4.625 (R\$4.417 em 31 de dezembro de 2022). A EDP Espírito Santo apresentou defesa e aguarda o julgamento.
- Adicionalmente, o saldo apresentado em Depósito Judicial em 30 de setembro de 2023 deve-se, principalmente, ao processo nº 2009.50.01.010131-6, no valor de R\$68.295 (R\$63.246 em 31 de dezembro de 2022), referente a execução Fiscal que visa a cobrança de débitos de COFINS referente aos meses de março a outubro de 2001, que foram compensados com crédito advindo do recolhimento indevido de FINSOCIAL. Após decisão nos autos de Agravo de Instrumento da Fazenda Nacional, foi determinada a liquidação da Carta de Fiança Bancária apresentada nos autos da Execução, resultando no depósito judicial.

EDP Trading

- Discussão administrativa acerca da cobrança de débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, referente aos exercícios de 2004 a 2006, decorrentes da não homologação da compensação com créditos dos mesmos tributos. O valor atualizado desses processos em 30 de setembro de 2023 é de R\$10.414 (R\$13.327 em 31 de dezembro de 2022). A EDP Trading obteve decisões favoráveis resultando em redução do montante. Atualmente os demais processos aguardam julgamento.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



- Discussão administrativa decorrente de Auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, objetivando a cobrança de multa por suposta informação incorreta nas obrigações acessórias (EFD ICMS/PI e EFD Contribuições) do período de 2016, envolvendo o montante de R\$3.864 em 30 de setembro de 2023 (R\$26.862 em 31 de dezembro de 2022). A contingência foi reduzida, em razão da obtenção de decisão parcialmente favorável e alteração do prognóstico. Atualmente o processo aguarda julgamento.

Lajeado

- Discussões nas esferas administrativa e judicial decorrente da autuação da Receita Federal do Brasil - RFB em 2014, que visa a cobrança de IRPJ e CSLL em decorrência da glosa de despesas com ágio gerado na aquisição de participação societária. O valor atualizado até 30 de setembro de 2023 é de R\$113.999 (R\$154.431 em 31 de dezembro de 2022). A redução da contingência se deu em razão da decisão favorável, a qual cancelou a cobrança da multa majorada, encerrando a discussão na esfera administrativa. Atualmente, a Lajeado aguarda o julgamento na esfera judicial dos demais valores em cobrança (principal atualizado com acréscimo dos encargos da Procuradoria).

- Discussão judicial, objetivando o cancelamento da multa isolada no importe de 75% sobre o crédito não homologado pela Receita Federal do período de 2003 e 2004, o montante atualizado em 30 de setembro de 2023 é de R\$12.816. A Lajeado apresentou defesa e aguarda julgamento.

- Discussão administrativa federal, relativa à compensação de IRPJ e CSLL não homologada pela RFB do período de 2013, e aplicação de multa isolada de 50% sobre essa compensação, o montante atualizado em 30 de setembro de 2023 é de R\$5.181. A Lajeado apresentou defesa e aguarda julgamento.

- Discussão na esfera administrativa relativa à não homologação pela Receita Federal, dos créditos de saldo negativo de IRPJ do ano-calendário de 2014, envolvendo o montante em 30 de setembro de 2023 de R\$9.139 (R\$8.568 em 31 de dezembro de 2022). A Lajeado apresentou defesa e aguarda o julgamento.

Enerpeixe

- Discussões administrativas relativas às compensações de PIS e COFINS não homologadas pela RFB, nos períodos de 2012 a 2015, por suposta falta de crédito em razão das DCTFs retificadoras não terem sido analisadas pela RFB, totalizando em 30 de setembro de 2023 o valor de R\$206.407 (R\$178.497 em 31 de dezembro de 2022). O acréscimo no valor é devido ao ingresso de novos casos. A Enerpeixe apresentou as defesas e aguarda julgamento.

- Discussão na esfera administrativa de autuação da RFB, que visa a cobrança de IRPJ e CSLL apurados nos períodos de 2014 a 2016 por suposta falta de recolhimento. O valor atualizado até 30 de setembro de 2023 é de R\$71.524 (R\$66.642 em 31 de dezembro de 2022). A Enerpeixe apresentou defesa administrativa e aguarda julgamento.

- Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Estadual do Tocantins, objetivando a cobrança de multa por supostas divergências de informações constantes nos registros do período de 2014. Em 30 de setembro de 2023 a contingência foi quitada com benefício econômico, em razão da inclusão do débito no Programa de Regularização Fiscal estadual, (R\$5.504 em 31 de dezembro de 2022). A Enerpeixe quitou o débito e aguarda o encerramento do processo.

- Discussões na esfera administrativa, relativas à não homologação pela Receita Federal, dos créditos de saldo negativo de IRPJ dos exercícios de 2003 a 2006. O valor atualizado até 30 de setembro de 2023 é de R\$6.375. A Enerpeixe apresentou as defesas e aguarda julgamento.

30.1.2.4 Regulatórias

EDP Espírito Santo

Refere-se à penalidade por ultrapassagem dos Montantes de Uso do Sistema de Transmissão – MUST nos anos de 2011 e 2013. A contratação do MUST foi realizada conforme recomendação do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, contudo, em razão de restrições sistêmicas, pela ausência de rede básica para escoar a geração no SIN, em 2011 o escoamento elevou a utilização do ponto de conexão de Mascarenhas e, em 2013, ocorreu a inversão de fluxo no ponto de Mascarenhas resultando em ultrapassagem no ponto de conexão de Campos. Atualmente, o processo encontra-se judicializado com liminar suspendendo as cobranças até a avaliação do mérito.

30.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento cuja perda foi estimada como remota. Para estas ações, o saldo de depósitos judiciais em 30 de setembro de 2023 na Controladora é de R\$365 (R\$2.736 em 31 de dezembro de 2022) e nas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Enerpeixe, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Litoral Sul, EDP Transmissão Norte, EDP Transmissão Norte 2, EDP Smart Serviços, EDP Smart Soluções, Investco, EDP Trading e EDP Goiás é de R\$73.545 (R\$132.378 em 31 de dezembro de 2022).

30.2 Licenças Ambientais

O montante em 30 de setembro de 2023 no Circulante e Não circulante de R\$44.750 (R\$74.082 em 31 de dezembro de 2022) refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação das UHEs, UTE e LTs, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes.

Os custos relativos às Licenças ambientais estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IPCA.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação dos empreendimentos, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens (usinas hidrelétricas) ou das máquinas e equipamentos (usinas térmicas), conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL, e depreciadas pela vida útil desses imobilizados. Já as licenças de operação, obtidas para a entrada em operação comercial das usinas, são reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência das licenças.

As controladas de geração, distribuição e transmissão de energia estão sujeitas a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra as mesmas por eventual inobservância da legislação.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulatórios, além de permitirem ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

A Companhia mantém compromisso e processos de melhoria contínua no que diz respeito às questões ambientais, buscando excelência e embasamento sólido para o planejamento de suas ações, estando alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS. A EDP mantém, ainda, metas nos horizontes 2022 e 2025 com relação direta com 9 dos 17 ODS, incluindo objetivos diretamente ligados a temática ambiental, como o ODS 13 que trata de alterações climáticas e o ODS 15, sobre proteção da vida terrestre. Para fazer a gestão do tema, contamos com uma Política de Sistemas de Gestão e Sustentabilidade e Sistemas de Gestão Ambiental (SGA), em linha com a Norma ISO 14.001, com atividades conduzidas pelas áreas locais de Meio Ambiente das unidades de negócio.

A Companhia e suas controladas desenvolvem projetos que consolidam também seu engajamento nos esforços de restauração e preservação da biodiversidade, sendo eles:

(i) Água e fluentes: Com foco na preservação e uso eficiente de recursos hídricos, a Companhia e suas controladas contam com sistema de captação de água pluvial nos telhados no prédio administrativo da controlada Porto do Pecém, nos Centros de Serviços da Distribuição (CSD), Poá (SP), Carapina (ES), São Mateus (ES), Linhares (ES), Cachoeiro (ES) e na sede da EDP São Paulo em São José dos Campos. Além disso, a UTE Pecém possui, ainda, o reaproveitamento de parte dos efluentes no processo de produção de energia.

(ii) Resíduos: Além de buscar a diminuição do consumo de materiais, a Companhia e suas controladas segregam, armazenam, tratam e descartam seus resíduos de forma ambientalmente adequada, respeitando os requisitos legais aplicáveis. Na controlada Porto do Pecém, são reaproveitadas as cinzas produzidas na geração de energia, enviadas para processamento na indústria cimenteira, diminuindo o montante de resíduos não perigosos enviados para aterro. As distribuidoras utilizam óleo vegetal nos transformadores de distribuição que são adquiridos e reformados, e possuem contrato de recuperação de transformadores que ajudam na redução do consumo de recursos naturais para a fabricação de novos equipamentos, incentivando a economia circular.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



(iii) Biodiversidade: A Companhia e suas controladas estabelecem, em sua política ambiental, os compromissos relativos à biodiversidade e serviços ecossistêmicos e à gestão dos impactos de suas atividades e ao longo de sua cadeia de valor. As principais iniciativas desenvolvidas continuamente envolvem o acompanhamento aéreo e fluvial das represas das usinas, monitoramento de fauna e flora das áreas de usina e das faixas de servidão (linhas e redes) em zona rural da distribuição e transmissão. Na Distribuição são realizadas análises durante o planejamento de projetos, a partir de geoprocessamento e visitas em campo, para que seja avaliada a presença de unidades de conservação, reservas legais, áreas de preservação permanente e vegetação nativa nos processos de implantação de linhas. As análises têm como objetivo encontrar alternativas com o menor impacto possível ou soluções para mitigá-los.

(iv) Atualmente a Companhia mantém o Plano Estratégico Climático 2021-2025 (PEC 21-25). Esse plano visa dar maior clareza sobre as ações de mitigação que serão feitas para cumprir as metas climáticas do Grupo, um aprofundamento nos cenários climáticos e estratégicos para gestão dos riscos e oportunidades climáticas e planos de ação para melhoria da performance em índices de sustentabilidade relacionados com o tema. A Companhia possui metas de redução das emissões aprovadas pela ciência (SBTI targets).

Os desembolsos relacionados ao licenciamento ambiental ocorridos no período foram de R\$14.871 (R\$7.654 em 2022)

31 Patrimônio Líquido

31.1 Capital social

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE, realizada em 11 de abril de 2023, deliberou aumento de capital social no montante de R\$500.000, mediante capitalização de parte da reserva de retenção de lucros, sem a emissão de novas ações, com a consequente alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia.

A Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 30 de agosto de 2023, deliberou o resgate e posterior cancelamento de até a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia remanescentes em circulação no mercado, sem modificação do capital social da Companhia (Nota 4.7). Em decorrência da deliberação foi aprovado: (i) a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para alterar o número total de ações de emissão da Companhia em decorrência do cancelamento das 21.494.341 ações; e (ii) Consolidação do Estatuto Social da Companhia de forma a refletir a alteração indicada no item (i) e o cancelamento das 14.570.809 ações ordinárias de emissão da Companhia, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração - RCA realizada em 9 de agosto de 2023.

O Capital social da Companhia em 30 de setembro de 2023 é de R\$6.002.716 (R\$5.502.716 em 31 de dezembro de 2022), totalmente subscrito e integralizado, representado por 545.100.118 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, com as principais características, a saber:

- O Capital social está representado exclusivamente por ações ordinárias e cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia;
- As ações são indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio;
- Fica vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia;
- A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 1.000.000.000 novas ações ordinárias independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá, também, estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização;
- A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado; e
- A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído ou reduzido o direito de preferência nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

A composição do capital social está demonstrada a seguir:

Acionista	30/09/2023		31/12/2022		Acionista controlador
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação	
EDP International Investments and Services, S.L. (1)	402.515.447	73,84	183.141.323	31,51	Sim
EDP IS - Investimentos e Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda (1)	142.584.671	26,16	142.584.671	24,53	Sim
Conselheiros e Diretores			261.954	0,05	
Ações em tesouraria (2)			15.186.053	2,62	
Ações em circulação			239.991.267	41,29	
Total	545.100.118	100,00	581.165.268	100,00	

(1) Empresa de controle estrangeiro.

(2) As ações em tesouraria não têm direitos patrimoniais.

31.2 Reservas

	Nota	30/09/2023	31/12/2022
Reservas de capital			
Resultado na alienação de ações em tesouraria	31.2.1	53.802	58.540
Opções de ações outorgadas	31.2.2		3.764
Ágio na incorporação de sociedade controladora		35.351	35.351
Outras Reservas de Capital		28.531	29.720
		117.684	127.375
Reservas de lucros			
Legal		724.931	724.931
Retenção de lucros	31.2.3	3.757.459	5.076.558
Dividendo adicional proposto	14 e 31.2.4		152.457
		4.482.390	5.953.946

31.2.1 Resultado na alienação de ações em tesouraria

A variação no exercício de R\$4.738 é decorrente do efeito da apuração de perdas e ganhos na outorga das ações.

31.2.2 Opções de ações outorgadas

A Companhia oferece a seus administradores e a alguns colaboradores indicados pelo Conselho de Administração plano de opção de compra de ações da Companhia. As opções são precificadas pelo valor justo na data de concessão das outorgas, ajustadas a valor presente, e são reconhecidas de forma linear no resultado pelo prazo de concessão da opção em contrapartida ao patrimônio líquido. No final de cada exercício, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções e ações cujos direitos devem ser adquiridos com base nessas condições e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido.

A variação no período no montante de R\$3.764 é decorrente da transferência da outorga antecipada (Nota 4.7) aos colaboradores contemplados no plano ILP III, V e VI.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



31.2.2.1 Características dos Planos de Remuneração Baseado em Ações

A Assembleia Geral da Companhia realizada em 10 de abril de 2015 estabeleceu a implementação e estruturação da Política de Remuneração Baseada em Ações. Em 2 de maio de 2016, o Conselho da Administração aprovou o Regulamento relativo a referida política. Em 16 de maio de 2023 a Companhia antecipou a outorga das ações dos planos remanescentes devido ao cumprimento do regulamento do plano, referente a OPA (Nota 4.7).

A política de remuneração teve por objetivo reconhecer o desempenho organizacional e individual dos beneficiários, mediante a entrega de ações de sua própria emissão. Os beneficiários da política de remuneração foram selecionados pelo Conselho de Administração, tendo por base as recomendações do Comitê de Remuneração considerando, entre outros fundamentos, a importância e essencialidade da função exercida, o seu envolvimento em projetos estratégicos, cumprimento de metas relacionadas ao seu desempenho individual e/ou ao desempenho global da Companhia no respectivo período de apuração, aprovadas pelo órgão competente, bem como o valor agregado que o beneficiário oferecia à Companhia. A política previa dois tipos de programas, conforme descritos abaixo:

(i) Programa de incentivo - o beneficiário do programa tinha o direito de receber, no futuro, até 2 ações para cada ação de emissão da Companhia adquirida por ele com a utilização de 30% do valor líquido do seu bônus por desempenho anual; e

(ii) Programa de retenção - o beneficiário do programa tinha o direito de receber ações de emissão da Companhia a título de pagamento de um bônus anual complementar eventualmente concedido pela Companhia.

As ações de emissão da Companhia sujeitas à política de remuneração não poderiam representar, a qualquer tempo, mais do que 1% do capital social da Companhia.

O preço das ações adquiridas pelos beneficiários foi equivalente à média ponderada de cotação das ações de emissão da Companhia na B3 nos 60 dias anteriores à data da referida aquisição.

As ações do programa de incentivo ou de retenção somente foram concedidas aos beneficiários que permaneceram continuamente vinculados como administradores e/ou colaboradores da Companhia e/ou das Controladas durante o período de carência. Adicionalmente, para os beneficiários do programa de incentivo, eles deveriam manter suas respectivas ações originárias, se abstendo de onerá-las e/ou transferi-las.

Nos casos de desligamento por iniciativa dos beneficiários dos programas ou por iniciativa da Companhia e/ou das Controladas com justa causa durante o período de carência, o direito ao recebimento das ações outorgadas não plenamente adquiridas foi automaticamente extinto, de pleno direito, independentemente de prévio aviso ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Nos casos de desligamento por iniciativa da Companhia e/ou das Controladas sem justa causa ou por aposentadoria dos beneficiários dos programas durante o período de carência, fizeram jus a um número de ações de incentivo e/ou de ações de retenção, conforme o caso, proporcional ao número de meses do período de carência transcorridos até a data de desligamento, restando o direito ao recebimento das demais ações outorgadas não plenamente adquiridas automaticamente extinto, de pleno direito, independentemente de prévio aviso ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Segue abaixo o resumo e a movimentação dos planos de remuneração no período findo em 30 de setembro de 2023:

Planos	Data da aquisição	Qtde. de ações adquiridas pelos colaboradores	Preço unitário (R\$)	Valor total das ações adquiridas	
Plano de remuneração II	junho/2017	44.113	13,37	590	
Plano de remuneração II	agosto/2017	27.747	14,26	396	
Plano de remuneração III	junho/2018	83.240	13,75	1.144	
Plano de remuneração IV	junho/2019	57.892	18,68	1.081	
Plano de remuneração V	junho/2020	71.256	16,71	1.191	
Plano de remuneração V	julho/2020	12.000	16,71	201	
Plano de remuneração VI	agosto/2021	71.645	18,69	1.339	
Total		367.893			

Planos	Nota	Plano de incentivo			Plano de retenção				
		Quantidade de ações em 31/12/2022	Baixa	Exercidas	Quantidade de ações em 30/09/2023	Quantidade de ações em 31/12/2022	Baixa	Exercidas	Quantidade de ações em 30/09/2023
Plano de remuneração III	31.2.2.2	66.743	(3.270)	(63.473)	-	139.138	(12.727)	(126.411)	-
Plano de remuneração IV		3.445	(3.445)	-	-	10.176	(10.176)	-	-
Plano de remuneração V	31.2.2.3	92.631	(10.387)	(82.244)	-	133.074	(11.968)	(121.106)	-
Plano de remuneração VI	31.2.2.4	107.004	(14.440)	(92.564)	-	159.295	(29.849)	(129.446)	-
		269.823	(31.542)	(238.281)	-	441.683	(64.720)	(376.963)	-

31.2.2.2 Plano de remuneração III

Para o Plano de remuneração III foram concedidas aos beneficiados 189.884 ações pelo preço de exercício a R\$22,61. As ações foram outorgadas antecipadamente devido ao cumprimento do regulamento da OPA (Nota 4.7), e exercidas no dia 16 de maio de 2023.

31.2.2.3 Plano de remuneração V

Para o Plano de remuneração V foram concedidas aos beneficiados 203.350 ações pelo preço de exercício a R\$22,61. As ações foram outorgadas antecipadamente devido ao cumprimento do regulamento da OPA (Nota 4.7), e exercidas no dia 16 de maio de 2023.

31.2.2.4 Plano de remuneração VI

Para o Plano de remuneração VI foram concedidas aos beneficiados 222.010 ações pelo preço de exercício a R\$22,61. As ações foram outorgadas antecipadamente devido ao cumprimento do regulamento da OPA (Nota 4.7), e exercidas no dia 16 de maio de 2023.

31.2.3 Reserva de retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos às Assembleias Gerais Ordinárias.

A variação no exercício refere-se, principalmente: (i) R\$500.000 decorrente da efetivação do aumento de capital da Companhia, conforme deliberado em AGOE; e (ii) R\$819.099 decorrente do cancelamento das ações em tesouraria (Nota 31.1).

31.2.4 Dividendos adicionais propostos

Esta reserva refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório a ser deliberada em Assembleia Geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e poderá ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

O montante de R\$152.457 deliberado na AGOE da Companhia foi pago em maio de 2023 (Nota 14).

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



31.2.5 Outros resultados abrangentes

A movimentação de Outros resultados abrangentes no período é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2022	Equivalência patrimonial	Saldo em 30/09/2023
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias			
Ganhos e (Perdas) com subsidiárias e coligadas	(546.220)	(76.152)	(622.372)
	(546.220)	(76.152)	(622.372)

31.3 Ações em tesouraria

A recompra de ações próprias são classificadas na rubrica de Ações em tesouraria e reconhecidas ao custo de aquisição como dedução no patrimônio líquido. Quando essas ações forem alienadas, seu ganho ou perda na operação serão transferidos para Reservas de Capital.

Em 07 de março de 2023 a Companhia comunicou ao mercado o encerramento do Programa de recompra (Nota 4.8).

O Programa de Recompra teve como objetivo aplicar recursos disponíveis para maximizar a geração de valor para os acionistas, uma vez que, na visão da administração da Companhia, o valor de negociação das ações da Companhia não refletia o real valor dos seus ativos combinado com a perspectiva de rentabilidade e geração de resultados futuros.

A Companhia recomprou 15.287.400 ações ordinárias de emissão da Companhia, por meio do Programa de Recompra.

31.4 Participações de não controladores

O saldo em 30 de setembro de 2023 de R\$1.275.088 (R\$1.169.848 em 31 de dezembro de 2022) refere-se à participação que outros acionistas detêm sobre as controladas (Nota 18.1).

A participação total dos não controladores no balanço patrimonial em 30 de setembro de 2023 é composta por: (i) R\$565.738 correspondente à Lajeado; (ii) R\$387.706 correspondente à Investco; (iii) R\$265.859 correspondente à Enerpeixe; (iv) R\$55.773 correspondente à EDP Transmissão Aliança; e (v) R\$12 correspondente à EDP Goiás.

As informações sintéticas de fluxo de caixa das controladas que possuem participação dos não controladores, estão apresentadas a seguir:

	Investco	Enerpeixe	Lajeado	EDP Transmissão		Total
				Aliança	EDP Goiás	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	88.180	86.072	269.070	170.366	149.538	763.226
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(4.817)	(5.730)	61.372	(3.763)	(169.897)	(122.835)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(109.438)	(60.097)	(298.729)	(136.614)	(14.396)	(619.274)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(26.075)	20.245	31.713	29.989	(34.755)	21.117

32 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados para os clientes, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados para o cliente ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia e suas controladas, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia e suas controladas reconhecem sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

As receitas da Companhia e suas controladas são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

Distribuição

• **Fornecimento - Faturado:** São reconhecidos por meio da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela distribuidora. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas com base na tarifa vigente homologada pelo órgão regulador.

• **Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - Faturado:** São reconhecidas pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes (livres e cativos), sendo o valor justo da contraprestação calculado conforme tarifa de uso do sistema, a qual é definida pelo órgão regulador.

• **Não faturado:** Refere-se a energia fornecida e/ou ao uso do sistema de distribuição que ainda não foram faturados correspondentes ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento das informações contábeis intermediárias. É estimada e reconhecida como receita não faturada considerando-se como base a carga real de energia distribuída no mês, o índice de perda anualizado e a tarifa vigente.

• **Resultados de ativos financeiros setoriais:** É reconhecido mensalmente pela diferença entre os custos pertencentes à Parcela "A" efetivamente incorridos no resultado, daqueles reconhecidos na receita de operações com energia elétrica previstos na tarifa vigente pela ANEEL.

• **Suprimento - Faturado:** Refere-se a energia elétrica fornecida para outra concessionária, segundo condições contratuais. O montante da contraprestação é determinado pela quantidade de energia entregue multiplicada pela tarifa vigente estabelecida pelo órgão regulador.

• **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

• **Receita de construção:** O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições aos Ativos da concessão, não sendo incorporada margem nesta atividade de construção assim classificada conforme a aplicação da ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados por meio do método de insumo, de acordo com o CPC 47. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida a Custo com construção da infraestrutura em igual montante (Nota 33).

• **Subvenções vinculadas ao serviço concedido:** É reconhecida quando da efetiva aplicação de descontos nas tarifas de unidades consumidoras beneficiadas por subsídios governamentais (Nota 16.2) pela diferença entre a tarifa de referência da respectiva classe de consumo daquela efetivamente aplicada a consumidores beneficiários desses subsídios.

• **Arrendamentos e alugueis:** A receita de arrendamento é medida pelo valor justo da contraprestação a receber e são reconhecidas em bases mensais conforme os contratos de arrendamento.

Geração

• **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A controlada poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

• **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Transmissão

• Receita de construção da Infraestrutura de construção

A receita de construção é reconhecida como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos (método de insumo). A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativos da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS.

As margens da obrigação de performance de construção e melhoria para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 30 de setembro de 2023 está entre -23,72% e 44,71% sobre o custo real incorrido de construção no resultado.

A referida margem é estimada pelas transmissoras levando-se em consideração o orçamento de custos de construção projetado e suas possíveis eficiências, considerando o prazo regulatório para entrega da obra. Eventuais receitas decorrentes de antecipação de término da Linha de Transmissão são reconhecidas no resultado do exercício da efetiva antecipação comercial autorizada pela ANEEL.

Conforme o modelo praticado pelas transmissoras, a margem de construção é um componente de criação de valor, representa o valor presente do serviço de construção da infraestrutura da concessão e, juntamente com a margem de O&M e a taxa de remuneração do contrato (taxa implícita), contribui para zerar o valor presente do fluxo de caixa projetado de investimentos e recebimentos de RAP ao longo de todo o prazo da concessão.

• Receita de Operação e Manutenção (O&M)

A receita de O&M é reconhecida mensalmente, a partir da data que a Companhia está autorizada a operar comercialmente, como uma obrigação de desempenho que é atendida pela operação e manutenção da linha de transmissão. Esta receita é calculada com base nos montantes de custos previstos para atendimento ao contrato de concessão, acrescidos de margem.

As margens da obrigação de performance de O&M para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 30 de setembro de 2023 equivalem a 5,00% a 218,00%.

Conforme o modelo de negócios praticado pelas transmissoras, que trabalham com faixa de *mark up* para precificação que deve variar de acordo com a rentabilidade do projeto alcançada no leilão de concessão. Esta faixa é baseada em estudos regulatórios internos de precificação, referências setoriais em operação e manutenção, e experiências anteriores em projetos de transmissão. A receita de O&M é ajustada mensalmente com o resultado da RAP efetivamente permitida para cobrança pelo ONS.

• Remuneração dos Ativos da concessão

O contrato de concessão possui um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo CPC 47, a remuneração dos ativos da concessão é calculada com base na taxa média de financiamento do projeto no momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo dos Ativos da Concessão.

O Ofício-circular SEP nº 01/2020 orienta que a remuneração contratual deve ser feita pela taxa implícita remanescente do ativo, após a alocação das margens de construção e O&M da concessão. No entanto, ainda conforme a orientação, a taxa deve ficar próxima ao padrão de mercado de financiamento.

As taxas de remuneração dos Ativos da Concessão das transmissoras representam de 5,00% a 13,65% a.a. para todo o período de Concessão e é baseada em estudos internos e em seu próprio modelo de negócios. Nesse sentido, conforme o julgamento das transmissoras, a taxa residual deve representar um ponto entre o custo médio ponderado do capital e a taxa de contratação de dívida, ambos valores nominais e antes dos impostos.

As eventuais alterações no custo médio ponderado de capital promovidos pela ANEEL nos processos de Reajuste ou Revisão Tarifária, com respectivo impacto na RAP, terão seus efeitos apropriados no resultado do exercício em que a modificação tarifária for homologada pelo órgão regulador.

Comercialização

A receita é reconhecida com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE. Os contratos de compromisso futuro são classificados como Instrumentos Financeiros, reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado conforme orientação do CPC 48 - Instrumentos Financeiros (Nota 15).

Clientes

• Vendas à vista e vendas financiadas

A receita é reconhecida quando da conclusão do projeto, em caso de venda à vista e financiadas. Para o caso de venda a prazo, o ajuste a valor presente é diferido no prazo do contrato.

• Vendas reconhecidas por transferência de controle faseada

As vendas reconhecidas por transferência de controle faseada tem seu reconhecimento da receita diretamente associado à medição da prestação de serviços e de outros custos diretamente alocados, por meio do método de insumo, de acordo com o CPC 47. Determinados contratos possuem componente de financiamento significativo, os quais são reconhecidos proporcionalmente ao longo do contrato utilizando a taxa de financiamento que seria refletida em uma transação separada entre as partes.

• Arrendamentos financeiros e operacionais

Para os arrendamentos financeiros, as receitas referentes ao componente de financiamento dos contratos são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício no decorrer do exercício contratual, sendo seu reconhecimento inicial no início do arrendamento. Já para os arrendamentos operacionais, as contraprestações do contrato são reconhecidas como receitas na demonstração do resultado linearmente e em consonância com a depreciação dos respectivos ativos arrendados, durante o exercício do arrendamento.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Nota	Movimento do Período					
	Controladora		Consolidado			
	R\$		MWh		R\$	
	01/07/2023 a 30/09/2023	01/07/2022 a 30/09/2022	01/07/2023 a 30/09/2023	01/07/2022 a 30/09/2022	01/07/2023 a 30/09/2023	01/07/2022 a 30/09/2022
Fornecimento	7.2 e 32.1					
Residencial			1.766.662	1.638.732	472.237	536.152
Industrial			257.246	305.832	92.071	124.136
Comercial			715.939	684.669	208.079	238.575
Rural			237.449	278.855	62.987	69.665
Poder público			133.171	122.730	48.753	49.653
Iluminação pública			142.214	157.052	19.042	31.599
Serviço público			81.071	104.243	25.496	38.275
Consumo próprio			3.629	3.378		
			-	-	928.665	1.088.055
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - Faturado						
Consumidores cativos						
Residencial					847.841	577.219
Industrial					94.610	82.853
Comercial					344.770	243.606
Rural					90.674	86.827
Poder público					52.454	39.906
Iluminação pública					47.141	34.494
Serviço público					30.601	23.549
Consumidores livres	32.2		3.675.861	3.204.542	587.201	430.221
			-	-	2.095.292	1.518.675
Não faturado	7.3					
Fornecimento					11.939	(11.253)
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - Faturado					22.331	2.145
					-	-
					34.270	(9.108)
Resultados de ativos financeiros setoriais	8					
CVA					(95.274)	(134.310)
Itens financeiros - RTE					(24.382)	7.424
Itens financeiros - Outros					33.317	239.126
PIS/COFINS					255.087	122.223
					-	-
					168.748	234.463
Suprimento - Faturado	32.3		2.592.374	3.020.964	752.057	901.319
Energia de curto prazo	7.6		803.407	596.029	128.173	54.262
Comercialização	32.4				690.563	622.812
Receita de construção	21				600.766	558.244
Atualização dos Ativos da concessão	21				214.609	193.621
Atualização do ativo financeiro indenizável	20				126.368	36.047
Receita de Operação e Manutenção (O&M)					79.668	70.517
Serviços cobráveis					10.856	7.383
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	32.8				175.066	154.149
Ressarcimento por indisponibilidade					(8.764)	(4.428)
Arrendamentos e aluguéis					55.624	52.346
Compromissos futuros	32.6					(8.238)
Parcela Variável – IPCA					172.013	245.785
Outras receitas operacionais	32.7	756	752		50.924	209.726
Receita operacional bruta		756	752	10.409.023	10.117.026	6.274.898
(-) Deduções à receita operacional						
Tributos sobre a receita						
ICMS					(566.732)	(313.550)
PIS/COFINS		(9)	(6)		(436.354)	(464.729)
ISS			(4)		(721)	(550)
		(9)	(10)	-	-	(993.807)
Encargos do consumidor						
P&D					(30.346)	(26.462)
CDE					(472.603)	(483.380)
RGR						(830)
PROINFA - Consumidores Livres					(27.207)	(34.438)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH					(3.842)	(5.528)
Outros encargos					(9.689)	(7.546)
					-	-
					(543.687)	(558.184)
		(9)	(10)	-	-	(1.337.013)
Receita		747	742	10.409.023	10.117.026	4.737.404
						4.588.617

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Nota	Acumulado do Período									
	Controladora		Consolidado							
	R\$		Nº de consumidores		MWh		R\$			
	01/01/2023 a 30/09/2023	01/01/2022 a 30/09/2022								
Fornecimento	7.2 e 32.1									
Residencial			3.322.730	3.226.720	5.480.357	5.136.841	1.783.912	2.188.513		
Industrial			16.554	16.951	781.593	924.424	288.057	428.337		
Comercial			284.484	278.545	2.269.816	2.244.263	777.791	965.415		
Rural			189.148	195.086	735.290	770.761	198.648	221.893		
Poder público			22.459	21.828	426.835	412.153	166.694	196.705		
Iluminação pública			6.466	5.952	431.527	477.794	87.007	131.042		
Serviço público			3.480	3.304	273.200	323.850	105.225	144.795		
Consumo próprio			446	481	11.409	9.951	-	-		
			-	-	3.845.767	3.748.867	10.410.027	10.300.037	3.407.334	4.276.700
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - Faturado										
Consumidores cativos										
Residencial							2.243.656	2.149.622		
Industrial							270.861	300.654		
Comercial							948.864	939.733		
Rural							261.817	265.130		
Poder público							157.347	153.513		
Iluminação pública							109.050	132.229		
Serviço público							80.712	93.476		
Consumidores livres	32.2		2.133	1.809	9.868.566	9.548.451	1.732.050	1.515.909		
			-	-	2.133	1.809	9.868.566	9.548.451	5.804.357	5.550.266
Não faturado	7.3									
Fornecimento							7.628	(75.030)		
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição							9.675	(73.250)		
							-	-	17.303	(148.280)
Resultados de ativos financeiros setoriais	8									
CVA							(640.670)	(808.953)		
Itens financeiros - RTE							(90.969)	(74.795)		
Itens financeiros - Outros							61.523	536.747		
PIS/COFINS							917.840	270.996		
							-	-	247.724	(76.005)
Suprimento - Faturado	32.3				8.077.186	9.298.082	1.356.701	1.948.855		
Energia de curto prazo	7.6				1.232.620	1.311.583	283.858	124.711		
Comercialização	32.4						2.560.700	2.310.567		
Receita de construção	21						1.756.606	1.461.267		
Remuneração dos Ativos da concessão	21						623.764	534.060		
Atualização do ativo financeiro indenizável	20						305.846	283.649		
Receita de Operação e Manutenção (O&M)	32.5						216.532	144.216		
Serviços cobráveis							22.784	16.971		
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	32.8						502.431	504.567		
Arrendamentos e aluguéis							160.197	153.295		
Compromissos futuros	32.6						-	63.318		
Parcela Variável – IPCA	4.13						172.013	245.785		
Outras receitas operacionais	32.7		5.197	3.282			99.213	370.583		
Receita operacional bruta			5.197	3.282	3.847.900	3.750.676	29.588.399	30.458.153	17.537.363	17.764.525
(-) Deduções à receita operacional										
Tributos sobre a receita										
ICMS							(1.562.158)	(1.998.147)		
PIS/COFINS			(354)	(116)			(1.223.825)	(1.307.185)		
ISS			(95)	(62)			(2.342)	(1.870)		
			(449)	(178)			(2.788.325)	(3.307.202)		
Encargos do consumidor										
P&D							(88.481)	(82.891)		
CDE							(1.400.628)	(1.457.691)		
RGR							-	(2.703)		
PROINFA - Consumidores Livres							(88.999)	(103.312)		
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH							(19.581)	(24.765)		
Outros encargos							(21.549)	(21.094)		
							-	-	(1.619.238)	(1.692.456)
			(449)	(178)			(4.407.563)	(4.999.658)		
Receita			4.748	3.104	3.847.900	3.750.676	29.588.399	30.458.153	13.129.800	12.764.867

32.1 Fornecimento - Faturado

A variação observada no período refere-se, principalmente, às controladas de distribuição: (i) ao preço da energia que em 2022 foi impactado pela bandeira tarifária de escassez hídrica, enquanto em 2023 a bandeira vigente é a verde (Nota 32.8); (ii) impacto na tarifa de energia em relação a 2022 devido ao processo tarifário nas controladas; (iii) impacto da aplicação da LC nº194/2022 (Nota 4.3); e (iv) impacto da Micro e Mini Geração distribuída – MMDG.

32.2 Consumidores livres

A variação em consumidores livres é reflexo do aumento no número de clientes livres em função das migrações de clientes cativos para o mercado livre, sendo aumento de 14% para a controlada EDP São Paulo e aumento de 22% para a controlada EDP Espírito Santo.

32.3 Suprimento - Faturado

A redução de R\$592.154 de suprimento faturado deve-se, substancialmente: (i) a controlada Enerpeixe decorrente da redução do preço médio dos contratos de venda entre os períodos no ACL, ocasionando o impacto financeiro, mesmo com um volume de energia maior em relação ao período anterior; (ii) a controlada EDP Espírito Santo devido à redução da quantidade de energia comercializada em 2023 quando comparado ao mesmo período em 2022, atrelado ao preço que em 2023 é de R\$69,84 (R\$277,04 em 2022); (iii) a controlada EDP São Paulo decorrente da redução da comercialização de energia no MVE; e (iv) a controlada Porto do Pecém devido o encerramento de contrato com a EDP Trading.

Notas Explicativas

Notas explicativas



Período findo em 30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

32.4 Comercialização

A variação refere-se, principalmente, à controlada EDP Smart Energia decorrente do aumento da comercialização no período relacionado às vendas para consumidores, a qual está atrelada à expansão do ACL e aos baixos preços dos produtos de longo prazo, além do reflexo da melhora do cenário hidrológico.

32.5 Transmissoras - Receita de Operação e Manutenção (O&M)

O aumento de R\$72.316 observado na rubrica de Receita de O&M refere-se, principalmente, às transmissoras que no período atual estão em operação total desde o início de 2023, enquanto para o período anterior a operação era parcial, sendo a EDP Transmissão Aliança no montante de R\$14.825, EDP Transmissão SP-MG no montante de R\$21.047, EDP Transmissão Litoral Sul no montante de R\$12.024 além do reconhecimento das receitas de O&M da controlada EDP Goiás que em 2022 foi a partir de fevereiro. Adicionalmente, houve o impacto do reajuste anual que ocorreu em julho de 2023 e permanece válida no referido período (Nota 4.13).

32.6 Compromissos futuros

A redução no período, refere-se, substancialmente, à controlada EDP Trading devido a melhora do cenário hidrológico atual, quando comparado ao período anterior, ocorrido pela retomada e avanço operacional no país. E, também, pela diminuição da volatilidade dos preços do mercado.

32.7 Outras receitas operacionais

A redução observada no período refere-se, principalmente, à controlada Porto do Pecém pela revenda do carvão para a EDP Espanha em maio de 2022.

32.8 Bandeiras tarifárias e Subvenções vinculadas ao serviço concedido

O Sistema de Bandeiras Tarifárias é o mecanismo que tem como objetivo sinalizar aos consumidores os custos da geração de energia elétrica de cada mês, sendo dividido em 4 bandeiras: verde, amarela, vermelha patamar 1 e vermelha patamar 2.

A definição das faixas de acionamento observa limiares de risco hidrológico definidos segundo o histórico operativo do Sistema Interligado Nacional - SIN. A métrica de acionamento considera a definição de custo do risco hidrológico, onde há relação indireta entre a profundidade do déficit de geração hidráulica (GSF) e o preço da energia elétrica de curto prazo (PLD). A composição dessas duas variáveis, em sistemática de gatilho, faz com que a arrecadação prevista com as bandeiras tarifárias se aproxime mais dos custos incorridos. Este acionamento das Bandeiras Tarifárias é definido mensalmente pela ANEEL, por meio de Despacho da Superintendência de Gestão Tarifária – SGT.

O saldo relativo às bandeiras tarifárias refere-se aos valores a repassar à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, gerida pela CCEE, provenientes da diferença entre os valores faturados líquidos de ICMS e os valores estimados não faturados, a título de bandeiras tarifárias, deduzidos de parte dos sobrecustos de energia e encargos. Esses recursos são alocados para a cobertura de custos não previstos nas tarifas das diversas distribuidoras do país. O valor homologado mensalmente pela ANEEL a repassar ou a ressarcir é a diferença entre o montante cobrado dos clientes e os sobrecustos referentes a: (i) Segurança Energética do Encargo de Serviço do Sistema - ESS; (ii) despacho térmico; (iii) risco hidrológico; (iv) cotas de Itaipu; (v) exposição ao mercado de curto prazo; e (vi) excedente da Conta de Energia de Reserva - CONER. Os eventuais custos não cobertos pela receita são considerados no processo tarifário subsequente.

As faixas de acionamento e os adicionais das bandeiras tarifárias vigentes para o período findo em 30 de setembro de 2023 são:

- (i) Bandeira Verde: condições favoráveis de geração de energia. Tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- (ii) Bandeira Amarela: R\$2,989 a cada 100 kWh;
- (iii) Bandeira Vermelha no patamar 1: R\$6,50 a cada 100 kWh; e
- (iv) Bandeira Vermelha no patamar 2: R\$9,795 a cada 100 kWh.

As bandeiras tarifárias aplicadas em 2023 e 2022 foram:

	2023								
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro
Bandeira Tarifária	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
PLD gatilho (**)	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04
	2022								
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro
Bandeira Tarifária	Escassez hídrica (*)	Escassez hídrica (*)	Escassez hídrica (*)	Escassez hídrica (*)	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
PLD gatilho (**)	69,85	55,70	55,70	55,70	55,70	55,70	55,70	97,48	56,78

(*) Exceto para os clientes inscritos na Tarifa Social de Energia – TSEE, que permanecem na Bandeira Vermelha – patamar 2.

(**) PLD gatilho: Valor em reais / MWh utilizado como base de PLD médio mensal para o acionamento do patamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE.

33 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia e suas controladas classificam seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contemplam os gastos diretamente vinculados à prestação do serviço de energia elétrica vinculados a concessão e também os gastos vinculados à geração de energia, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, amortização do direito de concessão da infraestrutura, gastos relacionados ao atendimento comercial, operação e manutenção da concessão, e gastos com matéria prima para a produção de energia; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia e de suas controladas representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com créditos de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

		Controladora							
		Movimento do Período							
		01/07/2023 a 30/09/2023			01/07/2022 a 30/09/2022				
		Despesas Operacionais			Despesas Operacionais				
	Nota	Gerais e administrativas	Outras	Total	Gerais e administrativas	Outras	Total		
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	33.4	14.787		14.787	13.806		13.806		
Material		180		180	74		74		
Serviços de terceiros	33.5	11.718		11.718	5.858		5.858		
Depreciação e impairment - Imobilizado em serviços	33.6	964		964	1.009		1.009		
Depreciação - Ativos de direito de uso		602		602	661		661		
Amortização		2.958		2.958	2.731		2.731		
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas			(718)	(718)		327	327		
Arrendamentos e aluguéis		(52)		(52)	(322)		(322)		
Ganho na aquisição de investimentos			3.349	3.349		26.350	26.350		
Outras		3.752	7.431	11.183	3.926	(6.226)	(2.300)		
Total		34.909	10.062	44.971	27.743	20.451	48.194		
		Controladora							
		Acumulado do Período							
		01/01/2023 a 30/09/2023			01/01/2022 a 30/09/2022				
		Despesas Operacionais			Despesas Operacionais				
	Nota	Gerais e administrativas	Outras	Total	Gerais e administrativas	Outras	Total		
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	33.4	47.855		47.855	46.033		46.033		
Material		583		583	233		233		
Serviços de terceiros	33.5	40.235		40.235	21.940		21.940		
Depreciação e impairment - Imobilizado em serviços	33.6	2.901	577.195	580.096	3.023		3.023		
Depreciação - Ativos de direito de uso		1.878		1.878	1.914		1.914		
Amortização		8.492		8.492	8.241		8.241		
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas			1.004	1.004		3.165	3.165		
Arrendamentos e aluguéis		(136)		(136)	(659)		(659)		
Ganhos e perdas na aquisição de investimentos			5.083	5.083		26.350	26.350		
Outras		8.017	22.422	30.439	9.182		9.182		
Total		109.825	605.704	715.529	89.907	29.515	119.422		
		Consolidado							
		Movimento do Período							
		01/07/2023 a 30/09/2023							
		Custos			Despesas operacionais				
	Nota	Com energia elétrica	Da produção	De operação	Prestado a terceiros	PECLD	Gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	33.1	1.871.301							1.871.301
Encargos de uso da rede elétrica	33.2	402.526							402.526
Custo da matéria prima consumida	33.3		11.558		(3.439)				8.119
Compromissos futuros		4.743							4.743
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	33.4			110.687	1.726		44.969		157.382
Material				15.128	8.192		1.987		25.307
Serviços de terceiros	33.5			100.241	4,043		52,313		156,597
Depreciação e impairment - Imobilizado em serviços	33.6			55,914			(28,692)		27,222
Depreciação - Ativos de direito de uso				1,581			295		1,876
Amortização				94,171			33,135		127,306
PECLD / perdas líquidas						40,733		1,311	42,044
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas								(2,718)	(2,718)
Arrendamentos e aluguéis				4,743	78		439	(187)	5,073
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens								35,120	35,120
Custo com construção da infraestrutura	21				551,979				551,979
Outras		1,660		6,863	534		9,686	161,070	179,813
Total		2.280.230	11.558	389.328	563.113	40.733	114.132	194.596	3.593.690

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



		Consolidado							
		Movimento do Período							
		01/07/2022 a 30/09/2022							
		Custos			Despesas operacionais				
		Com energia elétrica	Da produção	De operação	Prestado a terceiros	PECLD	Gerais e administrativas	Outras	Total
Nota									
Energia elétrica comprada para revenda	33.1	1.794.640							1.794.640
Encargos de uso da rede elétrica	33.2	325.283							325.283
Custo da matéria prima consumida	33.3		99.749						99.749
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	33.4			95.418	2.107		59.787		157.312
Material				18.127	34.527		1.936		54.590
Serviços de terceiros	33.5			80.574	14.280		54.394		149.248
Depreciação - Imobilizado em serviço	33.6			75.465			8.067		83.532
Depreciação - Ativos de direito de uso				(2)			2.999		2.997
Amortização				87.043			19.148		106.191
PECLD / perdas líquidas						42.393			42.393
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas							50	32.270	32.320
Arrendamentos e aluguéis				5.721	427		(2.674)		3.474
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens								60.862	60.862
Custo com construção da infraestrutura	21				524.006				524.006
Outras		1.476		8.396	471		18.866	1.575	30.784
Total		2.121.399	99.749	370.742	575.818	42.393	162.573	94.707	3.467.381
		Consolidado							
		Acumulado do período							
		01/01/2023 a 30/09/2023							
		Custos			Despesas operacionais				
		Com energia elétrica	Da produção	De operação	Prestado a terceiros	PECLD	Gerais e administrativas	Outras	Total
Nota									
Energia elétrica comprada para revenda	33.1	5.131.833							5.131.833
Encargos de uso da rede elétrica	33.2	1.105.377							1.105.377
Custo da matéria prima consumida	33.3		99.743		(3.439)				96.304
Compromissos futuros	15	10.961							10.961
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	33.4			335.372	4.638		148.030		488.040
Material				44.617	3.793		5.287		53.697
Serviços de terceiros	33.5			266.808	11.157		169.431		447.396
Depreciação e impairment - Imobilizado em serviços	33.6			179.242			(17.078)	577.195	739.359
Depreciação - Ativos de direito de uso				4.837			4.290		9.127
Amortização				280.478			95.635		376.113
PECLD / perdas líquidas						115.023		1.311	116.334
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas								31.293	31.293
Arrendamentos e aluguéis				12.706	78		(962)	(472)	11.350
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens								105.405	105.405
Custo com construção da infraestrutura	21				1.651.152				1.651.152
Outras		4.329		18.633	1.287		40.979	175.918	241.146
Total		6.252.500	99.743	1.142.693	1.668.666	115.023	445.612	890.650	10.614.887
		Consolidado							
		Acumulado do período							
		01/01/2022 a 30/09/2022							
		Custos			Despesas operacionais				
		Com energia elétrica	Da produção	De operação	Prestado a terceiros	PECLD	Gerais e administrativas	Outras	Total
Nota									
Energia elétrica comprada para revenda	33.1	5.106.529							5.106.529
Encargos de uso da rede elétrica	33.2	935.980							935.980
Custo da matéria prima consumida	33.3		207.663						207.663
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	33.4			308.357	5.681		172.517		486.555
Material				51.339	47.066		5.017		103.422
Serviços de terceiros	33.5			237.784	19.079		155.239		412.102
Depreciação - Imobilizado em serviço	33.6			218.457			23.170		241.627
Depreciação - Ativos de direito de uso				875			8.611		9.486
Amortização				239.161			89.251		328.412
PECLD / perdas líquidas						127.230			127.230
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas							50	55.878	55.928
Arrendamentos e aluguéis				8.692	671		(3.226)		6.137
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens								105.985	105.985
Custo com construção da infraestrutura	21				1.425.805				1.425.805
Outras		4.018		24.674	1.550		46.225	9.289	85.756
Total		6.046.527	207.663	1.089.339	1.499.852	127.230	496.854	171.152	9.638.617

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



33.1 Energia elétrica comprada para revenda

	Nota	Consolidado			
		Movimento do Período		Acumulado do período	
		01/07/2023 a 30/09/2023	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2023 a 30/09/2023	01/01/2022 a 30/09/2022
Contratos de compra de energia por disponibilidade	33.1.1	422.477	240.523	1.287.240	804.853
Contratos de compra de energia por quantidade PROINFA		334.950	356.735	941.454	735.203
		37.778	49.780	113.298	133.395
Contratos de compra de energia por cotas	33.1.2	150.854	173.065	425.720	453.847
Energia de curto prazo	33.1.3	34.167	43.310	49.954	102.473
Energia de Itaipu Binacional	33.1.4	185.996	258.323	500.428	734.934
Encargo de Energia de Reserva - EER	33.1.5	90.766	65.572	288.895	151.912
Encargos de Serviço do Sistema - ESS	33.1.6	2.526	(12.260)	8.129	234.111
Contratos de comercialização de energia	33.1.7	787.690	800.153	1.999.271	2.270.035
Outros	33.1.8	10.672	14.086	16.729	(408)
(-) Ressarcimentos CCEE/CONER		(4.931)	(5.898)	(5.846)	(7.705)
(-) Créditos de PIS/COFINS		(181.644)	(188.749)	(493.439)	(506.121)
		<u>1.871.301</u>	<u>1.794.640</u>	<u>5.131.833</u>	<u>5.106.529</u>

33.1.1 Contratos de compra de energia por disponibilidade

O aumento observado no montante de compra de energia por disponibilidade refere-se, substancialmente, às controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, deve-se, principalmente, ao reajuste na receita de venda dos contratos por disponibilidade e início de suprimento das usinas do 26º Leilão de Energia Nova em janeiro 2023, associado ao aumento dos custos relativos às exposições dos vendedores ao mercado de curto prazo da CCEE, que são assumidos pelos compradores participantes desta modalidade de contrato.

33.1.2 Contratos de compra de energia por cotas

A redução observada no montante de compra de energia por cotas refere-se, substancialmente, às controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, e decorre das condições favoráveis de geração de energia hídrica ocasionada pela maior incidência de chuvas e aumento da produção das hidrelétricas, associado à descotização das usinas da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE após a privatização.

33.1.3 Energia de curto prazo

A redução observada na rubrica de energia de curto prazo refere-se, principalmente, às controladas EDP Espírito Santo e EDP São Paulo decorrente do encerramento em 2022 das cessões de compra no MCS D de Energia Nova e de Operações de MVE.

33.1.4 Energia de Itaipu Binacional

A variação decorre, substancialmente, das controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, principalmente, à redução na tarifa de repasse da potência contratada de Itaipu Binacional que foi de US\$ 16,19/kW ao mês em 2023 (US\$24,73/kW ao mês em 2022), associada à redução dos montantes correspondentes às cotas-partes a serem consideradas no rateio de energia elétrica, quando comparado a 2022.

33.1.5 Encargo de Energia de Reserva - EER

O EER representa todos os custos decorrentes da contratação da energia de reserva, entendida como aquela destinada a aumentar a segurança no fornecimento de energia elétrica ao SIN, proveniente de usinas especialmente contratadas mediante leilões para este fim, incluindo os custos administrativos, financeiros e tributários, que são rateados entre os usuários finais de energia elétrica do SIN. Nas controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, no período de 2023, levando em consideração o comportamento da estimativa do PLD e da geração das usinas vencedoras em Leilões de Energia de Reserva - LER, houve a necessidade do recolhimento do EER visando o contínuo equilíbrio financeiro do fundo, de modo a assegurar a cobertura das próximas obrigações vinculadas à conta. A complementação da Conta de Energia de Reserva (CONER) ocorre por meio do pagamento das controladas.

33.1.6 Encargos de Serviço do Sistema - ESS

A redução do ESS no período deve-se, principalmente, ao acionamento de usinas térmicas fora da ordem de mérito e importação de energia oriunda da Argentina e Uruguai pelo baixo nível dos reservatórios, elevando o custo do ESS para os agentes que possuem consumo atendido pelo SIN, nos primeiros meses de 2022.

33.1.7 Contratos de comercialização de energia

A variação refere-se à controlada EDP Trading que apresentou uma redução nos contratos de comercialização de energia em montantes negociados, em razão da melhora do cenário hidrológico atual, quando comparado ao mesmo período em 2022.

33.1.8 Outros

A variação do saldo observado na rubrica refere-se, principalmente, à controlada EDP São Paulo decorrente da cobrança dos valores da Redução Voluntária de Consumo, conforme DSP ANEEL nº 397/22.

33.2 Encargos de uso da rede elétrica

O aumento no período deve-se, principalmente, ao reajuste da tarifa TUST na controlada EDP São Paulo, que passou por revisão tarifária do agente regulador em julho de 2023.

33.3 Custo da matéria prima consumida

A redução na rubrica refere-se, substancialmente, à controlada Porto do Pecém, ocasionada pela baixa de estoque da venda de carvão em maio de 2022 e da provisão de perda estimada na realização dos estoques em 2023.

33.4 Pessoal e Administradores

	Controladora				Consolidado			
	Movimento do Período		Acumulado do período		Movimento do Período		Acumulado do período	
	01/07/2023 a 30/09/2023	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2023 a 30/09/2023	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2023 a 30/09/2023	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2023 a 30/09/2023	01/01/2022 a 30/09/2022
Pessoal								
Remuneração	5.473	4.387	15.644	15.851	73.127	64.878	219.519	206.569
Encargos	2.093	1.599	6.484	5.546	26.531	24.852	82.514	76.593
Previdência privada - Corrente	201	164	682	355	3.263	3.511	11.465	8.569
Despesas rescisórias	240	551	(2.434)	1.242	4.143	6.851	11.079	21.634
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	1.269	1.100	3.439	3.596	13.452	12.797	38.053	38.681
Outros benefícios - Corrente	1.444	1.319	4.355	4.584	27.936	28.421	81.586	84.182
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	(15)	19	(129)		338	477	1.011	1.342
(-) Créditos de tributos recuperáveis		(636)		(636)	(4.563)	(1.320)	(5.493)	(1.320)
Outros	282	307	865	827	2.689	5.103	7.509	17.068
	<u>10.987</u>	<u>8.810</u>	<u>28.906</u>	<u>31.365</u>	<u>146.916</u>	<u>145.570</u>	<u>447.243</u>	<u>453.318</u>
Administradores								
Honorários e encargos	3.020	2.785	12.450	9.829	8.204	7.651	29.533	25.885
Benefícios dos administradores	780	2.211	6.499	4.839	2.262	4.091	11.264	7.352
	<u>3.800</u>	<u>4.996</u>	<u>18.949</u>	<u>14.668</u>	<u>10.466</u>	<u>11.742</u>	<u>40.797</u>	<u>33.237</u>
	<u>14.787</u>	<u>13.806</u>	<u>47.855</u>	<u>46.033</u>	<u>157.382</u>	<u>157.312</u>	<u>488.040</u>	<u>486.555</u>

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



33.5 Serviços de terceiros

	Controladora				Consolidado			
	Movimento do Período		Acumulado do período		Movimento do Período		Acumulado do período	
	01/07/2023 a 30/09/2023	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2023 a 30/09/2023	01/01/2022 a 30/09/2022	01/01/2023 a 30/09/2023	01/01/2022 a 30/09/2022	01/01/2023 a 30/09/2023	01/01/2022 a 30/09/2022
Serviços de consultoria	14.202	6.299	39.663	23.941	26.357	17.653	71.371	52.411
Serviços comerciais					42.108	33.215	115.128	100.006
Serviços de manutenção	295	444	1.008	735	34.858	30.782	99.764	97.901
Serviços de limpeza e vigilância	240	227	663	701	8.754	7.328	24.915	20.724
Serviços de informática	4.677	3.605	12.801	12.572	21.371	20.446	61.442	56.893
Serviços de publicação e publicidade	800	2.784	2.260	4.968	1.655	5.009	5.850	10.341
Serviços de transporte	1.098	1.006	3.095	2.689	3.550	4.112	12.757	10.643
Serviços Compartilhados	(11.700)	(10.426)	(27.019)	(30.856)	1.374	(1)	(2)	(1)
(-) Crédito de PIS/COFINS					(9.226)	(4.897)	(22.276)	(14.700)
Outros	2.106	1.919	7.764	7.190	25.796	35.601	78.447	77.884
	11.718	5.858	40.235	21.940	156.597	149.248	447.396	412.102

33.6 Depreciação e Impairment - Imobilizado em serviço

A variação na rubrica de Depreciação e Impairment - Imobilizado em serviço no consolidado refere-se ao impacto de R\$577.195, decorrente da redução ao valor recuperável do ativo não circulante mantido para venda referente à controlada Porto do Pecém, conforme CPC 31 que, em regra geral, determina que a Companhia deve avaliar os ativos classificados como mantidos para venda pelo menor entre o valor contábil e o valor justo líquido de custos de venda (Notas 4.12 e 17.1).

34 Resultado financeiro

	Nota	Controladora				Consolidado			
		Movimento do Período		Acumulado do período		Movimento do Período		Acumulado do período	
		01/01/2023 a 30/09/2023	01/01/2022 a 30/09/2022						
Receitas financeiras									
Juros e variações monetárias									
Renda de aplicações financeiras e cauções	5 e 13	19.907	9.713	100.971	35.993	77.624	87.775	281.076	228.182
Energia vendida						34.165	39.387	116.362	143.913
Depósitos judiciais	13	356	241	1.007	617	10.736	8.524	32.116	17.953
Contratos de mútuo	11	11.432	10.717	33.614	27.589	112	162	163	163
Ativos/ passivos financeiros setoriais	8					5.861	1.683	21.532	1.683
Juros e multa sobre tributos	9	7.755	4.707	9.087	5.313	19.535	21.432	36.306	69.332
Remuneração das ações preferenciais		(2.002)	487	3.138	2.285		(90)		
Uso do bem público	34.1					(197)		2.034	
Arrendamentos e aluguéis	16.8					(18)			
Outros juros e variações monetárias			2		2	(3.037)	449	59	4.205
Operações de swap e hedge	37.1.2		3.479		3.479	3.107	(27.060)	3.107	3.479
Variações em moeda estrangeira	37.1.2	(1.967)				(44.456)	(38.794)	36.583	42.742
Ajustes a valor presente	7.8					4.690	459	6.394	854
(-) Juros capitalizados	21						(3)		(259)
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(3.179)	(6.410)	(10.647)	(19.558)	(10.147)	(14.085)	(32.774)	(41.028)
Outras receitas financeiras			94	182	9	3.884	3.389	9.351	8.729
		32.302	23.030	137.352	55.729	101.859	83.066	512.309	479.785
Despesas financeiras									
Encargos de dívida									
Empréstimos e financiamentos	27.2				(4.079)	(169.280)	(77.601)	(400.289)	(198.746)
Debêntures	26.2	(1.147)	(870)	(4.720)	(17.727)	(227.901)	(106.678)	(903.435)	(812.679)
Variações em moeda estrangeira	37.1.2	1.898	9.886	1.898	9.806	3.033	7.462	3.033	7.382
Operações de swap e hedge	37.1.2					(30.500)	(144.758)	(153.912)	(268.563)
Ajustes a valor presente						13.069	(1.889)	10.366	(3.928)
(-) Juros capitalizados	21					4.586	2.495	14.570	10.247
Juros e variações monetárias									
Juros e multa sobre tributos	9	(140)	(227)	(481)	(637)	(16.513)	(13.258)	(27.252)	(37.348)
Ativos/ passivos financeiros setoriais	8					(4.601)	(6.659)	(14.958)	(12.160)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	30.1.1	(764)	(792)	(3.148)	(3.431)	493	(29.052)	(82.422)	(90.187)
Uso do bem público	34.1						(632)		(55.413)
Benefícios pós-emprego	28.1.1 e 28.2.1					(18.318)	(18.290)	(54.957)	(56.763)
Arrendamentos e aluguéis	16.8	(489)	1	(1.471)	(978)	(3.328)	(846)	(9.908)	(7.099)
Energia Livre						(39)	514	(88)	(2.619)
Outros juros e variações monetárias			978		978	(816)	403	(3.798)	(6.157)
Variações em moeda estrangeira						670	482	670	513
Operações de swap e hedge	37.1.2		(3.479)		(3.479)		(4.138)		(4.138)
Ajustes a valor presente			(1.524)		(1.524)	(1.026)	(4.737)	(1.026)	(5.980)
Outras despesas financeiras		2.841	(424)	(817)	(927)	(4.525)	(13.799)	(19.428)	(30.041)
		2.199	3.549	(8.739)	(21.998)	(454.996)	(410.981)	(1.642.834)	(1.573.679)
Total		34.501	26.579	128.613	33.731	(353.137)	(327.915)	(1.130.525)	(1.093.894)

34.1 Uso do bem público - UBP

A variação na rubrica do Uso do bem público - UBP refere-se, principalmente, ao indexador IGP-M, que foi de 4,93% negativo no acumulado em 2023 (6,47% positivo em 2022) nas controladas Enerpeixe e Investco.

35 Imposto de renda e contribuição social

Nas controladas EDP Smart Soluções, EDP Smart SPE V, Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão Norte, EDP Transmissão Norte 2 e EDP Transmissão Litoral Sul o imposto de renda e a contribuição social registrados no resultado referem-se ao regime de tributação de lucro presumido, cujas bases de cálculo foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente.

Para a Companhia e demais controladas, o imposto de renda corrente é calculado conforme sistemática do lucro real com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente de 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais e a contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis, por meio da aplicação da alíquota de 9%.

Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável. As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido. Em 2023, houve alteração do regime de apuração de Lucro Real trimestral para anual das controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo (Nota 4.5).

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Nota	Controladora				Consolidado			
	Movimento do Período		Acumulado do período		Movimento do Período		Acumulado do período	
	01/07/2023 a 30/09/2023	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2023 a 30/09/2023	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2023 a 30/09/2023	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2023 a 30/09/2023	01/01/2022 a 30/09/2022
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	600.165	521.542	867.662	1.443.394	878.544	833.673	1.603.553	2.201.153
Alíquota	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	(204.056)	(177.324)	(295.005)	(490.754)	(298.701)	(283.444)	(545.204)	(748.388)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva								
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes								
Doações	(627)	(415)	(2.192)	(1.510)	(842)	(467)	(2.788)	(1.916)
Perdas indedutíveis	(9)	(15)	(69)	(27)	(37)	24	(97)	(28)
Resultados de equivalência patrimonial	207.361	186.534	492.942	520.946	25.566	(13.211)	74.515	30.460
Juros sobre o capital próprio	(4.935)	(19.191)	(14.263)	(59.793)	(4.935)	(4.253)	(14.263)	(12.007)
Juros sobre as ações preferenciais					(4.280)		(8.904)	(664)
Outras	(274)	(227)	(619)	(508)	(1.251)	(835)	(2.922)	(2.235)
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	35.1	(4.713)	3.320	(193.073)	6.015	9.734	20.279	(189.712)
(Adição) Reversão de diferenças permanentes					258	66	258	
Efeito tributário de créditos extemporâneos	6		6		19.023	(68)	18.740	4.781
Ajuste lucro presumido					6.442	108	16.823	(8.457)
Incentivos fiscais								
SUDAM / SUDENE					20.398	16.354	54.477	57.585
Outras	171	211	1.772	581	1.241	1.692	6.298	6.384
Despesa de IRPJ e CSLL	(7.076)	(7.107)	(10.501)	(25.050)	(227.384)	(263.755)	(592.779)	(652.115)
Alíquota efetiva	1,18%	1,36%	1,21%	1,74%	25,88%	31,64%	36,97%	29,63%

35.1 IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos

O aumento na rubrica refere-se, principalmente, à provisão de perda na controlada Porto do Pecém onde a Companhia não constituiu os impostos diferidos ativos.

36 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado utilizando o resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por ação.

A Companhia instituiu Plano de Remuneração Baseado em Ações, plano este que concede outorga futura de ações da Companhia aos seus beneficiários. Assim, para o cálculo do resultado por ação diluído, foram considerados os valores estimados destas outorgas na data de encerramento destas informações contábeis intermediárias.

O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	Movimento do Período		Acumulado do período	
	01/07/2023 a 30/09/2023	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2023 a 30/09/2023	01/01/2022 a 30/09/2022
Resultado básico				
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas	593.089	514.435	857.161	1.418.344
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas (mil) (*)	1.132.577	570.413	545.100	571.299
Resultado básico por ações (reais/ação)	0,52366	0,90186	1,57248	2,48266
Resultado diluído				
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas	593.089	514.435	857.161	1.418.344
Ajuste ao lucro (prejuízo) líquido do período disponível para as ações considerando o potencial incremento das ações ordinárias como resultado dos planos de incentivo e retenção		(1.768)	11.617	(961)
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas ajustado	593.089	512.667	868.778	1.417.383
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas (mil) (*)	1.132.577	570.413	545.100	571.299
Potencial incremento nas ações ordinárias em função dos planos de incentivo e retenção a longo prazo	10.927	(3.538)	691	808
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas ajustado (mil) (*)	1.143.504	566.875	545.791	572.107
Resultado diluído por ações (reais/ação)	0,51866	0,90437	1,59178	2,47748

(*) O número de ações ordinárias de 2022 não contempla as ações em tesouraria.

37 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

37.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

37.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros:

Nota	Níveis	Controladora				
		Valor justo		Valor contábil		
		30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022	
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa						
	5	Nível 2	255.597	939.854	255.597	939.854
	6	Nível 2	4.222		4.222	
	37.1.2					
		Nível 2	49.726	8.918	49.726	8.918
			<u>309.545</u>	<u>948.772</u>	<u>309.545</u>	<u>948.772</u>
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa						
	5					
		Nível 2	1.681	31.680	1.681	31.680
		Nível 2	27.183	31.333	27.183	31.333
	11	Nível 2	378.926	316.408	378.926	316.408
	13	Nível 2	42	392	42	392
	11	Nível 2	27.988	27.748	27.988	27.748
			<u>435.820</u>	<u>407.561</u>	<u>435.820</u>	<u>407.561</u>
			<u>745.365</u>	<u>1.356.333</u>	<u>745.365</u>	<u>1.356.333</u>
Passivos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
	37.1.2					
		Nível 2	49.726	8.918	49.726	8.918
			<u>49.726</u>	<u>8.918</u>	<u>49.726</u>	<u>8.918</u>
Custo amortizado						
	25	Nível 2	19.691	42.471	19.691	42.471
	26	Nível 2	24.380	48.043	24.597	48.293
	11	Nível 2	78.253	70.630	78.253	70.630
	16.8	Nível 2	16.260	19.236	17.039	18.550
			<u>138.584</u>	<u>180.380</u>	<u>139.580</u>	<u>179.944</u>
			<u>188.310</u>	<u>189.298</u>	<u>189.306</u>	<u>188.862</u>
Consolidado						
Nota	Níveis	Valor justo		Valor contábil		
		30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022	
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa						
	5					
		Nível 2	1.456.154	3.981.985	1.456.154	3.981.985
	20	Nível 2	6.928.215	5.706.847	6.928.215	5.706.847
	6	Nível 2	123.067	1.952	123.067	1.952
	15 e 37.1.1.1	Nível 2	2.068.689	2.539.702	2.068.689	2.539.702
	37.1.2					
		Nível 2	18.168	4.545	18.168	4.545
		Nível 2	198.972	66.824	198.972	66.824
		Nível 2	49.726	8.918	49.726	8.918
			<u>10.842.991</u>	<u>12.310.773</u>	<u>10.842.991</u>	<u>12.310.773</u>
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa						
	5	Nível 2	159.559	215.211	159.559	215.211
	7	Nível 2	2.601.210	2.673.099	2.601.210	2.673.099
		Nível 2	4.593	5.217	4.593	5.217
		Nível 2	21.354	14.689	21.354	14.689
	13	Nível 2	26.493	26.497	26.493	26.497
	6	Nível 2	19.736	2.500	19.736	2.500
	8	Nível 2	110.019	153.328	110.019	153.328
	11	Nível 2	9.209	13.717	9.209	13.717
			<u>2.952.173</u>	<u>3.104.258</u>	<u>2.952.173</u>	<u>3.104.258</u>
			<u>13.795.164</u>	<u>15.415.031</u>	<u>13.795.164</u>	<u>15.415.031</u>
Passivos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
	27					
		Nível 2	1.813.638	1.245.386	1.813.638	1.241.710
	15 e 37.1.1.1	Nível 2	1.623.976	1.645.142	1.623.976	1.645.142
	26	Nível 2	641.794	644.805	641.794	644.805
	37.1.2					
		Nível 2	302.808	256.306	302.808	256.306
		Nível 2	50.041	57.413	50.041	57.413
		Nível 2	49.726	8.919	49.726	8.919
			<u>4.481.983</u>	<u>3.857.971</u>	<u>4.481.983</u>	<u>3.854.295</u>

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Nota	Níveis	Consolidado			
			Valor justo		Valor contábil	
			30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Custo amortizado						
Fornecedores	25	Nível 2	1.425.756	1.486.113	1.425.756	1.486.113
Debêntures	26	Nível 2	7.390.399	8.007.027	7.015.897	8.590.438
Uso do bem público		Nível 2	420.391	477.733	492.886	530.452
Ressarcimento por indisponibilidade		Nível 2		500		500
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	27					
Moeda nacional		Nível 2	2.921.519	4.858.237	1.811.706	3.563.483
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	11	Nível 2	75.235	70.587	75.235	70.787
Arrendamentos e aluguéis	16.8	Nível 2	113.881	128.078	118.001	148.809
Licenças ambientais	30.2	Nível 2	44.393	77.999	44.750	74.082
Passivos financeiros setoriais	8	Nível 2	888.432	1.156.747	888.432	1.156.747
			<u>13.280.006</u>	<u>16.263.021</u>	<u>11.872.663</u>	<u>15.621.411</u>
			<u>17.761.989</u>	<u>20.120.992</u>	<u>16.354.646</u>	<u>19.475.706</u>

37.1.1.1 Contrato de compromisso futuro

Em 2023, a Companhia alterou a classificação de valor justo dos compromissos futuros do Nível 3 para o Nível 2 considerando estabilidade dos dados observáveis nas curvas de mercado, como cotações de preços futuros da energia da DCIDE(R).

37.1.2 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que: (i) seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro; (ii) não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares; e (iii) sempre será liquidado em data futura. Somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do período, exceto quando o derivativo for classificado como proteção de fluxo de caixa, sendo os ganhos e perdas registrados em Outros resultados abrangentes no Patrimônio líquido.

As operações com derivativos nas controladas EDP Trading e EDP Smart Energia referem-se a operações de compra e venda de energia, sendo transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas em energia, e prontamente conversíveis em montante financeiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o CPC 48 e são reconhecidos nas informações contábeis intermediárias pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, sendo reavaliado a valor justo na data do balanço. As controladas não efetuaram transações de caráter especulativo em instrumentos derivativos no período.

Em 30 de setembro de 2023, as operações com derivativos no consolidado referem-se a Controladora e às controladas EDP Smart Serviços, EDP Espírito Santo, EDP São Paulo e Santa Leopoldina. Segue abaixo o quadro contendo as principais informações a respeito destes derivativos:

Notas explicativas
Período findo em 30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Controlada	Contraparte	Operação	Vigência	Posição	Nacional USD	Nacional BRL	Controladora									
							30/09/2023			Período de 9 meses findos em 30 de setembro			31/12/2022			Período de 9 meses findos em 30 de setembro
							Ativo	Passivo	Valor Justo Líquido	Efeito Resultado	Ativo	Passivo	Valor Justo Líquido	Efeito Resultado		
NDF																
EDP - Energias do Brasil	Itaú	Compra	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	75.020	430.879		(49.725)	(49.725)			(8.918)	(8.918)	3.480		
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente I S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	11.536	66.255	7.646		7.646		1.427		1.427	(557)		
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente II S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	11.536	66.255	7.646		7.646		1.427		1.427	(557)		
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente III S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	11.536	66.255	7.646		7.646		1.427		1.427	(557)		
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente IV S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	11.536	66.255	7.646		7.646		1.427		1.427	(557)		
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente V S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	12.978	74.537	8.603		8.603		1.605		1.605	(626)		
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente VI S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	12.978	74.537	8.603		8.603		1.605		1.605	(626)		
EDP - Energias do Brasil	Central Geradora Fotovoltaica Monte Verde Solar II S.A.	Venda	26/06/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	584	3.357	387		387					-		
EDP - Energias do Brasil	Central Geradora Fotovoltaica Monte Verde Solar III S.A.	Venda	26/06/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	584	3.357	387		387					-		
EDP - Energias do Brasil	Central Geradora Fotovoltaica Monte Verde Solar IV S.A.	Venda	26/06/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	584	3.357	387		387					-		
EDP - Energias do Brasil	Central Geradora Fotovoltaica Monte Verde Solar V S.A.	Venda	26/06/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	584	3.357	387		387					-		
EDP - Energias do Brasil	Central Geradora Fotovoltaica Monte Verde Solar VI S.A.	Venda	26/06/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	584	3.357	387		387					-		
Total NDF							49.725	(49.725)	-	-	8.918	(8.918)	-	-		

Controlada	Contraparte	Operação	Vigência	Posição	Nacional USD	Nacional BRL	Consolidado									
							30/09/2023			Período de 9 meses findos em 30 de setembro			31/12/2022			Período de 9 meses findos em 30 de setembro
							Ativo	Passivo	Valor Justo Líquido	Efeito Resultado	Ativo	Passivo	Valor Justo Líquido	Efeito Resultado		
Swap de dívida																
EDP São Paulo	Safra		12/02/2021 a 15/01/2026	IPCA + 3,91% a.a./CDI + 1,50% a.a.		700.000	807.900	(726.925)	80.975	(3.938)	765.325	(755.701)	9.624	(33.567)		
EDP Espírito Santo	Itaú		12/02/2021 a 15/07/2025	IPCA + 3,26% a.a. / CDI + 1,15% a.a.		500.000	572.955	(517.745)	55.210	(2.037)	539.910	(537.552)	2.358	(11.276)		
EDP Smart Serviços	Scotiabank Brasil S/A Banco Múltiplo		07/04/2021 a 12/04/2022	USD + 0,62% a.a. / CDI + 0,79% a.a.	17.986	100.000		-						(18.548)		
Mata Grande Transmissora	Scotiabank Brasil S/A Banco Múltiplo		16/08/2021 a 16/08/2022	USD + 0,95% a.a. / CDI + 0,45% a.a.	16.284	85.000		-						(13.716)		
Mata Grande Transmissora	Scotiabank Brasil S/A Banco Múltiplo		16/08/2022 a 16/11/2022	USD + 3,18% a.a. / CDI + 1,00% a.a.	16.284	85.000		-						1.013		
Santa Leopoldina	Itaú BBA		01/02/2022 a 16/01/2024	USD + 2,20% a.a. / CDI + 1,25% a.a.	64.941	350.000	336.975	(438.711)	(101.736)	(47.956)	337.717	(396.860)	(59.143)	(44.632)		
Santa Leopoldina	Scotiabank Brasil S/A Banco Múltiplo		14/01/2022 a 16/01/2024	USD + 1,6175% a.a. / CDI + 0,85% a.a.	150.000	849.870	749.309	(937.516)	(188.207)	(90.055)	766.325	(962.266)	(195.941)	(160.555)		
EDP Smart Serviços	Itaú BBA		08/04/2022 a 29/03/2023	USD + 3,733% a.a. / CDI + 1,59% a.a.	25.565	120.000		-		(4.948)	137.668	(133.123)	4.545	10.575		
EDP São Paulo	XP Investimentos		15/06/2022 a 15/08/2025	IPCA + 5,91% a.a./CDI + 0,15% a.a.		329.605	231.070	(223.656)	7.414	(7.015)	330.858	(332.212)	(1.354)	8.702		
EDP Espírito Santo	XP Investimentos		15/06/2022 a 15/07/2025	IPCA + 5,91% a.a. / CDI + 0,19% a.a.		240.865	168.855	(163.523)	5.332	(5.944)	241.737	(242.954)	(1.217)	(6.559)		
EDP Espírito Santo	Itaú BBA		18/07/2023 a 07/07/2025	USD + 6,788% a.a. / CDI + 1,30% a.a.	83.318	400.000	420.950	(412.650)	8.300	2.788				-		
EDP Espírito Santo	Scotiabank Brasil S/A Banco Múltiplo		30/09/2023 a 14/07/2025	USD + 7,057% a.a. / CDI + 1,16% a.a.	60.815	300.000	306.404	(303.617)	2.787	8.300				-		
Total swap de dívida							3.594.418	(3.724.343)	(129.925)	(150.805)	3.119.540	(3.360.668)	(241.128)	(268.563)		

Notas explicativas
Período findo em 30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Controlada	Contraparte	Operação	Vigência	Posição	Nacional USD	Nacional BRL	Consolidado									
							30/09/2023			Período de 9 meses findos em 30 de setembro			31/12/2022			Período de 9 meses findos em 30 de setembro
							Ativo	Passivo	Valor Justo Líquido	Ativo	Passivo	Valor Justo Líquido	Efeito Resultado			
NDF																
Porto do Pacém	Bradesco	Compra	11/10/2022 a 30/06/2023	BRL/USD 5,4855	38	207						(1)	(1)	-		
EDP Smart Serviços	Safra	Compra	01/10/2021 a 31/05/2022	BRL/USD 5,6315	608	3.424								(77)		
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	27/12/2021 a 31/03/2022	BRL/USD 5,8600	85	497								(75)		
EDP Smart Serviços	Safra	Compra	30/08/2022 a 05/09/2022	BRL/USD 5,1810	399	6.854								(507)		
EDP Smart Serviços	Safra	Compra	03/10/2022 a 28/02/2023	BRL/USD 5,3855	2.146	11.555						(84)	(84)			
EDP Smart Serviços	BR Partners	Compra	27/10/2022 a 02/05/2023	BRL/USD 5,5380	460	2.548						(58)	(58)			
EDP Smart Serviços	XP Investimentos	Compra	27/10/2022 a 02/05/2023	BRL/USD 5,4825	13.968	76.577						(1.011)	(1.011)			
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	27/10/2022 a 02/05/2023	BRL/USD 5,5187	907	5.006						(97)	(97)			
EDP Smart Serviços	BR Partners	Compra	07/11/2022 a 03/04/2023	BRL/USD 5,2460	212	1.110				28				28		
EDP Smart Serviços	Itaú	Compra	01/03/2023 a 30/11/2023	BRL/USD 5,2687	8.702	47.387		(3.222)	(3.222)							
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	15/03/2023 a 30/11/2023	BRL/USD 5,2687	9.138	50.770		(4.375)	(4.375)							
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	13/07/2023 a 29/12/2023	BRL/USD 4,9176	11.231	55.229		1.813	1.813							
EDP - Energias do Brasil	Itaú	Compra	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	75.020	430.879		(49.725)	(49.725)			(8.918)	(8.918)	3.480		
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente I S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	11.536	66.255	7.646		7.646		1.427		1.427	(557)		
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente II S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	11.536	66.255	7.646		7.646		1.427		1.427	(557)		
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente III S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	11.536	66.255	7.646		7.646		1.427		1.427	(557)		
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente IV S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	11.536	66.255	7.646		7.646		1.427		1.427	(557)		
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente V S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	12.978	74.537	8.603		8.603		1.605		1.605	(626)		
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente VI S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	12.978	74.537	8.603		8.603		1.605		1.605	(626)		
EDP - Energias do Brasil	Central Geradora Fotovoltaica Monte Verde Solar II S.A.	Venda	26/06/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	584	3.357	387		387					-		
EDP - Energias do Brasil	Central Geradora Fotovoltaica Monte Verde Solar III S.A.	Venda	26/06/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	584	3.357	387		387					-		
EDP - Energias do Brasil	Central Geradora Fotovoltaica Monte Verde Solar IV S.A.	Venda	26/06/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	584	3.357	387		387					-		
EDP - Energias do Brasil	Central Geradora Fotovoltaica Monte Verde Solar V S.A.	Venda	26/06/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	584	3.357	387		387					-		
EDP - Energias do Brasil	Central Geradora Fotovoltaica Monte Verde Solar VI S.A.	Venda	26/06/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	584	3.357	387		387					-		
Total NDF							49.725	(55.509)	(5.784)	-	8.946	(10.169)	(1.223)	(659)		
Total geral							3.644.143	(3.779.852)	(135.709)	(150.805)	3.128.486	(3.370.837)	(242.351)	(269.222)		

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Os impactos dos ganhos e perdas no período findo em 30 de setembro de 2023, assim como a movimentação dos derivativos foram os seguintes:

	Consolidado					Saldo em 30/09/2023
	Saldo em 31/12/2022	Liquidação	Efeito no Patrimônio Líquido	Juros provisionados	Ajuste a valor de mercado	
Swap						
Risco de taxa de juros e moeda						
Empréstimos	250.539	(103.555)		135.175	(3.303)	278.856
Debêntures	(9.411)	(158.453)		103.504	(84.571)	(148.931)
	241.128	(262.008)	-	238.679	(87.874)	129.925
Hedge de fluxo de caixa						
Risco de taxa de juros e moeda						
NDFs	1.222	(514)	5.076			5.784
Risco cambial						
NDFs	1		(1)			-
	1.223	(514)	5.075	-	-	5.784
Total	242.351	(262.522)	5.075	238.679	(87.874)	135.709

37.1.2.1 Contratos de swap

Os contratos de *swap* são utilizados como *hedge*, com o objetivo de reduzir riscos e de dar mais previsibilidade para diferentes agentes do mercado.

Santa Leopoldina

Em 1º de fevereiro de 2022, a controlada Santa Leopoldina contratou instrumento financeiro derivativo classificado como *swap*, registrado por meio de seu valor justo com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial e da taxa de juros CDI do financiamento contratado junto ao Banco Scotiabank (Nota 27).

EDP Espírito Santo e EDP São Paulo

Em 12 de fevereiro de 2021, as controladas contrataram instrumento financeiro derivativo classificado como *swap*, registrado por meio de seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos de inflação (IPCA) através da troca dos fluxos de pagamentos, de IPCA + *Spread* para taxa de juros CDI + *Spread* da 10ª emissão de debêntures da controlada EDP Espírito Santo e da 11ª emissão de debêntures da controlada EDP São Paulo (Nota 26). A referida dívida está mensurada a valor justo por meio de resultado para evitar descasamento contábil com a mensuração deste derivativo em procedimento optativo do CPC 48.

Em 15 de junho de 2022, as controladas contrataram instrumento financeiro derivativo classificado como *swap*, registrado por meio de seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos de inflação (IPCA) através da troca dos fluxos de pagamentos, de IPCA + *Spread* para taxa de juros CDI + *Spread* da 7ª emissão de debêntures da controlada EDP Espírito Santo e da 9ª emissão de debêntures da controlada EDP São Paulo (Nota 26). O *swap* foi declarado como *hedge* de Valor Justo, de acordo com o CPC 48, considerado como instrumento de proteção da 7ª emissão de debêntures, que, por consequência, está mensurada a valor justo por meio de resultado.

EDP Smart Serviços

Em 06 de abril de 2022, a controlada contratou instrumento financeiro derivativo classificado como *swap*, registrado por meio de seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial através da troca dos fluxos de pagamentos, de dólar americano de dólar americano à taxa de juros Libor para real brasileiro à taxa de juros CDI, do financiamento contratado junto ao Banco Scotiabank (Nota 27). A controlada liquidou o derivativo no dia 29 de março de 2023.

EDP Espírito Santo

Em 18 de julho de 2023, a controlada EDP Espírito Santo contratou instrumento financeiro derivativo classificado como *swap*, registrado por meio de seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial através da troca dos fluxos de pagamentos, de dólar americano para taxa de juros CDI, do financiamento contratado junto ao Banco Itaú (Nota 27).

Em 30 de agosto de 2023, a EDP Espírito Santo contratou instrumento financeiro derivativo classificado como *swap*, registrado por meio de seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial através da troca dos fluxos de pagamentos, de dólar americano para taxa de juros CDI, do financiamento contratado junto ao Banco Scotiabank (Nota 27).

37.1.2.2 Non-Deliverable Forward - NDF - hedge accounting

Os contratos de NDFs - *hedge accounting* são instrumentos financeiros de cobertura do risco de taxa de juros e variação cambial. Os derivativos que não se qualificam como de cobertura são registrados como para negociação.

EDP Smart Serviços

Desde 2020, a controlada adotou metodologia de *hedge accounting*, registrado por meio de seu valor justo com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial nas aquisições de mercadoria em moeda estrangeira. Por se tratar de *hedge accounting* classificado como de fluxo de caixa, as alterações geradas pela variação do MtM, líquido dos juros provisionados, são reconhecidas diretamente no Patrimônio Líquido em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial quando considerado efetivo. A diferença entre o valor justo e a taxa fixada é a parcela inefetiva e, por consequência, é reconhecida no resultado.

37.1.2.3 Contabilidade de hedge (hedge accounting)

Os derivativos de cobertura são registrados ao valor justo e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo da contabilidade de cobertura adotado e, para isso, os seguintes requisitos foram atendidos:

- para a data de início da relação, existe documentação formal da cobertura;
- existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;
- a eficácia da cobertura possa ser mensurada de forma confiável;
- a cobertura é avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente efetiva ao longo do período da vida útil da estrutura de *hedge accounting*; e
- em relação a cobertura de uma transação prevista, esta deve ser altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia, em última análise, afetar o resultado.

• Cobertura de fluxos de caixa

A parte efetiva das variações do valor justo dos derivativos designados e que se qualifiquem como cobertura de fluxos de caixa é reconhecida no Patrimônio líquido – na rubrica Outros resultados abrangentes. Os ganhos ou perdas da parcela inefetiva da relação de cobertura são reconhecidos por contrapartida no resultado do exercício, no momento em que ocorre a inefetividade.

Os valores acumulados no Patrimônio líquido transitam pelo resultado nos exercícios em que o item coberto afeta o resultado, entretanto, quando a transação prevista que se encontra coberta resulta no reconhecimento de um ativo ou passivo não financeiro, os ganhos ou perdas registrados no Patrimônio líquido são reconhecidos, por contrapartida, do custo inicial do ativo ou passivo.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Quando um instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os critérios para a contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado registrado em Patrimônio líquido na data mantém-se em Patrimônio líquido até que a transação prevista seja reconhecida em resultado. Quando já não é esperado que a transação ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registrados por contrapartida de Patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado.

• Efetividade

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal, deve ser demonstrada a sua efetividade. Assim, a controlada executa testes prospectivos na data de início da relação de cobertura e em cada data de balanço, e de modo a demonstrar a sua efetividade e que as alterações no valor justo do item coberto são compensadas por alterações no valor justo do instrumento de cobertura, no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefetividade apurada é reconhecida no resultado no momento em que ocorre.

37.2

Gestão de riscos

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota Norma de Gestão de Riscos desde 2006. A Governança está consolidada e definida através de uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, Taxonomia e as diretrizes da sua metodologia formalizadas na Norma e Procedimento de Riscos Corporativos. A Política foi atualizada em 2021, enquanto a Norma e Procedimento foram atualizados em 2023, aprovados no Conselho de Administração e possuem revisão e atualização periódica pré-definida em normativo específico. Importante destacar que o Processo de Gestão de Riscos está baseado em metodologias reconhecidas no mercado, como COSO ERM (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e Norma ABNT NBR ISO 31.000:2018 (Gestão de Riscos).

Ainda, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, o Grupo EDP - Energias do Brasil mantém segregadas as funções de Controles Internos e Compliance, e as de Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo corporativo de Gestão do Riscos, contempla a Diretoria de Riscos e Eficiência.

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota um modelo descentralizado de gestão, em que as diretrizes e a metodologia são definidas pela Diretoria de Riscos e Eficiência e o acompanhamento e monitoramento são realizados pela Governança, com os nomeados donos dos riscos. A Diretoria de Riscos e Eficiência realiza o gerenciamento integrado dos riscos, oportunidades e crises aos quais os negócios e operações estão sujeitos, atuando como facilitadora no processo de GRC (Governança, Riscos e Compliance), auxilia na identificação, classificação, avaliação, mensuração, implementação de ações específicas para mitigação ou eliminação dos riscos, via mecanismos de defesa ou planos de contingência, bem como, no gerenciamento dos riscos. Este Gerenciamento tem como objetivo assegurar que os diversos eventos inerentes a cada uma das áreas da Companhia sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria Executiva, que toma as providências que julgar cabíveis. Esse trabalho contínuo da equipe de Gestão de Riscos junto à primeira linha de defesa, permite que seja feita uma reavaliação da Taxonomia das Categorias de Riscos, bem como da atualização da Matriz Corporativa de Riscos, pelo menos, anualmente.

O monitoramento da gestão de riscos desenvolvido nas áreas corporativas e unidades de negócio garante aderência dos processos e controles internos às normas nacionais e internacionais, e agrega valor aos negócios por meio da consolidação de políticas e estratégias alinhadas com o planejamento de negócios da Companhia. Em alinhamento a essa condução da avaliação do ambiente de controle, o Grupo EDP - Energias do Brasil segue diretrizes de Governança, com Comitês de Riscos periódicos, conduzidos pela Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança, com a participação dos executivos locais e a gestão de riscos Global (EDP - Energias de Portugal S.A.).

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota a prática de identificar, analisar, tratar e monitorar os riscos, considerando a atualização do Mapa e Matriz de Riscos Corporativos baseado em riscos já conhecidos, tratados ou em tratamento, assim como para novos riscos identificados ao longo do ciclo corrente que permitem gerar visões consolidadas e comparativas para avaliação de forma colegiada pela Liderança e com aprovação nas instâncias de governança (Reuniões de Diretoria e Comitê de Auditoria). Os Riscos Corporativos estão classificados em quatro componentes: (1) Estratégico; (2) Negócio; (3) Financeiro e (4) Operacional, e desdobrados em 56 categorias.

37.2.1

Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

As Debêntures e os Empréstimos e financiamentos captados pela Companhia e suas controladas, apresentados nas notas 26 e 27, possuem regras contratuais para os passivos financeiros, fundamentalmente atrelados a essas exposições. Em 30 de setembro de 2023, a Companhia e suas controladas possuem risco de mercado associado ao CDI, TJLP, IPCA, Dólar e variação cambial. Deve-se considerar que a Companhia e suas controladas estão expostas à oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações.

Um dos objetivos da Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil é o de proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente, no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, de índices de preços e de moedas.

Em relação aos indexadores de dívida CDI, IPCA e TJLP os mesmos refletem direta ou indiretamente aos efeitos inflacionários. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas das controladas também estão relacionados à variação da inflação (IGP-M e IPCA). Desta forma, as variações das dívidas contratadas com os referidos indexadores tendem a estar protegidas pelas variações das receitas.

As controladas Santa Leopoldina, EDP Espírito Santo e EDP Smart Serviços possuem exposições à variação cambial (Dólar Norte Americano) e juros (CDI) atreladas a dívidas em moeda estrangeira, entretanto, possuem derivativos de *swap* e NDF com o objetivo de *hedge* econômico, para controlar todas as exposições à variação cambial e juros para essas obrigações.

As controladas EDP São Paulo e a EDP Espírito Santo estão expostas ao risco de variação cambial, atrelado ao Dólar Norte Americano, por meio dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, contudo, as alterações de variação cambial são repassadas integralmente ao consumidor na tarifa, por meio do mecanismo da CVA.

A captação e manutenção de empréstimos atrelados ao Dólar são considerados favoráveis, dadas as taxas de juros ofertadas no mercado externo serem inferiores ao mercado interno. Adicionalmente a esse cenário, pondera-se o risco cambial às operações com moedas estrangeiras onde, em uma economia na qual a oscilação das taxas de câmbio é muito agressiva, essa exposição é um fator relevante na análise de viabilidade de uma operação.

A controlada EDP Trading, decorrente da sua atividade de comercialização de energia, encontra-se exposta ao risco de preço de mercado associado a compromissos futuros resultantes de contratos bilaterais de compra e venda de energia (Nota 15). Para o período findo em 30 de setembro de 2023, o resultado destes contratos é determinado como o diferencial, para cada prazo, entre os preços dos contratos bilaterais de compra e venda de energia e a respectiva valorização por marcação a mercado utilizando curvas de preço *forward*. O resultado de contratos de compromisso futuro apresenta volatilidade associada à flutuação do preço de energia, gerando risco de preço de mercado.

A controlada EDP Smart Energia, decorrente de sua atividade de comercialização de energia e serviços, encontra-se exposta o risco de preço de mercado associado a compromissos futuros resultantes de contratos bilaterais de compra e venda de energia. Entretanto, como forma de gerenciamento e concentração de riscos, sendo tanto a controlada EDP Smart Energia quanto a EDP Trading, são controladas integrais do Grupo EDP - Energias do Brasil, o risco da controlada EDP Smart Energia é transferido, em suas operações realizadas no mercado, para a controlada EDP Trading, através do espelhamento dessas mesmas operações. Assim sendo, a gestão do risco de preço de mercado é realizada através da determinação e monitorização diária do risco respeitando os limites aprovados pela Administração da Companhia e enquadrados na Política de Gestão de Risco do Grupo EDP - Energias do Brasil, para compra e venda de energia utilizando uma metodologia estabelecida na Norma de Risco Energético. A metodologia adotada é um VaR (*Value at Risk*) com 95% de confiança (*Value at Risk*) que considera uma curva *forward* de preços de mercado, a exposição do portfólio (diferença entre compra e venda) e a volatilidade e liquidez observadas no mercado livre para cada período.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



37.2.1.1 Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas efetuam a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia e das controladas da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas através de consultorias especializadas, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

		Controladora								
Operação	Risco	Saldo da exposição	Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
			Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	255.498	14.174			14.174	3.443	6.849	(3.482)	(7.003)
Títulos e valores mobiliários	CDI	4.222	342	1.669	11.256	13.267	7.026	16.652	(5.096)	(8.769)
Empréstimos a receber	CDI	378.926	36.860	37.166		74.026	19.926	40.460	(19.334)	(38.087)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	638.646	51.376	38.835	11.256	101.467	30.395	63.961	(27.912)	(53.859)
Debêntures	IPCA	(24.633)	(1.990)			(1.990)	(178)	(359)	177	352
Instrumentos financeiros passivos	IPCA	(24.633)	(1.990)	-	-	(1.990)	(178)	(359)	177	352
		Consolidado								
Operação	Risco	Saldo da exposição	Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
			Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	1.284.173	98.350			98.350	26.030	51.998	(26.096)	(52.260)
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	171.926	3.302			3.302	795	1.579	(808)	(1.624)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	25.866	1.651	491		2.142	545	1.094	(541)	(1.078)
Títulos e valores mobiliários	CDI	142.803	4.663	2.450	11.256	18.369	8.081	18.752	(6.164)	(10.919)
Empréstimos a receber	CDI	5.162	464	73		537	98	194	(101)	(205)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	1.629.930	108.430	3.014	11.256	122.700	35.549	73.617	(33.710)	(66.086)
Debêntures	CDI	(4.292.176)	(357.172)	(267.950)		(625.122)	(123.380)	(252.492)	142.779	277.958
Empréstimos e financiamentos - CCB	CDI	(552.974)	(18.544)			(18.544)	(2.109)	(5.717)	5.294	9.095
Empréstimos e financiamentos - NP	CDI	(860.792)	(46.839)			(46.839)	4.171	(4.025)	20.760	29.157
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(5.705.942)	(422.555)	(267.950)	-	(690.505)	(121.318)	(262.234)	168.833	316.210
Swap - Ponta Passiva	CDI	(3.724.343)	(317.027)	(939.377)		(1.256.404)	(115.703)	(231.507)	120.471	240.959
Instrumentos financeiros derivativos	CDI	(7.800.355)	(631.152)	(1.204.313)	11.256	(1.824.209)	(201.472)	(420.124)	255.594	491.083
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	(62.186)	(3.918)	(751)		(4.669)	(767)	(1.523)	778	1.566
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(62.186)	(3.918)	(751)	-	(4.669)	(767)	(1.523)	778	1.566
Compromissos futuros	PLD	2.068.689	(47.288)	2.115.977		2.068.689	(860.155)	(1.717.307)	854.151	1.711.303
Instrumentos financeiros ativos	PLD	2.068.689	(47.288)	2.115.977	-	2.068.689	(860.155)	(1.717.307)	854.151	1.711.303
Compromissos futuros	PLD	(1.623.976)	113.282	(1.737.258)		(1.623.976)	841.280	1.682.559	(841.280)	(1.682.559)
Instrumentos financeiros passivos	PLD	(1.623.976)	113.282	(1.737.258)	-	(1.623.976)	841.280	1.682.559	(841.280)	(1.682.559)
		444.713	65.994	378.719		444.713	(18.875)	(34.748)	12.871	28.744
Empréstimos e financiamentos	Dólar	(1.813.638)	(1.149.349)	(828.764)		(1.978.113)	(494.512)	(989.037)	494.538	655.493
Instrumentos financeiros passivos	Dólar	(1.813.638)	(1.149.349)	(828.764)	-	(1.978.113)	(494.512)	(989.037)	494.538	655.493
Swap - Ponta Ativa	Dólar	1.813.638	1.149.349	828.764		1.978.113	494.512	989.037	(494.538)	(655.493)
Instrumentos financeiros derivativos	Dólar	1.813.638	1.149.349	828.764	-	1.978.113	494.512	989.037	(494.538)	(655.493)
		-	-	-		-	-	-	-	-
Debêntures	IPCA	(3.400.117)	(337.547)	(444.246)	(2.265)	(784.058)	(87.718)	(177.875)	85.357	168.426
Empréstimos e financiamentos - BNDES	IPCA	(170.609)	(19.947)	(26.775)	(19.162)	(65.884)	(8.333)	(17.207)	7.831	15.197
Empréstimos e financiamentos - CCB Brasil	IPCA	(78.470)	(6.690)	(15.829)	(2.647)	(25.166)	(3.494)	(7.141)	3.349	6.560
Instrumentos financeiros passivos	IPCA	(3.649.196)	(364.184)	(486.850)	(24.074)	(875.108)	(99.545)	(202.223)	96.537	190.183
Swap - Ponta Ativa	IPCA	1.780.780	172.914	147.933		320.847	40.613	81.997	(39.855)	(78.966)
Instrumentos financeiros derivativos	IPCA	1.780.780	172.914	147.933	-	320.847	40.613	81.997	(39.855)	(78.966)
		(1.868.416)	(191.270)	(338.917)	(24.074)	(554.261)	(58.932)	(120.226)	56.682	111.217

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI, TJLP, Dólar e IPCA estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia e das controladas. Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 8,1% e 13,4% a.a.; TJLP entre 6,3% e 7,1% a.a.; Dólar entre R\$2,41 e R\$7,23 e IPCA entre 3,7% e 6,1% a.a.

Para a análise de sensibilidade do PLD da controlada EDP Trading são avaliadas as exposições do portfólio de operações através de variações de 25% e 50% nas curvas *forward* de preço de energia, representada pela Dcide (empresa do setor para cálculo de curvas futuras de preço da energia).

37.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e das controladas em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira para cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre as Debêntures e Empréstimos captados pela Companhia e suas controladas são apresentados nas notas 26 e 27.

A Administração da Companhia e das controladas somente utilizam linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia e das controladas são demonstrados nas rubricas: (i) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5) sendo que a Companhia e suas controladas apresentam em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; (ii) Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6) que refere-se à aplicação em fundo de investimento, de liquidez diária e remuneração pós-fixada, com sua carteira de ativos atrelada a Letras Financeiras do Tesouro - LFT, com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo; (iii) Contas a receber (Nota 7), cujos os saldos apresentados compreendem um fluxo estimado para os recebimentos; (iv) Ativo financeiro indenizável (Nota 20) cujo o saldo apresentado nas controladas de distribuição corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ao final da concessão e está mensurado pelo valor novo de reposição; e (v) Ativos financeiros setoriais (Nota 8) que serão homologados pelo Poder Concedente e recebidos por meio da tarifa nos próximos reajustes ou revisões tarifárias.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Em 30 de novembro de 2021 a Diretoria da ANEEL aprovou a regra de repasse tarifário dos efeitos do MVE para os produtos anuais e semestrais. Entretanto, a apuração final do valor depende da definição dos montantes de sobrecontratação involuntária, que estão em discussão com a Agência.

Com a publicação do Decreto nº 9.143/17 (Resolução nº 453 de 2011), passou-se a reconhecer a exposição contratual involuntária das distribuidoras sempre que observada a condição do máximo esforço do agente, em razão de: (i) compra frustrada de energia elétrica em leilões de contratação; (ii) acontecimentos extraordinários e imprevisíveis decorrentes de eventos alheios à vontade do agente vendedor, reconhecidos pela ANEEL; (iii) alterações na distribuição dos CCGFs, na disponibilidade de energia e potência da Itaipu Binacional, do PROINFA e, a partir do ano de 2013, das Usinas Angra 1 e Angra 2; e (iv) exercício da opção de compra por consumidores livres e especiais. Contudo, apesar de reconhecida a exposição involuntária, os critérios de cumprimento da condição de máximo esforço do distribuidor estão em fase de discussão na ANEEL no que se refere aos anos de 2018 em diante.

A Resolução Normativa nº 869/20 determina ainda que para atender o critério de máximo esforço será exigida a declaração no MCSD Energia Nova de todos os montantes de exposição involuntária das distribuidoras.

Em dezembro de 2021 foi emitida a Nota Técnica nº 121/2021–SRM/SGT/ANEEL com novos critérios de apuração da sobrecontratação involuntária.

Em agosto de 2022 foi publicado o despacho ANEEL 2.169 que homologou os montantes de exposição e sobrecontratação involuntária dos agentes de distribuição, para os anos de 2016 e 2017, considerando (a) a retirada da avaliação do critério econômico para o cálculo da sobrecontratação involuntária de 2016 e 2017 e a adoção do critério de máximo esforço da exposição voluntária aplicada até 2015 e (b) estabelecer os montantes de involuntariedade dos agentes de distribuição para os anos de 2016 e 2017, sem a adoção do critério de 2,5% nos montantes de migração para o Ambiente de Contratação Livre como sobrecontratação involuntária para os anos de 2016 e 2017.

A sobrecontratação de energia, relativa ao período de 30 de setembro de 2023, afetou negativamente os resultados da EDP Espírito Santo em R\$32.775 e da EDP São Paulo em R\$45.831.

No período de 2023, as distribuidoras participaram do MVE negociando os montantes de 13,37MWh ao preço médio de R\$69,84/MWh para controlada EDP Espírito Santo e os montantes de 31,11MWh ao preço médio de R\$69,84/MWh para controlada EDP São Paulo.

37.2.2.2 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de Empréstimos, financiamentos e Debêntures com cláusulas restritivas (*covenants* normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índice financeiro.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia e das controladas exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente nas notas 26 e 27. Até a emissão das informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2023 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 38.2) para as rubricas de Empréstimos, financiamentos e Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia e suas controladas podem ser exigidas a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento. Para a rubrica de Compra de Energia, as garantias estão vinculadas, em sua maioria, aos recebíveis da Companhia, passíveis de alteração decorrente de eventuais perdas de crédito nestes recebíveis.

37.2.2.2.1 Capital Circulante Líquido - CCL

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 30 de setembro de 2023 foi positivo em R\$2.418.258 (R\$812.420 positivo em 31 de dezembro de 2022) e no consolidado foi negativo em R\$1.534.941 (R\$1.151.942 positivo em 31 de dezembro de 2022). A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, representando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo. O CCL negativo deve-se, principalmente, à previsão de liquidação para o 1º Trimestre de 2024 dos Empréstimos e financiamentos e das Debêntures, da controlada Santa Leopoldina, captados para a aquisição via leilão de privatização da EDP Goiás (anteriormente denominada Celg Transmissão), concluído em 07 de fevereiro de 2022, além da previsão de liquidação das Debêntures da 8ª emissão da controlada EDP Espírito Santo para o 2º Trimestre de 2024. A Companhia entende que tais vencimentos poderão ser pagos com o fluxo de caixa gerado pela operação de suas controladas, rotação de ativos, refinanciamento de dívidas e/ou captações de recursos externos.

37.2.3 Risco hidrológico

Geração

A energia vendida pelas controladas de geração dependem das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe as controladas à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, as controladas de geração aderiram à proposta de repactuação do risco hidrológico para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% válidos para a UHE Luiz Eduardo Magalhães (Investco e Lajeado) deste risco hidrológico remanescente para a CCRBT mediante pagamento de prêmio.

Adicionalmente, antecipando o cenário de deterioração do PLD e GSF em decorrência da piora do cenário hidrológico brasileiro, as controladas de geração implementaram algumas iniciativas a fim de reforçar as estratégias de proteção aos impactos causados pelos altos preços de energia no mercado livre, aumentando a parcela de energia descontratada de seu portfólio, além da sazonalização dos contratos de venda.

Distribuição

A matriz energética brasileira é predominantemente hídrica e um período prolongado de escassez de chuva reduz o volume de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas, ocasionando, além de um risco de racionamento de energia, um aumento no custo de aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação nos valores de encargos de sistema elétrico em decorrência do aumento do despacho das usinas termoeletricas, gerando maior necessidade de caixa e consequentemente de aumentos tarifários futuros para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão das controladas de distribuição.

Em relação ao risco de racionamento, para o seu monitoramento, as controladas de distribuição utilizam como ferramentas o Subcomitê de Risco Energético que tem como práticas: (i) a avaliação do cenário de oferta e demanda de energia nas diferentes regiões de atuação, das variáveis macro e microeconômicas, e as especificidades de cada mercado, em um horizonte de cinco anos; (ii) a antecipação de potenciais impactos sobre a geração de energia elétrica, de forma assegurar o suprimento de energia; (iii) minimização dos impactos na receita; e (iv) evitar o desabastecimento das concessionárias.

37.2.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está, principalmente, relacionada às rubricas abaixo:

• Contas a receber

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros e esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Os contratos de concessão de distribuição priorizam o atendimento abrangente do mercado, sem que haja qualquer exclusão das populações de baixa renda e das áreas de menor densidade populacional. Desta forma, o atendimento e aceite ao novo consumidor cativo dentro da área de atuação da concessionária que presta o serviço na região é regra integrante do contrato de concessão.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Assim, para a distribuição de energia elétrica o instrumento financeiro capaz de expor a Companhia ao risco de crédito é o Contas a receber de consumidores. Contudo, as controladas de distribuição realizam abrangentes estudos para determinar a perda estimada para estes ativos.

A principal ferramenta na mitigação do risco de não realização do contas a receber de consumidores é a suspensão do fornecimento de energia elétrica aos consumidores inadimplentes. Anterior a essa etapa as controladas realizam diversos métodos de cobrança tais como cobranças administrativas, notificações na fatura de energia e via SMS, protesto junto aos cartórios, restrição de crédito junto às empresas de proteção ao crédito, entre outras. As controladas oferecem diversos canais de atendimento para facilitar o contato com o consumidor, dentre elas, *call centers*, lojas de atendimento presencial, internet, aplicativo, além de realização de feirões para acordos de pagamentos.

Adicionalmente, com vistas a manter o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, a regulamentação da ANEEL prevê o repasse nas tarifas do montante de receitas não arrecadadas, transcorridos o prazo de 5 anos de cobrança, conforme regulamentação vigente por meio do submódulo 2.2 do PRORET.

Em relação às controladas de geração, o risco decorrente da possibilidade das controladas apresentarem perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

Em relação às controladas de comercialização e serviços, o risco das controladas apresentarem perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes também é considerado baixo. As controladas destes segmentos possuem uma política focada na mitigação do risco de crédito que consiste na identificação de *rating* de crédito junto ao cliente proponente, sendo atribuída uma nota para a saúde financeira da contraparte (separadas em A, B, C, D e E) que leva em consideração, dentre outros aspectos, a análise das informações contábeis intermediárias da contraparte associada a uma probabilidade de *default*. Para cada *rating* de crédito são estabelecidos prazos máximos de contratos e garantias financeiras, sendo que, quanto pior o *rating* da contraparte, menor serão os prazos de contratos e mais líquidas serão as garantias financeiras. Os créditos de todos estes clientes e a sua exposição aos diversos setores da economia são avaliados periodicamente, de modo a manter a diversificação de sua carteira e a diminuir a exposição ao risco.

• Caixa, Equivalentes de caixa, Cauções, Títulos e Valores Mobiliários

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras, também orientada pela mesma política, estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia e das controladas, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

Tratando-se de aplicações financeiras vinculadas à CDB ou lastreadas em debêntures, a Companhia e suas controladas operam apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Segue abaixo os montantes de aplicações financeiras segregadas por classificação de riscos:

Classificação da instituição financeira	Controladora		Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
AAA	255.588	939.817	1.332.152	3.930.949
AA		28	123.887	22.028
A			60	56
	<u>255.588</u>	<u>939.845</u>	<u>1.456.099</u>	<u>3.953.033</u>

A Política de Gestão de Riscos também permite a aplicação de recursos em Fundo de Investimento Restrito cuja carteira de ativos é atrelada a Letras Financeiras do Tesouro – LFTs, emitidas pelo Governo Brasileiro, ou Operações compromissadas lastreadas em Títulos Públicos Federais, considerados de alta liquidez no mercado e de baixíssimo risco (Nota 6).

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia e suas controladas a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

• Ativo financeiro indenizável

O saldo refere-se a valores a receber a título de indenização do Poder Concedente e são decorrentes dos investimentos realizados na infraestrutura da concessionária que não serão recuperados por meio da prestação de serviços outorgados até o final da concessão. O contrato de concessão garante o direito da Companhia à indenização dos ativos de infraestrutura ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em procedimentos de fiscalização da agência.

• Ativos da concessão - Transmissão

As controladas de transmissão mantêm Contratos de Prestação de Serviço de Transmissão – CPST junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, regulando a prestação de seus serviços vinculados aos usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária, que assegura os recebimentos e mitiga o risco de inadimplência.

• Ativos financeiros setoriais

Os ativos financeiros setoriais decorrem das diferenças entre os custos previstos pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário, comparados àqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Anualmente, a ANEEL revisa as tarifas das controladas de distribuição e incorpora tais ativos nas mesmas. Adicionalmente, o contrato de concessão também garante que serão indenizados às controladas de distribuição os saldos remanescentes de eventual insuficiência de ressarcimento pela tarifa em decorrência da extinção, por qualquer motivo, da concessão.

• Compromissos futuros

As controladas EDP Trading e EDP Smart Energia mantêm contratos de compromissos futuros bilaterais de curto e longo prazo. A mitigação de risco de inadimplência é obtida por cláusula específicas de garantia sempre de acordo com a capacidade financeira de cada contraparte, podendo essa garantia ser corporativa, bancária, seguro garantia ou registro contra pagamento, sendo essa última utilizada apenas com contrapartes específicas.

37.2.5 Riscos regulatórios

As atividades das controladas são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, ARSP-ES, ARSESP, etc.) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, ONS, etc.). O Grupo EDP – Energias do Brasil tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem as partes interessadas nos negócios da Companhia. O Grupo EDP – Energias do Brasil atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos *stakeholders*.

37.2.6 Riscos ambientais

A EDP - Energias do Brasil, atuando em todos os segmentos do setor elétrico, reconhece que o meio ambiente e uso sustentável dos recursos naturais são essenciais para a sustentabilidade das operações do Grupo EDP - Energias do Brasil. Por isso, atua promovendo o respeito ao meio ambiente, em busca de um desenvolvimento sustentável, e estabelece os seguintes compromissos relativos à melhoria contínua da gestão ambiental e a diminuição dos impactos de suas atividades:

(i) Garantir o atendimento aos requisitos legais quanto à legislação ambiental vigente e a não autorização de realização de quaisquer atividades potencialmente poluidoras sem as devidas autorizações e controles necessários;

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



- (ii) Identificar e monitorar os aspectos e impactos ambientais e estabelecer controles para aspectos e riscos significativos;
 - (iii) Gerenciar os riscos ambientais visando a sua eliminação, redução e controle antecipado, prevenindo incidentes, acidentes e passivos ambientais e/ou materiais e garantindo a comunicação dos riscos e respectivas medidas de mitigação;
 - (iv) Identificar riscos e oportunidades e implementar medidas buscando a melhoria da qualidade ambiental dos locais onde está inserida, a minimização e a mitigação dos impactos ao meio ambiente;
- Como medidas de controle de risco, as Companhias do Grupo EDP - Energias do Brasil possuem:
- (v) Política de sistemas de gestão e sustentabilidade aplicável a todas as Companhias; e
 - (vi) A totalidade da energia distribuída pelas controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, e a energia gerada nas usinas termoeletrica e hidroelétricas (controladas e controladas em conjunto), estão em ativos certificados pela norma ISO 14.001, realizando uma gestão ambiental sistêmica, que garante o atendimento de requisitos legais, e a existência de procedimentos de gerenciamento dos riscos ambientais.

37.2.7 Riscos climáticos

Os riscos relacionados à Emergência Climática foram caracterizados como estratégicos para o Grupo EDP - Energias do Brasil. A esse nível é avaliada a forma como as alterações climáticas afetam os negócios da Companhia e suas controladas, considerando as alterações nos padrões do clima (riscos físicos) e transição acelerada para uma economia de baixo carbono (riscos de transição climática). Esses fatores são discutidos periodicamente pela Administração da Companhia.

Neste sentido, para mitigação de qualquer impacto financeiro e social, a Companhia possui a Vice-Presidência de Pessoas e ESG, que em conjunto ao Comitê de Sustentabilidade, supervisiona as questões relacionadas às mudanças climáticas no Grupo. O Comitê é responsável por aprovar as políticas e diretrizes relacionadas à sustentabilidade, responsabilidade social e preservação ambiental.

Seus planos de atividades incluem temas como mudança do clima, englobando impactos da precificação de carbono, vulnerabilidade climática e melhoria da performance no *Carbon Disclosure Project* (CDP) Clima que passou a ser incorporado pelo ISE da B3. No exercício de 2022, a Companhia alcançou a pontuação A- no CDP Clima.

A Companhia possui uma metodologia de identificação, priorização e tratamento de riscos incorporando conceitos cada vez mais alinhados com a ciência climática e com as diretrizes do TCFD (*Task-force on Climate-related Financial Disclosures*). Foram realizados estudos de cenários climáticos para verificação da exposição da Companhia a diferentes tipos de riscos onde, dentre outros itens, identificou-se que as usinas hídricas podem estar mais expostas caso haja aquecimento global em níveis elevados. Por outro lado, em cenários de temperaturas menos elevadas, em linha com o aquecimento global limitado a 1,5°C, a controladora Porto do Pecém apresenta risco de precificação de carbono. Segundo os cenários climáticos estudados, as controladas de distribuição não experimentarão, de maneira geral, um aumento de riscos relacionados à tempestades e ciclones. Por meio de Planos de Adaptação Climática para cada uma das unidades de negócio, a Administração do Grupo EDP - Energias do Brasil está desenhando planos de resposta aos principais riscos climáticos do referido Grupo com conclusão prevista para 2024.

O Grupo EDP - Energias do Brasil participa ativamente no compartilhamento de experiências que contribuem para aumentar e construir conhecimento sobre o setor energético e questões relacionadas às mudanças climáticas. Desta forma, desde 2020, a Companhia coordena a plataforma "Ação pelo Clima" da Rede Brasil do Pacto Global criada pela ONU, participando ativamente no compartilhamento de boas práticas na gestão climática.

Em 2022, foi anunciada a carteira atualizada do Índice CDP Brasil de Resiliência Climática (ICDPR70), que entrou em vigor no dia 1º de abril de 2022 e na qual a Companhia está presente, sendo uma das empresas com *score* A. O índice mensura o desempenho financeiro de uma carteira teórica composta por empresas listadas na B3, que atuam em território nacional com elevado nível de conscientização sobre as questões climáticas e integração de medidas efetivas na redução de suas pegadas de carbono.

37.2.8 Risco operacional - Porto do Pecém

A controlada Porto do Pecém apresenta, como risco operacional, a eventual escassez de insumos, dentre eles, de carvão. A UTE Porto do Pecém utiliza o insumo de carvão mineral, sendo a origem usualmente de minas colombianas. Seus contratos de compra de carvão são firmados para o prazo mínimo de um ano, prevenindo, além das minas habilitadas da Colômbia, origens de outros lugares do mundo de forma a mitigar possíveis riscos de produção, como greves, eventos climáticos e maiores contingências do minerador.

Além disso, a controlada faz a gestão de estoques considerando limites mínimos e máximos de segurança de forma que, para quaisquer contingências ou mudanças da demanda futura, sejam absorvidas sem maiores riscos.

Outro risco que a Porto do Pecém pode ter é o de escassez de água, devido a ter seu abastecimento - fornecido pela Companhia Gestora de Recursos Hídricos do Estado do Ceará (COGERH) - advindo de águas superficiais, a partir das bacias do sistema Jaguaribe-metropolitano, que depende, principalmente, das recargas pluviométricas. Tal abastecimento é realizado por meio de contrato firmado entre as partes, o qual estabelece o fornecimento de água para um volume inferior ou igual ao montante outorgado, (500l/s para Pecém I) que é suficiente para atender a demanda requerida pelos processos do complexo termelétrico.

Visando economia no consumo de água, a Porto do Pecém realizou algumas ações de melhoria no processo, que resultaram numa redução de mais de 10% do volume de água consumida pelo complexo e no reaproveitamento de quase 40% do efluente gerado.

37.2.9 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo EDP - Energias do Brasil ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada às empresas do Grupo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital e a liquidez financeira, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos, refinar as dívidas existentes ou vender ativos.

Em relação à estrutura de capital, a Companhia monitora o índice representado pela "Dívida Líquida Consolidada" dividida pelo "EBITDA Consolidado", cujo limite máximo é de até 3,5 vezes. Em 30 de setembro de 2023 este índice foi de 1,95 vezes.

	Nota	Consolidado	
		30/09/2023	31/12/2022
Total dos empréstimos e debêntures	26 e 27	11.412.960	14.281.564
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	(1.615.713)	(4.197.196)
(-) Títulos e valores mobiliários	6	(123.067)	(1.952)
(-) Cauções vinculadas à dívida		(18.926)	(17.243)
Dívida líquida		9.655.254	10.065.173
Total do Patrimônio Líquido		12.112.667	11.895.759
Total do capital		21.767.921	21.960.932
Índice de alavancagem financeira - %		44,36	45,83

38 Compromissos contratuais e Garantias

38.1 Compromissos contratuais

Em 30 de setembro de 2023 a Companhia e suas controladas apresentam os compromissos contratuais, não reconhecidos nas informações contábeis intermediárias, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia e suas controladas, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que representa o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP - Energias do Brasil.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Controladora				
	30/09/2023				31/12/2022
	Outubro/2023 a Setembro/2024	Outubro/2024 a Setembro/2026	Outubro/2026 a Setembro/2028	A partir de 2029	Total
Obrigações de compra					
Materiais e serviços	68.912	69.798	17.039	20.520	176.269
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.990				1.990
	70.902	69.798	17.039	20.520	178.259
					276.345
Consolidado					
	30/09/2023				31/12/2022
	Outubro/2023 a Setembro/2024	Outubro/2024 a Setembro/2026	Outubro/2026 a Setembro/2028	A partir de 2029	Total
	Total	Total	Total	Total	Total
Responsabilidades com locações operacionais	21.662	16.337	1.464		39.463
Obrigações de compra					
Compra de Energia	4.850.702	7.804.450	6.689.699	25.109.692	44.454.543
Encargos de conexão e Transporte de Energia	1.219.534	2.429.403	2.274.826	276.976	6.200.739
Materiais e serviços	2.046.258	1.674.713	187.839	32.042	3.940.852
Prêmio de risco - GSF				25.637	25.637
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	880.852	526.269	113.307	14.617	1.535.045
	9.019.008	12.451.172	9.267.135	25.458.964	56.196.279
					66.965.363

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 30 de setembro de 2023, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	Controladora				
	30/09/2023				31/12/2022
	Outubro/2023 a Setembro/2024	Outubro/2024 a Setembro/2026	Outubro/2026 a Setembro/2028	A partir de 2029	Total
Obrigações de compra					
Materiais e serviços	66.827	78.123	21.618	33.734	200.302
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.731				1.731
	68.558	78.123	21.618	33.734	202.033
					297.447
Consolidado					
	30/09/2023				31/12/2022
	Outubro/2023 a Setembro/2024	Outubro/2024 a Setembro/2026	Outubro/2026 a Setembro/2028	A partir de 2029	Total
	Total	Total	Total	Total	Total
Responsabilidades com locações operacionais	21.276	18.728	1.819		41.823
Obrigações de compra					
Compra de Energia	4.850.709	8.986.159	8.326.942	40.640.608	62.804.418
Encargos de conexão e Transporte de Energia	1.219.523	2.782.829	2.824.142	352.996	7.179.490
Materiais e serviços	1.984.338	1.872.935	233.359	51.705	4.142.337
Prêmio de risco - GSF				50.051	50.051
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	917.978	760.548	116.810	20.437	1.815.773
	8.993.824	14.421.199	11.503.072	41.115.797	76.033.892
					88.817.492

38.2

Garantias

Garantias	Tipo de garantia	Limite máximo garantido			
		Controladora		Consolidado	
		30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Seguro de vida	Aval do Acionista	389.509	364.360	389.509	361.593
Ações judiciais	Fiança Bancária; e Seguro Garantia	264.656	310.085	263.747	310.085
Contrato de Arrendamento	Recebíveis			34.077	35.207
Executante construtor	Seguro Garantia	62.350	78.190	58.657	78.190
Outros	Recebíveis; e Seguro Garantia	268.379	7	232.172	108.664
		984.894	752.642	978.162	893.739

Os valores em garantia de Compra de energia (Nota 25), Debêntures (Nota 26) e Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 27), estão demonstrados em suas respectivas notas.

39

Informações por segmento

Um segmento de negócio é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria, responsável inclusive pela tomada de decisões estratégicas do Grupo EDP - Energias do Brasil.

O Grupo EDP - Energias do Brasil desenvolve um conjunto de atividades no setor energético, com especial ênfase na geração, distribuição, transmissão e comercialização de energia elétrica.

Com base no relatório interno, a Diretoria é responsável por avaliar o desempenho dos vários segmentos e decidir sobre as alocações de recursos a efetuar a cada um dos segmentos de negócio identificados.

39.1

Caracterização dos segmentos

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das controladas e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, bem como a anulação das transações intra-segmentos.

A coluna "Holding" refere-se à Controladora, sendo a origem desse lucro, substancialmente, relacionado à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. A referida coluna "Holding", bem como a coluna "Outros" são apresentadas para fins de consolidação do resultado.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



39.1.1 Demonstração do Resultado

	Períodos de 9 meses findos em 30 de setembro								
	2023								
	Distribuição	Geração	Comercialização	Clientes	Transmissão	Holding	Outros	Eliminação	Total
Receitas	8.171.323	1.478.243	2.221.165	494.153	1.458.621	4.748	-	(698.453)	13.129.800
Custo da produção e do serviço de energia elétrica									
Custo do serviço de energia elétrica	(4.308.384)	(173.327)	(2.090.716)	(375.836)				695.763	(6.252.500)
Custo da produção da energia elétrica		(78.631)		(21.112)					(99.743)
Custo de operação	(764.607)	(277.518)	(4.914)	(32.064)	(63.590)				(1.142.693)
Custo do serviço prestado a terceiros	(1.190.465)			(15.051)	(463.150)				(1.668.666)
	(6.263.456)	(529.476)	(2.095.630)	(444.063)	(526.740)	-	-	695.763	(9.163.602)
Lucro bruto	1.907.867	948.767	125.535	50.090	931.881	4.748	-	(2.690)	3.966.198
Despesas e Receitas operacionais									
Despesas com vendas	(114.141)		(163)	(571)	(148)				(115.023)
Despesas gerais e administrativas	(206.055)	(65.558)	(9.908)	(24.506)	(18.010)	(109.825)	(2.906)	(8.844)	(445.612)
Outras Despesas e Receitas operacionais	(128.390)	(5.502)	(413)	49	(150.870)	(605.704)	180		(890.650)
	(448.586)	(71.060)	(10.484)	(25.028)	(169.028)	(715.529)	(2.726)	(8.844)	(1.451.285)
Resultado das participações societárias		62.697	74.869			1.449.830	120.021	(1.488.252)	219.165
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos	1.459.281	940.404	189.920	25.062	762.853	739.049	117.295	(1.499.786)	2.734.078
Resultado financeiro									
Receitas financeiras	221.651	93.534	10.399	6.422	41.270	137.352	38.681	(37.000)	512.309
Despesas financeiras	(749.588)	(265.838)	(68.946)	(8.324)	(319.619)	(8.739)	(258.780)	37.000	(1.642.834)
	(527.937)	(172.304)	(58.547)	(1.902)	(278.349)	128.613	(220.099)	-	(1.130.525)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	931.344	768.100	131.373	23.160	484.504	867.662	(102.804)	(1.499.786)	1.603.553
Tributos sobre o lucro									
Imposto de renda e contribuição social correntes	(145.770)	(177.445)	(20.770)	(6.603)	(39.630)	(13.203)			(403.421)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(143.484)	(19.271)	1.400	(3.274)	(106.497)	2.702	75.054	4.012	(189.358)
	(289.254)	(196.716)	(19.370)	(9.877)	(146.127)	(10.501)	75.054	4.012	(592.779)
Resultado líquido do período	642.090	571.384	112.003	13.283	338.377	857.161	(27.750)	(1.495.774)	1.010.774
Atribuível aos acionistas controladores	642.090	421.192	112.003	13.283	334.956	857.161	(27.750)	(1.495.774)	857.161
Atribuível aos acionistas não controladores		150.192			3.421				153.613

	Períodos de 9 meses findos em 30 de setembro								
	2022								
	Distribuição	Geração	Comercialização	Clientes	Transmissão	Holding	Outros	Eliminação	Total
Receitas	7.906.312	1.939.395	2.418.035	377.945	1.127.020	3.104	-	(1.006.944)	12.764.867
Custo da produção e do serviço de energia elétrica									
Custo do serviço de energia elétrica	(4.132.769)	(411.378)	(2.293.553)	(213.518)				1.004.691	(6.046.527)
Custo da produção da energia elétrica		(183.329)		(24.334)					(207.663)
Custo de operação	(637.904)	(357.941)	(9.170)	(33.219)	(53.358)			2.253	(1.089.339)
Custo do serviço prestado a terceiros	(1.132.871)		(150)	(73.116)	(293.715)			-	(1.499.852)
	(5.903.544)	(952.648)	(2.302.873)	(344.187)	(347.073)	-	-	1.006.944	(8.843.381)
Lucro bruto	2.002.768	986.747	115.162	33.758	779.947	3.104	-	-	3.921.486
Despesas e Receitas operacionais									
Despesas com vendas	(126.433)		(106)	(406)	(285)				(127.230)
Despesas gerais e administrativas	(230.871)	(74.029)	(9.007)	(19.493)	(21.619)	(89.907)	(3.220)	(48.708)	(496.854)
Outras Despesas e Receitas operacionais	(130.570)	(425)	40	(3.557)	(893)	(29.515)	(6.232)		(171.152)
	(487.874)	(74.454)	(9.073)	(23.456)	(22.797)	(119.422)	(9.452)	(48.708)	(795.236)
Resultado das participações societárias		40.391	4.822			1.525.981	76.266	(1.478.663)	168.797
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos	1.514.894	952.684	110.911	10.302	757.150	1.409.663	66.814	(1.527.371)	3.295.047
Resultado financeiro									
Receitas financeiras	285.525	71.403	7.045	4.316	43.164	55.729	47.246	(34.643)	479.785
Despesas financeiras	(696.509)	(241.895)	(66.183)	(18.120)	(343.972)	(21.998)	(219.645)	34.643	(1.573.679)
	(410.984)	(170.492)	(59.138)	(13.804)	(300.808)	33.731	(172.399)	-	(1.093.894)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	1.103.910	782.192	51.773	(3.502)	456.342	1.443.394	(105.585)	(1.527.371)	2.201.153
Tributos sobre o lucro									
Imposto de renda e contribuição social correntes	(242.916)	(174.688)	(2.600)	(3.712)	(21.281)	(26.952)			(472.149)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(71.566)	(32.177)	(13.273)	(1.530)	(136.431)	1.902	61.384	11.725	(179.966)
	(314.482)	(206.865)	(15.873)	(5.242)	(157.712)	(25.050)	61.384	11.725	(652.115)
Resultado líquido do período	789.428	575.327	35.900	(8.744)	298.630	1.418.344	(44.201)	(1.515.646)	1.549.038
Atribuível aos acionistas controladores	789.428	450.613	35.900	(8.744)	292.650	1.418.344	(44.201)	(1.515.646)	1.418.344
Atribuível aos acionistas não controladores		124.714			5.980				130.694

39.1.2 Balanço Patrimonial

	30/09/2023								
	Distribuição	Geração	Comercialização	Clientes	Transmissão	Holding	Outros	Eliminações	Total
	Ativo circulante	3.096.021	1.372.349	1.676.793	734.512	1.302.590	2.647.210	141.176	1.050.899
Ativo não circulante	10.564.676	4.943.836	2.207.550	1.402.174	7.257.335	8.673.589	2.434.316	(12.868.040)	24.615.436
Passivo circulante	5.226.458	1.134.705	2.046.932	522.988	1.174.829	228.952	2.259.058	962.569	13.556.491
Passivo não circulante	5.864.626	2.040.496	1.373.803	886.544	4.395.176	254.268	15.260	(3.862.345)	10.967.828
Patrimônio Líquido e Não controladores	2.569.613	3.140.984	463.608	727.154	2.989.920	10.837.579	301.174	(8.917.365)	12.112.667

	31/12/2022								
	Distribuição	Geração	Comercialização	Clientes	Transmissão	Holding	Outros	Eliminações	Total
	Ativo circulante	3.526.164	2.399.411	2.026.299	538.421	1.189.016	1.691.355	102.562	(1.169.201)
Ativo não circulante	9.238.455	5.413.240	1.553.583	1.012.320	6.573.302	10.203.474	2.286.666	(9.583.875)	26.697.165
Passivo circulante	4.266.040	1.345.897	1.995.662	598.307	1.025.513	878.935	117.857	(1.076.126)	9.152.085
Passivo não circulante	6.146.763	2.504.489	1.195.202	588.963	4.250.702	289.983	2.050.447	(1.073.201)	15.953.348
Patrimônio Líquido e Não controladores	2.351.816	3.962.265	389.018	363.471	2.486.103	10.725.911	220.924	(8.603.749)	11.895.759

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



40 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

40.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

		Controladora							
		Efeito não caixa					Saldo em 30/09/2023		
Nota	Saldo em 31/12/2022	Efeito caixa	Varição monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas				
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento									
	Títulos a receber e empréstimos a receber	31.333	(7.288)	7.476	(4.338)		27.183		
		31.333	(7.288)	7.476	(4.338)	-	27.183		
Aumento (diminuição) de passivos financiamento									
	Dividendos	14	558.012	(710.729)		158.122	5.405		
	Debêntures	26	48.293	(28.416)	1.754	2.966	24.597		
	Ações em tesouraria	31.3	(311.906)	(519.829)		831.735	-		
	Arrendamentos e aluguéis	16.8	18.550	(2.826)	1.471	(156)	17.039		
	Capital social	31.1	5.502.716			500.000	6.002.716		
			5.815.665	(1.261.800)	1.754	1.492.667	6.049.757		
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)			5.784.332	(1.254.512)	(5.722)	5.809	1.492.667	6.022.574	
1									
		Controladora							
		Efeito não caixa					Saldo em 30/09/2022		
	Saldo em 31/12/2021	Efeito caixa	Varição monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas				
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento									
	Títulos a receber e empréstimos a receber	28.145	(1.690)	568	1.717		28.740		
		28.145	(1.690)	568	1.717	-	28.740		
Aumento (diminuição) de passivos financiamento									
	Dividendos		515.900	(1.193.928)		682.517	4.489		
	Debêntures		236.629	(207.474)	9.063	8.664	46.882		
	Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		105.305	(109.384)		4.079	-		
	Ações em tesouraria		(90.534)	(224.004)		2.431	(312.107)		
	Arrendamentos e aluguéis		8.154	(2.013)	978	11.906	19.025		
			775.454	(1.736.803)	9.063	978	709.597	(241.711)	
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)			747.309	(1.735.113)	8.495	(739)	709.597	(270.451)	
		Consolidado							
		Efeito não caixa					Saldo em 30/09/2023		
Nota	Saldo em 31/12/2022	Efeito caixa	Varição monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas	Outros			
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento									
	Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures	17.243	24	1.659			18.926		
		17.243	24	1.659	-	-	18.926		
Aumento (diminuição) de passivos financiamento									
	Dividendos	14	731.665	(872.447)		182.413	25.266	66.897	
	Debêntures	26	9.235.243	(852.952)	173.864	34.218	(932.682)	7.657.691	
	Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	27	4.805.193	(340.283)	(1.726)	(2.374)	(835.466)	3.625.344	
	Instrumentos Financeiros Derivativos	37.1.2	-	(262.522)		(69.706)	473.948	5.076	146.796
	Ações em tesouraria	31.3	(311.906)	(519.829)		831.735		-	
	Arrendamentos e aluguéis	16.8	148.809	(23.432)	9.908	(17.284)		118.001	
	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC		20			(20)		-	
	Capital social		5.502.716			500.020	(20)	6.002.716	
			20.111.740	(2.871.465)	172.138	(27.954)	202.664	30.322	17.617.445
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)			20.094.497	(2.871.489)	170.479	(27.954)	202.664	30.322	17.598.519
		Consolidado							
		Efeito não caixa					Saldo em 30/09/2022		
	Saldo em 31/12/2021	Efeito caixa	Varição monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas	Outros			
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento									
	Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures	5.798	(3.539)	14.470			16.729		
	Títulos a receber e empréstimos a receber	-	(1)			1	-		
		5.798	(3.540)	14.470	-	1	-	16.729	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento									
	Dividendos		680.874	(1.361.195)		764.804	22.000	106.483	
	Debêntures		7.724.383	791.314	307.308	(162.332)	695.142	9.355.815	
	Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		2.873.131	2.292.706	(25.042)	(66.993)	342.127	(782)	5.415.147
	Ações em tesouraria		(90.534)	(224.004)		2.431		(312.107)	
	Arrendamentos e aluguéis		110.410	(25.837)		17.980	(48)	109.583	
	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC		15.000	(239.016)		224.016		-	
	Capital social		5.502.716	208.394		(208.394)		5.502.716	
			16.815.980	1.442.362	282.266	(222.247)	1.838.106	21.170	20.177.637
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)			16.810.182	1.445.902	267.796	(222.247)	1.838.105	21.170	20.160.908

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



40.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Constituição de dividendos e JSCP a receber	614.636	39.956	51.373	39.956
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	152.457	5.644	176.748	22.000
Capitalização de juros de empréstimos e debêntures ao, imobilizado, intangível e ativos da concessão			14.570	10.247
Capitalização no Intangível, no Ativo financeiro indenizável e nos Ativos da concessão relativo à contingências			14.144	6.485
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado, intangível e ativos da concessão			7.973	6.105
Aumento de capital com integralização de AFAC				796.300
Aumento de capital com integralização de reservas				49.140
Hedge de fluxos de caixa			(5.075)	
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	(156)	11.906	998	14.041
Provisão de fornecedores dos ativos de concessão			65.136	7.363
Total	766.937	57.506	325.867	951.637

41 Eventos subsequentes

41.1 Captação de recurso

EDP São Paulo

Em 6 de outubro de 2023 a controlada EDP São Paulo realizou sua 15ª emissão de debêntures no valor de R\$600.000, com vencimento em setembro de 2028 e taxa de juros de CDI + 1,25% a.a. A referida emissão tem por objetivo o refinanciamento e alongamento do prazo médio de seu passivo e reforço de seu capital de giro.

EDP Energias do Brasil

Em 20 de outubro de 2023 a Companhia realizou a contratação de empréstimo externo junto à Instituição Financeira MUFG, sob amparo da Lei nº 4.131/62, no valor total de R\$600.000, pelo prazo de 4 meses a contar da liberação dos recursos, mediante a celebração do instrumento "Credit Agreement", ficando com custo final de CDI + 1,25% a.a. A referida emissão tem por objetivo o reforço de caixa e uso gerais da Companhia.

41.2 EDP São Paulo - 6ª Revisão Tarifária Periódica

A Resolução Homologatória ANEEL nº 3.278 de 17 de outubro de 2023, homologou o resultado da 6ª Revisão Tarifária Periódica da controlada EDP São Paulo, aplicado a partir de 23 de outubro de 2023.

O efeito médio percebido pelos consumidores foi de 6,83%, sendo 6,28% o efeito médio para os consumidores atendidos em alta e média tensão e 7,12% o efeito médio para os consumidores atendidos em baixa tensão.

No processo de Revisão Tarifária Periódica, que se dá a cada quatro anos na Companhia, a ANEEL recalcula os custos regulatórios passíveis de gerenciamento pela distribuidora (Parcela B) que incluem: (i) os custos de Administração, Operação e Manutenção (CAOM) e (ii) o custo Anual dos Ativos (CAA). Já os custos não gerenciáveis (Parcela A), que englobam a energia comprada de geradoras, o transporte da energia, os encargos setoriais e os ajustes financeiros são definidos com base em projeções para os doze meses subsequentes, assim como na variação de preços verificada nos doze meses anteriores.

O Fator X é calculado em função dos componentes "Pd" (ganhos de produtividade) e "T" (trajetória para adequação de custos operacionais), que irão perdurar por todo o ciclo, além do componente "Q" (incentivo à qualidade), recalculado a cada processo tarifário. Os valores foram homologados em: "Pd": 0,640%; "T": 3,595%; e "Q": -0,433%.

Na composição da Revisão Tarifária de 2023 destacam-se os componentes de Remuneração do Capital e Quota de Reintegração Regulatória, derivados da Base de Remuneração Regulatória homologada. A Base de Remuneração Bruta foi de R\$6,5 bilhões e a Base de Remuneração Líquida de R\$4,2 bilhões.

O índice regulatório definido pela ANEEL para as Perdas Técnicas para o próximo ciclo é de 4,19%, sobre a energia injetada. Já para as Perdas Não Técnicas de Baixa Tensão, a trajetória regulatória será de 8,05% para o ano de 2023, com trajetória de redução de 0,36% no ciclo de Revisão Tarifária, sendo 6,98% o valor definido para 2026.

A partir deste resultado, o Ativo Financeiro Indenizável foi ajustado em R\$95.000 decorrente da diferença entre as premissas utilizadas pela EDP São Paulo e o efetivamente utilizado pela ANEEL quando do processo de Revisão Tarifária, principalmente para a atualização do investimento incremental, IPCA versus Banco de Preço.

O montante dos itens financeiros reconhecido pela ANEEL neste processo foi negativo de R\$148.051, referente à diferença entre os custos não gerenciáveis homologados (energia, transporte e encargos) e os efetivamente incorridos pela EDP São Paulo no período tarifário, e a previsão dos custos futuros.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Miguel Stilwell Andrade Presidente	João Manuel Veríssimo Marques da Cruz Vice-Presidente
Rui Manuel Rodrigues Lopes Teixeira Conselheiro	Vera de Moraes Pinto Pereira Carneiro Conselheira
Modesto Souza Barros Carvalhosa Conselheiro	Pedro Sampaio Malan Conselheiro
Francisco Carlos Coutinho Pitella Conselheiro	Juliana Rozenbaum Munemori Conselheira
Ana Paula Garrido de Pina Marques Conselheira	

CONSELHO FISCAL

Adir Pereira Keddí Conselheiro	Araldo José Vollet Conselheiro	João António de Sousa Araújo Ribeiro da Costa Conselheiro
--	--	---

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

João Manuel Veríssimo Marques da Cruz Diretor-Presidente	Dyogenes Rosi Diretor Vice-Presidente de Distribuição
Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores	Carlos Emanuel Baptista Andrade Diretor Vice-Presidente de Clientes
Luiz Otavio Assis Henriques Diretor Vice-Presidente de Geração e Transmissão	Fernanda Nascimento Pires Carsughi Diretora Vice-Presidente de Pessoas e ESG

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte Diretor de Contabilidade, Tributos e Gestão de Ativos (Corporativo)	Carla Renata Baptista Contadora - CRC 1SP328362/O-5
--	---

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais



COMENTÁRIO SOBRE O COMPORTAMENTO DAS PROJEÇÕES EMPRESARIAIS

Conforme Art.21 da Instrução CVM nº 80/22, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTE

Câmara de Arbitragem

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas
EDP - Energias do Brasil S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da EDP - Energias do Brasil S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Revisão das cifras do ano anterior

As informações Trimestrais (ITR) mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado e resultado abrangente para os períodos de três e de nove meses, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, obtidas das informações Trimestrais (ITR) daquele trimestre, e aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação. A revisão das informações Trimestrais (ITR) do trimestre findo em 30 de setembro de 2022 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 26 de outubro de 2022 e 27 de fevereiro de 2023, respectivamente, sem ressalvas.

São Paulo, 31 de outubro de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Os membros do Conselho Fiscal da EDP – Energias do Brasil S.A., em reunião realizada em 27 de outubro de 2023 às 09:00 horas, no pressuposto de que não ocorrerão modificações pela Administração e que o relatório sobre a revisão das Informações Contábeis Intermediárias dos Auditores Independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, definitivo será emitido na forma como apresentado nesta data, tendo examinado as Informações Contábeis Intermediárias e o Comentário de Desempenho do período findo em 30 de setembro de 2023, manifestamo-nos, por unanimidade, com parecer favorável às Informações Contábeis Intermediárias tendo em vista que as peças retratam adequadamente a situação econômico-financeira da Companhia.

São Paulo, 27 de outubro de 2023.

ADIR PEREIRA KEDDI
Conselheiro efetivo

ARNALDO JOSÉ VOLLET
Conselheiro efetivo

JOÃO ANTÔNIO DE SOUSA ARAÚJO RIBEIRO DA COSTA
Conselheiro efetivo

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Nós, membros efetivos do Comitê de Auditoria, por unanimidade, emitimos parecer favorável à aprovação das contas da Diretoria e das Informações Contábeis Intermediárias da Companhia e de suas controladas referentes ao período findo em 30 de setembro de 2023.

São Paulo, 27 de outubro de 2023.

FRANCISCO CARLOS COUTINHO PITELLA
Presidente do Comitê de Auditoria

MODESTO SOUZA BARROS CARVALHOSA
Membro do Comitê de Auditoria

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Instrução CVM nº 80/22, declaram que, em 27 de outubro de 2023 reviram, discutiram e concordaram com as Informações Contábeis Intermediárias Companhia para o período findo em 30 de setembro de 2023.

JOÃO MANUEL VERÍSSIMO MARQUES DA CRUZ
Diretor Presidente

HENRIQUE MANUEL MARQUES FARIA LIMA FREIRE
Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores

CARLOS EMANUEL BAPTISTA ANDRADE
Diretor Vice-Presidente de Clientes

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES
Diretor Vice-Presidente de Geração e Transmissão

FERNANDA NASCIMENTO PIRES CARSUGHI
Diretora Vice-Presidente de Pessoas e ESG

DYOGENES ROSI
Diretor Vice-Presidente de Distribuição

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Diretores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso V do parágrafo 1º do artigo 27 da Instrução CVM nº 80/22, declaram que, em 27 de outubro de 2023, reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Auditores Independentes.

JOÃO MANUEL VERÍSSIMO MARQUES DA CRUZ
Diretor Presidente

HENRIQUE MANUEL MARQUES FARIA LIMA FREIRE
Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores

CARLOS EMANUEL BAPTISTA ANDRADE
Diretor Vice-Presidente de Clientes

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES
Diretor Vice-Presidente de Geração e Transmissão

FERNANDA NASCIMENTO PIRES CARSUGHI
Diretora Vice-Presidente de Pessoas e ESG

DYOGENES ROSI
Diretor Vice-Presidente de Distribuição